

OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO



Alessandra Rodrigues Guimarães
Rogério Gerolineto Fonseca
Sibeli Fernandes
(Organizadores)



Conselho Editorial

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Profa. Cláudia Neu

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Pareceristas internacionais

Dr. José Carpio Martín – Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa –

Benin

Dra. Diamiry Cabrera Nazco – Cuba

Dra. Sucl Noemi Alejandre Jimenez – Cuba

* Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial

Alessandra Rodrigues Guimarães
Rogério Gerolineto Fonseca
Sibeli Fernandes
(organizadores)

***OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO***



Ituiutaba
2022

© Alessandra Rodrigues Guimarães, Rogério Gerolineto Fonseca, Sibeli Fernandes (organizadores), 2022.

Editor da obra: Anderson Pereira Portugal.

Arte da capa: Rogério Gerolineto Fonseca

Créditos da imagem: Pintura em Aquarela. Maria José Blandina Del Nero Oliveira. 2022.

Revisão: Lilian Gomes de Souza

Diagramação: Equipe Barlavento

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG. barlavento.editora@gmail.com

Olhares geográficos sobre a organização do espaço [livro eletrônico]/ Alessandra Rodrigues Guimarães, Rogério Gerolineto Fonseca, Sibeli Fernandes (organizadores).-- Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2022. PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-87563-28-2

DOI 10.54400/978.65.87563.28.2

1. Espaço geográfico 2. Organização 3. Pesquisa

I. Guimarães, Alessandra Rodrigues. II. Fonseca, Rogério Gerolineto. III. Fernandes, Sibeli.

22-101082

CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Espaço geográfico : Geografia 910

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

AGRADECIMENTO AOS APOIADORES



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Rio Claro/SP



Instituto de Geociências e Ciências Exatas



Programa de Pós-Graduação em Geografia



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo

Apresentação

Em continuidade ao intuito de ampliar a divulgação das pesquisas produzidas pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, apresentamos a obra “*Olhares Geográficos sobre a Organização do Espaço*”. Cada capítulo corresponde a uma pesquisa desenvolvida nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa, cujo conjunto perpassa por suas 3 linhas de pesquisa: *i)* Dinâmicas da Paisagem e Análise Socioambiental; *ii)* Ensino de Geografia, Cartografia e Cartografia Escolar e *iii)* Territórios, Mutações Econômicas e Políticas Públicas.

No capítulo “Interações vertente-fundo de vale em ambiente rural degradado pela erosão: um exemplo no Oeste Paulista”, *Felipe Augusto Scudeller Zanatta*, *Cenira Maria Lupinacci* e *Marcos Norberto Boin* apresentam análises aplicáveis em áreas rurais degradadas, considerando as interações entre os processos de vertente e fundo de vale, estabelecidas em bacia hidrográfica de intensa exploração agropecuária. No conjunto de sub-bacias selecionado para este estudo, localizado no município de Marabá Paulista (SP), evidenciou-se que o uso intenso dos terrenos para pastagem contribuiu para o aumento de todas as formas erosivas, como sulcos, ravinas e voçorocas.

O capítulo intitulado “Qualidade ambiental urbana: conceito e metodologia”, de *Marcos Paulo Almeida Fornazieiro*,

aborda o conceito e a relevância da qualidade ambiental urbana nas discussões em prol de melhores condições de vida das populações que habitam as cidades. O autor discorre sobre o potencial e a aplicação das geotecnologias para a mensuração, representação e análise da qualidade do ambiente urbano e apresenta, como exemplo, a elaboração de uma carta síntese de qualidade ambiental urbana.

Alessandra Fagundes e Andréia Medinilha Pancher, no capítulo “A industrialização como fator de expansão urbana: o caso de Birigui (SP)”, resgatam o histórico do desenvolvimento econômico e populacional da referida cidade para compreender o processo de sua expansão urbana. Foi constatado que o crescimento urbano de Birigui se deu atrelado ao desenvolvimento da indústria calçadista e tal avanço da urbanização foi demonstrado por meio de mapas temáticos, elaborados por Sistema de Informação Geográfica (SIG), compreendidos entre o período de 1950 e 2019.

Rogério Borges, autor do capítulo “Narrativas orais na composição do lugar: entrevistas para a produção do filme ‘Formação Territorial, Cultura e Memória’”, apresenta neste trabalho as diversas etapas de pesquisa, gravação e montagem das entrevistas realizadas com três mulheres que possuem trajetórias distintas no espaço-tempo do lugar em Ourinhos (SP), compondo as narrativas que estão no filme “Formação Territorial, Cultura e Memória”, revelando a multiplicidade do lugar através da diversidade das agentes entrevistadas e também das demais imagens e sonoridades, incorporadas posteriormente à obra no processo de montagem. O projeto do filme consiste no desenvolvimento de um material (para)didático que viabilize o

estudo do lugar, por meio de Atlas Municipal Escolar, para os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O autor, **Diego Carlos Pereira**, apresenta suas ideias no capítulo “As gêneses da disciplina escolar: a autonomia da Geografia Escolar como meio difusor de legitimação da Geografia Acadêmica”. Este trabalho foi tecido em decorrência de pesquisa doutoral no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro). Este capítulo apresenta os indícios explorados ao longo do texto, bem como as interpretações mobilizadas pela categoria analítica da gênese da disciplina escolar, e elucidaram um conjunto de interpretações e narrativas que apontam para o caráter autônomo da Geografia escolar e de sua cultura materializada na escola.

O capítulo intitulado “Cáceres-MT: A diversidade de um espaço rural em constante transformação” de autoria de **Ana Leticia de Oliveira e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira**, tem por objetivo apresentar a diversidade presente no espaço rural de Cáceres a partir de suas características naturais, econômicas, sociais e culturais. Para alcançar tal premissas as autoras reconstruíram parte dos processos que auxiliaram na construção e configuração de seu espaço. Além disso, tem-se a identificação das principais atividades agrícolas e não agrícolas do município. As autoras optaram pela amplitude da combinação de variados procedimentos metodológicos. Utilizando levantamentos bibliográficos, análise documental, observações *in loco* e entrevistas realizadas com os atores.

No capítulo “A consolidação do setor sucroenergético e a especialização produtiva na região de Iturama (MG)”, **Marcelo Alves Teodoro** identifica a relação entre a concentração

econômica e a especialização territorial produtiva no setor sucroenergético na consolidação da região de Iturama (MG). Para isso, se propôs analisar a formação de um aglomerado de usinas do Grupo Tércio Wanderley (GTW) como uma estratégia competitiva de uso do território. Dentro desse contexto, o presente estudo compreende a noção de “região” para além de um enfoque apenas de cunho natural, histórico-cultural e administrativa, mas sim, como um compartimento produtivo do espaço geográfico decorrente do aprofundamento da divisão territorial do trabalho.

Francielly Naves Fagundes e Ana Claudia Giannini Borges, autoras do capítulo “Assimetrias de poder entre as partes em uma relação contratual de obtenção de cana-de-açúcar” discorrem a respeito das negociações contratuais de obtenção de cana-de-açúcar pelas usinas e os proprietários de terra. O poder das usinas tem como base seus interesses produtivos e financeiros, o que lhe garante delinear e determinar seus territórios. A leitura leva ao entendimento das particularidades do contrato e do território que impactam as relações de poder, econômicas, produtivas e sociais entre os agentes nos territórios. As autoras analisam as características do contrato entre as partes, destacam as relações de poder e assimetrias de informações existentes.

No capítulo “Discussões sobre a questão agrária brasileira”, as autoras *Elaine Aparecida Ramos e Ana Claudia Giannini Borges* apresentam a questão agrária brasileira. O texto instiga o debate da questão estrutural no qual se mantém a condição de subordinação e expropriação de trabalhadoras e trabalhadores. As autoras optam por priorizar o marco temporal nos anos 1990, tal importância se deve pela predominância do

ideário neoliberal, com mudanças econômicas, políticas, sociais e produtivas. O histórico é evidenciado por meio de lutas e conflitos travados pelas primeiras organizações camponesas e de trabalhadores rurais, em busca de acesso à terra e de políticas e leis que garantam as suas demandas, ancoradas na justa distribuição de terras e no bem estar social.

Renan Andreosi Salles de Oliveira assina o capítulo “Terras e Reservas Indígenas no Brasil: dialetização e (re)existência”. No intuito de explicitar o contexto de criação das Terras Indígenas da etnia Xavante, o autor discorre sobre as frentes de expansão do capitalismo na porção nordeste do estado do Mato Grosso que resultaram, primeiramente, na perda de territórios e, posteriormente, no reconhecimento das terras indígenas graças à (re)existência dos Xavante. Ademais, o autor ressalta os principais aspectos culturais que têm permitido aos Xavante a reinvenção de sua cultura e, por meio disso, a consolidação dos limites de suas Terras Indígenas.

O capítulo “O crescimento do comércio virtual no setor supermercadista na metrópole de São Paulo”, da autora **Juliana Giolo Zancheta**, apresenta a investigação do modo como as relações próprias do mundo da internet realizam-se para além da virtualidade e materializam-se no espaço da metrópole, e desvenda em que medida o uso dessas novas tecnologias tende a acelerar e a tornar fluidos o tempo e o espaço de seus usuários e das mercadorias por eles desejadas, transformando o modo de vida urbano. Este trabalho é resultado de uma revisão e atualização da Dissertação de Mestrado, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Rio Claro

(SP) e publicada em 2016 sob o título “Os supermercados virtuais e a produção do espaço urbano da metrópole de São Paulo”.

O capítulo “Comércio Eletrônico nos Sites de Redes Sociais” de autoria de *Patrícia da Cruz Oliveira*, traz para o debate uma ressignificação do tempo e do espaço, na medida em que a internet está cada vez mais acessível. São nos grandes centros urbanos que as Tecnologias da Informação e Comunicação- TICs e suas dinâmicas apresentam-se com maior intensidade. Existem vários Sites de Redes Sociais, como, por exemplo, o Twitter e o Facebook, sendo este último com o maior número de usuários ativos. Esses sites, nos últimos anos, foram protagonistas enquanto técnica ou ferramenta de apropriação popular na organização de movimentos sociais presentes em vários pontos do mundo. Esse estudo contempla a alteração no comércio e no consumo, mostrando a relevância do comércio eletrônico como uma das mais eficazes estratégias que levam os consumidores a comprarem sem saírem de casa, fato comprovado por meio da utilização do Facebook como estratégia comercial.

Os capítulos retratados nesta coletânea em muito podem corroborar para uma melhor compreensão da organização do espaço geográfico. Assim, convidamos aos leitores para apreciação. Boa leitura!

Os Organizadores.

SUMÁRIO

Prefácio	14
Interações vertente-fundo de vale em ambiente degradado pela erosão: um exemplo no oeste paulista <i>Felipe Augusto Scudeller Zanatta</i> <i>Cenira Maria Lupinacci</i> <i>Marcos Norberto Boin</i>	17
Qualidade ambiental urbana: conceito e metodologia <i>Marcos Paulo Almeida Fornazieiro</i>	39
A industrialização como fator de expansão urbana: o caso de Birigui (SP) <i>Alessandra Fagundes</i> <i>Andréia Medinilha Pancher</i>	73
Narrativas orais na composição do lugar: entrevistas para a produção do filme “Formação Territorial, Cultura e Memória” <i>Rogério Borges</i>	107
As gêneses da disciplina escolar: a autonomia da Geografia Escolar como meio difusor de legitimação da Geografia Acadêmica <i>Diego Carlos Pereira</i>	140

Cáceres (MT): a diversidade de um espaço rural em constante transformação <i>Ana Leticia de Oliveira</i> <i>Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira</i>	168
A consolidação do setor sucroenergético e a especialização produtiva na região de Iturama (MG) <i>Marcelo Alves Teodoro</i>	198
Assimetrias de poder entre as partes em uma relação contratual de obtenção de cana-de-açúcar <i>Francielly Naves Fagundes</i> <i>Ana Claudia Giannini Borges</i>	235
Discussão sobre a questão agrária brasileira <i>Elaine Aparecida Ramos</i> <i>Ana Claudia Giannini Borges</i>	263
Terras e reservas indígenas no Brasil: dialetização e (re)existência <i>Renan Andreosi Salles de Oliveira</i>	296
O crescimento do comércio virtual no setor supermercadista na metrópole de São Paulo <i>Juliana Giolo Zancheta</i>	322
O comércio eletrônico nos sites de redes sociais <i>Patrícia da Cruz Oliveira</i>	355
Sobre os autores	390

Prefácio

É com grande satisfação que chegamos à edição do livro “*Olhares Geográficos sobre a Organização do Espaço*”, fruto do trabalho árduo de pesquisa feito por mais de uma dezena de discentes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UNESP de Rio Claro. Tendo em vista o esforço laborioso destes investigadores, que produziram artigos formidáveis envolvendo diversas temáticas da ciência geográfica, como retratar e categorizar uma obra como essa? Afinal, o livro “*Olhares Geográficos sobre a organização do Espaço*”, que possui no título algo que remete a simplicidade, tem como cerne palavras que podem paralelamente remeter a uma complexidade e pluralidade de concepções e ideias.

Embora sejam abordados diferentes temas no âmbito da Geografia, é fato que a leitura faz com que você consiga relacionar informações e diversos elementos de forma cativante e com muita conectividade, perambulando pelas diferentes linhas de pesquisa adotadas pelo PPGG. Da mesma forma, de maneira agradável e equilibrada, o livro permite relacionar temas e aprofundar sobre questões importantes para o ambiente e a sociedade. É de fato uma obra bastante completa, e a tônica bastante complexa a torna uma valiosa contribuição para a Geografia, principalmente por ser originária de pesquisadores em início de carreira, que doravante certamente darão excelentes contribuições à Ciência.

Ao longo da vida, cada sensação ou impressão que temos da paisagem e do lugar pode ser interpretada geograficamente e

entendida pelo viés espacial. A organização natural e social do espaço, em meio às suas (des)organizações do território em uma sociedade cada vez mais dinâmica e incerta, é motivo e escopo de interesse por parte dos pesquisadores. E os desafios são inúmeros. Logo no final do século passado, o sociólogo Zygmunt Bauman (*in memoriam*) já explicava de maneira bastante profunda o conceito de modernidade líquida, cujas relações sociais vêm se transformando de forma rápida e intensa. E o que falar das Mudanças Climáticas, tema tão debatido no início deste século e que pode se tornar um dos principais desafios para a humanidade?

De fato, o progresso no campo geográfico nunca foi tão necessário como atualmente. A pandemia de Covid-19 já faz parte do enredo inicial da terceira década do século XXI, reformulando a lógica dos processos e dos padrões de difusão espacial de pessoas e reiterando a sua importância em um contexto global. E a formação de novos geógrafos e investigadores tem justamente o propósito de contribuir para entender todas essas complexas relações e, contribuir para mitigar e atenuar os problemas centrais enfrentados pela sociedade. Ademais, deve-se ressaltar o importante papel do PPGG da Unesp na formação de pesquisadores de excelência, que desde 1976 vêm dando a sua contribuição formando mestres e doutores, que exercem suas carreiras com dedicação e primazia, atuando em nível nacional e internacional.

Assim sendo, nós, geógrafos e pesquisadores, testemunhas oculares desse espaço em constante transformação, temos um papel fundamental em interpretar e analisar o espaço e as paisagens sob diferentes técnicas de análises, pontos de vista e, por que não, perspectivas. Eu parablenizo a todas e todos os que se esforçaram e se esforçam diuturnamente pelo progresso da

pesquisa acadêmica no Brasil. Este livro é uma bela homenagem, e demonstra ser possível fazer pesquisas de qualidade e aplicáveis à sociedade nos diferentes âmbitos e perspectivas da Geografia.

Prof. Dr. Pedro Augusto Breda Fontão

Geógrafo, Mestre e Doutor pelo PPGG/Unesp Rio Claro e Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná

Curitiba-PR, inverno de 2021.

INTERAÇÕES VERTENTE-FUNDO DE VALE EM AMBIENTE RURAL DEGRADADO PELA EROSÃO: UM EXEMPLO NO OESTE PAULISTA

*Felipe Augusto Scudeller Zanatta
Cenira Maria Lupinacci
Marcos Norberto Boin*

Introdução

Os canais fluviais constituem em agentes geomorfológicos dos mais ativos na esculturação do relevo em ambientes úmidos. Encontrando-se como nível de base local, o arranjo da rede de drenagem é reflexo de um conjunto de variáveis físicas, como clima, relevo, solos, substrato rochoso e vegetação (BOTELHO, 2012), de modo que qualquer alteração na bacia de drenagem reflete nos canais fluviais (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Em ambientes equilibrados, os canais fluviais possuem como função apenas transportar água e sedimentos, quando atinge o perfil de equilíbrio. No entanto, como a bacia constitui-se em um sistema em sequência, qualquer modificação realizada nas vertentes, seja ela natural, como a erosão do solo devido ao aumento do volume das chuvas, ou antrópica, como a alteração da cobertura vegetal, o canal tende a se ajustar a essa mudança, por meio do entalhamento e da deposição (CHRISTOFOLETTI, 1980).

De acordo com Penteado (1983, p.99), a atuação dos processos areolares “[...] e a evolução das vertentes se faz em função da escavação do vale”. Portanto, ao se situar no nível de base local e conectar toda a bacia, qualquer modificação no canal fluvial acaba por refletir também nas vertentes, como um mecanismo de retroalimentação entre os sistemas fundo de vale e vertente, na busca de um novo equilíbrio.

A retirada de matas nativas e os diversos usos antrópicos adicionam um novo elemento aos ambientes, que tendem ao desequilíbrio, buscando uma nova organização adaptada aos atributos novos. Nessa reorganização, as alterações se processam nos fundos de vale, como sedimentação e entalhamento, e nas vertentes, como a erosão laminar, gravitacional e linear, sendo fundamental entendê-los para minimizar a perda de recursos naturais, como fauna, flora, solos e água.

Bertoni, Lombardi Neto (1990, p. 344) destacam que “a erosão não é somente um fenômeno físico, mas também um problema social e econômico, e resulta fundamentalmente de uma inadequada relação entre o solo e o homem”.

Ao partir de tais princípios, o objetivo deste capítulo é apresentar um diagnóstico para áreas rurais degradadas, desenvolvido a partir do entendimento das interações entre os processos de vertente e fundo de vale, que se estabeleceram em um sistema bacia utilizado para produção agrícola.

Como objeto de estudo, selecionou-se um conjunto de sub-bacia do ribeirão Areia Dourada, que perfazem 660 hectares de área, localizados no extremo oeste do estado de São Paulo, no município de Marabá Paulista (SP).

A análise da bacia partiu de princípios da antropogeomorfologia e da cartografia em diferentes momentos históricos, buscando identificar as mudanças do uso da terra e das feições geomorfológicas ao longo do tempo. Esta metodologia possibilita, assim, compreender as interações resultantes do uso da estrutura física da bacia, a partir das formas e processos que se desenvolveram ao longo do tempo, nas vertentes e fundos de vale.

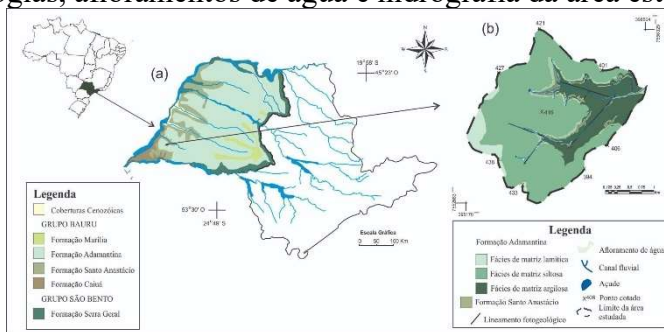
Os dados para a referida análise foram obtidos de Zanatta (2018) e se baseiam em mapeamentos de uso e cobertura superficial da terra e das feições geomorfológicas. Tais mapeamentos utilizaram distintas fontes, com destaque para fotografias aéreas dos anos de 1963, 1979 e 1997 e imagens orbitais do ano de 2016. Os mapeamentos de uso da terra seguiram as orientações do IBGE (2006), enquanto os mapeamentos geomorfológicos, os princípios de Tricart (1965) com adaptações ao universo estudado. Os dados obtidos com esses mapeamentos foram quantificados e analisados a partir de gráficos, de acordo com sua natureza espacial: em extensão (km); área (hectare e %) e quantidade (número total de feições identificadas); as bases e procedimentos mencionados encontram-se de maneira detalhada em Zanatta (2018), do qual também se extraíram as informações de litologias, declive e solos da bacia analisada.

O ambiente físico

Localizados no extremo oeste do estado de São Paulo, os 660 hectares que perfazem a bacia estudada encontram-se sobre

formações areníticas do Grupo Bauru, sobretudo fácies da Formação Adamantina (Figura 1).

Figura 1 - Localização da área estudada. (a) Litologias e localização da área estudada na região do Oeste Paulista; (b) litologias, afloramentos de água e hidrografia da área estudada



Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

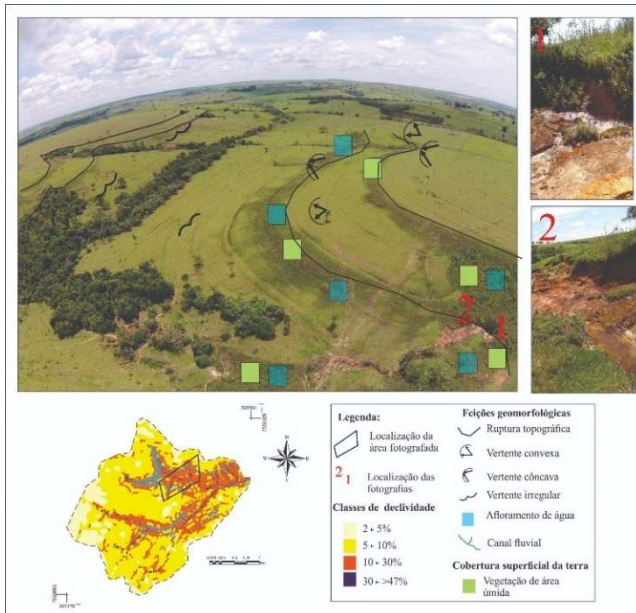
Essa formação, desenvolvida a partir de depósitos fluviolacustres, tem como característica a sobreposição de camadas arenosas e porosas, com camadas argilosas e menos porosas (ALMEIDA, 1964). Tais fácies apresentam resistências e condições hidrodinâmicas muito distintas, de modo que o contato dessas fácies é marcado por rupturas topográficas nas vertentes, com afloramentos de água em alguns setores (Figura 1 (b)).

O maior desenvolvimento da rede de drenagem ocorre sobre Fácies argilosa da Formação Adamantina, que favorece o escoamento de superfície. Muitas das nascentes, principalmente na alta e média bacia, resultam dos afloramentos de água nas rupturas (Figura 1 (b)). O traçado dos rios segue um controle estabelecido pelas falhas geológicas, sob influência dos

lineamentos Taxaquara, na direção NW-SE e outros nas direções SW-NE e NNW-SSE (Figura 1b).

Como característico de ambiente quente e úmido, as vertentes apresentam padrão côncavo-convexo, com alguns segmentos retilíneos. Os topos arredondados apresentam declives de 2 a 5%, aumentando nas vertentes para declives entre 5 a 10%. A jusante das rupturas há uma quebra nesse padrão do relevo, as vertentes se tornam irregulares (Figura 2) e a declividade aumenta de 10 a 30%, chegando entre 30 e 47% principalmente nas proximidades do fundo de vale (Figura 2).

Figura 2 - Rupturas topográficas com afloramentos de água, formas de relevo e vegetação de área úmida, setor N da área estudada



Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Os afloramentos de água nas rupturas originam diversos setores com solos subordinados ao hidromorfismo, onde se estabeleceu uma vegetação característica de ambientes úmidos (Figura 2), como o capim rabo-de-burro (*Schizachyrium condensatum*).

Os solos da área estudada são predominantemente arenosos (CARVALHO *et al.*, 1997; ZANATTA, 2018). Nos topos e alta vertente localiza-se o Neossolo Quartzarênico. Na média e baixa vertente, sobre fácies argilosas da Formação Adamantina, encontram-se os Argissolos, de menor permeabilidade. Em alguns setores a jusante das rupturas topográficas, os solos ficam mais rasos, de 0,25 a 1m de profundidade.

Sobre estes solos se estabeleceu uma vegetação do tipo Floresta Estacional Semidecidual (DITT, 2000), submetida a um clima tropical típico, que intercala períodos de chuvas torrenciais e prolongadas, com outro de escassez, por vezes em estiagem (BOIN, 2000).

As coberturas do tipo florestal, como da área estudada, ofertam uma proteção quase que completa ao solo. A copa das árvores, seus troncos, galhos, folhas, frutos e raízes participam ativamente deste processo, reduzindo o impacto das chuvas e da erosão, ao regular o escoamento e a infiltração de água, como também ao adicionar carbono orgânico e vida biológica, que dão maior agregação e melhor estrutura aos solos. A floresta, para Bertoni e Lombardi Neto (1990, p.3a1) “[...] é nosso maior recurso natural de caráter renovável: conserva a água a utilizar na irrigação; protege o solo; regula o volume das nascentes; fornece áreas de recreação e é ambiente adequado à fauna.”

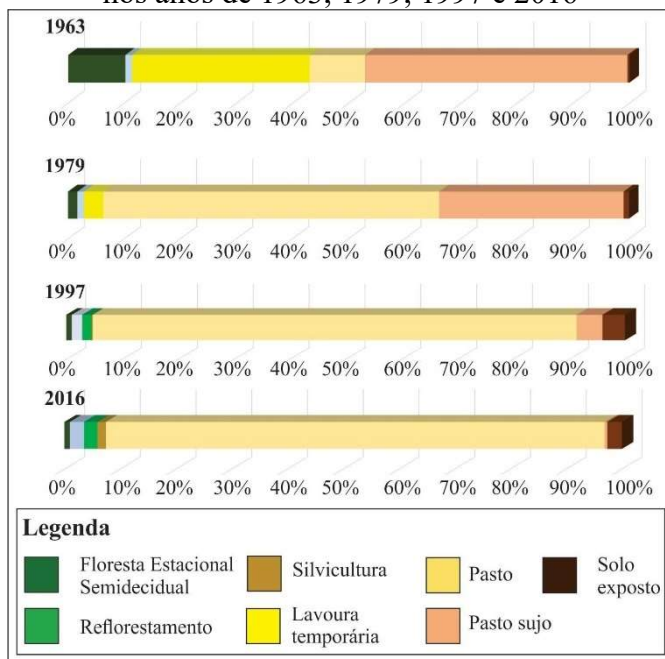
O uso da terra e a dinâmica antropogeomorfológica

A ocupação da região oeste do estado de São Paulo aconteceu na segunda metade do Século XIX e início do Século XX, com o avanço dos cultivos de café de Leste para Oeste, conectando essas regiões através dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Monbeig (1989) e Ferrari Leite (1998) destacaram que a ocupação dos terrenos ocorreu pela apropriação por latifundiários, a partir de processos de grilagem de terras para expansão do próprio latifúndio, com cultivo de café, bem como a venda de lotes para migrantes japoneses, italianos e nordestinos. Segundo os autores, este processo pouco democrático de demarcação de terras ocorreu com violência contra as comunidades locais, de indígenas e posseiros, assim como provocando devastação sem freios sobre as matas nativas, que foram reduzidas a pequenos fragmentos dispersos por toda região do Oeste Paulista (BOIN, 2000; ZANATTA, 2018).

Monbeig (1989) observou que os primeiros exploradores da região, admirados com a rica e exuberante floresta existente, teoricamente testemunho da fertilidade dos solos, imaginaram que estes eram aptos a acolher culturas agrícolas, como café e a pecuária bovina, desmatando de maneira indiscriminada os terrenos. Pouco se imaginou, assim, que abaixo daquela enorme floresta havia solos tão frágeis à ação erosiva das chuvas e que a própria floresta era um elemento fundamental na proteção e nutrição daqueles solos, de composição arenosa.

A área estudada é testemunho desta devastação. Desde 1963, primeiro ano mapeado, a Floresta Estacional Semidecidual recobria menos de 10% dos terrenos, com domínio do uso para culturas temporárias e pasto para pecuária bovina (Figura 3).

Figura 3 - Uso e cobertura superficial da terra na área estudada nos anos de 1963, 1979, 1997 e 2016

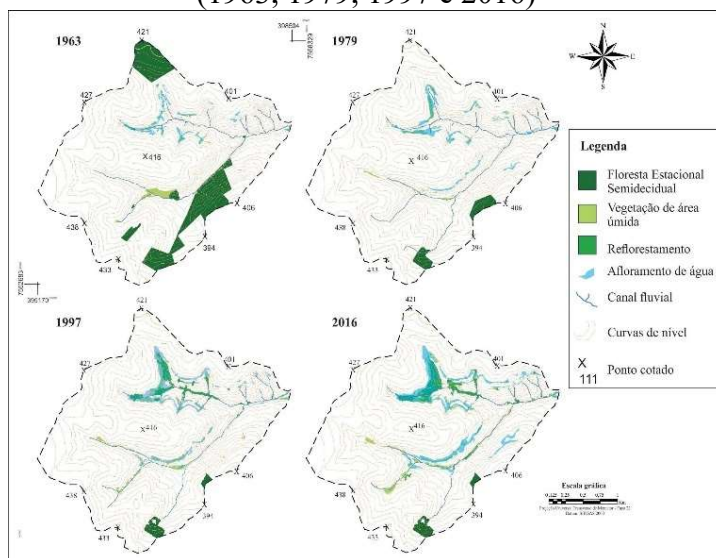


Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Nos anos seguintes, verificou-se um avanço progressivo das pastagens, que passou a ocupar os terrenos antes utilizados pelas lavouras e recobertos pelas matas nativas. Rodrigues *et al.* (2006) esclarecem que este avanço das pastagens entre as décadas de 1970 e 1990 ocorreu também em boa parte da região do Pontal do Paranapanema, como resultado do empobrecimento do solo pelo uso intenso e erosão, o que aumentou o preço do cultivo e tornou a agricultura inviável para os pequenos agricultores, os quais venderam suas terras para grandes pecuaristas.

Em 1997, as matas nativas encontravam-se reduzidas a menos de 1% da área. Neste mesmo ano, também são realizados reflorestamentos, que passam a recobrir 1,6% da bacia, aumentando para 2,4% em 2016. Essas áreas reflorestadas encontram-se da média para baixa vertente, nas proximidades dos afloramentos de água (Figura 4), nos declives mais acentuados e na beira dos canais fluviais, no setor NW da área estudada (Figura 2).

Figura 4 - Floresta Estacional Semidecidual, vegetação de área úmida e reflorestamento na área estudada (1963, 1979, 1997 e 2016)



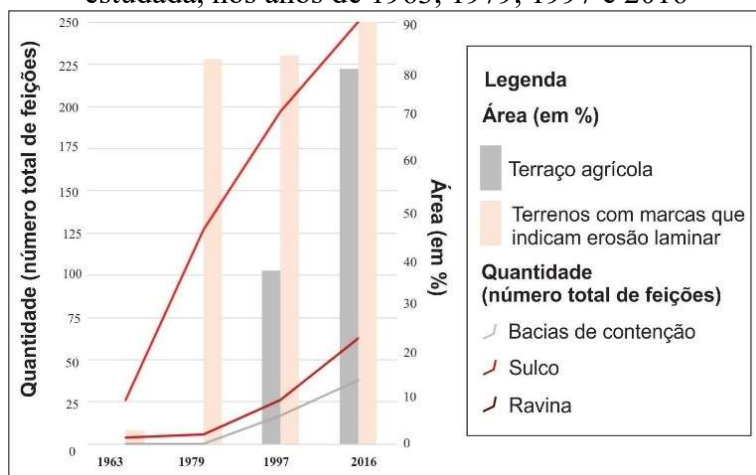
Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Constata-se, portanto, uma substituição quase completa da fauna e flora local, onde apenas a nascentes do canal à SSW encontra seu entorno parcialmente protegido, de modo que as

demais nascentes e bordas de rios e açudes estão em uso, sobretudo pelo pasto, mesmo estas áreas sendo protegidas desde 1965 (Lei 4771, Art.2º, alíneas a, b e c; substituída pela Lei 12651/2012).

Nesse contexto, junto dos cultivos agrícolas presentes nos terrenos e solos da área estudada, testemunhou-se um progressivo aumento na quantidade de processos erosivos nas vertentes, desenvolvendo centenas de sulcos, dezenas de ravinas e três voçorocas em um espaço de tempo de 53 anos (Figura 5).

Figura 5 - Erosão do solo e técnicas conservacionistas na área estudada, nos anos de 1963, 1979, 1997 e 2016

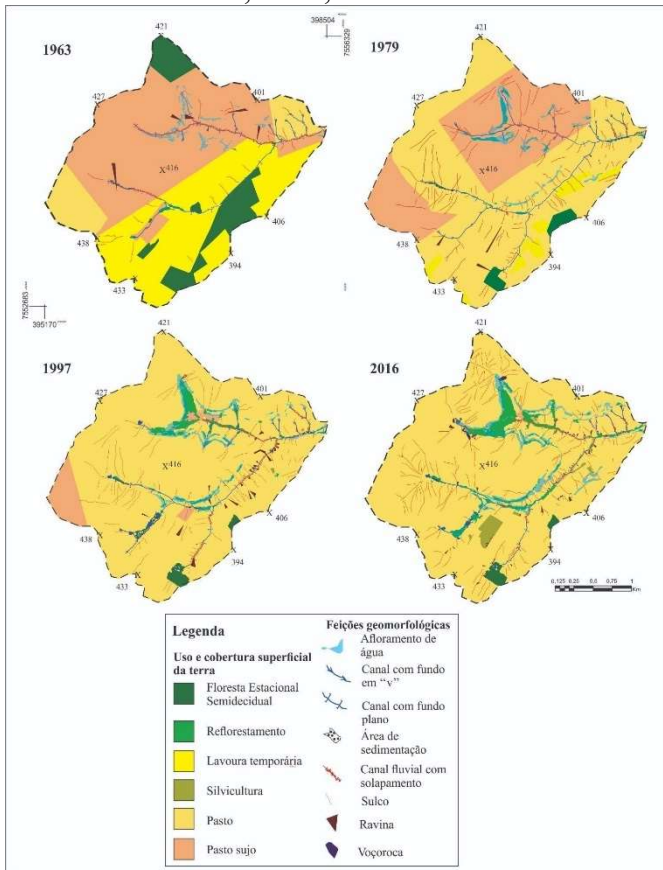


Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

O uso intenso dos terrenos para pastagem proporcionou um aumento de todas as formas erosivas, mesmo a partir de 1997, quando se registra o uso de técnicas conservacionistas para maior infiltração de água (Figura 5). Na área estudada, há uma presença generalizada dos sulcos nas vertentes, diversas ravinas que se

estabeleceram no baixo curso do tributário à SW-NE e três voçorocas, desenvolvidas nas proximidades dos afloramentos de água no setor WNW e NNW (Figura 6; Figura 7).

Figura 6 - Uso da terra e feições geomorfológicas nos anos de 1963, 1979, 1997 e 2016

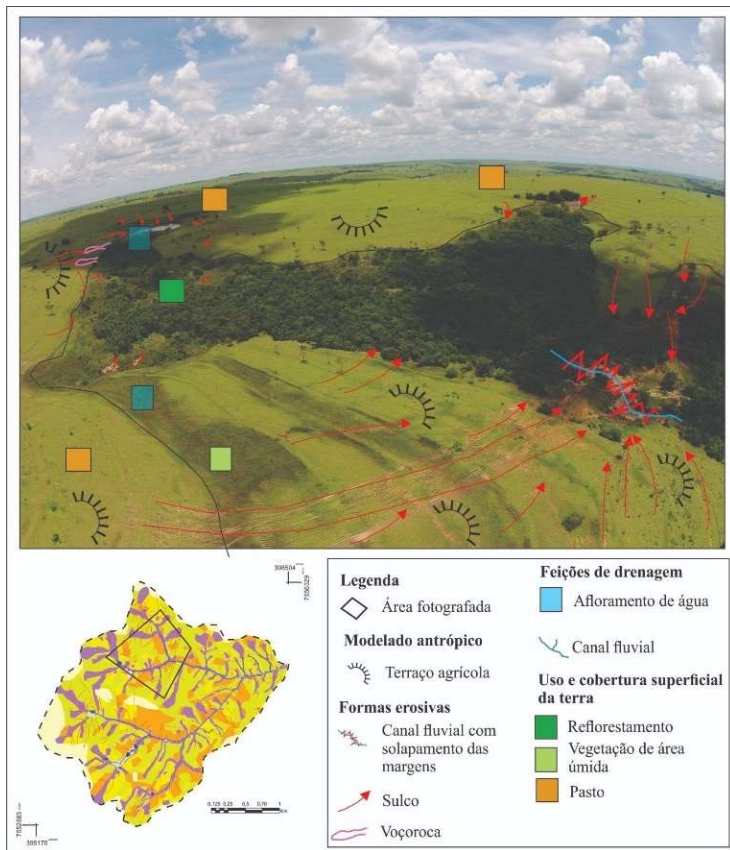


Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Deste modo, o pisoteio excessivo do gado estabelece para os solos o início da erosão linear, não mais dependente do volume de chuvas e da erosão por salpicamento (*splash*). Uma quantidade excessiva de gado pisoteando constantemente o solo, em um trajeto que se estende das vertentes aos fundos de vale na busca por água, compacta a camada superficial e impede a regeneração da vegetação. Assim, quando se tem início o período chuvoso, os caminhos preferencias para o escoamento superficial já estão dados, facilitando a ação de processo linear.

Observou-se que o efeito do pisoteio do gado da área estudada, forma setores de convergência do fluxo de água em formas de relevo com característica de dispersão do fluxo, como nas vertentes convexas (Figura 7). Portanto, a pecuária praticada de maneira extensiva, além de acelerar o efeito erosivo ao compactar a camada superficial, também altera a característica das vertentes.

Figura 7 - Formas de relevo e feições geomorfológicas de um setor da área estudada

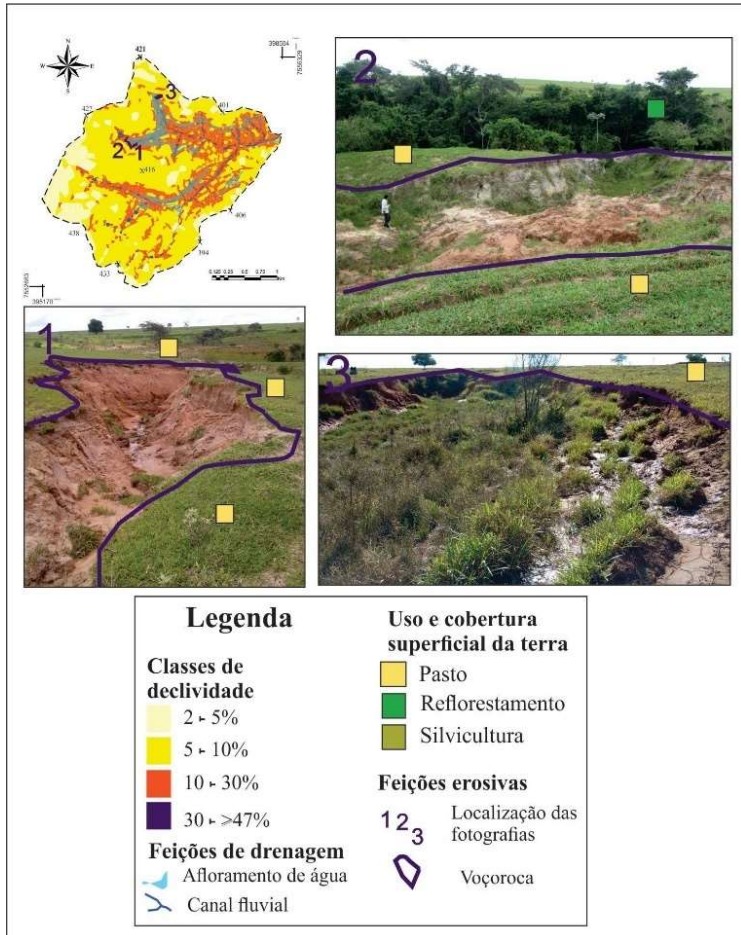


Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Na alta bacia, a NW da área estudada, os afloramentos ocorrem em maior volume da média para baixa vertente, tornando este ambiente mais sensível às pressões de uso antrópico, sobretudo para pastagem nas condições mencionadas. Essa

combinação, em terrenos com declives de 10-30%, resultou no desenvolvimento de três voçorocas (Figura 8).

Figura 8 - Uso e cobertura superficial da terra, afloramento de água e taludes das voçorocas. Setor de alta bacia à NNW da área estudada

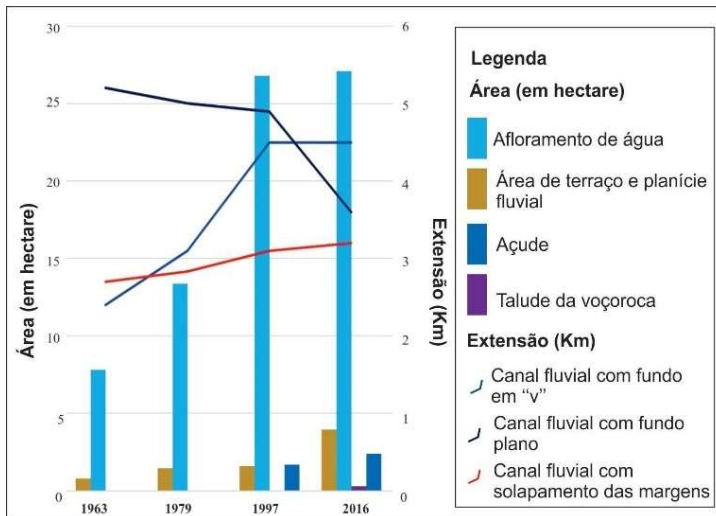


Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Como observado em campo e destacado na Figura 8, não há cercas limitando o acesso do gado, que transita livremente entre as áreas úmidas, fundos de vale, reflorestamento e até a borda do talude da voçoroca. Estas áreas, de maior predisposição aos processos degradativos, sofrem com uma prática que notadamente é incompatível com as características destes terrenos.

O uso de terraços agrícolas, que pouco contribuí para a redução das feições erosivas lineares da área (Figura 5), possivelmente colaborou para uma maior infiltração da água, de modo a causar um aumento considerável da área ocupada por afloramentos nas rupturas topográficas. Registrou-se uma mudança de 1,5ha alagados em 1963, para 5,4 em 1997 e 2016 (Figura 9).

Figura 9 - Alterações nos afloramentos de água e mudanças nos fundos de vale na área estudada



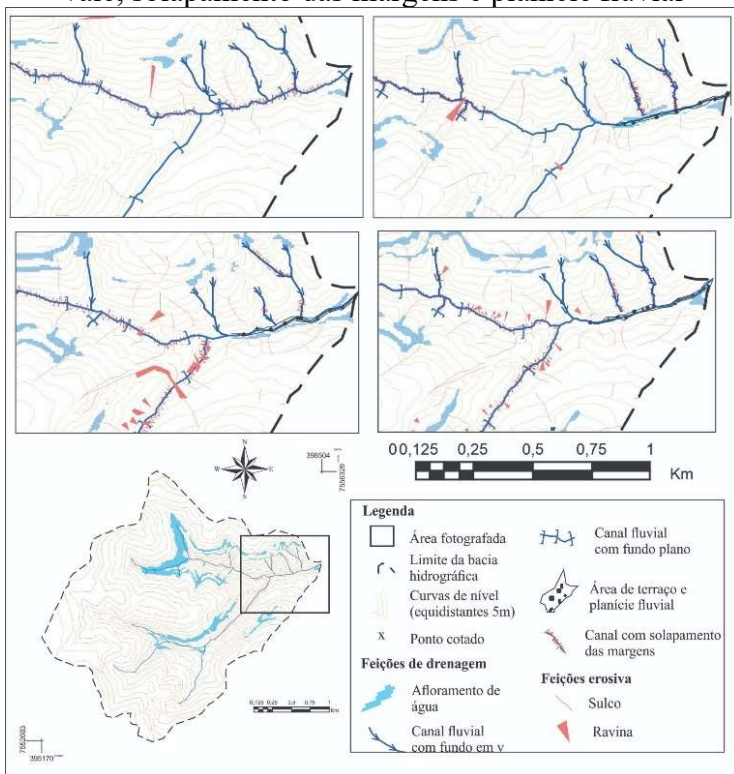
Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Esse maior volume nos afloramentos de água, junto ao aumento de carga de sedimentos que chegam aos rios pela erosão das vertentes, alteraram consideravelmente as características dos fundos de vale.

Percebe-se a influência desses afloramentos nos canais com fundo de vale em “v”, de 1963 a 1997 houve um aumento significativo na extensão desse tipo de canal. O uso de terraços agrícolas proporcionou em uma nova dinâmica de infiltração, refletida no aumento de afloramentos, que tornaram canais pluviais à SSW e pequenos filetes tributários à NW em canais fluviais.

Constatou-se também um aumento progressivo das áreas de terraço e planície fluvial (Figura 9), sobretudo de 1997 a 2016, principalmente na baixa bacia, a montante da confluência dos canais à NW e SW e na foz do canal principal (Figura 10).

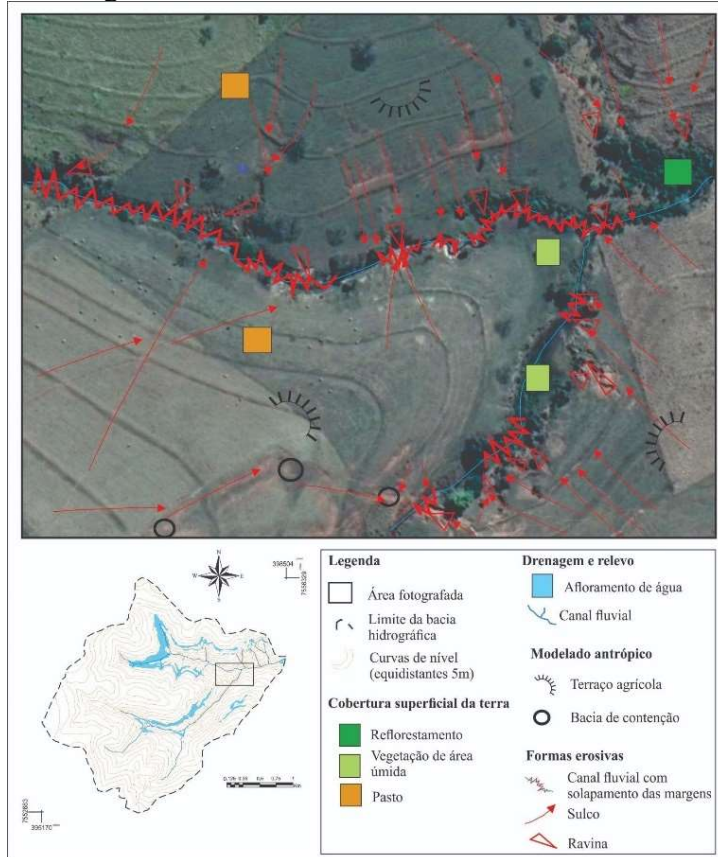
Figura 10 - Interações vertentes, ravinas e sulcos, e fundos de vale, solapamento das margens e planície fluvial



Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Constata-se que no baixo curso dos canais fluviais de NW e SW o aumento de água e sedimentos que chegam aos rios, junto ao pastoreio excessivo até a beira do canal, refletem nas características do fundo de vale, que tendem a se adequar a esse maior volume de água e sedimentos. Desse modo, na busca de um ajuste as novas condições, inicia-se o solapamento das margens (Figura 10; Figura 11).

Figura 11 - Uso e cobertura superficial da terra e feições geomorfológicas. Setor de baixa bacia na confluência dos canais



Fonte: adaptado de ZANATTA, 2018.

Como destacado na perspectiva histórica (Figura10) e no último ano estudado (Figura 11), os processos de fundo de vale se combinam àqueles das vertentes, em que a confluência dos sulcos, combinada ao solapamento das margens do canal, proporcionam o colapso das baixas vertentes, onde se formam as

ravinas. Desse modo, considera-se que o desequilíbrio do sistema da bacia se reflete na presença de processos morfogenéticos do fundo de vale às vertentes, que buscam um novo equilíbrio face às novas condições existentes.

Considerações finais

Neste estudo, pode-se avaliar a relação entre o uso agrícola, sobretudo pela pecuária, e o comportamento dos fenômenos geomorfológicos, principalmente os erosivos, apresentando-se um diagnóstico para a região do Oeste Paulista, em que as características litológicas da Formação Adamantina e de uso agrícola da terra, com desmatamento generalizado e pecuária, são semelhantes.

Em um ambiente com características hidrodinâmicas específicas, em que extensos afloramentos contornam as vertentes, a pecuária extensiva e a pouca presença de vegetação nativa, mesmo em áreas legalmente protegidas, resultaram em um quadro de erosão linear e laminar generalizados, de maneira que os terraços agrícolas pouco efeito tiveram para conter a dinâmica estabelecida.

Observou-se que a maior infiltração da água resultou em um aumento do volume que aflora nas rupturas topográficas, tornando os terrenos a jusante mais dinâmicos à processos de hidromorfismo e de escoamento superficial. Junto as técnicas conservacionistas, portanto, deve-se combinar a proteção do entorno dos afloramentos de água com vegetação nativa e um manejo mais adequado das pastagens, reduzindo efeitos de compactação.

Nas atuais circunstâncias, evidenciou-se a tendência ao aumento das voçorocas à NW, uma vez que as condições que proporcionaram o surgimento das três feições mapeadas são muito semelhantes ao de toda alta bacia.

Outros setores que se mostraram problemáticos encontram-se na confluência dos canais NW e SW, na baixa bacia, onde o solapamento das margens combina-se com o desenvolvimento de ravinas nas baixas vertentes, a montante desta confluência, gerando o aumento da área de planície e terraço fluvial a jusante.

O uso destes terrenos carece de uma maior atuação do poder público, com a necessária revisão sobre a forma como estes se transformaram em propriedades privadas no processo de ocupação, bem como de políticas públicas que auxiliam na transformação desta forma de uso, visando padrões mais adequados às características hidrodinâmicas dos terrenos.

Referências

ALMEIDA, F. F. M. Os fundamentos geológicos do relevo paulista. **Boletim IGC**, São Paulo, v.31, p.169-263, 1964.

BOIN, M. N. **Chuvvas e erosão no Oeste Paulista**: uma análise climatológica aplicada. 2000. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000. 264p.

DITT, E. H. **Fragmentos florestais no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: IPÊ, 2002.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. São Paulo: ícone, 1990.

BOTELHO, R.G.M. Planejamento ambiental em microbacia hidrográfica. IN: GUERRA, A.J.T; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. (Org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARVALHO, W. A. (coord.) **Levantamento semidetalhado dos solos da bacia do rio Santo Anastácio-SP**. Presidente Prudente, São Paulo: FCT-UNESP, 1997. v.1 e v.2.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda. 1980.

FERRARI LEITE, J. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HICITEC, 1998.

FERREIRA, M. V.; TINOS, T. M.; PINTON, L. G.; CUNHA, C. N. L. A cartografia de dissecação vertical para avaliação do relevo: proposta de técnica automática. **Revista Brasileira de Cartografia** (Impresso), 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de geomorfologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

STEIN, D. P. **Avaliação da degradação do meio físico. Bacia do rio Santo Anastácio. Oeste Paulista. 1999.** Tese (Doutoramento em Geociências e Meio Ambiente), Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1999.

TRICART, J. **Principes et méthodes de la géomorphologie.** Paris: Masson, 1965.

ZANATTA, F.A.S. **Limitação física em área rural degradada:** busca metodológica para definir o uso adequado das terras. 2018. Tese (Doutorado em Geografia, organização do espaço), Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2018.

QUALIDADE AMBIENTAL URBANA: CONCEITO E METODOLOGIA

Marcos Paulo Almeida Fornazieiro

Introdução

O rápido crescimento e adensamento urbano, sobretudo a partir de meados do século XX, contribuiu para elevar o grau de artificialização dos ambientes. As cidades surgiram como modelo de civilidade e como resultado da artificialização do modo de vida humano, chegando a praticamente desvincular o homem de seu relacionamento com a natureza. (FORATTINI, 1991; LEFF, 2001).

A expansão das cidades, no entanto, não respeitou, necessariamente, princípios de racionalidade ambiental, ocupando desordenadamente ambientes mais frágeis e expondo certas populações a situações vulneráveis (NUNES, 2015; RECH, 2014).

Como consequência, a qualidade ambiental tem se deteriorado drasticamente nas cidades, refletindo, assim a forma como cada cidade ocupa seu espaço físico-natural e, posteriormente, como trata seus aspectos ambientais.

Nesse processo, os recursos naturais e as condições ambientais não são acessados de forma equitativa no ambiente urbano (e nem no espaço geográfico como um todo).

O modo como o espaço nas cidades é organizado e as desigualdades, distribuídas, é resultado de processos históricos e sociais diversos. Para Acselrad, Mello e Bezerra (2009), não existem condições naturais ou determinação geográfica que justifique essa organização, mas processos sociais e políticos que reservam maiores problemas ambientais à população mais carente, bem como acesso limitado aos recursos naturais, o que impacta diretamente a percepção de bem-estar dessa população.

Nesse sentido, a qualidade ambiental urbana revela injustiças ambientais, visto que os aspectos naturais e artificiais são distribuídos de forma desigual, reservando, na maior parte das vezes, aos desfavorecidos as piores condições ambientais.

Diante da importância da qualidade ambiental urbana para se identificar aspectos minimamente indispensáveis à vivência mais sadia dos cidadãos, bem como para a promoção da justiça ambiental, é de suma importância resgatar seu conceito e formular métodos de mensurá-la e espacializá-la.

Se por um lado, o conceito é de difícil definição pelos inúmeros valores subjetivos, perceptivos e culturais associados, por outro, a evolução e popularização das Geotecnologias têm aberto novas possibilidades para medir e representar a qualidade ambiental, utilizando-se metodologias para modelagem, síntese e análise espacial dos indicadores ambientais.

Neste capítulo, objetivou-se resgatar o conceito de qualidade ambiental urbana e a importância dessa temática para se garantir melhores condições de vida urbana e remediar as desigualdades ambientais. Posteriormente, é apresentado o embasamento teórico-metodológico para pesquisas dessa natureza, enfatizando o potencial das geotecnologias para

mensuração, representação e análise da qualidade do ambiente urbano.

Considerações e proposições sobre o conceito de qualidade ambiental urbana

Estudos que visavam mensurar a qualidade ambiental e a qualidade de vida começaram a ser registrados a partir de meados de 1950, ainda pautados em abordagens mais quantitativas, resumidas em tabelas, quadros e formulários. Mais tarde, em meados da década de 1960 e 1970, surge uma preocupação em dar uma perspectiva mais experimental e qualitativa aos trabalhos dessa natureza, cujo marco foi à publicação do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report*, MAB Report, Series/UNESCO, em Paris, em 1973. (GUIMARÃES, 2005).

A discussão a respeito da qualidade ambiental urbana entra em pauta diante dos reflexos das condições de vida urbana que se tornaram predominantes e, ao mesmo tempo, palco de cenários de miséria, exclusão social, poluição, degradação ambiental e vulnerabilidade, expressando o caos da relação homem – natureza.

Segundo Oliveira (1983), existe uma relação direta entre o crescimento acentuado da população urbana e as condições de qualidade ambiental e, conseqüentemente, de vida. A ênfase é atribuída mais à quantidade dos bens e serviços do que à qualidade, refletindo um rebaixamento dos níveis de qualidade que são dificilmente suportados.

As cidades são o resultado máximo da organização espacial, da antropogênese e da artificialização da paisagem. Por isso, a forma como os artefatos humanos se inter-relacionam, no tempo e no espaço, com os elementos bióticos e abióticos determina um ambiente com maior ou menor condição de sobrevivência. O termo sobrevivência, juntamente com a concepção ampla que se tem hoje de meio ambiente, é que embasa o conceito de qualidade ambiental.

O meio ambiente ou ambiente, é tudo o que rodeia o homem, enquanto indivíduo ou grupo. Provém da palavra francesa “*environnement*” e significa tudo que envolve, somando elementos naturais e artificiais onde a vida humana acontece. Desse modo, esse conceito estaria ligado à própria vida, visto que todo organismo vivo precisa de um meio nutridor, que no caso do ser humano, além do meio físico, necessita também de um ambiente humano e social apropriado (OLIVEIRA, 1983).

Segundo Troppmair (1992), o meio ambiente “de acordo com as propriedades de seus elementos determina uma qualidade ambiental que pode ser benéfica ou maléfica para a vida humana” (TROPMAIR, 1992, p. 1). Portanto, é certo que o conceito de qualidade ambiental urbana se liga ao de qualidade de vida urbana à medida que esse remete à capacidade e às condições do meio urbano em satisfazer as necessidades de seus cidadãos.

Jesus e Braga (2005) citados por Benini e De Godoy Rosin (2017) entendem haver uma interação e equilíbrio entre vida e meio ambiente que varia em escala, tempo e lugar, estabelecendo uma ligação direta entre qualidade ambiental e qualidade de vida.

De acordo com Martinelli (2004), a qualidade de vida, é um conceito mais amplo do que qualidade ambiental, sendo que a variável ambiental é uma parte integrante de seu amplo arcabouço.

Kiemstedt et al. (1998) apud Estevêz e Nucci (2015) considera a qualidade ambiental urbana um conceito ligado às condições biofísicas da cidade, porém trata-se de um conceito mais amplo, abarcando as várias dimensões do ambiente urbano.

Mendonça (2004) resgatou a concepção de ambiente urbano apresentado em 1997, pelo PNUD/UNOPS (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Oficina de Serviços para Projetos das Nações Unidas) dentro de uma abordagem sistêmica. Logo, o ambiente urbano é entendido por um processo de “intercâmbio entre a base natural de uma cidade, a respectiva sociedade ali existente e a infraestrutura construída. Dessa forma, o ambiente urbano é o resultado de diversos processos e interações entre três instâncias ou subsistemas: o humano ou social, o natural e o construído” (MENDONÇA, 2004, p. 195).

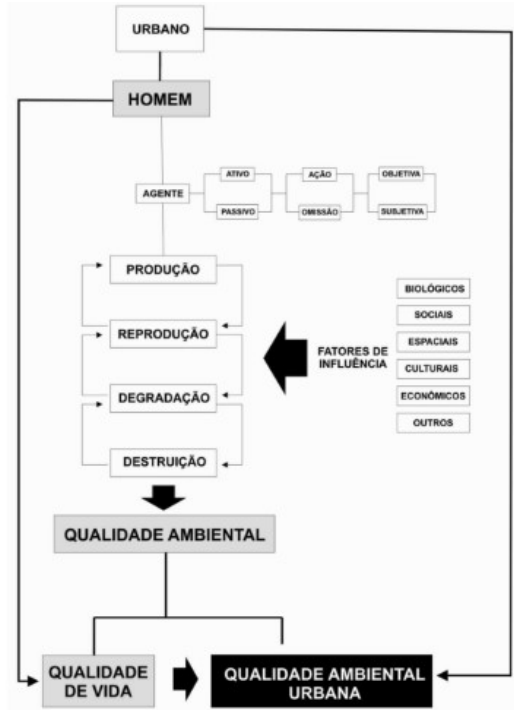
O subsistema natural engloba os elementos físicos da natureza, o humano ou social abarca os indivíduos e seus diferentes níveis de organização, assim como suas múltiplas formas de interação. O subsistema construído, por sua vez, é formado pelas formas e estruturas do espaço, sendo resultado da dinâmica social sobre o território urbano. Nos processos de interação existentes intervêm fatores de origem tanto interna quanto externa ao ambiente – do tipo histórico, econômico, político, social, natural, ecológico e cultural (PNUD/UNOPS, 1997 apud MENDONÇA, 2004).

Mendonça (2004) interagindo e detalhando as propostas de Monteiro (1976) e PNUD/UNPOS (1997) para o Sistema Clima Urbano e Sistema Ecológico Urbano, respectivamente, propôs uma compreensão da cidade em sua totalidade por meio de uma abordagem sistêmica, a qual denominou Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.).

A concepção de Mendonça (2004) confere um tratamento integrado, holístico e conjuntivo dos elementos e dos problemas urbanos. Assim, o ambiente urbano é o resultado mais aparente da relação sociedade-natureza e constitui-se de aspectos naturais e sociais, os quais são essenciais para a sobrevivência humana.

Apropriando-se dessa visão, entende-se que a qualidade ambiental urbana é influenciada por fatores biológicos, sociais, espaciais, culturais e econômicos, em que o homem é ora agente passivo ora ativo, na ação ou na omissão, com objetividade ou subjetividade, na produção, reprodução, degradação e destruição desse ambiente no qual está inserido (BENINI; DE GODOY ROSIN, 2017). Essa interpretação foi resumida pelos autores na figura 1.

Figura 1 - Fatores de influência e o homem como agente na determinação da qualidade ambiental urbana

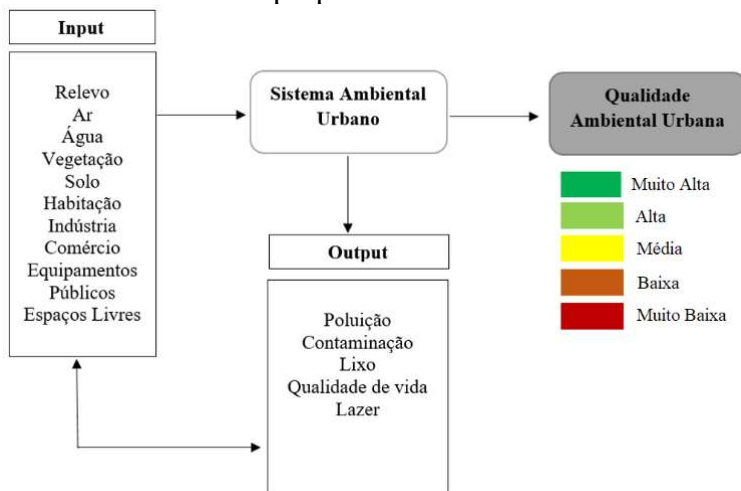


Fonte: Benini e De Godoy Rosin, 2017, p. 34.

Por esse motivo, o conceito de qualidade ambiental é profundo, abrangendo atributos de natureza quanti-qualitativa, tendo em vista que compreende a integralidade do conceito de meio ambiente, em suas dimensões tangíveis ou não, envolvendo todos os processos e condições que propiciam a vida (GUIMARÃES, 2005).

Partindo-se dessas considerações a respeito do conceito de qualidade ambiental e Sistema Ambiental Urbano proposto por Mendonça (2004), entende-se que a qualidade ambiental urbana é o que confere estado de equilíbrio ou desequilíbrio ao sistema, reflexo da interação que há entre os aspectos físico-naturais do sítio urbano e aqueles construídos pelo homem (Figura 2).

Figura 2 - Modelo Conceitual de Qualidade Ambiental Urbana na proposta de S.A.U.



Fonte: Fornazieiro (2020, p. 66).

Propõe-se, assim, que a qualidade ambiental urbana seja entendida como o resultado da relação sistêmica entre os elementos físico-naturais e os socialmente construídos do Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.), conferindo ao cidadão melhores possibilidades de sobrevivência e bem-estar.

Nesse sentido, a análise da qualidade ambiental urbana pode tornar-se um parâmetro estratégico para o planejamento

urbano, de modo a garantir às populações igualdade social e ambiental.

Metodologias de representação e síntese

Além das questões relativas ao conceito, o problema metodológico da qualidade ambiental urbana também envolve a seleção crítica dos indicadores ambientais da área de estudo e posterior espacialização e representação cartográfica deles, finalizando com uma cartografia de síntese.

As pesquisas relativas à qualidade ambiental demonstram que o principal desafio está na seleção dos indicadores a serem considerados. Por esse motivo, essas pesquisas tornam-se singulares, já que os aspectos podem ser dos mais variados, a depender das especificidades locais ou objetivo final da pesquisa.

Na definição dos indicadores é necessário observar quais são as reais necessidades da área de estudo, bem como as interferências ambientais para a região. Sendo assim, alguns estudos e levantamentos são importantes na avaliação da qualidade ambiental urbana, tais como: informações gerais sobre os aspectos naturais e sociais (caracterização física e resgate histórico); identificação dos problemas ambientais da cidade; histórico do processo de urbanização; identificação das transformações da paisagem e, o uso e parcelamento do uso, além dos processos naturais e sociais atuais. Assim, os indicadores são capazes de demonstrar a real situação da qualidade do ambiente urbano quando se faz uma escolha adequada dos mesmos, dentro de uma metodologia de análise que considere os múltiplos indicadores e a relação entre eles (LIMA; AMORIM, 2009).

Nesse sentido, a análise sistêmica tem sido utilizada como a abordagem mais adequada para o entendimento da variedade de indicadores atuantes no S.A.U. e determinantes para a qualidade ambiental desses sistemas.

De acordo com Martinelli e Pedrotti (2001), não se pode mais conceber as representações sobre a realidade espacial humana de forma analítica e fragmentada, sendo necessária uma cartografia de reintegração, de reconstrução do todo, como uma cartografia ambiental de síntese.

Monteiro (1982, 1987) apud Martinelli (1994) defendeu uma percepção globalizante do ambiente por meio da integração, em que as relações entre a natureza e a sociedade sejam consideradas como elementos integrantes de um sistema. Essa integração passa pela compreensão da qualidade ambiental, resultando no “Mapa da Qualidade Ambiental”, de natureza cartográfica complexa.

A espacialização da qualidade ambiental foi inicialmente estudada por Monteiro (1987), no entanto, faltavam-lhe padrões e propostas teórico-metodológicas mais consistentes acerca do tema para que a proposta tivesse êxito.

Em 1996, Nucci sugere uma metodologia para avaliação da qualidade ambiental urbana, adotando como base geral o Planejamento da Paisagem, o qual visa oferecer uma contribuição ecológica e de *design* para o planejamento do espaço, buscando a regulamentação dos usos do solo e dos recursos ambientais, com ênfase na contribuição da vegetação para a melhoria da qualidade ambiental.

No caso, a proposta de Nucci (1996) buscou avaliar o maior número possível de atributos para compor a carta de Qualidade Ambiental para o Distrito de Santa Cecília, na cidade de São Paulo.

Desde então, pesquisas importantes têm sido realizadas no Brasil referentes à qualidade ambiental urbana, algumas discutindo o conceito ou a diferenciação entre qualidade ambiental e termos próximos e relacionados como o de qualidade de vida. Nessa perspectiva, pode-se citar os trabalhos de Hoonn (1995), Vargas (1999), Mazetto (2000) e, Gomes e Soares (2004).

Outras pesquisas têm enfatizado questões metodológicas de mensuração da qualidade ambiental urbana, embora nenhuma tenha conseguido se consolidar tanto quanto a proposta de Nucci (1996). Nas últimas décadas, os trabalhos têm se apoiado nas Geotecnologias a fim de melhorar a integração dos indicadores ambientais, dando enfoque ao planejamento do uso do solo urbano e à gestão urbana, como é o caso das pesquisas desenvolvidas por Camargo (2007), Dias; Gomes e Alkmim (2011), Minaki e Amorim (2012) e Biziak (2017).

Vale destacar que as referidas pesquisas adotaram indicadores ambientais variados, a depender das características consideradas relevantes para suas respectivas áreas de estudo, tendo a cobertura vegetal como indicador indispensável. (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana adotados nas pesquisas

Autor	Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana
Nucci (1996)	Uso do solo, Usos Potencialmente Poluidores, Pontos de Enchentes, Apinhamento Humano, Verticalidade (edificações acima de 6 pavimentos), Desertos Florísticos e Deficit de Espaços Livres Públicos.
Camargo (2007)	Arborização, Desconforto térmico, Presença de áreas de risco, Densidade de construções e Áreas de exclusão social.
Dias; Gomes e Alkmim (2011)	Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, Limpeza pública urbana, Pavimentação das ruas e Cobertura vegetal.
Minaki e Amorim (2012)	Uso inadequado do solo, Atividades potencialmente poluidoras, Enchentes, Áreas de ocorrência de temperaturas elevadas, Insuficiência de cobertura vegetal arbórea, Alta densidade de edificações, Espaços livres de edificação sem cobertura vegetal.
Biziak (2017)	Abastecimento de água, Eletricidade, Esgotamento sanitário, Coleta de Lixo, Densidade populacional, Patrimônios urbanos, Pontos de inundação, Denúncias e reclamações, Densidade de cobertura vegetal, Densidade de áreas verdes, Rendimento.

Fonte: Fornazieiro, 2020.

Poucas pesquisas, no entanto, têm se dedicado a analisar a distribuição da qualidade ambiental pelas regiões socioeconômicas das cidades. A pesquisa mais relevante foi desenvolvida por Morato; Kawakubo e Luchiari (2005), a qual analisou a desigualdade ambiental na subprefeitura de Campo Limpo, São Paulo, a partir de dados estatísticos do IBGE

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de sensoriamento remoto, contemplando dados como: abastecimento de água, destino de água servida e lixo, ocorrência de domicílios improvisados e presença de cobertura vegetal.

No âmbito internacional as pesquisas sobre a temática são mais frequentemente desenvolvidas em universidades americanas, chinesas e canadenses, sendo comum a colaboração entre pesquisadores chineses e americanos, cujos estudos são amparados por técnicas estatísticas, de GIS e de Sensoriamento Remoto. Vale destacar ainda que o periódico *Landscape and Urban Planning* tem trabalhos relevantes dedicados a questões envolvendo qualidade ambiental e qualidade de vida, bem como proposições teóricas de sustentabilidade urbana.

Um estudo temporal sobre a mudança da qualidade ambiental urbana de Indianápolis, EUA, entre os anos de 1990 e 2000 foi realizado por Liang e Weng (2010). Na pesquisa, foram considerados indicadores extraídos de dados de sensoriamento remoto e censos tais como: uso e cobertura da terra, temperatura da superfície da terra, Índice de Vegetação de Diferença Normalizado (NDVI), densidade populacional, características da casa, renda e escolaridade da população. Esses dados foram então correlacionados através da Análise de Componentes Principais (PCA).

Liu *et al* (2017) avaliaram os índices de Qualidade Ambiental Urbana (UEQ) na cidade montanhosa de Chongqing, China, na qual foram medidas as dimensões do ambiente físico, do ambiente construído e dos riscos naturais. A cidade foi classificada em cinco aglomerados de UEQ, apresentando índices mais baixos nas áreas de montanhas e cordilheiras, margens de rios, pequenas colinas e riachos. Os resultados revelaram ainda,

pela análise de *cluster*, uma alta correlação entre a poluição, o uso industrial e a densidade de construções.

A pesquisa de Faisal e Shaker (2017) avaliou a Qualidade Ambiental Urbana (UEQ) de duas cidades canadenses: Toronto e Ottawa, utilizando indicadores genéricos que representam as condições físicas e socioeconômicas do ambiente urbano e construído, extraídos de bases de sensoriamento remoto, censo demográfico e dados geoespaciais. Para alcançar os objetivos propostos foram empregadas técnicas de GIS, Análise de Componentes Principais (PCA) e Regressão Linear Geograficamente Ponderada (GWR). Os autores concluíram que o GWR apresentou melhor precisão e acurácia como modelo espacial, comparado às técnicas de sobreposição de GIS e da PCA.

Na América Latina destacam-se estudos realizados na Argentina e na Colômbia por Celemín e Velázquez (2015) e Rodríguez; Jaramillo e Capote (2010), respectivamente.

Celemín e Velázquez (2015) aplicaram um Índice de Qualidade Ambiental (ICA) para as províncias do nordeste da Argentina, adotando 23 variáveis agrupadas em três grandes dimensões, as quais foram denominadas pelos autores de: recursos recreativos de base natural; recursos socialmente construídos; e, problemas ambientais. Essas dimensões receberam pesos de influência, chegando-se a um ICA a partir da combinação ponderada delas. Na sequência, utilizou-se o *software* ArcGIS para espacialização do índice.

A pesquisa de Rodríguez; Jaramillo e Capote (2010), por sua vez, baseou-se em dados do satélite Landsat ETM+ da cidade de Cali, Colômbia, para estimar um Índice de Qualidade

Ambiental (ICA) em nível de bairro. Para tal, foram obtidos 5 indicadores ambientais: Temperatura de Superfície (TS), Índice de Vegetação de Diferença Normalizado (NDVI), Índice de Umidade nas Folhas (LWCI), Índice de Diferença Normalizada de Solos (NSI) e Índice de Vegetação Ajustado ao Solo (SAVI). Os dados de sensoriamento remoto foram processados no programa PCI Geomática e, posteriormente exportados para o software SPSS, no qual foi realizada a Análise de Componentes Principais (PCA), indicando alta correlação entre os indicadores e diferenças estatísticas significativas de ICA, sendo os maiores valores de ICA associados aos bairros com menor área construída.

As metodologias envolvidas nessas pesquisas perpassam, na maior parte delas, por análises estatísticas para buscar correlações entre os indicadores ambientais considerados. No entanto, as formas de representação e síntese da qualidade ambiental urbana apoiam-se nos recursos oferecidos pelas Geotecnologias.

De acordo com Rosa (2005), as geotecnologias abarcam um conjunto de tecnologias que amparam a coleta, processamento, análise e oferta da informação com referência geográfica. Dentre as Geotecnologias usuais, destacam-se: o Sistema de Informação Geográfica (SIG), a Cartografia Digital, o Sensoriamento Remoto e o Sistema de Posicionamento Global (GPS), sendo o SIG um dos mais utilizados atualmente nas pesquisas espaciais.

A maior parte dos projetos em SIG visa à combinação de dados espaciais para se gerar informações estratégicas para a tomada de decisões (CÂMARA; DAVIS e MONTEIRO, 2001). Atualmente, a integração desses dados tem sido cada vez mais

facilitada pela análise multicritério. Segundo Moura (2007), a análise multicritério é um procedimento metodológico que se baseia na atribuição de grau de pertinência a cada mapeamento das variáveis (representado por planos de informação) e a seus componentes de legenda para a construção do resultado.

Por essa razão, a análise multicritérios, disponível nos variados *softwares* de SIG, ajudou a solucionar o problema de integração de variáveis e a representar, sinteticamente, o resultado, tornando-se, portanto, uma metodologia para os estudos de qualidade ambiental urbana.

Seguindo essa proposta, para a análise da qualidade ambiental urbana de determinado local, é indispensável a definição prévia dos indicadores ambientais significativos a partir do reconhecimento prévio da área. Esses indicadores irão compor uma base de dados cartográfica em forma de planos de informação, preferencialmente em formato matricial, que otimizará e facilitará a representação inicial e o cruzamento dos dados (MOURA, 2007).

Durante a conversão dos dados em formato matricial, é importante definir a resolução dos planos de informação (unidade territorial de integração das análises), que no caso se dá a partir da escolha do tamanho do *pixel*, que deverá ser o mesmo para todos os planos de informação. A partir daí, são atribuídos pesos a cada plano de informação e notas a cada componente da legenda, combinando as variáveis por álgebra de matrizes através de uma média ponderada (MOURA, 2009).

De acordo com Moura (2009), a média ponderada cria uma condição classificatória, ordinal, cuja ponderação deve ser realizada por *knowledge driven evaluation* (conhecedores dos

fenômenos e das variáveis) ou por *data-driven evaluation* (conhecimento prévio de situações semelhantes).

A ponderação dos pesos e notas pode-se valer de métodos diferentes, sendo o Método Delphi e o AHP (*Analytic Hierarchy Process*) os mais utilizados.

O método Delphi baseia-se na escolha de especialistas que conhecem o fenômeno e as realidades locais para hierarquizar as variáveis em ordem de importância, estudando, *a posteriori*, as médias e o predomínio das indicações. Numa segunda rodada, os especialistas recebem, então, o resultado da consulta, podendo ele rever ou manter sua posição inicial. Em alguns casos, podem ser empregadas até três rodadas (MOURA, 2009).

Já o método AHP foi desenvolvido por Saaty em 1978, cujo procedimento consiste em realizar comparações pareadas entre dois elementos a partir da consulta de especialistas. Com isso, o grupo de todos os julgamentos de elementos pode ser representado por uma matriz quadrada, na qual os elementos são comparados entre si. Para amparar as comparações, é recomendado o uso da escala de Saaty, na qual são atribuídos níveis entre 1 e 9, conforme o grau de importância de um elemento em relação ao outro.

Vale se aprofundar nos métodos de análise multicritério, testando diversos cenários, com pesos e influências diferentes para cada indicador ambiental, a fim de se chegar a uma modelagem final que permita refletir acerca da qualidade ambiental urbana de determinado local.

Estudo de caso: Rio Claro/SP

Diante das considerações de conceito e metodologia até aqui levantadas, apresenta-se um estudo de caso conduzido por Fornazieiro (2020), no qual se propõe a geração de um Índice de Qualidade Ambiental Urbana (IQAU) para Rio Claro/SP, a partir da síntese dos seguintes indicadores ambientais: cobertura vegetal, uso do solo urbano, poluição ambiental, vulnerabilidade a alagamento e, inundação e temperatura de superfície.

Esses indicadores foram considerados como sendo os mais expressivos para se medir o nível de qualidade ambiental urbana de Rio Claro, segundo foi apurado após ampla pesquisa bibliográfica e caracterização detalhada da área de estudo. É importante destacar que indicadores como abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário não foram decisivos para esta pesquisa, uma vez que a cidade possui boa cobertura desses serviços por toda a área urbana. Por esse motivo, reforça-se a importância do reconhecimento da área de estudo, sendo esta a etapa prévia e indispensável para qualquer estudo que vise avaliar a qualidade ambiental de determinada área.

Em relação à metodologia, o estudo considerou a mancha urbana de Rio Claro como recorte espacial, entendendo o ambiente urbano como um sistema, ou melhor, um Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.) na perspectiva de Mendonça (2004). Logo, pressupõem-se que os aspectos físico-naturais e as infraestruturas urbanas estão em profunda interação, da qual se geram condições melhores ou piores de sobrevivência e bem-estar, que nada mais é do que a qualidade.

Nessa perspectiva, entende-se, por exemplo, que uma interação mais equilibrada entre a vegetação presente na cidade e

o uso do solo urbano pode gerar ambientes mais agradáveis aos habitantes, com melhor conforto térmico e menos degradações, o que corresponde, conseqüentemente, a uma melhor qualidade ambiental.

Para produção, organização e representação dos indicadores ambientais, foram utilizados os recursos das Geotecnologias, em especial do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Os dados da cobertura vegetal urbana foram gerados por meio de dois processos distintos. O primeiro consistiu na segmentação automática da Ortofoto de 2010/2011 cedida pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. e posterior edição e classificação dos polígonos referentes à cobertura vegetal densa. Nesse processo também foi feita uma atualização com base na imagem Google Earth de 2019. Enquanto o segundo processo tratou-se da geração do NDVI (Normalized Difference Vegetation Index), extraído da imagem Sentinel-2A de 2019.

A cobertura vegetal urbana foi, então, caracterizada pela síntese desses dois produtos, classificando-a em: cobertura arbórea densa, cobertura arbustiva densa, herbácea-arbustiva, herbácea e sem cobertura vegetal (área construída).

A poluição ambiental foi caracterizada por um compilado de 308 pontos que representam as indústrias potencialmente poluidoras, as indústrias não poluidoras ou com baixo potencial poluidor, os postos de combustíveis, os pontos contaminados e os pontos de descarte irregular de lixo. Esses pontos constituíram a base para a geração de um mapa de calor (densidade de Kernel), o qual expressa locais de alta e baixa concentração de fontes poluidoras.

Os indicadores de vulnerabilidade à inundação e alagamento foram compilados do trabalho de Soares (2018), que realizou o zoneamento de vulnerabilidade   inundação e alagamento com base numa matriz de decisão, que definiu pesos e hierarquia aos atributos: altitude, declividade, geotecnia, uso e ocupação do solo e pontos de alagamento e inundação registrados pela Defesa Civil.

Para o mapeamento de uso do solo urbano foram extraídas da base cartográfica municipal as quadras urbanas, as quais foram classificadas em tipologias de uso do solo de acordo com análise visual da ortofoto 2010/2011 e da imagem orbital mais atual da plataforma *Google* Satélite disponível no QGIS. Como material de referência para a identificação dos usos, foram utilizadas a base cartográfica municipal contendo a localização das praças, parques, instituições de saúde e educação; o mapeamento pontual das indústrias potencialmente poluidoras; o *site* oficial da prefeitura e o *Google Maps*.

Ao todo foram mapeadas 13 classes e 33 subclasses de uso do solo urbano (Quadro 2). Essas classes foram definidas com base na influência de cada uso sobre a melhora ou piora da qualidade ambiental urbana. Nesse sentido, entendeu-se, por exemplo, que os Espaços Livres Públicos como praças, parques e jardins contribuem de forma efetiva para a melhoria da qualidade ambiental urbana, enquanto as áreas de descarte irregular de lixo contribuem de forma contrária, isto é, degradando as condições do ambiente urbano.

Quadro 2 – Classes e Subclasses de Uso do Solo Urbano

Classe	Subclasses
Residencial	Baixo padrão Médio padrão Alto padrão Muito alto padrão
Chácara	Chácara
Ocupação precária	Ocupação precária
Comercial	Comercial Posto de Combustível Shopping Center
Industrial	Indústria poluidora Indústria não poluidora
Misto	Residencial e Comercial
Institucional	Equipamentos de saúde, educação, segurança, de governo e religioso Estação Ferroviária Terminal Urbano Terminal Interurbano Aeródromo
Espaço Livre Público	Praça Parque Área de Lazer Acompanhamento e sobras do sistema viário Ferrovia Área de Preservação (antropizada)
Espaço Livre Privado	Vazio urbano Jardim Área de Lazer
Ecoponto	Ecoponto
Cemitério	Cemitério
Uso restrito	Uso restrito

Áreas de descarte irregular de lixo	Áreas de descarte irregular de lixo
-------------------------------------	-------------------------------------

Elaboração: Fornazieiro (2020).

O mapeamento da Temperatura de Superfície da área urbana de Rio Claro foi gerado a partir da banda 10 do sensor TIRS/Landsat-8, a qual corresponde a faixa espectral do infravermelho termal (10.6 - 11.19 μm), com 30 metros de resolução espacial.

A metodologia adotada para o referido mapeamento foi proposta por Coelho e Correia (2013), que consiste em aplicar as equações fornecidas pelo Serviço Geológico Americano para a conversão dos níveis de cinza da imagem em radiância e posteriormente para temperatura Kelvin. Na sequência, os valores obtidos em Kelvin foram subtraídos pelo valor absoluto 273,15 para se gerar o *raster* de temperatura de superfície em graus Celsius ($^{\circ}\text{C}$). Para isso foi aplicada a equação 1 por meio da calculadora *raster* do QGIS.

Equação 1 – Temperatura de Superfície Celsius.

$$TC = (1321.08 / L_i (774.89 / (3.3420E-04 * \text{"banda10.tif"} + 0.10000) + 1)) - 273.15$$

O produto gerado revelou que temperatura de superfície em Rio Claro variou entre 26 $^{\circ}\text{C}$ e 39 $^{\circ}\text{C}$. Logo, definiu-se o intervalo entre 26 $^{\circ}\text{C}$ e 30 $^{\circ}\text{C}$ como sendo a faixa de temperatura mais adequada para o corpo humano, portanto, a de melhor qualidade ambiental, segundo as considerações de Thom (1959).

Após o mapeamento temático dos indicadores ambientais, as classes de legenda de cada indicador foram reclassificadas de

acordo com um Índices de Qualidade Ambiental Urbana (IQUAU), conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – IQUAU definido para as classes dos indicadores ambientais

Indicador	Classe	IQUAU
Cobertura Vegetal Urbana	Sem cobertura	Muito baixo (1)
	Cobertura herbácea	Baixo (2)
	Cobertura herbácea-arbustiva	Médio (3)
	Cobertura arbustiva densa	Alto (4)
	Cobertura arbórea densa	Muito Alto (5)
Concentração da Poluição Ambiental	25,35 – 41,17	Muito baixa (1)
	15,34 – 25,35	Baixa (2)
	8,23 – 15,34	Média (3)
	2,9 – 8,23	Alta (4)
	0 – 2,9	Muito Alta (5)
Vulnerabilidade à inundação e ao alagamento	Muito baixa	Muito alto (5)
	Baixo	Alto (4)
	Média	Médio (3)

	Alta	Baixo (2)
	Muito alta	Muito baixo (1)
Uso do Solo Urbano	Residencial muito alto padrão Chácara Uso restrito Praça Parque	Muito alto (5)
	Residencial alto padrão Área de Lazer Equipamentos de saúde, educação, segurança, de governo e religioso Estação Ferroviária Terminal Urbano e Interurbano Jardim	Alto (4)
	Residencial médio padrão Acompanhamento e sobras do sistema viário Vazio urbano (em áreas residenciais de médio, alto e muito alto padrão) Residencial e Comercial Aeródromo Comercial Shopping Ferrovia	Médio (3)
	Residencial baixo padrão Vazio urbano (em áreas residenciais de baixo padrão) Posto de Combustível	Baixo (2)

	Indústria não poluidora Ecoponto	
	Ocupação precária Vazio urbano (em áreas residenciais de muito baixo padrão) Áreas de descarte irregular de lixo Indústria poluidora Cemitério	Muito Baixo (1)
Temperatura de Superfície	Até 30°C	Muito alto (5)
	30°C – 32°C	Alto (4)
	32°C – 34°C	Médio (3)
	34°C – 36°C	Baixo (2)
	Acima de 36°C	Muito baixo (1)

Fonte: Fornazieiro, 2020.

Para o processo de síntese desses indicadores, foi adotado o método de análise multicritério por peso de evidências, o qual resulta em um produto cartográfico com um ranqueamento das classes de muito alta a muito baixa. Dentre os métodos disponíveis, optou-se pelo Processo Analítico Hierárquico (AHP – *Analytic Hierarchy Process*), pois ele facilita o julgamento dos indicadores através de uma análise aos pares, resultando numa matriz de decisão de fácil interpretação e aplicabilidade. Durante o processo foi possível ouvir a opinião de especialistas de diversas áreas do conhecimento, atribuindo um caráter mais multidisciplinar à pesquisa.

Desse modo, foi aplicada uma pesquisa de opinião em que foram ouvidos especialistas ligados às áreas de geografia, arquitetura, ecologia e engenharia ambiental.

A partir das matrizes de decisão elaboradas por cada profissional, chegou-se aos pesos de influência dos indicadores ambientais, tendo adotado como resultado a média aritmética entre os pesos atribuídos.

Em termos de importância os indicadores foram organizados na seguinte ordem hierárquica: cobertura vegetal, uso do solo urbano, vulnerabilidade a alagamento, vulnerabilidade à inundação, poluição ambiental e temperatura de superfície.

Conforme mencionado, o valor de influência adotado para cada indicador foi obtido pela média aritmética entre os pesos definidos por cada especialista. Desse modo, na calculadora *raster* do QGIS, foi aplicada a equação 2, resultando num produto síntese de qualidade ambiental em formato matricial, com 10 metros de resolução espacial, cujos níveis de cinza correspondem aos índices de qualidade ambiental urbana.

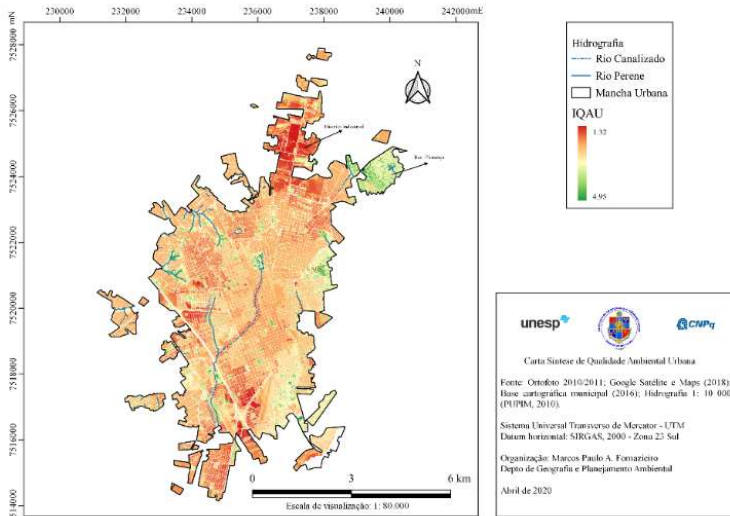
Equação 2 – Pesos dos fatores para o mapa síntese.

$$\text{Síntese} = (\text{Cobertura Vegetal} * 0.35) + (\text{“Uso do Solo Urbano”} * 0.24) + (\text{Vulnerabilidade a Alagamento} * 0.12) + (\text{Vulnerabilidade à Inundação} * 0.11) + (\text{Poluição Ambiental} * 0.11) + (\text{Temperatura de Superfície} * 0.06)$$

O resultado foi a Carta Síntese de Qualidade Ambiental Urbana de Rio Claro (Figura 3), cujo IQAU variou entre 1,32 e 4,95, sendo os valores mais próximos de 1 aqueles de menor qualidade

ambiental, enquanto os mais próximos de 5 expressam maior nível de qualidade ambiental urbana.

Figura 3 – Carta Síntese de Qualidade Ambiental Urbana da mancha urbana de Rio Claro/SP



Fonte: Fornazieiro, 2020.

Considerações finais

As discussões acerca de qualidade ambiental urbana ainda carecem de melhores definições conceituais e metodológicas, por isso este capítulo se apresenta como uma contribuição teórico-metodológica acerca deste tema, visando estimular que mais pesquisas desta natureza sejam realizadas no Brasil a fim de se ter

um diagnóstico nacional da qualidade ambiental das cidades brasileiras.

Ao apresentar o estudo de caso, pretendeu-se demonstrar uma aplicação prática e traçar um guia metodológico para as pesquisas de qualidade ambiental urbana, apoiando-se nos recursos oferecidos pelas Geotecnologias para a representação, análise e síntese dos indicadores ambientais.

Entende-se ainda que os estudos de análise da qualidade ambiental das cidades são instrumentos precisos e indispensáveis para o planejamento e gestão urbana, contribuindo para medir níveis de melhor ou pior condições de sobrevivência e bem estar da população urbana, bem como para reconhecer as injustiças ambientais.

Nesse sentido, vale dizer que enquanto o ambiente ecologicamente equilibrado for um direito constitucional, a qualidade ambiental urbana, por consequência, também será um direito de todos os cidadãos, por mais que alguns ainda se neguem a reconhecer a importância dos elementos naturais para a manutenção das funções urbanas, o que é indispensável para se ter ambientes urbanos saudáveis e acolhedores.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.

BENINI, S. M.; DE GODOY ROSIN, J. A. R. Qualidade Ambiental Urbana. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 5, n. 11, 2017.

BIZIAK, Lucas Dovigo. **Sustentabilidade urbana: avaliação da qualidade ambiental do setor central de Uberlândia/MG**. 2017. 109f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível:
https://www.researchgate.net/publication/317068420_Sustentabilidade_urbana_avaliacao_da_qualidade_ambiental_do_setor_central_de_Uberlandia-MG?channel=doi&linkId=5924357ea6fdcc444301de2f&showFulltext=true . Acesso em: 09/04/2019.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A., M. V. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível:
<https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/570/1/publicacao.pdf>. Acesso em: 05/03/2020.

CAMARGO, C. E. S. **Qualidade ambiental urbana em Presidente Prudente/SP**. 2007. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Disponível:
<http://hdl.handle.net/11449/96778>. Acesso em 09/04/2019.

CELEMÍN, J. P.; VELÁZQUEZ, G. A. Elaboración y aplicación de un índice de calidad ambiental para la región del nordeste argentino, 2010. **Economía, sociedad y territorio**, v. 15, n. 47, p. 123-151, 2015.

COELHO, André Luiz Nascentes; CORREA, Wesley de Souza Campos. Temperatura de Superfície Celsius do Sensor

TIRS/Landsat-8: metodologia e aplicações. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 7, n. 1, p. 31-45, 2013.

DIAS, F. de A.; GOMES, L. A.; ALKMIM, J. K. Avaliação da qualidade ambiental urbana da bacia do ribeirão do Lipa através de indicadores, Cuiabá/MT. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 1, 2011.

ESTÊVEZ, L. F.; NUCCI, J. C. A questão ecológica urbana e a qualidade ambiental urbana. **Revista Geografar**, v. 10, n. 1, p. 26-49, 2015.

FAISAL, K.; SHAKER, A. Improving the Accuracy of Urban Environmental Quality Assessment Using Geographically-Weighted Regression Techniques. **Sensors**, v. 17, n. 3, p. 528, 2017.

FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de saúde pública**, v. 25, p. 75-86, 1991.

FORNAZIEIRO, M.P.A. **Qualidade Ambiental Urbana: proposta de um índice para a cidade de Rio Claro/SP**. 2020. 178p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, Rio Claro.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. **Estudos Geográficos, Rio Claro**, v. 2, n. 2, p. 21-30, 2004.

GUIMARÃES, S. T. L. Nas trilhas da qualidade: algumas ideias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 7-26, 2005.

HOONN, D. J. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em perspectiva**, v.9, n. 3, p. 17-23, 1995.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

LIANG, B.; WENG, O. Assessing urban environmental quality change of Indianapolis, United States, by the remote sensing and GIS integration. **IEEE Journal of Selected Topics in Applied Earth Observations and Remote Sensing**, v. 4, n. 1, p. 43-55, 2010.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. Metodologia para analisar a Qualidade Ambiental Urbana através de Geoprocessamento. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 12., 2009, Montevidéo. **Anais...** Montevidéo: Universidad de la Republica, v. 1.

LIU, Y. et al. Assessing the urban environmental quality of mountainous cities: A case study in Chongqing, China. **Ecological indicators**, v. 81, p. 132-145, 2017.

MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? **Revista do Departamento de Geografia**, v. 7, p. 61-80, 1994.

MARTINELLI, M.; PEDROTTI, F. A cartografia da unidade de paisagem: questões metodológicas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 14, p. 39-46, 2001.

MARTINELLI, P. **Qualidade ambiental urbana em cidades médias: proposta de modelo de avaliação para o estado de São Paulo**. 2004. 130 p. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, Rio Claro.

MAZETTO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 12, n. 24, 2000.

MENDONÇA, F. SAU–Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, Francisco. **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

MINAKI, C.; AMORIM, M. C. C T. Análise da qualidade ambiental urbana. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 11, n. 24, 2012.

MONTEIRO, C.A. F. **Qualidade ambiental: recôncavo e regiões limítrofes**. Salvador, Centro de Estatísticas e Informações, 1987, 48p.

MORATO, R.G.; KAWAKUBO, F. S.; LUCHIARI, A. Geografia da desigualdade ambiental na subprefeitura de Campo Limpo, Município de São Paulo/SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia, GO: INPE, 2005, p. 2281-2288.

MOURA, A. C. M. Discussões metodológicas para aplicação do modelo de Polígonos de Voronoi em estudos de áreas de influência fenômenos em ocupações urbanas – estudo de caso em Ouro Preto – MG. **Anais...** VII Encontro Nacional da

Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, São Paulo, Brasil, 9-11 setembro 2009, FEA/USP.

MOURA, A. C. M. Reflexões metodológicas como subsídio para estudos ambientais baseados em Análise de Multicritérios. **Anais... XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, p. 21-26, 2007.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP)**. 1996, 229f. 1996. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, L. H. **Urbanização e desastres naturais**. Oficina de Textos, 2015.

OLIVEIRA, L. **A percepção da qualidade ambiental**. A ação do homem e a qualidade ambiental. Rio Claro: Associação dos Geógrafos/Câmara Municipal, 1983.

RECH, A. U. **Instrumentos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

RODRÍGUEZ, L M. S.; JARAMILLO, L. A. E.; CAPOTE, P. A. Estimación de un índice de calidad ambiental urbano, a partir de imágenes de satélite. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 45, p. 77-95, 2010.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia Aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, FFLCH/USP, n. 16, p. 81-90, 2005.

SAATY, T. L. **Método de Análise Hierárquica**. Tradução de Wainer da Silveira e Silva. São Paulo: McGraw-Hill, Makron, 1991.

SOARES, C. J. M. **Zoneamento de áreas vulneráveis a inundação e alagamento em Rio Claro - SP, pelo método AHP**. 2018. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Engenharia Ambiental) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2018.
Disponível: <http://hdl.handle.net/11449/157005>. Acesso em: 15/01/2019.

TROPPEMAIR, H. **Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1992.

VARGAS, H. C. Qualidade ambiental urbana: em busca de uma nova ética. **8º Encontro Nacional da Anpur. Porto Alegre, mimeo**, 1999.

A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO FATOR DE EXPANSÃO URBANA: O CASO DE BIRIGUI (SP)

*Alessandra Fagundes
Andréia Medinilha Pancher*

Introdução

A urbanização é um importante fenômeno social e econômico, que ocorre em escala mundial, e reflete em mudanças fundamentais na paisagem e nos padrões de uso e ocupação da terra. A rápida expansão urbana, observada principalmente em países em desenvolvimento, continuará a ser uma questão fundamental nas mudanças globais que afetam as sociedades humanas no século XXI (DENG et al., 2009).

A urbanização é considerada um sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista, pois, ao mesmo tempo, em que configura uma forma específica de organização do espaço (a cidade), difunde um sistema cultural característico, com valores, atitudes e comportamentos “urbanos” (CASTELLS, 1983).

A cidade se apresenta como um objeto complexo, difícil de definir, podendo ser considerada como um espaço de comércio e serviços, um espaço de produção não agrícola, um espaço central para a gestão do território, como o lugar que vive uma parcela considerável da população, como vários núcleos em uma

região ou país, ou como espaço urbano (CORRÊA, 1989; LEFEBVRE, 2001; SOUZA, 2003).

No caso brasileiro, a dinâmica territorial do país caracteriza-se pela urbanização, diversificação econômica e desigualdades regionais. Em paralelo a esses processos, observou-se também o aumento dos chamados problemas urbanos, como a violência, a segregação residencial, a pobreza, a mobilidade e a degradação ambiental, de maneira que ocorre nas cidades a interação entre os problemas sociais e os problemas ambientais, levando a ocorrência e existência de tragédias sociais (MOURA; MORAN, 2017; SOUZA, 2003).

Diante de tais perspectivas, este capítulo apresentará uma análise da relação entre desenvolvimento industrial, crescimento populacional e expansão da mancha urbana do município de Birigui, localizado na região noroeste do Estado de São Paulo, para o período de 1950 a 2019. Considera-se que o crescimento urbano de Birigui está atrelado a três fatores: ao processo de industrialização endógeno, iniciado nos anos 1960; ao processo de desconcentração industrial, que ocorreu da cidade de São Paulo para o interior, iniciado nos anos 1980; e a nova fase da urbanização brasileira, concentrada em cidades pequenas e médias, que ganhou força após a década de 1990.

Este trabalho teve como subsídio os conhecimentos obtidos durante a pesquisa de Mestrado, intitulada “Expansão urbana e mudanças no uso e ocupação da terra: o caso da cidade de Birigui-SP”, defendida em 2020, junto ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Rio Claro-SP (SILVA, 2020). Ao longo da pesquisa, foi possível compreender, que as mudanças que ocorreram no uso da terra no período estudado, em sua maioria,

estavam associadas ao processo de industrialização, fato que levou a cidade de Birigui a apresentar crescimento populacional com índices acima da média nacional e estadual.

Histórico do processo de urbanização

A cidade se apresenta como “um produto dos processos socioespaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas” (SOUZA, 2009, p.52), sendo um fenômeno gerado pela interação complexa de agentes, interesses, significados e fatores estruturais, sendo assim, um objeto muito complexo e difícil de definir (SOUZA, 2003).

Para Corrêa (1989), o interesse em se conhecer a cidade deriva do fato de essa ser a área onde vive parcela crescente da população, com a concentração de investimentos, capital e dos conflitos sociais. Para o autor, a cidade é considerada como espaço urbano, definido como um complexo conjunto de usos da terra, como o centro da cidade, as áreas comerciais, industriais e residenciais, as áreas de lazer e as áreas de expansão, sendo, ao mesmo tempo, um espaço fragmentado e articulado; um reflexo da sociedade, pois materializa as contradições da sociedade capitalista; um condicionante social, pois as formas espaciais desempenham uma importância nas condições e nas relações de produção; um conjunto de símbolos e um campo de lutas.

O espaço urbano na sociedade capitalista é um produto social, resultante das ações de vários agentes através do tempo, como os proprietários dos meios de produção, os donos de terra, os agentes imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Porém, a compreensão da urbanização como

processo, e das cidades como forma concretizada deste processo, perpassa pela compreensão dos processos que deram complexidade às formações urbanas. (SOUZA; 2003; SPOSITO, 2017).

Os primeiros aglomerados populacionais de que se tem conhecimento surgiram no período neolítico, também chamado de “Revolução Agrícola”. Este período caracterizou-se pelo desenvolvimento de técnicas que permitiram aos agricultores produzirem mais do que poderiam consumir (CASTELLS, 1983; SOUZA; 2003; SPOSITO, 2017).

Porém, a existência de um aglomerado de pessoas (a aldeia) e o aparecimento de novas técnicas de produção agrícola não seriam elementos suficientes para se caracterizar uma cidade. Foi necessário o desenvolvimento de um sistema de divisão e distribuição do trabalho, fomentando assim o desenvolvimento de uma sociedade de classes, com complexa organização social (CASTELLS, 1983; SOUZA, 2003).

Observou-se então a criação de instituições sociais, como os centros religiosos, administrativos e políticos; a transformação do papel de alguns homens nas aldeias em chefes políticos, à volta a centralidade do papel do homem e ao retorno da mulher em condição secundária. Além disso, criou-se um ambiente para condições de relação de exploração entre os aldeões e o caçador-chefe. Esses elementos abriram caminho para a criação das primeiras cidades na Antiguidade (SPOSITO, 2017).

Na Antiguidade, as primeiras cidades eram localizadas nos vales de grandes rios, possuíam uma organização dominante e uma organização espacial interna bem definida, com a elite e as instituições religiosas no centro, traçados de ruas e muros. O

crescimento dessas cidades permitiu que houvesse o fortalecimento de sua força política, criando condições para a constituição de impérios, que foram responsáveis pela expansão da urbanização na Europa. Essas cidades possuíam uma complexa divisão do trabalho, exerciam dominação política e permitiam o aumento da capacidade produtiva e de distribuição de alimentos (CASTELLS, 1983; SPOSITO, 2017).

Na Idade Média, observou-se o declínio das cidades imperiais, com o conseqüente advento do modo de produção feudal, como organização política, econômica e social. Observou-se o advento de uma nova estrutura social, centrada no latifúndio e na servidão. A terra passou a ser a única fonte de subsistência, e a soberania política passou para as mãos dos senhores feudais. Porém, as contradições desse modo de produção desencadearam o renascimento das cidades, a partir da reativação do comércio como atividade urbana, lançando as bases para a estruturação do modo de produção capitalista (CASTELLS, 1983; SPOSITO, 2017).

A primeira fase do modo de produção capitalista – o capitalismo mercantil ou comercial – reforçou o processo de urbanização, transformando a terra em mercadoria. Essa fase permitiu também, segundo Lefebvre (2001, p. 13) a constituição “de uma rede de cidades, ligadas por vias terrestres, fluviais e marítimas, e por relações comerciais e bancárias”, constituindo uma divisão social interurbana do trabalho.

A segunda fase do modo de produção capitalista – capitalismo industrial – impulsionou a urbanização, no sentido do aumento da população urbana em relação à população total (SPOSITO, 2017). Castells (1983) considera que a urbanização ligada à primeira revolução industrial é um processo de

organização do espaço, que repousa sobre dois fatos fundamentais:

1) a decomposição das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para as cidades, fornecendo mão de obra para a indústria;

2) a passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para uma economia de fábrica, permitindo, ao mesmo tempo, a constituição de um mercado consumidor, a concentração de mão de obra e a constituição de um meio industrial.

Para Castells (1983), a existência de mão de obra e mercado atrai as indústrias para as cidades, mas as indústrias atraem empregos e serviços. Porém, onde há matéria-prima e meios de transporte, a indústria coloniza e provoca a urbanização. Portanto, a indústria torna-se o elemento dominante de transformação da paisagem, pois, segundo Sposito (2017) é a forma que a sociedade se apropria da natureza e a transforma.

Para Sposito (2017), a industrialização dentro deste contexto é um processo mais amplo, pois se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as demais atividades econômicas, com sua produção possuindo um caráter urbano, transformando a cidade em sua base territorial, causada pela concentração de capital e força de trabalho. Portanto, para a autora, o entendimento da urbanização a partir do desenvolvimento industrial perpassa pela compreensão do desenvolvimento do capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo industrial provocou transformações na urbanização, principalmente no que se refere

ao papel das cidades e na estrutura interna dessas cidades. A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, reforçou a divisão social e territorial do trabalho (SPOSITO, 2017).

O processo de urbanização recente

Nos últimos sessenta anos, observou-se no mundo um aumento populacional em suas áreas urbanas (MAARSEVEEN; MARTINEZ; FLACKE, 2019). Segundo o relatório *World Urbanization Prospects: the 2018 revision*, da divisão populacional do *Department of Economic and Social Affairs*, das Nações Unidas (UN DESA), o futuro da população mundial é urbano. Com mais de 55% da população mundial nestes espaços, a urbanização determina a distribuição espacial da população mundial, sendo uma das quatro megatendências demográficas, em conjunto com o crescimento da população global, o envelhecimento da população e a migração internacional (UNITED NATIONS, 2019).

Estimativas e projeções da urbanização indicam que no meio do século, 68% da população mundial viverão em áreas urbanas. Prevê-se um acréscimo de 2,5 bilhões de pessoas vivendo nas cidades, entre os anos de 2018-2050, com quase 90% do aumento concentrado na Ásia e na África (UNITED NATIONS, 2019).

A UNDESA define a urbanização como:

a complex socio-economic process that transforms the built environment, converting formerly rural into urban

settlements, while also shifting the spatial distribution of a population from rural to urban areas. It includes changes in dominant occupations, lifestyle, culture and behaviour, and thus alters the demographic and social structure of both urban and rural areas. A major consequence of urbanization is a rise in the number, land area and population size of urban settlements and in the number and share of urban residents compared to rural dwellers (UNITED NATIONS, 2019, p. 10).

A urbanização altera a estrutura demográfica e social das áreas urbanas e rurais, podendo ser considerada como um elemento positivo no crescimento econômico, na redução da pobreza e no aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, também reflete em consequências negativas, como a rápida expansão urbana, a degradação ambiental, más condições de vida e problemas de acessibilidade (MAARSEVEEN; MARTINEZ; FLACKE, 2019; UNITED NATIONS, 2019).

Como reflexo desse processo mais amplo, no Brasil, segundo Martine e McGranahan (2010), a urbanização refletiu numa das mais aceleradas transições urbanas da história mundial. Na segunda metade do século XX, transformou o país, que durante séculos se constituía em um país agrário (SANTOS, 2013), em um país urbano e metropolitano.

Goulart Reis Filho (1968 apud Santos, 2013) apresenta o que seria os primórdios da urbanização brasileira, entre os anos 1500 a 1720, em três principais etapas: a primeira, entre os anos de 1530 e 1570, tendo como pontos importantes a criação do Rio de Janeiro, em 1567, e de Filipeia da Paraíba, em 1585; a segunda, entre os anos de 1580 e 1640, com a fundação de uma vila e três cidades, e entre 1610 e 1620, com a fundação de nove vilas; e a

terceira etapa, entre 1650 e 1720, com a fundação de trinta e cinco vilas e a elevação de duas delas à categorias de cidades: Olinda e São Paulo.

A partir do século XVII, a urbanização se desenvolve com a consolidação da residência dos proprietários de terra nas cidades. Porém, a urbanização só atingiu maturidade no século XIX, e pelo menos mais um século para adquirir as condições com as quais a conhecemos hoje. No final do século XIX, ocorreu a primeira aceleração do fenômeno urbano: de 5,4% de moradores urbanos em 1872, para 9,4% em 1900 (SANTOS, 2013).

Entre os anos de 1890 e 1920, a população urbana brasileira cresceu 4% (de 6,8% a 10,7%). Porém, entre 1920 e 1940, a população urbana triplicou, com uma taxa de crescimento de 31%, de 4.552.000 habitantes em 1920, para 6.208.699, em 1940. No Estado de São Paulo, o crescimento urbano foi na ordem de 43%, impulsionado pelo processo de urbanização do interior (SANTOS, 2013).

Segundo Santos (2013), o Brasil era um grande arquipélago, formado por diversos espaços que evoluíam por lógicas próprias, ditadas pelas relações com o mundo exterior. Esse quadro se rompeu a partir da segunda metade do século XIX, a partir do ciclo econômico do café, no interior do Estado de São Paulo. Nesta região, introduziram-se avanços nos processos de produção e comercialização, como a mecanização da produção, o transporte ferroviário, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação. Além disso, a criação do trabalho assalariado atraiu migrantes, gerando mudanças significativas no perfil da mão de obra, dando origem a um mercado interno (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Com base nesta nova dinâmica “o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e, sobretudo ao seu polo dinâmico, o Estado de São Paulo” (SANTOS, 2013, p. 30).

Esse período de crescimento econômico foi interrompido pela quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929, e pela crise global que se instalou após o incidente. O baque fez com que se criassem condições políticas, vindas do poder público, com o objetivo de se empreender uma nova organização econômica, voltada para o mercado interno, pautada na industrialização via substituição de importações (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010; SANTOS, 2013).

Portanto, a partir dos anos 1940-1950, a lógica da industrialização prevalece. A industrialização é considerada por Santos (2013, p.30)

(...) como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2013).

Convém ressaltar que o processo de urbanização brasileira, em curso desde a metade do século XX, se assemelha ao processo que ocorreu na Inglaterra, no século XVIII: o aumento da população residindo em áreas urbanas teve a indústria como principal motor de expansão.

Santos (2013) considera que o Brasil teve três estágios de urbanização: o primeiro estágio, chamado de “urbanização

aglomerada”, que data, da revolução urbana brasileira até os anos 1950, com o aumento dos núcleos com mais de 20 mil habitantes; o segundo, a “urbanização concentrada”, com o aumento de cidades de tamanhos médios; e o terceiro estágio, a metropolização, com um número significativo de cidades grandes e médias (em torno de meio milhão de habitantes ou mais).

No período que compreende os anos entre 1940 e 1980, houve um aumento expressivo da população urbana em cidades cada vez maiores, com mais de meio milhão de habitantes, levando ao processo de “metropolização”. As taxas de urbanização, que eram de 26,35% em 1940, chegaram a quase 70% em 1980. Esse processo era movido pelas políticas desenvolvimentistas nacionais, pelo estoque de migrantes em áreas rurais e pelo crescimento vegetativo da população nas cidades (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010; SANTOS, 2013).

Porém, a partir da década de 1980, o país começou a apresentar uma diminuição das tendências de aglomeração em áreas metropolitanas. Essas áreas, que obtiveram na década de 1970 uma taxa de crescimento urbano de 4,2% a.a., cresceram 2,6% a.a. na década de 1980. Três fatores podem ter contribuído para essa mudança: a queda nas taxas de fecundidade, a crise econômica que assolou o país nas décadas de 1980 e 1990, e a desconcentração espacial da indústria (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Os problemas econômicos da década de 1980 elevaram os índices de desemprego e pobreza nas metrópoles, gerando fluxos de migração de retorno e de emigração para o exterior, com taxas de crescimento importantes nas cidades não-metropolitanas (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010). No Estado de São Paulo, o processo de desconcentração industrial para cidades próximas

da capital transformou essas cidades em polos de atração para novas populações migrantes.

Na década de 1990, 75% da população residia em áreas urbanas; nos anos 2000, 81%, e nos anos 2010, 84%. Durante esse período, as regiões metropolitanas continuavam a serem as áreas com os maiores contingentes populacionais urbanos, porém, passaram a apresentar um decréscimo nas suas taxas de crescimento. O crescimento populacional urbano do período foi observado nas cidades pequenas, com até 100 mil habitantes, e nas cidades médias, de 100 a 500 mil habitantes. Dessa forma, passou-se a ter um aumento da população urbana em cidades não-metropolitanas, indicando a importância do interior como novos polos de retenção ou absorção de população, configurando então, uma nova fase do processo de urbanização brasileira. (BAENINGER, 2010; BAENINGER; PERES, 2011).

Inserido no contexto do Estado de São Paulo, o crescimento urbano de Birigui foi impulsionado por esta nova fase do processo de urbanização brasileira, através da consolidação das atividades industriais e pelo processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo, iniciado nos anos 1980, e consolidado nos anos 1990.

Buscando contextualizar os elementos que permitiram o desenvolvimento da estrutura urbana de Birigui, se apresentará o histórico de ocupação e desenvolvimento econômico de Birigui.

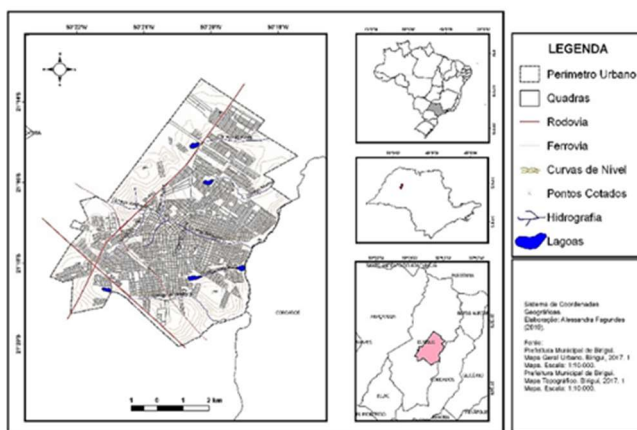
Histórico de ocupação e desenvolvimento econômico

A cidade de Birigui localiza-se na região noroeste do Estado de São Paulo, entre as coordenadas de latitude 21°13'52"S e 21°19'50"S, e entre as coordenadas de longitude 50°17'41"W e

50°23'05" W. Esta área dista 521 km da capital e integra a Região Administrativa de Araçatuba (9ª Região Administrativa). Sua extensão territorial é de 55,8 km², e o acesso é facilitado pelas rodovias Marechal Rondon (SP-300) e Engenheiro Gabriel Melhado Filho (SP-461) (BIRIGUI, 2018) (Figura 1).

O nome “Birigui” deriva-se de “mberú-gui”, que significa mosca que sempre vem. Sendo originário da língua indígena tupi-guarani, adveio da abundância do mosquito birigui na região (*lutzomyia longipalpis*), da família dos flebotomíneos. (RAMOS, 1961; BIRIGUI, 2018).

Figura 1 - Localização da cidade de Birigui



Fonte: Silva (2020, p.31).

O município teve sua origem a partir da construção da Estrada de Ferro Noroeste. No início, era apenas uma chave na clareira, situada entre os quilômetros 259 e 261, denominada “Chave de Birigui”. A partir de dezembro de 1908, passou a ser ponto de parada de locomotivas e em 7 de dezembro de 1911,

Nicolau da Silva Nunes (1880-1969) fundou o povoado, no quilômetro 261 da estrada de ferro (RAMOS, 1961; BIRIGUI, 2018).

Nicolau da Silva Nunes nasceu em 30 de outubro de 1880, na aldeia de Silvares, distrito de Vila Real, Conselho de Peso da Régua, freguesia de Moura Morta, província de Trás-os-Montes, Portugal. Chegou ao Brasil em 1892, na cidade de Rio de Janeiro, onde trabalhou com o tio em atividades comerciais por oito anos. Em 1896, mudou-se do Rio de Janeiro, indo inicialmente à Bahia, passando por Minas Gerais e chegando a São Paulo anos depois, quando estabeleceu residência em Sales Oliveira (esse município faz parte da região metropolitana de Ribeirão Preto), dedicando-se à lavoura e ao comércio (RAMOS, 1961; CUNHA, 1997).

Em 1911, após a leitura de um artigo no jornal “O Estado de São Paulo” sobre uma viagem ao Mato Grosso, Nicolau migrou para a região, adquirindo 400 alqueires de terras na “Chave de Birigui”, devido a sua “exuberância e fertilidade”. A compra foi realizada em Penápolis, por 10 contos de réis, no dia 12 de novembro de 1911. No dia 7 de dezembro de 1911, Nicolau e sua família, juntamente com Francisco Galindo de Castro, Francisco Romero e Manoel Ignácio, chegam à Chave, dando origem ao vilarejo (RAMOS, 1961; CUNHA, 1997).

A primeira casa construída no local era constituída de pau-a-pique, e localizava-se na confluência das atuais ruas Silvares e Fundadores (Figura 2). Em 1912, havia no local de 30 a 40 casas de pau-a-pique. Neste mesmo ano, Manuel Bento da Cruz funda a companhia de Terras, Madeira e Colonização, tendo como desbravadores Roberto Clark e James Mellor (RAMOS, 1961; CUNHA, 1997, BIRIGUI, 2018).

Figura 2 - Primeira casa construída em Birigui



Fonte: Acervo Museu Histórico "Dr. Renato Cordeiro", s/d.

Em 10 de novembro de 1914, com 200 casas e mais de 1.000 pessoas residentes, o vilarejo foi elevado à categoria de Distrito de Penápolis (Figura 3). Os imigrantes, provenientes de outras regiões do estado de São Paulo, que chegaram à região desenvolviam atividades agrícolas, principalmente relacionadas à cultura cafeeira. Estas atividades possibilitaram a emancipação do vilarejo, elevando-o a categoria de município em 8 de dezembro de 1921, dez anos após a sua fundação. Com o declínio da cultura cafeeira, houve uma diversificação das atividades econômicas, com destaque para a produção de algodão e a criação de gado. (RAMOS, 1961; GOMES, 2011; BIRIGUI, 2018).

Figura 3 – Cidade de Birigui – 1914



Fonte: Acervo Museu Histórico "Dr. Renato Cordeiro".

A partir da segunda metade do século XX, a modernização agrícola e o avanço do processo de industrialização ganharam destaque no município. No meio agrário, a produção de café, algodão e amendoim, que sustentavam a economia do município até a década de 1960, foram substituídas por novas culturas, como a soja, o milho e o sorgo, nas pequenas e médias propriedades, e pela criação de gado, nas grandes propriedades. (GOMES, 2011; SUGUIMOTO, 2011).

A partir da década de 1980, a cultura da cana-de-açúcar foi inserida no município por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante os anos de 1975 a 1979, com o surgimento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool – 1975), e do plano estadual (Pró-Oeste – 1980) (SUGUIMOTO, 2011). Atualmente, a cultura canavieira corresponde a principal atividade agrícola do município.

Quanto à industrialização, Rizzo (2004) considera que em Birigui essa atividade se iniciou na década de 1940, com a instalação de empresas voltadas à agricultura, como a Anderson Clayton e a Birigui Óleo (Biol), que atuavam no setor de óleo bruto de algodão e amendoim. Além dessas empresas, surgiram fábricas de pequeno porte, relativas ao setor moveleiro.

Na década de 1940, foram instaladas duas sapatarias voltadas à produção de botas, botinas e sapatões: a Selaria e Sapataria Noroeste, instalada em 1941, de propriedade da Família Tokunaga, e a Indústria de Calçados Biriguiense, instalada em 1947, de propriedade do imigrante turco Avak Bedouian. Vale salientar, que o Sr. Avak trabalhou em fábricas de calçado na cidade de São Paulo, migrando para Birigui após um convite dos sogros, que já moravam no município (RIZZO, 2004; CICERO, 2011).

No ano de 1958, foi instalada a primeira fábrica de calçados infantis, a “Ramos e Assumpção”, que tinham como proprietários os irmãos Antônio e Francisco Ramos de Assumpção, de descendência portuguesa, originários da zona rural do município. Após adquirirem conhecimentos na produção de calçados infantis na cidade de São Paulo, perceberam que em Birigui não havia muitas fábricas especializadas neste seguimento. Desta forma, retornaram a Birigui e montaram a primeira fábrica (RIZZO, 2004).

Na década de 1960, foram criadas 8 novas empresas de calçados infantis em Birigui, com destaque para a “Indústria de Calçados Bical” e a “Indústria de Calçados Rassum (Rahal e Assumpção)”, a qual tornou-se a “Kiuty Indústria e Comércio de Calçados” nos anos 1980 (RIZZO, 2004).

Na década de 1970, a indústria de calçado infantil se desenvolveu, tendo como resultados o elevado número de empresas instaladas e o aumento da produção, que atingiu oito milhões de pares em 1978. Em 1971, uma publicação do “Jornal Exclusivo”, da cidade de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul, divulgou o potencial do município e o intitulou como a “Capital Nacional do Calçado Infantil” (SOUZA; BARBOSA, 2009). Neste período, se iniciou a formação de mão de obra especializada para a inserção internacional do calçado infantil biriguiense.

A década de 1980 consolidou a indústria calçadista no município. Segundo Souza e Barbosa (2009), o setor vivenciou um extraordinário crescimento industrial, alimentado pelo “boom” da formação de novas empresas. Neste período, o município era responsável pela produção de 73% dos calçados infantis do Estado de São Paulo e 30% dos calçados produzidos no Brasil, chegando a uma produção de 25 milhões de pares anuais.

Os anos 1990 foram marcados por crise, pela reestruturação e modernização do setor calçadista biriguiense. Muitas empresas que se instalaram nas décadas de 1960, 1970 e 1980, encerraram as suas atividades nos anos 1990. Outras se fortaleceram e buscaram se modernizar para se tornarem competitivas frente ao cenário de abertura econômica e aumento da concorrência internacional, através da busca da qualidade do produto e da incorporação de tecnologia nos processos produtivos (SOUZA; BARBOSA, 2009).

Nos anos 2000, o polo calçadista retomou seu crescimento, que foi parcialmente interrompido na década de 1990. Ocorreu um aumento das exportações, no número de

empregados e na produção, que atingiu 60 milhões de pares em 2008. Vale salientar, que em 2006, as empresas criaram o Arranjo Produtivo Local (APL) de calçados, buscando fortalecer a competitividade das empresas do setor (SOUZA; BARBOSA, 2009).

Calçado e Vestuário de Birigui (SINBI), havia no município aproximadamente 350 empresas do setor calçadista, responsáveis pela geração de 13.000 empregos diretos e uma produção de 42 milhões de pares de calçados, com faturamento total anual na casa dos R\$ 1,37 bilhões.

Crescimento populacional

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, a população total de Birigui foi estimada em 123.638 habitantes, com uma densidade demográfica de 233,28 hab./km² (a área territorial total do município é de 530 km²). Destes, 120.766 habitantes residiam em sua área urbana, gerando uma densidade populacional urbana de 2.164,26 hab./km² (BIRIGUI, 2019; IBGE, 2019; FUNDAÇÃO SEADE, 2019).

Entre os anos de 1970 e 2019, o município apresentou crescimento populacional médio de 2,5% ao ano. As maiores taxas de crescimento populacional, total e urbano, ocorreram nas décadas de 1980 (3,82% - total e 5,25% - urbano) e 1990 (3,97% - total e 4,53% - urbano). Em 1970, o município possuía 34.976 habitantes, dos quais 27.185 residiam na área urbana (77,72%). Em 2019, a população total do município era de 123.638 pessoas,

sendo que deste total, 120.766 habitantes residiam na área urbana do município, ou seja, 97,68% da população total (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da População Absoluta e das Taxas Anuais de Crescimento - total e urbano - Birigui/SP - 1970-2019

Ano	População Total	Taxa de Crescimento - População Total (%a.a.)	População Urbana	População Urbana (%)	Taxa de Crescimento da População Urbana (%a.a.)
1970	34.976	-	27.185	77,72%	-
1980	50.893	3,82%	45.326	89,06%	5,25%
1990	75.125	3,97%	70.567	93,93%	4,53%
2000	94.300	2,30%	91.018	96,52%	2,58%
2010	108.728	1,43%	105.487	97,02%	1,49%
2019	123.638	1,44%	120.766	97,68%	1,51%

Fonte: IBGE (2019). Organizado por SILVA, 2020, p.40.

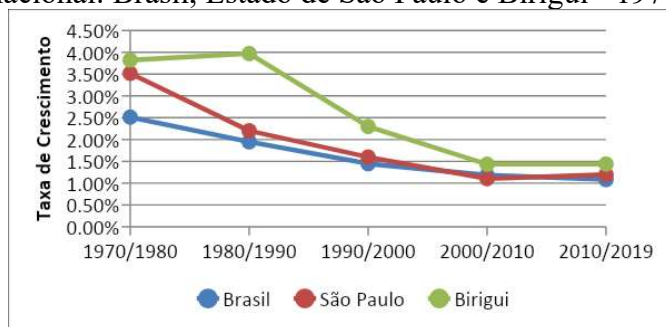
No mesmo período, verificou-se que a taxa de crescimento populacional de Birigui foi superior ao crescimento populacional observado no Brasil e no estado de São Paulo. Entre os anos de 1980 e 1990, a taxa de crescimento populacional observada em Birigui foi de quase 4%, enquanto no Brasil, foi de 1,95%, e no estado de São Paulo, 2,20% (Tabela 2 e Figura 4). Este crescimento populacional no período foi ocasionado pela consolidação da atividade calçadista no município na década de 1980. Neste período, houve a criação de 171 novas empresas e o emprego de aproximadamente 9.000 trabalhadores (SOUZA, 2009).

Tabela 2 - Evolução da População e das Taxas Anuais de Crescimento Populacional: Brasil, Estado de São Paulo e Birigui - 1970-2019

População			
Censos	Brasil	Estado de São Paulo	Birigui
1970	94.508.583	17.958.693	34.976
1980	121.150.573	25.375.199	50.893
1991	146.917.459	31.546.473	75.125
2000	169.590.693	36.969.476	94.300
2010	190.755.799	41.262.199	108.728
2019	210.147.125	45.919.049	123.638
Taxas de Crescimento			
1970/1980	2,51%	3,52%	3,82%
1980/1990	1,95%	2,20%	3,97%
1990/2000	1,45%	1,60%	2,30%
2000/2010	1,18%	1,10%	1,43%
2010/2019	1,08%	1,20%	1,44%

Fonte: IBGE. Organizado por SILVA (2020).

Figura 4 - Evolução das Taxas Anuais de Crescimento Populacional: Brasil, Estado de São Paulo e Birigui - 1970-2019



Fonte: SILVA (2020, p.42).

Após a apresentação do desenvolvimento industrial e da análise do crescimento populacional, se faz necessário apresentar a materialização destes processos no espaço urbano de Birigui.

Expansão da mancha urbana de Birigui/SP

Até os anos 1970, o aumento da população urbana de Birigui era decorrente da população rural que migrava para a cidade, em busca de trabalho nas fábricas de calçados. Posteriormente, a população passou a ter seu crescimento impulsionado pela migração em busca de trabalho na indústria calçadista (RIZZO, 2004; CÍCERO, 2011).

Durante os anos 1980, o município confirmou a sua vocação industrial, atraindo um número crescente de pessoas, em busca de trabalho na indústria calçadista. Nessa mesma época, iniciou-se o processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo, que resultou no crescimento de novos aglomerados

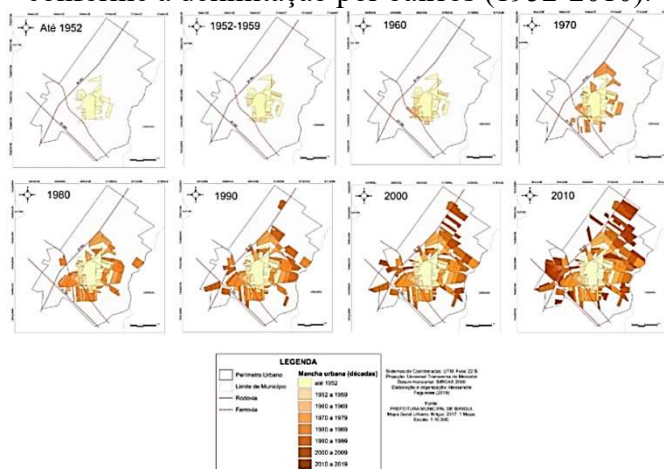
urbanos no interior do país (BAENINGER, 2010; BAENINGER; PERES, 2011).

Desta forma, considera-se que o crescimento urbano de Birigui está atrelado ao desenvolvimento da indústria calçadista, que é considerado por Rizzo (2004) como um processo endógeno de industrialização, que teve seu início na década de 1960. Além deste fator, considera-se que o processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo, iniciado na década de 1980, e a nova fase do processo de urbanização no Brasil, ocasionado pelo crescimento populacional urbano nas cidades pequenas e médias, nas décadas de 1990 e 2000, consolidou a expansão urbana do município.

Para a análise da expansão da mancha urbana de Birigui, elaboraram-se mapas temáticos no *software* SIG QGIS, versão 2.18.18 (Las Palmas). A elaboração desses mapas teve como base o “Mapa Geral Urbano”, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Birigui, de 2017, com a atualização dos bairros para o ano de 2019, a partir da fotointerpretação de imagens da plataforma Google Earth® e de trabalhos de campo. Inicialmente, classificaram-se os polígonos dos bairros por nome e ano de criação, através das informações fornecidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Birigui. Após, calculou-se a área e as taxas de crescimento geométrico da mancha urbana.

A figura 5 apresenta a evolução da mancha urbana de Birigui, por décadas, abrangendo o período que antecede a 1952 até a década de 2010, conforme a delimitação dos bairros.

Figura 5- Evolução da mancha urbana de Birigui, por décadas, conforme a delimitação por bairros (1952-2010).



Fonte: SILVA (2020, p. 69).

Até 1952, a mancha urbana de Birigui possuía uma área de 4,48 km², distribuídos em 20 bairros: Estância Caiçara, Vila Silvares, Jardim Sumaré, Vila Roberto, Centro, Vila Troncoso, Vila Operária, Vila Guanabara, Vila Xavier, Patrimônio Silvares, Jardim Costa Rica, Vila Bandeirantes, Vila Staff, Santa Izabel, Vila Cortelazzi, Vila Saudades, Jardim Arco Iris, Vila Giampietro, Vila Gardenal, Patrimônio Santo Antônio.

Entre 1952 e 1959, houve a criação de 9 bairros, abrangendo uma área de 1,05 km²: Jardim Aeroporto, Vila Maria, Vila Brasil, Vila Moimaz, Vila Industrial, Vila Guarujá, Vila Germano, Vila Angélica, Jardim Nossa Senhora de Fátima. A expansão neste período ocorreu nas direções sul, oeste e noroeste. Nota-se que o crescimento continuou no entorno da mancha urbana consolidada até 1952.

Entre os anos 1960 e 1989, período que se observou a transição de uma economia agrícola para uma economia industrial, com o desenvolvimento da atividade calçadista, houve a constituição de mais 31,58% da mancha urbana observada em 2019.

Na década de 1960, o crescimento da mancha urbana foi de 0,75 km², com a criação de 4 bairros e da nova estação ferroviária. Os novos bairros foram: Parque São Vicente, Jardim Morumbi, Jardim Pérola e Jardim Jussara Maria. Nesta década, o vetor de expansão se concentrou na região sudoeste da cidade, próximo à estação ferroviária. Além disso, o crescimento continuou de modo contíguo à mancha urbana densamente construída.

Nos anos 1970, houve a criação de 29 bairros (área de 3,68 km²): Jardim do Lago, Jardim São Conrado, Sítios de Recreio Passaredo, Parque das Nações, Residencial Jardim América, Jardim Recanto dos Pássaros, Jardim Pinheiros, Parque Residencial Pinheiros, Jardim Santa Helena, Jardim Mavan, Parque Residencial Nelson Calixto, Jardim São Paulo, Parque Residencial Braguim, Cidade Jardim, Jardim São Cristóvão, Bosque da Saúde, Jardim Estoril, Jardim Nova Era, Jardim Bela Vista, Jardim Marister, Jardim Toselar, Novo Jardim Toselar, Jardim da Ponte, Jardim Europa, Jardim Primavera, Residencial Parque Capuano, Jardim Tropical, Jardim Icaray, Parque das Paineiras. O crescimento ainda foi contíguo e o vetor de expansão se concentrou nas regiões norte, sul e leste da cidade.

Na década de 1980 houve a criação de 28 bairros (área de 4,96 km²): João Crevelaro, Cohab 3, Jardim Flamengo, Residencial Alphaville, Jardim Popi, Jardim Ipanema, Jardim São Braz, Jardim Planalto, Jandaia Residencial Parque, Jardim São

Genaro, Jardim São Genaro II, Jardim Tóquio, Jardim São Vicente, Jardim Kleyton, Residencial Ivone Alves Palma, Perdizes Residencial Parque, Jardim Bolelli, Vila Isabel Marin, Jardim Stabile, Novo Parque São Vicente, Residencial Alvorada, Jardim Guaporé, Jardim Tangará, Jardim Nova Brasília, Parque Residencial Laluce, Distrito Industrial, Jardim Portão Azul. Essa década foi marcada por uma intensa expansão e os bairros foram ocupando destacadamente as porções sudoeste, sul e leste do perímetro urbano. A partir desse período, a maior parte dos bairros se instalou no entorno da mancha urbana consolidada nas décadas anteriores, mas houve também a instalação de dois bairros afastados da mancha urbana consolidada: o Colinas Park Residencial, localizado a oeste, no entroncamento das rodovias SP-300 e SP-461 e o Bairro João Crevelaro, localizado na porção leste, no limite com o município de Coroados.

Após o período de consolidação da atividade industrial no município, houve uma expansão significativa entre os anos de 1990 a 2019, com a constituição de 49,82% da mancha urbana observada em 2019.

Na década de 1990 foram criados 27 bairros (4,84 km²): Quemil, Residencial São José, Recanto Verde, Recanto Verde II, Residencial Portal da Pérola, Jardim Itália, Tijuca Residencial Parque, Residencial Monte Líbano, Residencial Aurora, Residencial Monte Líbano II, Jardim Nova Canaã, Jardim Prado, Residencial São Bento, Residencial Ibiza, Residencial Mário Crem dos Santos, Residencial Sandro Piazalunga, Conjunto Habitacional Teresa Maria Barbieri, Residencial São Francisco, Jardim Vista Alegre, Jardim Manuela, Jardim Vale do Sol, Residencial Jardim do Trevo, Colinas Park Residencial, Colinas Park Residencial II, Alto Colinas Residencial, Residencial Enrico

Caetano, Residencial Pedro Marin Berbel. O vetor de crescimento urbano nessa década ocorreu nas regiões nordeste, leste e sudoeste da cidade, ocupando o entorno urbano, além de áreas afastadas, criando-se mais vazios urbanos. Como exemplos de bairros afastados, enfatiza-se o bairro Residencial Portal da Pérola (norte), Colinas Park Residencial, Colinas Park Residencial II, Esplanada Colinas e Residencial Jardim do Trevo (sudoeste), Residencial Pedro Marin Berbel e Residencial Enrico Caetano.

Na década de 2000, criaram-se 22 novos bairros na cidade (área de 4,04 km²): Jardim Santana, Residencial Art Ville, Chácaras Granville, Residencial Atenas, Residencial Portal da Pérola, Residencial Jardim Santa Luzia, Residencial Simões, Residencial Otton, Residencial Gávea, Jardim Ipê, Residencial Birigui II, Residencial das Aroeiras, Village di Fiori, Bosque da Saúde II, Jandaia Residencial Park II, Esplanada Colinas, Residencial Parque das Árvores, Conjunto Residencial Vilas da América, Vila do Chafariz, Residencial Modelo, Residencial Alanoville, Residencial Decolores. A expansão ocorreu principalmente na porção nordeste, com o preenchimento de alguns vazios urbanos, além das direções sudeste e sudoeste da cidade.

Entre os anos de 2010 até 2019, identificou-se a criação de 22 novos bairros, que ocupou uma área de 5,93 km²: Jardim Monte Carlo, Residencial Copacabana, Alto do Silveses, Jandaia Residencial Parque III, Residencial Veneza, Quinta da Mata, Residencial e Comercial Vitória, Residencial Moimaz, Residencial Candeias, Residencial Acapulco, Residencial Adisa Birigui, Conjunto Habitacional Portal do Parque, Residencial Campo Bello, Villa Lobos Residencial, Boa Vista Residencial,

Residencial Parque das Árvores II, Residencial Colina Verde, Residencial Lalue II, Residencial Jequitibá, Village Damha Birigui e Residencial Parque Capuano. Nesse período houve a constituição de bairros nas porções nordeste e sudoeste, com considerável preenchimento dos vazios urbanos. Cabe destacar também, que houve a criação de três bairros desconectados da mancha urbana (Vila Lobos Residencial, Residencial Adisa Birigui e Residencial Jequitibá).

Buscando compreender o ritmo de desenvolvimento da mancha urbana de Birigui, calculou-se a taxa média de crescimento geométrico entre 1952 e 2019 (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa média de crescimento geométrico da mancha urbana de Birigui - 1959 a 2019

Período	Área Urbana	
	km ²	Crescimento anual (%)
até 1959	5,53	-
1960 a 1969	6,28	1,28
1970 a 1979	9,96	4,72
1980 a 1989	14,92	4,12
1990 a 1999	19,76	2,85
2000 a 2009	23,8	1,88
2010 a 2019	29,73	2,25

Fonte: SILVA (2020, p. 76).

Através dos dados apresentados na tabela 3, as maiores taxas de crescimento ocorreram nas décadas de 1970 e 1980, com 4,72% e 4,12% respectivamente. Tais dados corroboram com o apresentado por Cicero (2011), Rizzo (2004) e Souza (2004),

quanto à consolidação da atividade calçadista e a consequente atração de migrantes para a cidade.

Considerações finais

A urbanização, entendida como um sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista, refletiu na organização dos espaços urbanos de forma complexa, modificando a paisagem e as relações sociais. As projeções populacionais apontam que 68% da população mundial viverão em cidades em 2050. No Brasil, o processo de urbanização ganhou impulso na segunda metade do século XX, atrelado ao desenvolvimento da indústria. Hoje, estima-se que 84% da população brasileira residam em áreas urbanas.

Em Birigui, a industrialização com características endógenas, que ganhou impulso na década de 1970, tornou-se o principal fator atrativo de população nas décadas seguintes. Na década de 1980, a cidade tornou-se um polo calçadista de referência nacional, atraindo a atenção de migrantes que estavam em busca de novas oportunidades de trabalho. Na década de 1990, Birigui observou taxas de crescimento populacional de 2,30% a.a. Esses valores eram muito superiores à média nacional, de 1,45% a.a., e estadual, de 1,60% a.a. A taxa de crescimento urbano nesse período foi de 2,58% a.a.

Portanto, após a exposição dos fatos, considera-se que o processo de urbanização de Birigui ajuda a corroborar a hipótese de que o processo de industrialização é um fator propulsor para o crescimento populacional de muitos municípios brasileiros e sua consequente expansão urbana.

Referências

BAENINGER, R. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. *In*: BAENINGER, R (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, Brasília: UNFPA, 2010, p. 209-222. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf. Acesso em nov. 2019.

BAENINGER, R.; PERES, R. G. Metrôpoles brasileiras no século 21: evidências do censo demográfico de 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v.15, n. 3, p.634-648, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6305>. Acesso em nov. 2019.

BIRIGUI (SP). **Prefeitura**. 2018. Disponível em: <http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/cidade/nossa_historia.php>. Acesso em: out. 2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CICERO, E.C. **A Indústria Calçadista de Birigui: origem, reestruturação produtiva e formação de uma economia de aglomeração**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, N.M. **A chave de Birigüy**. Bauru: Gráfica Coelho, 1997.

DENG, J.S. et. al. Spatio-temporal dynamics and evolution of land use change and landscape pattern in response to rapid urbanization. **Landscape and Urban Planning**. n. 92, p.187-198, 2009.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em nov. 2019.

GOMES, M.F. **A Cartografia temática aplicada como instrumento de análise e síntese no estudo da qualidade de vida urbana: o caso da cidade de Birigui-SP**. 2011. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo 2010** – por Município. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat.topwindow.htm?1>. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Birigui. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350650&search=sao-paulo|birigui>. Acesso em: outubro, 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAARSEVEEN, M.V.; MARTINEZ, J.; FLACKE; J. GIS in sustainable urban planning and management: a global perspective. *In*: MAARSEVEEN, M.V.; MARTINEZ, J.; FLACKE; J.. **GIS in sustainable urban planning and**

management a global perspective. Boca Raton: Taylor e Francis, 2019. p. 1-6.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetórias, dificuldades e lições aprendidas. *In*: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, Brasília: UNFPA, 2010, p. 11-24. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf. Acesso em nov. 2019.

MOURA, N.S.V.; MORAN, E.F. Problemas ambientais urbanos: questões metodológicas nos estudos geográficos com ênfase na análise geomorfológica e nas mudanças do uso da Terra. *In*: BASSO, L.A.; MOURA, N.S.V.; STROHAECKER, T.M. (org.). **Geografia: dinâmica, conflitos e proposições.** Porto Alegre: wwlivros, 2017. p. 12-30. *E-book*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI. **Mapa Geral Urbano.** Birigui, 2017. 1 Mapa. Escala: 1:10.000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI. **Mapa Topográfico.** Birigui, 2017. 1 Mapa. Escala: 1:10.000.

RAMOS, D.S. **A cidade Pérola em capítulos.** Birigui: Edição do autor. 1961.

RIZZO, M. **A indústria de calçados infantis de Birigui.** 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ªed. São Paulo: Edusp, 2013.

SILVA, A.F. **Expansão urbana e mudanças no uso e ocupação da terra: o caso da cidade de Birigui/SP**. 2020. 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2020.

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, M. A. B. **Aglomeración calçadista de Birigui: origem e desenvolvimento**. Araçatuba: Editora do escritor, 2004.

SOUZA, M.A.B.; BARBOSA, L.G.B. **O cinquentenário da indústria calçadista de Birigui (1958-2008)**. Birigui: Editora Bearare, 2009.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. 16ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SUGUIMOTO, E.I. **A expansão da cana em Birigui e a dinâmica agrária regional**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - POPULATION DIVISION. **World**

Urbanization Prospects: the 2018 revision
(ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations, 2019.
Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em nov. 2019.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de Mestrado (processo 134100/2017-4), no período de maio de 2017 a junho de 2018.

NARRATIVAS ORAIS NA COMPOSIÇÃO DO LUGAR: ENTREVISTAS PARA A PRODUÇÃO DO FILME “FORMAÇÃO TERRITORIAL, CULTURA E MEMÓRIA”

Rogério Borges

Introdução

Desde as sociedades primitivas, a oralidade se configurou como uma linguagem importante na composição de narrativas que transmitiam crenças e valores culturais através das gerações. As palavras faladas carregavam todo o saber coletivo, exigindo que todos da comunidade as compartilhassem, pois, não haviam ainda códigos abstratos que pudessem arquivar esse conhecimento para uma consulta posterior. Dessa forma, a contação de histórias era um gesto político de organização de um território, que estruturava seu modo de vida de acordo com os ensinamentos passados pelos mais velhos.

Posteriormente, a emergência dos símbolos – através das pinturas rupestres – elevou a significação e aceitação de conceitos abstratos nos grupos sociais, criando narrativas mais complexas, que deram origem aos mitos e doutrinas religiosas, compondo um saber primitivo anterior à filosofia e à ciência. Com o surgimento da escrita, a oralidade perdeu espaço gradativamente, deixando de ser o principal meio de difusão dos saberes. A invenção da prensa móvel, no século XV, reforçou a importância da

linguagem escrita, transformando-a em um meio de comunicação de massas, através da distribuição de jornais impressos.

No entanto, o advento do cinema, no final do século XIX, e seus sucessivos avanços tecnológicos, ao longo do século XX, recolocaram a oralidade como uma linguagem fundamental para a difusão de ideias e valores. Assim, o cinema e, posteriormente, o rádio e a televisão, incorporaram a oralidade como cultura de massa, propagando narrativas que constituam o pensamento coletivo, variando de discursos políticos e notícias em rede nacional, a diálogos e locuções presentes nas radionovelas, telenovelas e filmes. Realidade ou ficção não se diferenciavam muito, pois as massas viam nesses meios fontes confiáveis de informação, entretenimento e uma oportunidade para experiências artísticas.

Dessa forma, a oralidade, transformada em cultura de massa, se tornou uma poderosa máquina a serviço dos grupos dominantes, que financiavam as produções e determinavam o teor dos discursos implícitos ou explícitos nas narrativas. Esse fenômeno rapidamente moldou sociedades através da cultura, influenciando seus modos de vida através de bens de consumo, vestimentas, valores morais e políticos. Entre programas de rádio, filmes, novelas e noticiários, um novo desenho de sociedade era consolidado, rompendo gradativamente os valores familiares tradicionais em favor do desenvolvimento da sociedade de consumo capitalista, materializado no *American Way of Life* (modo de vida americano).

Porém, enquanto esse fenômeno se consolidava nos centros urbanos, muitas sociedades ainda utilizavam a linguagem oral como principal forma de compartilhamento de conhecimentos e valores, como as comunidades indígenas,

quilombolas, caiçaras, caipiras, tribais, entre outras. Apesar do aparato tecnológico servir à expansão capitalista através da cultura, as narrativas não hegemônicas continuaram existindo nos lugares onde outros modos de vida resistiam e se faziam presentes, sobretudo onde havia uma relação direta com a natureza, sem a intermediação do capital e do consumo.

Os lugares, por sua vez, eram transformados por essas narrativas, incluindo o cinema, rádio e a televisão como novos agentes na constelação de suas trajetórias. Para Doreen Massey (2008, p. 191), o lugar é um conceito de caráter elusivo, que não se restringe aos seus limites territoriais, pois tem um caráter aberto de constante transformação. A autora defende

[...] um entendimento de lugar – como aberto (“um sentido global de lugar”), como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada (MASSEY, 2008, p. 191).

Dessa forma, os lugares passavam a incorporar em sua composição também o que era dito a seu respeito nos meios de comunicação de massa. A perspectiva hegemônica condicionava os lugares de acordo com a visão de mundo dos grupos produtores e difusores de conteúdo, que ridicularizavam culturas e povos através da criação de estereótipos e caricaturas. Como os meios de produção eram caros e restritos, a disputa de narrativas se tornava muito desigual, impedindo que grupos de pessoas comuns pudessem colocar suas perspectivas em obras audiovisuais. Assim, o monopólio dos notáveis para falar sobre os lugares, impedia a diversidade de agentes e a possibilidade de desvios e contestações às narrativas hegemônicas.

No entanto, com o passar das décadas e através de artistas que buscavam novas metodologias para compor narrativas, o cenário começou a mudar ou, ao menos, abrir fendas no que antes parecia inabalável. Um dos expoentes desse processo no Brasil foi o cineasta Eduardo Coutinho, que colocou a oralidade e os diálogos no centro de sua metodologia, permitindo a emergência de novos agentes nas obras, que apresentaram um país bem diferente do que as narrativas hegemônicas mostravam. Inicialmente com uma participação tímida no cinema, foi através dos dez anos que passou trabalhando na televisão, no programa Globo Repórter, que Coutinho aprimorou sua metodologia de documentário. A tecnologia de vídeo viabilizou um tempo maior de gravação do que a película, e isso foi fundamental para o artista conseguir desenvolver uma metodologia diferenciada, que priorizava os encontros e as relações, trazendo resultados impressionantes em suas dezenas de obras.

Com filmes que pesquisavam/apresentavam lugares específicos, como “Santa Marta, Duas Semanas no Morro”, “Santo Forte”, “Boca de Lixo”, “Edifício Master”, entre tantos outros, Coutinho mostrava a constante transformação e reconfiguração dos lugares, através da multiplicidade de agentes na composição de suas narrativas. Em seu processo de montagem, o diretor deixava claro as linhas de fuga da obra, abrindo mão de um discurso criado previamente pelo autor, para permitir que personagens coletivos cartografassem seu próprio lugar de vivência. Coutinho buscava diferença e, abrindo o leque de possibilidades, seu cinema contrastava os estereótipos de determinados grupos sociais já bem conhecidos na televisão e no cinema, como “o favelado”, “o catador de lixo”, “o religioso”, “o operário”, “o caipira”, etc.

Dessa forma, a partir da pesquisa sobre a obra e metodologia do cineasta, encontramos caminhos para conduzir as entrevistas para a produção do filme “Formação Territorial, Cultura e Memória”, parte integrante da versão cinematográfica do Atlas Municipal Escolar de Ourinhos-SP. O projeto consiste no desenvolvimento de um material (para)didático que viabilize o estudo do lugar, por meio de Atlas Municipal Escolar, para os alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (Ciclo II). Com linguagens diferenciadas, o projeto prevê quatro versões - analógica, digital interativa, cinematográfica e tátil - voltadas para a mediação do ensino-aprendizagem em sala de aula (ZACHARIAS, 2012, p. 8), de maneira que possa agregar em sua composição a tríade - ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (ZACHARIAS, 2012, p. 9).

No entanto, além da intenção de pesquisar/cinematografar um lugar específico – o município de Ourinhos-SP – tínhamos como premissa a base conteudista do projeto, que previa 6 eixos temáticos para serem abordados nas conversas, imagens e sonoridades que comporiam os filmes. Para tal, iniciamos um caminhar errante (DUSCHATZKY, 2007) a partir dos eixos temáticos, abertos a incorporar todos os desvios que surgissem no percurso de pesquisa. Numa metodologia aberta para as entrevistas, os filmes se tornariam uma terceira coisa, que não era exatamente o roteiro inicial previsto no projeto e nem a integralidade da narrativa oral das entrevistadas.

Nesse sentido, apresentaremos neste trabalho as diversas etapas de pesquisa, gravação e montagem das entrevistas realizadas com três mulheres que possuem trajetórias bem distintas no espaço-tempo do lugar Ourinhos: a docente da UNESP-Ourinhos, Prof.^a. Dr.^a. Fabiana Lopes da Cunha; a

professora da rede municipal, Aparecida de Jesus Nascimento (Professora Cidinha); e a moradora, Paulina Cecília Nogueira (Dona Paulina). As três narrativas compuseram o filme “Formação Territorial, Cultura e Memória”, revelando a multiplicidade do lugar através da diversidade das agentes entrevistadas e também das demais imagens e sonoridades, incorporadas posteriormente à obra no processo de montagem.

O cinema como dispositivo: encontros e escutas nas praças

Nosso percurso de (re)encontro com o município de Ourinhos-SP teve início em fevereiro de 2019, quando fizemos a formação “Cinema e Geografia” para os integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Geografia – UNESP Ourinhos. Com uma equipe composta por doze alunos de licenciatura, abrimos os diálogos compartilhando experiências escolares diversas e também ideias para trabalhar Geografia através do cinema. Num galpão de madeira emprestado pela prefeitura, o Espaço Cultural Vilamar, o lugar já apresentava seus aspectos para aquele mês em específico, em que normalmente os universitários estariam de férias: o calor seco do oeste paulista.

Os estudantes relataram situações parecidas entre si na experiência do PIBID na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Adelaide Pedroso Racanello: pouca estrutura para os professores trabalharem com linguagens diversas, exigência da utilização da apostila para guiar os percursos metodológicos, desinteresse por uma parte considerável da turma nas aulas de Geografia, entre outras características comuns no sistema tradicional de ensino. Ao apresentarem as possibilidades

de trabalhar cinema em Geografia, todos apontaram o caminho mais comum nessa relação: o uso instrumental do cinema. A exibição de filmes com temas específicos trabalhados em sala de aula, seguidos de debate ou avaliação com foco no tema, é um caminho comum bem conhecido na maioria das escolas e disciplinas que utilizam práticas envolvendo o cinema. Também no meio acadêmico, a relação entre cinema e Geografia não se diferencia muito da realidade escolar. Almeida (2011, p. 110) faz uma análise minuciosa do estado da arte e conclui que:

[...] pode-se perceber que existem cinco grandes eixos de interesse que têm chamado a atenção dos pesquisadores sobre Geografia e cinema em nosso país, são eles: 1. análise geográfica de vários filmes sobre um mesmo tema; 2. análise geográfica de um único filme; 3. análise geográfica da produção fílmica de um único autor; 4. trabalhos teórico-conceituais sobre o tema; 5. o uso do cinema no Ensino de Geografia.

Ao mesmo tempo, em que constatávamos a limitação das perspectivas envolvendo cinema e Geografia, nos animava a possibilidade de propor uma metodologia de utilização do cinema como diferença. Nossa proposta consistia em realizar uma pesquisa/intervenção através do método da cartografia, que “[...] tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades” (BARROS e KASTRUP, 2015, p. 56). Nesse sentido, o método “[...] coloca a ciência em constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando problemas e exigindo práticas originais de investigação” (BARROS e KASTRUP, 2015, p. 56).

Para tal, definimos o cinema como metodologia de investigação do lugar, entendido aqui para além de filmes, mas como uma prática social, que pode envolver etapas como pesquisa de pré-produção, gravação, edição, exibição, distribuição, ou seja, encontros e negociações constantes e diversos. Pensando no método da cartografia, o cinema operaria como um dispositivo, que consiste em “[...] uma série de práticas e de funcionamentos que produzem efeitos” (KASTRUP, BARROS, 2015, p. 81). Em suma, não havia como fazer filmes que apresentassem Ourinhos tal qual ele é, pois, a própria intervenção, através de uma pesquisa/produção cinematográfica, já colocaria mais um agente no seu processo de composição e transformação constante.

Desenvolvemos um roteiro de entrevistas a partir dos 6 eixos temáticos do projeto: Localização e Identidade; Formação Territorial, Cultura e Memória; Cidade, Sociedade e Natureza; Áreas Verdes, Lazer e Potencialidades Turísticas; Serviços e Infraestrutura; Política, Planejamento e Sustentabilidade. Com uma vasta gama de perguntas, nossa proposta foi utilizar o roteiro (quadro 1) como um disparador e depois deixar os entrevistados falarem o que e como quiserem.

Quadro 1 - Roteiro das entrevistas.

Perguntas do roteiro das entrevistas

- Qual seu nome?
- Qual sua idade?
- Onde você nasceu?
- Há quanto tempo mora em Ourinhos?
- Você mora nesse bairro?
- Sua família é de Ourinhos?
- Qual a lembrança mais antiga de Ourinhos?
- Como era Ourinhos antigamente?
- Como e quando foi fundado Ourinhos?
- Conhece alguma lenda ourinhense?
- Qual o lugar mais bonito de Ourinhos?
- Você gosta de morar em Ourinhos?
- O que caracteriza um ourinhense?
- Onde está Ourinhos no estado de São Paulo?
- Você conhece os rios de Ourinhos?
- Qual a maior diferença do centro da cidade para o seu bairro?
- Existe incentivo à cultura?
- O que você acha que falta em Ourinhos?
- Como é o clima de Ourinhos?
- Como é a iluminação urbana?
- Você se sente seguro em Ourinhos?
- Como você vê a qualidade do meio ambiente?
- Existe falta de água em Ourinhos?
- Como é o sistema de saúde de Ourinhos?
- O que você indica para um turista que acabou de chegar em Ourinhos?
- Como é a qualidade da água?
- Como é o trânsito de Ourinhos?
- Como é a infraestrutura de Ourinhos?
- O que mudou e o que deveria mudar em Ourinhos?
- Como você imagina Ourinhos no futuro?

Fonte: Elaborado coletivamente com os licenciandos do PIBID UNESP Ourinhos, na formação Cinema e Geografia.

Com o roteiro em mãos, dividimos nossa equipe em duplas e fomos ao nosso primeiro (re)encontro com o lugar Ourinhos, visitando simultaneamente praças de regiões distintas e conversando com pessoas aleatórias, quaisquer que se dispusessem a falar conosco sobre o que quisessem. Nessa etapa, apenas os integrantes do PIBID tiveram acesso aos moradores, deixando o diretor cinematográfico para ter seu primeiro encontro com os entrevistados já na gravação para o filme. Havíamos divulgado os pontos de entrevista nos meios de comunicação locais, mas apenas 1, dos mais de 20 entrevistados, estava ciente da atividade. Essa “falha” de comunicação se transformou em potência no nosso percurso, pois conseguimos chegar até pessoas que estavam lá em suas rotinas normais, e não que foram até lá com a intenção de participar de um filme. As entrevistas foram gravadas em áudio com a utilização dos celulares dos integrantes do PIBID.

Nossa proposta consistia na realização de uma triagem das conversas iniciais, enquadrando cada pessoa num tema ou subtema específico previsto nos eixos e, posteriormente, agendando/realizando as gravações em audiovisual para o filme. No nosso encontro após as entrevistas, na continuidade da formação “Cinema e Geografia”, ficou claro que isso seria impossível, pois todas as falas transpassaram categorias, além de colocar novos fatores que não estavam previstos nos roteiros. Já de início, as forças do lugar começavam a desviar nosso percurso, e não havia outra opção senão incorporar essas potências e deixar a criação em aberto, de modo que o próprio lugar, através de seus múltiplos agentes, criasse as condições de produção e existência das obras.

Definimos então um conjunto de pessoas para começarmos nossas gravações: um caminhoneiro, Mauro; uma moradora de cem anos, Dona Paulina; uma professora da Escola Racanello, Professora Cidinha; e dois professores da UNESP Ourinhos, Piroli e Fabiana, que nos dariam a base científica a partir dos conteúdos previstos no projeto. Ao final, na montagem dos filmes, as entrevistas seriam divididas em blocos e esses encaixados em filmes diferentes, de modo que falas coletivas criassem discursos para os temas específicos já previstos. As falas do Prof. Piroli e do caminhoneiro Mauro foram incorporadas no primeiro filme da série, com o tema-título “Localização e Identidade”. Já as falas da Professora Fabiana, Dona Paulina e Professora Cidinha, foram incorporadas no filme “Formação Territorial, Cultura e Memória”, que é o objeto deste trabalho.

Professora Fabiana – UNESP Ourinhos

Estávamos agendando as entrevistas para a gravação da versão cinematográfica do Atlas Municipal Escolar de Ourinhos-SP, produzindo materiais que serviriam, prioritariamente, aos filmes 1 e 2, “Localização e Identidade” e “Formação Territorial, Cultura e Memória”, respectivamente. Para contemplar os conteúdos previstos nos eixos temáticos, convidamos alguns professores da UNESP Ourinhos para participar das entrevistas. Como o tempo dos docentes era escasso e a agenda apertada pelos compromissos da universidade, conseguimos uma brecha curta num horário proposto por eles. No período e horário disponibilizados, não havia tempo hábil para a montagem de um *set* de filmagem e os integrantes do PIBID não poderiam participar. No entanto, não poderíamos perder essa oportunidade e, então, tivemos que realizar a entrevista apenas em áudio, com

a utilização de um gravador de som, conduzida somente pelo diretor/pesquisador.

Na UNESP-Ourinhos, a Professora Fabiana nos recebeu em sua sala para uma conversa a partir dos subtemas do eixo 2: sítios arqueológicos e os primeiros habitantes; a ocupação do território e os nativos; o início do povoamento e a origem de Ourinhos; a ferrovia e as fazendas de café; imigração e cultura. Com a pauta da entrevista na tela de seu computador, ela começou a explicar a partir do acúmulo de mais de quinze anos de pesquisa no município, dizendo que:

Nós sabemos, com o represamento das águas do Paranapanema, na Represa de Ourinhos, que nós temos, pelo menos, 4 sítios arqueológicos que foram mapeados pelo Prof. José de Moraes. Esse material está hoje no museu de Piraju, o MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia) de Piraju, da USP. Quando eu estava à frente da montagem do curso de Arqueologia, uma das coisas que o Prof. Astolfo Araújo ressaltou bastante é que a região é cercada de sítios arqueológicos, mas não existe, na verdade [...] no momento, ninguém trabalhando, fazendo esse levantamento. Mas, se tivesse um estudo sistemático, a gente acharia muita coisa na região. Inclusive, quando eu comecei a trabalhar aqui, tinha um senhor que, se eu não me engano, chamava João, que tinha uma coleção bem grande de restos de material arqueológico e ele doou para o museu. Só que ele foi extraindo como uma pessoa que gosta desse tipo de material, sem se preocupar em fazer um levantamento e entender quem eram esses moradores. (CUNHA, 2019).

Sobre o subitem “A ocupação do território e os nativos”, Fabiana disse que chegou a “[...] estudar um pouco a respeito do

início da origem de Ourinhos com uma orientanda, Débora Araújo, e através de estudos de Niminon Suzel Pinheiro nós descobrimos que havia aqui principalmente duas tribos: a Oti-Xavantes e a Kaingang” (CUNHA, 2019).

Fabiana falou sobre a relação dos povos indígenas com o nome do município vizinho, Chavantes, ao dizer que:

Quando eu comecei a ler mais a respeito dos indígenas que moravam e povoavam essa região [...] os Oti-Xavantes eram um grande número de indígenas [...] e ao lado de Ourinhos nós temos uma cidade chamada Chavantes, só que não com “X”, com “Ch”. Na minha cabeça, é óbvio que o nome vem da tribo indígena [...] porque, pelos relatos, os Kaingangs eram índios mais guerreiros, mais violentos, e os Xavantes não, e esses foram completamente dizimados [...] Eu acho engraçado, que todo mundo que mora nessa região diz que o Chavantes é com “Ch” porque viria de uma “chave antes” da Estação de Ourinhos. [...]

Sobre a relação entre os indígenas e a criação de uma identidade ourinhense, Fabiana disse que:

Existe uma preocupação com uma identidade ligada ao progresso, à locomotiva, ao trem, ao café, e a gente, que trabalha com História, sabe que há coisas que você ressalta e outras que você esquece. E uma delas, que eles fazem questão de esquecer, são os índios. (CUNHA, 2019).

Ao criticar o apagamento dos indígenas da história de Ourinhos, Fabiana evidenciava também o processo de entrevistas e a disputa de narrativas, sejam oficiais ou não. Nessa conversa, ficou claro sua intenção de relembrar e dar visibilidade aos povos nativos da região que foram esquecidos na história oficial. O

relato da professora trazia outras camadas de composição e modos de existências desse lugar, que foram sufocados pela visão colonial de progresso, atropelando as comunidades que estavam no caminho para levar a ferrovia e consolidar as vilas e, posteriormente, as cidades, que dariam sustentação ao modelo agroexportador que ainda rege a economia brasileira.

A respeito do processo de ocupação da região, Fabiana disse que:

Na verdade, esses primeiros habitantes, esses índios, eles vão ser dizimados por vários “desbravadores”, e um deles é muito famoso, que é o José Teodoro de Souza. [...] Ele fica sabendo que a Lei de Terras no Brasil ia mudar, por volta de 1850, e se você provasse que teria, de alguma forma, explorado essa terra antes, 4 anos antes [...] você teria condição de registrar isso no seu nome. E aí, segundo relatos de vários autores [...] o José Teodoro de Souza faz um acordo com um advogado de Botucatu e esse advogado ensina como ele deveria fazer. (CUNHA, 2019).

Uma consequência desse processo foi o desaparecimento dos povos indígenas e o início da era da ferrovia, como aponta Fabiana ao dizer que:

Um grande número de indígenas até, mais ou menos, a década de 1910 e 1920 [...] vai desaparecer: ou eles vão ser mortos ou serão expulsos. Os Kaingangos vão para o sul ou vão para o Mato Grosso. E aí, começa outra história, com essa [...] ocupação mais selvagem, mais agressiva, que é a história da estrada de ferro. (CUNHA, 2019).

Com a chegada da estrada de ferro, a economia local foi potencializada pela possibilidade de escoar o café produzido na

região de Ourinhos e do norte do Paraná. O próprio nome do município se deu em relação à estação de trem, pois a princípio o nome “Ourinhos” se referia ao atual município de Jacarezinho-PR, mas como todos que desembarcavam na estação final procuravam por esse nome, Ourinhos passou a ser o nome popular da estação e também da vila/cidade paulista, fazendo com que a vizinha paranaense adotasse seu nome atual. No entanto, mesmo sendo municípios vizinhos, Jacarezinho e Ourinhos tinham um fator de composição e separação entre os lugares, como relata Fabiana ao dizer que:

No começo, para atravessar para o norte do Paraná, era muito difícil: era de barco. E aí os fazendeiros dessas fazendas que produziam próximo a Ourinhos [...] fizeram uma espécie de uma cooperativa, para juntar forças para construir uma ponte que pudesse conectar a estrada de ferro do norte do Paraná com a de Ourinhos. (CUNHA, 2019).

Fabiana também falou sobre a chegada dos imigrantes italianos, árabes, alemães e japoneses no início do século XX, além da importância dos mineiros para a construção da cidade e como essas famílias passaram gradativamente a constituir o poder local do município. Outro tema abordado, foi a derrubada da igreja principal na Praça Mello Peixoto na década de 1950, para a construção de um prédio de telefonia, que mobilizou um debate público sobre o que Ourinhos deveria priorizar: a tradição (religiosa) ou o progresso (capitalista).

Nos quarenta minutos de conversa com a Professora Fabiana, notamos a potência da pesquisa científica para criar/apresentar novas narrativas para a composição do lugar, para além da história oficial dos poderosos. A produção de

subjetividades a partir de uma identidade ourinhense, baseada em símbolos como a bandeira, o brasão e o hino do município, foram destacados na conversa, que demonstrou um grande aprofundamento teórico a respeito dos aspectos temporais do lugar, relacionando-os com a História do Brasil. A locução que embala o filme “Formação Territorial, Cultura e Memória” foi feita a partir de recortes da fala da Professora Fabiana, num formato de documentário, no qual o narrador se coloca como que apresentando uma tese, reduzindo os espaços para que o espectador questione sua versão.

Dona Paulina – Vila Odilon

Dona Paulina era uma senhora de cem anos, moradora da Vila Odilon, bairro da zona sul de Ourinhos. Chegamos até ela por indicação de dois caminhoneiros na praça que faz divisa com a Vila Musa, quando os integrantes do PIBID falaram que estávamos em busca de pessoas para participarem de um filme. De imediato, os caminhoneiros citaram Dona Paulina, que morava há poucas quadras da praça. A impressão que nos deu é a de que eles achavam seu testemunho muito importante para Ourinhos, e que o filme seria uma maneira de eternizá-lo. Fomos então até a casa da Dona Paulina, onde conhecemos também sua filha, Dona Marili, que nos recebeu com a hospitalidade típica de uma cidade de interior, abrindo as portas de sua casa, servindo café e contando suas histórias familiares, que transpassavam a história do município.

Após a entrevista de triagem, nos reunimos para decidir quais pessoas chamaríamos para participar da gravação, e Dona Paulina foi o primeiro nome definido por consenso. A proposta

consistia em despertar memórias na entrevistada a partir do roteiro, utilizando o eixo temático 2 – Formação Territorial, Cultura e Memória – como disparador e, depois que a conversa engrenasse, deixá-la à vontade para falar sobre o que quisesse. Fomos então gravar a entrevista na casa da Dona Paulina (figura 1), lugar que materializava o processo de formação do bairro: uma casa com uma chaminé ao fundo, conectada com as casas de suas filhas, netos e bisnetos, através de passagens internas entre os terrenos, demonstrando que, no passado, todo aquele quarteirão pertencia à única uma propriedade, como mostra a figura 2.

Figura 1 - Dona Paulina



Fonte: Rogério Borges (2019).

Figura 2 –Terreno que conecta a casa da Dona Paulina com as casas de suas filhas, na Vila Odilon



Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Na figura 2 é possível notar um terreno em comum entre as três casas, cercado por um muro baixo com um varal comunitário, com uma criança brincando próximo ao portão, duas filhas de Dona Paulina no quintal e ela sentada na porta da cozinha, olhando para a câmera. A presença da chaminé ao fundo é uma importante referência da Vila Odilon, que possui um polo de olarias e cerâmicas, setores importantes para a economia do município na primeira metade do século XX.

Dona Paulina começou sua fala contando sobre sua chegada em Ourinhos, ao dizer que:

Eu cheguei aqui em 1934, dia 4 de outubro [...]. Vimos trabalhar na olaria. Naquele tempo era olaria, hoje é outro nome, né? Hoje é feito à eletricidade, né? Naquele tempo nosso era trabalho tudo manual, tudo. Não tinha nada de eletricidade, não. Nem luz, nem nada não tinha aqui no tempo em que a gente mudou. Em 1934, no dia 4 de outubro, tá bem entendido? (NOGUEIRA, 2019).

Quando perguntamos sobre as diferenças do município no passado e no presente, a entrevistada disse que:

Ah, mudou muito a cidade de Ourinhos. Ourinhos era muito pequeno, viu? Ali no Jacinto Sá, onde tem a Pinguim, né? Não tem ali? Ourinhos era até ali. Depois, até aqui em cima, onde eles chamavam de “foice”, porque tinha um negócio aí. Eles falavam “foice” ali quando sobe a linha. Então era pequeno Ourinhos, não ‘tava’ desse jeito “aumentado”. Era só fazenda, aqui em volta era só fazenda, fazenda, fazenda de tudo, um mundo de fazendas. Nós morávamos aqui, na Vila Odilon, lá em cima, no meio do cafezal. Os fazendeiros, eu posso falar o nome deles? Tudo que eu falo vai servir? (NOGUEIRA, 2019).

A fala de Dona Paulina era um convite para uma imersão no “mundo de fazendas” de Ourinhos na década de 1930. Havia ainda a preocupação de trazer informações que pudessem ser úteis à pesquisa e ao filme. O depoimento a partir dos relatos de memória, evidenciou as ideias de Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p. 180), que acreditam que:

Os lugares, nas entrevistas, aparecem mostrando a vida em movimento, e a conversa entre o entrevistador e entrevistado toma um rumo inusitado: em determinado momento, tem-se a impressão de que os sujeitos há muito se conhecem e torna-se difícil a separação. As entrevistas sobre como a pessoa vê o lugar revelam a maneira pela qual ela percebe o mundo e se insere nele.

Ao acessar suas memórias, Dona Paulina se emocionou várias vezes, principalmente em temas como casamento, família e religião, que tradicionalmente era o eixo que davam sustentação ao modo de vida do interior paulista nos séculos passados. Ao nos

aproximarmos de uma “desconhecida” para filmá-la, utilizamos um método que permite, segundo Migliorin (2016, p. 30), “[...] fazer do cinema uma maneira de conhecer e se aproximar de pessoas com as quais nunca se teve qualquer relação”, que permite:

Criar um inventário da memória da comunidade retratada atentando também para as fabulações que as pessoas fazem de si mesmas, para a tensão entre a palavra e a imagem e para a relevância da memória oral na constituição de um povo. Tão importante quanto filmar essas fotografias narradas é se perguntar o que está por trás de uma imagem, que tipo de histórias as pessoas querem contar. (MIGLIORIN, 2016, p. 32).

A menção das olarias nas falas de Dona Paulina produziu um novo desvio no processo de filmagem, e decidimos ir até à cerâmica da família para filmar os trabalhadores (figura 3) e gravar sons ambientes, porém sem entrevistar ninguém nessa diária.

Figura 3 - Trabalhadores na cerâmica da Vila Odilon



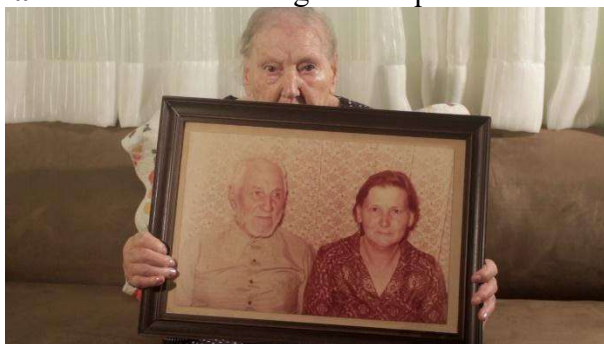
Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Dona Paulina concluiu sua entrevista abordando as principais mudanças de Ourinhos do passado e do presente, ao dizer que:

Tem mercado, tem tudo. Antes não tinha nada disso. Nós queríamos comprar, tinha que ser na cidade de Ourinhos, lá. [...] Tinha poucos mercados em Ourinhos. Melhorou para nós a situação, né? Tem mercado aqui perto, tem farmácia, só não temos médico aqui na Vila Odilon. (NOGUEIRA, 2019).

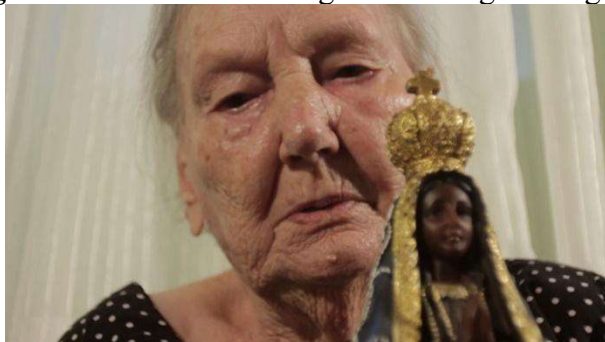
Mesmo na sua intenção de concluir a entrevista com elogios ao município de Ourinhos, Dona Paulina revelou que não existe atendimento médico no bairro, caracterizado por ter grande parte de sua população de idosos. Além da entrevista, filmamos também alguns planos de Dona Paulina em sua casa, interagindo com elementos da decoração, como fotografias familiares (figura 4) e imagens religiosas (figura 5).

Figura 4 – Dona Paulina segurando quadro com o esposo



Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Figura 5 – Dona Paulina segurando imagem religiosa



Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Ao final da entrevista, toda a equipe estava sensibilizada com as falas de Dona Paulina que, dotadas de grande carga emocional, revelaram fragmentos do lugar a partir de suas trajetórias no espaço-tempo, que até então desconhecíamos. Assim, desmontamos o *set* e nos despedimos da família. Foi a última vez que vimos Dona Paulina. Na semana seguinte, retornamos até a sua casa, mas ninguém atendeu. Sua filha/vizinha nos informou que a família estava empenhada em amparar uma parente com uma grave doença. Meses depois recebemos a notícia do falecimento de Dona Paulina.

Professora Cidinha – Vila Perino

Desde que iniciamos o projeto “Cinema e Geografia” através do PIBID na Escola Racanello, conhecemos a professora readaptada que trabalhava na biblioteca onde desenvolvíamos as atividades: a Professora Cidinha. Informalmente, ela contava suas histórias e memórias relacionadas ao município, o que fez com que os membros do PIBID começassem a gravar os relatos e a

incluísem na lista das possíveis entrevistadas no processo de triagem. Nas conversas com a Professora Cidinha, ficou claro que o entrevistado sente prazer em falar e ser ouvido (PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE, 2009, p. 180), o que nos levou a chamá-la para a gravação do filme “Formação Territorial, Cultura e Memória”.

Realizamos a gravação da entrevista inicialmente no seu local de trabalho, a biblioteca da Escola Racanello, onde contou memórias de sua infância e os fatos mais antigos que lembrava, ao dizer que:

Sou ourinhense, como diziam antigamente, “ourinhense do pé roxo”, devido à terra daqui ser vermelha. Nasci precisamente na Rua Barão do Rio Branco, 1098, onde a família Perino começou a lotear. Aqui era uma fazenda e meus pais foram os primeiros a comprar um desses lotes. E aí, começou a nossa vidinha ali, muito simples, uma casinha de madeira. O seminário estava sendo construído bem na época em que eu nasci, porque o Padre Josefino, na época, cedeu as tábuas de um dos locais onde guardavam as ferramentas, e meu pai ajudou a construir esse Seminário Josefino. (NASCIMENTO, 2019).

No dia da entrevista, sua forma de falar, vestimenta e aparência, estavam bem diferentes da normalidade de sua rotina de trabalho: ela estava maquiada, com uma roupa nova e se esforçava para falar um português formal. Aos poucos ela criava seu autorretrato, num processo em que a entrevistada

[...] se inventa de alguma forma a partir do que ela gostaria de ser, do que talvez seja e do que pensa que o diretor gostaria que ela fosse. E assim como aprendemos sobre ela, ela também aprende algo sobre sua própria vida, em

um processo no qual o personagem vai sendo criado no ato de falar. (LINS, 2004, p. 110)

A religiosidade e as histórias antigas de Ourinhos conduziam sua fala, que ficava mais espontânea com o desenvolvimento da conversa, criando uma intimidade com a câmera e com o diretor, reforçando que

O documentário é um ato no mínimo bilateral, em que a palavra é determinada por quem a emite, mas também por aquele a quem é destinada, ou seja, o cineasta, sua equipe, quem estiver em cena. É sempre um “território compartilhado” tanto pelo locutor quanto por seu destinatário. Falar e ouvir não são atividades independentes e integrais, fazemos as duas coisas ao mesmo tempo, e isso não acontece apenas no cinema documental. (LINS, 2004, p. 108).

A intenção de criar uma imagem positiva de Ourinhos foi destacada em sua fala, ao dizer que:

Eu só tenho que falar bem da minha cidade e eu não admito que ninguém fale mal da minha cidade. Jamais! Por mais que tenha defeito, porque ninguém é perfeito nessa vida, né? [...] Claro, tem algumas coisas que a gente não gostaria de ficar sabendo, mas isso tudo a gente deleta. Então eu procuro ver só o lado bom. (NASCIMENTO, 2019).

Nesse momento, ficou claro que as narrativas orais já apresentavam uma natureza “editada”, na qual as agentes haviam definido previamente o que deveriam mostrar e o que deveriam esquecer, reforçando o método da História mencionado pela Professora Fabiana. Dessa forma, não só o montador inventaria um Ourinhos no filme, mas também as entrevistas já trariam suas

versões ideais para compor esse lugar, através da criação de locais narrativos na obra (OLIVEIRA JR, 2014, p. 121). O filme “Formação Territorial, Cultura e Memória” apresentaria, assim, não a totalidade da realidade geográfica do lugar, mas um emaranhado composto pelas diferentes narrativas de seus agentes, incorporando desvios de modo rizomático, no qual não há um centro, mas sim novos e infinitos desdobramentos, que nos afastam cada vez mais da busca por uma essência preconcebida de lugar.

Após concluirmos a entrevista na Escola Racanello, Professora Cidinha nos convidou para um passeio de carro pelo bairro, no qual ela nos mostraria importantes pontos de referência da história da Vila Perino. Com a câmera em mãos, acompanhamos Cidinha no Seminário Josefino (figura 6) e na casa onde ela nasceu (figura 7).

Figura 6 - Seminário Josefino



Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Figura 7 - Casa em que Cidinha nasceu e cresceu



Fonte: Fotograma por Rogério Borges (2019).

Em uma longa conversa com o atual morador da casa onde Cidinha nasceu, ela adentrou o lugar, mostrando como era na sua época e o que havia de diferente na arquitetura atual. Essa cena foi incorporada no filme, revelando o caráter afetivo do lugar a partir das memórias de infância. Finalizamos as gravações na Vila Perino com a gravação de planos externos no Seminário Josefino.

Montagem: da linguagem oral à cinematográfica

Concluídas as etapas de pesquisa de pré-produção e gravação cinematográfica, iniciamos o processo de montagem, no qual as narrativas orais seriam transformadas em filme. Iniciamos a obra com a locução da Professora Fabiana acompanhando uma sequência de imagens de pinturas locais que rerepresentavam os indígenas da região, concluindo esse bloco com a chegada de um trem interrompendo uma canção Kaingang, enquanto vemos a imagem de uma criança indígena com semblante triste, segurando uma caravela de brinquedo.

Após a cena de introdução, retomamos à locução de Fabiana, mas agora com imagens do acervo do Museu Ferroviário Regional de Bauru dando visualidade à cena. Com um efeito sonoro, cortamos das imagens dos indígenas para um *close* no aparelho auditivo de Dona Paulina, como se ela ouvisse a entrevista da Professora Fabiana em um rádio chiado. A locução continua, enquanto as imagens apresentam a casa de Dona Paulina, composta por ícones religiosos católicos, como um Jesus Cristo na cruz e uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida.

Quando Fabiana fala da chegada da estrada de ferro, um trecho do filme “A Chegada do Trem na Estação” (Irmãos Lumière, 1895) faz alusão à chegada do trem no município. A partir daí, inicia-se a entrevista com Dona Paulina com a imagem em preto e branco. Quando a entrevistada menciona as olarias e cerâmicas, temos um corte seco para o ambiente da cerâmica, cercado de um matagal em meio às ruínas. Com imagens captadas por drone e planos dos trabalhadores na linha de produção, temos uma imersão audiovisual na cerâmica da família.

Voltamos para a casa de Dona Paulina com um plano detalhe de suas mãos, que mostram as marcas do tempo e do trabalho. Ela fala sobre sua chegada em Ourinhos e um bloco com fotos de casamentos, tanto o seu, quanto outros do acervo do CEDOM, é embalado pelo som da marcha nupcial. A entrevista continua, e ela fala sobre o cafezal e o “mundo de fazendas” que era Ourinhos no passado, quando entramos numa sequência com sons rurais e imagens de casas e plantações do início de Ourinhos. As torres das igrejas surgem nos planos a toques sucessivos de sinos, até que vemos o Seminário Josefino num grande plano geral, com Cidinha observando do lado de fora por um tempo e, posteriormente, entrando na edificação.

Numa geografia que só o cinema poderia permitir, Cidinha entra pela porta da igreja, mas na sequência está dentro da Escola Racanello. Ela começa a contar histórias do seu passado em Ourinhos, e cortamos para ela chegando na casa onde nasceu. Ela adentra na casa, demonstrando intimidade com o espaço, e vai descrevendo ao atual morador, as diferenças em relação à sua época. Quando o atual morador diz que nasceu em Chavantes, retorna à locução da Professora Fabiana, explicando a origem do nome do município vizinho.

Vemos Dona Paulina na fachada de sua casa, com uma imagem colorida que vai se tornando preto e branco. Ela observa algo que, pela montagem, parece ser a chegada dos imigrantes do início do século XX. Um grande bloco de fotos históricas do município é apresentado pela Professora Fabiana, que passa pelos movimentos migratórios e conclui quando surgem imagens dos comerciantes do passado e do presente.

Retornamos às entrevistas com Professora Cidinha e Dona Paulina, falando sobre as principais mudanças em Ourinhos e suas considerações finais acerca do lugar. Quando Dona Paulina encerra sua fala, dizendo que não há médicos no bairro, vemos um tecido bordado que reapresenta a Santa Casa de Ourinhos, seguido por um bloco de imagens capturadas de obras de diferentes linguagens: bordado, pintura e fotografia. Planos gravados no centro de Ourinhos retornam com a locução da Professora Fabiana, falando sobre a tradição religiosa em detrimento do progresso capitalista do município.

Após Fabiana concluir sua locução, ascendemos num plano sequência gravado dentro de um elevador de vidro, do prédio mais alto de Ourinhos. À medida que o elevador sobe, vemos a vista panorâmica que mostra as zonas urbana e rural do

município. Quando o elevador chega no topo, fotografias produzidas pelos alunos da Escola Racanello iniciam um novo bloco, propondo outras possibilidades e olhares para aquele lugar, num processo de produção de subjetividades a partir das imagens. Uma música experimental embala o bloco, concluindo com um *fade out* de um céu atravessado por um arco-íris.

Considerações finais

O advento do cinema, no final do século XIX, proporcionou novos agenciamentos na composição dos lugares, sendo intensificado com a invenção do rádio e da televisão, no século XX, e dos meios digitais, nas últimas décadas, o que levou a uma democratização da produção audiovisual a partir de câmeras populares e *smartphones*. Nesse sentido, as práticas pedagógicas e pesquisas acadêmicas expandiram suas possibilidades de incorporação de novas linguagens, como o presente trabalho, que utilizou o cinema como dispositivo para a prática do método da cartografia, incorporando os desvios proporcionados pelos elementos que compõem o lugar Ourinhos, se tornando uma composição artística aberta e coletiva.

A entrevista com a Professora Fabiana deu amparo científico para questionarmos a narrativa oficial única que sustenta a identidade ourinhense a partir, sobretudo, da visão ancorada no progresso capitalista ligado à estrada de ferro. Na mesma linha, a entrevista com Dona Paulina foi um testemunho centenário que nos proporcionou uma imersão nas décadas de 1930 e 1940, dando protagonismo a Vila Odilon, bairro que não é reconhecido na geometria do poder local. Já a entrevista com a Professora Cidinha trouxe relatos de memórias a partir dos afetos, proporcionando uma cartografia dos sentimentos para a leitura de Ourinhos, e também de lugares menores, como a casa onde ela

nasceu e o Seminário Josefino, onde se encontra frequentemente com sua comunidade religiosa.

O processo de pós-produção cinematográfica foi uma etapa fundamental para “costurar” as narrativas e apresentar a multiplicidade de Ourinhos, a partir de três mulheres com lugares de fala e vivência heterogêneos. Dessa forma, buscamos uma montagem que paira sobre/com o lugar, permitindo ao espectador juntar suas peças/partes fragmentadas em falas, imagens e sonoridades e, somando à sua própria concepção, formar uma constelação própria, uma terceira coisa, que não pertence mais aos autores. A incorporação de outras linguagens, como a música, fotografia, pintura e bordado, abriu as possibilidades de composição cinematográfica, de modo que instigasse professores, pesquisadores e alunos a criarem seus próprios filmes e narrativas. Para tal, a negociação com os diversos agentes do lugar geográfico foi a força propulsora para a criação de um local narrativo que, por sua vez, criou fendas na realidade geográfica, num devir geografia-cinema que trouxe o movimento como potência pedagógica.

Referências

ALMEIDA, Tiago Moreira. Geografia e Cinema do Brasil: Estado da Arte. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.2, n.1 (2011).

BARROS, R. B; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Orgs. Eduardo Passos,

Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

CUNHA, Fabiana Lopes da. Formação territorial, cultura e memória. [Entrevista cedida a] Rogério Borges na UNESP Ourinhos em 09 abr. 2019.

DUSCHATZKY, Silvia. **Maestros errantes**: experimentaciones sociales en la intempérie. 1ª ed. – Buenos Aires: Paidós, 2007.

KASTRUP, V; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho**: televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço** – uma nova política da espacialidade. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGLIORIN, Cezar [et al.] Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos. Niterói (RJ); EDG, 2016.

NASCIMENTO, Aparecida de Jesus. Formação territorial, cultura e memória. [Entrevista cedida a] Rogério Borges em 08 abr. 2019.

NOGUEIRA, Paulina Cecília. Formação territorial, cultura e memória. [Entrevista cedida a] Rogério Borges em 08 abr. 2019.

OLIVEIRA JR, Wenceslao Machado de. Lugares geográficos e(m) locais narrativos. **Qual o espaço do lugar?**; geografia, epistemologia, fenomenologia / [organização de Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Lívia de Oliveira. – São Paulo: Perspectiva, 1ª ed, p. 119-154, 2014.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

ZACHARIAS, Andréa Aparecida. et. al. As Linguagens Analógica, Digital e Interativa, Audiovisual e Tátil na Elaboração do Atlas Municipal Escolar de Ourinhos: Relatos de uma experiência no estudo do lugar. In: PINHO, S. Z. de; OLIVEIRA, J. B. B. de (orgs). Núcleos de Ensino Artigos 2011. PROGRAD/UNESP. Cultura Acadêmica Editora. Vol. 3. 129-172p. 2012. Disponível em <http://www.unesp.br/portal#!/prograd/e-livrosprograd/>.

Filmografia:

A CHEGADA do Trem na Estação. Direção: Louis Lumière e Auguste Lumière. França, 1895, 1min.; PxB.

BOCA de lixo. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Thereza Jessouroun. São Paulo (SP): CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular. 1992. 1 DVD (50min).

EDIFÍCIO Master. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: João Moreira Salles, Maurício Andrade Ramos. Rio de Janeiro (RJ): VideoFilmes. 2002. 1 DVD (1h50min).

SANTA Marta – duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Breno Kuperman. Rio de Janeiro (RJ): Iser Vídeo, VideoFilmes. 1987. 1 DVD (54min).

SANTO forte. Direção: Eduardo Coutinho, Produção: Cláudius Ceccon, Elcimar de Oliveira, Dinah Frotté. Rio de Janeiro (RJ): Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), Rio Filme, 1999. 1 DVD (1h20min).

AS GÊNESES DA DISCIPLINA ESCOLAR: A AUTONOMIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR COMO MEIO DIFUSOR DE LEGITIMAÇÃO DA GEOGRAFIA ACADÊMICA

Diego Carlos Pereira

Introdução

*Gastei uma hora pensando em um verso
que a pena não quer escrever.
No entanto, ele está cá dentro inquieto, vivo.
Ele está cá dentro e não quer sair.
Mas a poesia deste momento
inunda minha vida inteira.*

Poesia
Carlos Drummond de Andrade

Conforme apontam Pereira e Pezzato (2017), as investigações em história da Geografia escolar têm se delineado como uma linha de pesquisa em ascensão nas discussões científicas que envolvem o currículo e a cultura escolar materializada em programas de pós-graduação em Geografia e Educação, abrangendo a especificidade de nossa matéria escolar e de suas referências acadêmicas e epistêmicas. Desta forma, nossos dizeres aqui, são reverberações científicas produzidas no

entremeio da Geografia, dos estudos do currículo, da história das disciplinas escolares e da História Cultural.

Neste sentido, este trabalho foi tecido em decorrência de pesquisa doutoral no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro). Tal pesquisa, contou com financiamento público oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pela mesma agência de fomento, também contou com financiamento para estágio doutoral realizado na Espanha no âmbito Proyecto Manes (Manuales Escolares) na Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madrid e no CEINCE (Centro Internacional de la Cultura Escolar) em Berlanga de Duero, Soria.

A referida pesquisa, investigou a história da Geografia escolar, por meio de livros escolares enquanto fontes, e o processo de constituição discursiva e cultural do Movimento Escola Nova no âmbito das especificidades dessa matéria escolar entre 1905 e 1942. Essa delimitação temporal foi construída segundo o caráter hermenêutico do circunstanciamento das fontes, conforme aponta Bittencourt (1993). Essa periodização para a análise do Movimento Escola Nova, conforme nos aponta Valdemarin (2010), supera uma simples determinação dos processos históricos como fatos delimitados por acontecimentos políticos, ou no caso, político-educacionais; ou seja, a delimitação histórica perpassa o processo histórico que não é nem homogêneo e nem linear, portanto, necessita de um circunstanciamento das fontes conforme os objetivos e especificidades analíticas da própria pesquisa e de seu processo de interpretação.

Considerando que os processos históricos que investigamos não são homogêneos e nem totalmente delimitados pelos contornos dos acontecimentos políticos, partimos do pressuposto de que as disciplinas escolares, ao longo da história, se configuram pela constituição de movimentos e discursos autônomos próprios da matéria escolar, que não são necessariamente determinados pela história da ciência de referência, conforme é apontado por Chervel (1990), Goodson (1990; 1997; 2003; 2013) e Lestegás (2002; 2012)

No entremeio das nossas pesquisas em história da Geografia Escolar, considerando a autonomia da disciplina em seus enredos educacionais, compreendemos em nossas investigações (MELO; PEREIRA; PEZZATO, 2018), que entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, no contexto da educação secundária brasileira, podemos dividir genericamente essa matéria escolar em dois seguimentos. Ao menos seu caráter teórico e discursivo, apontamos como um primeiro momento a fase de processos de predominância da denominada de Geografia mnemônico-inventariante e um segundo momento, a fase de expansão dos ideários da Geografia Escolar Moderna; ambas, analisadas em suas oscilações, diversidades e heterogeneidades históricas e discursivas, como processos históricos. De maneira geral, sobre as essas fases que investigamos:

A primeira consistiu em fastidiosas compilações de dados informativos de temática diversificada, na enumeração de acidentes geográficos, na apresentação de glossários com registro de ocorrências e na descrição e nomenclatura de fenômenos espaciais. Praticada desde os primórdios do ensino de Geografia no Brasil, tais “conteúdos”

geralmente eram decorados e tomados como ponto de prova (MELO; PEREIRA; PEZZATO, 2018, p.18)

A fase da Geografia Escolar moderna tem início no começo do século XX, em um processo pautado na busca de tornar a disciplina mais próxima dos métodos científicos positivistas em voga no período. Tais pressupostos, no âmbito de ideais “modernistas” estiveram relacionados a diversas modificações sociais, culturais, artísticas, políticas e econômicas em nível mundial; no âmbito da educação, esses ideários deram origem a diversas vertentes filosóficas, ideológicas e metodológicas que buscavam reformar e modernizar o ensino que, não obstante, de diversas definições terminológicas, ficou conhecido como Movimento Escola Nova. Um dos expoentes dessa fase moderna do ensino de Geografia no Brasil e do escolanovismo foi o professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Contudo, este artigo dedica-se a um recorte da pesquisa que se dedica à discussão e hermenêutica histórica acerca dos discursos que envolveram as “gêneses” desses processos de renovação pedagógica entremeada pelo Movimento Escola Nova, que materializam a autonomia da matéria escolar e, além disso, colocam a Geografia escolar do período enquanto meio difusor de uma prática profissional docente vinculada à legitimação social da Geografia Acadêmica por meio do uso dos discursos escolares manifestados em livros didáticos. Esse processo de gênese, contou com um circunstanciamento interpretativo de fontes de um período anterior ao “período oficial” do Movimento Escola Nova, abarcando fontes anteriores às décadas de 1920; fontes estas, que corroboram com a ideia de que os processos históricos não são lineares e definidos pelos atos políticos e

administrativos, mas por usos discursivos ordenados e materializados na cultura escolar.

Cultura escolar: delimitando a categoria “gênese” da disciplina e sua autonomia

Ao longo das investigações do referido trabalho doutoral, um dos recortes analíticos realizados pautou-se “gênese” do processo de constituição da disciplina escolar, conforme aponta Chervel (1990). Dessa forma, a “gênese” da disciplina implica em uma categoria analítica frente ao processo de sistematização da análise. Em nosso caso, com especial ênfase nos processos discursivos de gênese dos movimentos de renovação do Movimento Escola Nova no âmbito da cultura escolar da disciplina de Geografia.

Segundo Chervel (1990), o termo 'disciplina' só adquiriu significado relacionado ao ensino de conteúdos escolares a partir do final do século XIX, desenvolvendo-se e perpetuando-se como tal ao longo da primeira metade do século XX. Assim, com esse termo associado à Pedagogia:

[...] os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. Além do mais, não tendo sido rompido o contato com o verbo disciplinar, o valor forte do termo está sempre disponível. Uma "disciplina", é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a

encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte (CHERVEL, 1990, p.181).

Do mesmo modo, o currículo também se constituiu historicamente como um conjunto de sequências estruturadas de ensino que caracterizam diretamente os modos disciplinares de constituição das disciplinas escolares. Ou seja: as matérias tornaram-se modos de ordenar e regular o conhecimento e intenções da escola, constituindo uma realidade cultural própria da escolarização.

Para Chervel (1990), a sociedade e os historiadores da educação, até então, geralmente atribuíam às disciplinas escolares uma concepção de que existe, na escola, um ensino de ciências produzido em outros lugares e vulgarizado para crianças e jovens por meio de uma linguagem simplificada (adaptada e acessível). Dessa forma, a Pedagogia seria uma espécie de meio para produzir os métodos e linguagens que adaptariam os conteúdos das ciências de referência. Para o autor, essa concepção de disciplina escolar não deixa espaço para considerar sua autonomia, pois, nessa concepção, as disciplinas não passam de combinações de métodos e conhecimentos.

Para Goodson (1990; 2000) e Julia (2001), esse pressuposto é fundamental para uma análise do currículo e da cultura escolar no sentido de uma sociologia da história das disciplinas escolares, pois reconhece a diferença entre o conhecimento acadêmico e os conteúdos escolares. Ou seja, trata-se de reconhecer os propósitos da escola (além da universidade), bem como reforçar o aspecto autônomo e original das disciplinas escolares, circunstância permeada por tradições, mudanças, lutas

e interesses de grupos profissionais específicos. Evidentemente, enfatizamos que o reconhecimento das diferenças entre os dois tipos de conhecimento não significa que sejam processos separados, mas, ao contrário, que se constituem como processos relacionados e permeados por mudanças e referências entre si.

Em suas investigações, Goodson (1990) identificou que muitas das disciplinas escolares foram inseridas no currículo da escola antes de sua sistematização acadêmica na universidade. Nesse sentido, há um movimento completamente oposto à concepção tradicional de transposição didática: o que primeiro se observa é a inserção de uma disciplina escolar e a criação de um corpo ou grupo profissional que promove e reconhece seu ensino, cria espaços sociais e de poder, para que, posteriormente, passe a existir um incentivo à formação de professores e à legitimação social dos conteúdos dessa disciplina. O autor, inclusive, assinala a Geografia como um exemplo desse processo.

Analisando esses movimentos, Goodson (1990) considera que a evolução das disciplinas não depende nem de sua ordem cronológica nem do status universitário, cumprindo reflexionar que as disciplinas possuem níveis e padrões de autonomia em sua constituição histórica. Ora, as disciplinas estão em constante fluxo, e isso deve ser considerado pelo historiador no período investigado. Por isso, o olhar do pesquisador deve voltar-se na direção de uma compreensão histórica dos motivos, dos grupos e das ações que propagaram e legitimaram a disciplina escolar analisada.

Dessa maneira, Chervel (1990) acredita que a partir do momento em que se considera a autonomia e originalidade do conhecimento escolar das disciplinas, sua constituição e seu funcionamento passam por três pontos que oferecem

contribuições de análise: **sua gênese** (como a escola produz disciplinas escolares); **sua função** e **finalidade educacional** (para que são os temas escolares); como funciona (como é feito o treinamento desejado, quais são os conteúdos e os resultados do ensino?).

Essas contribuições estão relacionadas entre si e constroem a cultura escolar de maneira dinâmica, relacional e constante. A história do conteúdo é o foco central da análise da história das disciplinas escolares, mas sua análise é mais ampla em relação a uma pesquisa tradicional que analisa conceitos acadêmicos na escola. Nessa perspectiva, a partir dos conteúdos e seus discursos, teremos os propósitos e a gênese das disciplinas, levando a uma síntese da estrutura interna da matéria escolar (CHERVEL, 1990). Isso significa dizer que a história das disciplinas escolares não busca analisar quais conteúdos da escola estão de acordo ou não com os conteúdos acadêmicos, mas, ao contrário, compete explorar nos discursos e finalidades dos conteúdos escolares a constituição histórica e autônoma das disciplinas na escola, cujas referências podem estar atreladas aos movimentos e conceitos, acadêmicos ou não.

Assim, a tomada de disciplinas escolares como uma das abordagens centrais dos estudos curriculares significa, para Goodson (2000), estudar os conteúdos, seus discursos e formas textuais como construções e seleções sociais que se entretecem nas continuidades e descontinuidades históricas que, por sua vez, marcam os propósitos (sociais e de ensino), a gênese e os conteúdos de uma disciplina escolar.

A propósito disso, Chervel (1990) chama atenção para o papel da história das disciplinas escolares na história da educação e na história cultural, destacando que:

Essa problemática distingue-se de todas as que foram levantadas até o presente na história do ensino. Longe de ligar a história da escola ou do sistema escolar às categorias externas, ela se dedica a encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica. Sua justificativa resulta da consideração da própria natureza da escola. Se o papel da escola é o de ensinar e, de modo geral, o de "educar", como não ver que a história da função educacional e docente deve constituir o pivô ou o núcleo da história do ensino? (CHERVEL, 1990, p.186).

Com isso, a história das disciplinas demonstra as propriedades criativas da escola e de seus sistemas, ou seja, segundo essa perspectiva, notamos que a escola não seja apenas uma instituição passiva que só recebe produtos culturais da sociedade e da universidade. A história das disciplinas escolares demonstra as criações espontâneas e originais da escola, configurando sua autonomia e a produção de sua própria cultura, a cultura escolar.

Deste modo, tendo em vista que a investigação abordou todas as categorias analíticas da história das disciplinas escolares na especificidade da Geografia, optamos aqui por realizar um recorte específico diante dos indícios, discursos e narrativas tecidas a partir da mobilização da categoria “gêneses” da história da disciplina escolar.

Ao longo da referida pesquisa, os vestígios encontrados nos manuais escolares do período que caracterizamos como de gênese dos movimentos renovadores (1905-1929), revelam uma série de discursos, gêneros textuais e mudanças de conteúdo que sinalizam a circulação orgânica e gradativa das influências dos

ideais do Movimento Escola Nova e da Geografia Moderna Escolar, bem como assinalam suas convergências no âmbito da própria disciplina escolar (PEREIRA, 2019).

Nesse processo de gênese, questionamos as relações da Geografia escolar enquanto disciplina autônoma com a ciência de referência, a Geografia acadêmica. Embora apontemos (PEREIRA, 2019) que os indícios destacados sugerem uma confluência de discursos em razão da “ciência” e do “positivismo”, conforme a perspectiva teórica que baseamos em Chervel (1990), Goodson (1990) e Lestegás (2012), esses conteúdos permaneciam sendo escolares e diretamente ligados a finalidades de ensino próprias da cultura escolar que se renovava.

Parece-nos patente que há muito tempo as pesquisas vêm defendendo a autonomia da Geografia escolar frente à Geografia acadêmica pelo simples fato de a disciplina escolar ter surgido nos currículos anteriormente às cátedras universitárias, caracterizado um conjunto de conhecimentos descritivos e nomenclaturais da Terra que, posteriormente, produziu uma demanda por formação de professores. Isto é evidenciado pelas pesquisas de Goodson (1990), Capel (1988) e Gómez y Morante (2007) em nível europeu, como por Vlach (1988), Rocha (1996) e Maia (2014).

Apoiado nos estudos de Goodson, Rocha (1996) analisa que, no Brasil, a criação dos primeiros cursos superiores de Geografia, a partir da década de 1930, só foram sistematizados por existir uma demanda crescente de legitimação da Geografia nos currículos escolares. Destacando-se como uma das condutoras do discurso nacionalista do Estado brasileiro, a presença da disciplina nos currículos escolares colocou em questão não só a necessidade de se formar professores para as

escolas, com também de constituir um corpo técnico e científico para compor os quadros dos órgãos estratégicos do país, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Conselho Nacional de Geografia – CNG.

Concordamos à análise conjuntural de Rocha (1996) que reforça alguns aspectos evidenciados também internacionalmente, como nos casos da Geografia na Inglaterra, na Alemanha e na Espanha. Todavia, o que nos propomos vai além dessa análise conjuntural, pois julgamos fundamental analisar que *não só a simples presença da Geografia nos currículos calcificou a criação dos primeiros cursos superiores da disciplina, mas que a autonomia curricular, caracterizada por discursos, linguagens, disputas e interesses profissionais, mesclaram e subsidiaram os processos de gênese, na própria cultura escolar, de uma retórica legitimadora das cátedras do ensino superior brasileiro baseadas nos ideais de “modernização” dos movimentos renovadores.*

Nesse sentido, consideramos que nossa análise, pautada em um dos níveis da cultura escolar materializada [os manuais escolares], concorre a compreensão de tais discursos, linguagens, disputas e interesses próprios dos movimentos curriculares e dos grupos profissionais, conforme aponta Goodson (1990). A fim de aprofundarmos esta ideia e argumentarmos a respeito dessa nossa conjectura narrativa/interpretativa, adentramos o campo dos indícios e das leituras que problematizam e tensionam os discursos em livros escolares de Geografia entre 1905 e 1929 e que amparam o conjunto narrativo e argumentativo que busca esta compreensão.

Nesse sentido, nos debruçamos sobre as continuidades e descon continuidades discursivas conotadas a partir dos indícios dos

manuais escolares. São indícios que sugerem aspectos sobre a cultura profissional docente e, a organização e disputa ideológica dos grupos profissionais pelos espaços curriculares na disciplina escolar, com vistas a estabelecerem e legitimarem uma Geografia Moderna acadêmica.

Tensionamentos sobre a cultura profissional docente

Apesar de ser um tema que envolve dimensões analíticas externas aos manuais escolares, nossas leituras propiciaram o levantamento de alguns indícios que, por seu lado, tensionam a questão da cultura profissional docente nesse período. Desse modo, subvencionamos nossa conjectura narrativa/interpretativa de que uma série de discursos, linguagens, disputas e interesses profissionais caracterizaram a cultura escolar no período em meio a renovações, de maneira sempre descontínua e, algumas vezes, contraditória.

Vamos interpretar os seguintes trechos das introduções de dois manuais escolares:

(i) “A disposição por capítulos extensos não obriga de forma alguma uma lição única, pode o professor reparti-los à vontade por dois ou três dias de lição, ou mais, conforme lhe aconselhar a prática e seu bom critério” (ALI, 1905, s/p);

(ii) “[...] a aula de professores[...] por divisão por Estados, para o ensino de Geographia, tem sido o maior obstáculo para o progresso da sciencia geográfica no domínio didáctico [...]” (CARVALHO, 1913, p.VI).

Esses indícios, presentes nos manuais escolares de Said Ali e Delgado de Carvalho, evidenciam uma preocupação com a cultura profissional docente, geralmente enraizada nas práticas dos professores que, em sua maioria, não possuíam formação na área de Geografia e muitas vezes reproduziam o método dito “tradicional” de ensino. Sinalizam, ainda, que os manuais escolares não representavam, necessariamente, mudanças nessa cultura profissional, mas que se preocupavam em questionar e propor, em nível discursivo, diferentes maneiras para o ensino de Geografia. Parece-nos claro que alguns autores, de maneira paulatina e progressiva, foram inserindo discursos no âmbito da cultura profissional docente que rompiam e questionavam aquelas práticas ditas “tradicionais”.

Outro exemplo que podemos mencionar e questionar é o do manual “Práticas de Geographia”, de Raja Gabaglia (1928). Este manual era destinado ao ensino secundário e representou uma notória renovação no âmbito das metodologias e orientações modernas no ensino de Geografia. Analisemos o exemplo a seguir:

Figura 1 – Conteúdo de Atmosfera



Fonte: GABAGLIA, 1928, p.88-89.

Destacados os indícios materializados na figura 1, inferimos que as discontinuidades e renovações nos conteúdos e nas formas de alguns manuais escolares influenciavam em novas maneiras de ensinar e aprender. Nesse caso, salientamos os gêneros textuais renovadores que contrastavam com a realidade formativa dos professores de Geografia do ensino secundário tendo em conta que as formações de uma ampla maioria eram em outras áreas do conhecimento (medicina, direito, engenharia).

Não tivemos alcance às fontes e aos vestígios que pudessem indicar dados do número de exemplares vendidos dessa obra ou dos usos que dela se fizeram em escolas, além do Colégio Pedro II [informação presente na capa do livro por tratar-se da instituição onde raja trabalhava]. No entanto, é possível afirmar que essa obra circulou fora da instituição tendo em vista que o manual era editado e distribuído pela Livraria Francisco Alves em diversos pontos do país. Por isso, e tendo em vista o seu caráter

fidedignamente ligado aos movimentos de renovação e à Geografia Moderna Escolar, conjecturamos que devido à problemática da formação de professores preparados para trabalhar os conteúdos da forma proposta por Raja Gabaglia e da tradição no âmbito da cultura escolar, o referido manual escolar pode não ter alcançado influência e uso em muitas instituições de ensino, no Rio de Janeiro ou no Brasil. No entanto, a obra é um vestígio de que gradativamente, a cultura escolar materializada pelos livros escolares, difundiam discursos e linguagens na contramão da Geografia dita “tradicional”, buscando interpor e legitimar discursos “modernos” e “positivistas” no bojo de uma disciplina que, no Brasil, ainda não tinha a sua cátedra científica sistematizada.

Ali, Gabaglia e Carvalho eram autores que tinham uma tendência mais renovadora, tanto em nível discursivo quanto nas propostas de conteúdos e métodos para o ensino. Porém, como analisamos nesse outro exemplo:

[...] uma sciencia que tem por objeto o conhecimento da Terra e de seus habitantes [...] ninguém há no mundo que não tenha a necessidade de conhecer a Geographia. O comerciante, o industrial, o agricultor, o náutico, o homem das letras[...] (NOVAES, 1914, p.1)

A partir desses vestígios, podemos apreender que, mesmo em uma obra cuja organização de conteúdos, gêneros textuais e propostas pedagógicas estivesse alinhada à Geografia escolar de cunho tradicional como a de Carlos de Novaes, existia um discurso e uma retórica disciplinar de valorização daquele conhecimento como “científico” e “profissional”. Observamos essa característica também nos outros manuais que se mantinham mais fiéis às listas de nomenclaturas, como os de Luiz Leopoldo

Fernandes Pinheiro (1915), Mario da Veiga Cabral (1920) e Ezequiel de Moraes Leme (1922).

Conforme nos aponta Goodson (1990), isso nos indica que, independentemente de um autor vincular-se ou não aos movimentos de renovação, havia o interesse de grupos profissionais docentes para a sistematização da disciplina acadêmica que utilizavam os espaços curriculares das escolas e a Geografia escolar como meio difusor e legitimador dessa causa profissional e desse discurso em defesa da “ciência”. Cumpre destacar que os interesses dos grupos de professores que compartilhavam essa difusão representavam o empenho desse próprio grupo em estabelecer-se academicamente e garantir seu status de disciplina universitária a partir da legitimação discursiva da Geografia Escolar.

Nesse entremeio, o manual “Curso methodico de Geographia physica, política e astronômica”, de Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro (1915), assume que a Geografia no Brasil deve ser tomada como ciência e cita as Geografias Francesa, Alemã, Inglesa e Estadunidense como referências para o seu manual escolar, buscando, no discurso, a legitimação externa que significava a “modernização”. Além disso, o autor deixa claro no título de seu livro o empenho de um manual “Methodico” capaz de “[...] difundir no Brasil o gosto por esse tão útil ramo dos conhecimentos humanos” (PINHEIRO, 1915, p.7), o que, para ele, significa estar de acordo com o melhor da “civilização moderna”. Observemos as figuras abaixo:

Figura 2 – Conteúdo de Cartografia

10

CURSO METHODICO DE GEOGRAPHIA

quando, applicando-se-lhe em qualquer sentido uma regua, esta a toca em todos os seus pontos : como a superficie de uma mesa. — A superficie é *curva*, quando nem é plana, nem composta de superficies planas : tal é a superficie d'uma bola.

Linha é o limite das superficies; tem uma unica dimensão, que é o comprimento. As extremidades das linhas e os logares em que ellas se cortam ou encontram, chamam-se *pon-tos*.

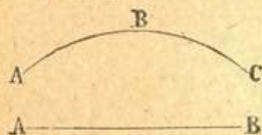


Fig. 1.

Uma linha pôde ser *recta* ou *curva*. É *recta*, quando todos os seus pontos seguem a mesma direcção, e é assim o caminho mais curto d'um ponto a

outro (fig. 1); é *curva*, quando nem é *recta*, nem compõe-se de linhas *rectas* (fig. 1).

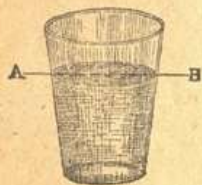


Fig. 2.

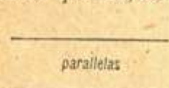
Uma linha *recta* pôde ser *horizontal* ou *vertical*. É *horizontal*, quando segue a direcção do horizonte ou d'uma superficie d'agua bem tranquilla (fig. 2); é *vertical*, quando segue a direcção de um prumo (fig. 3).



Fig. 3.

Uma *recta* pôde tambem ser, em relação a outra *recta*,

parallela, *perpendicular*, ou *obliqua*. É *parallela* a uma outra *recta* quando, sendo ambas traçadas sobre o mesmo plano,



parallelas

Fig. 4.

conservam-se sempre em igual distancia uma da outra sem já mais poderem-se

tocar ou encontrar, por mais que se prolonguem (fig. 4); é *perpendicular* a uma outra, quando a encontra sem pender para nenhum lado (fig. 5); é *emfim obliqua*, quando encontra outra pendendo mais para um dos lados (fig. 6).

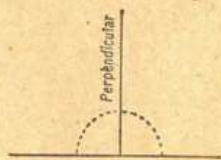
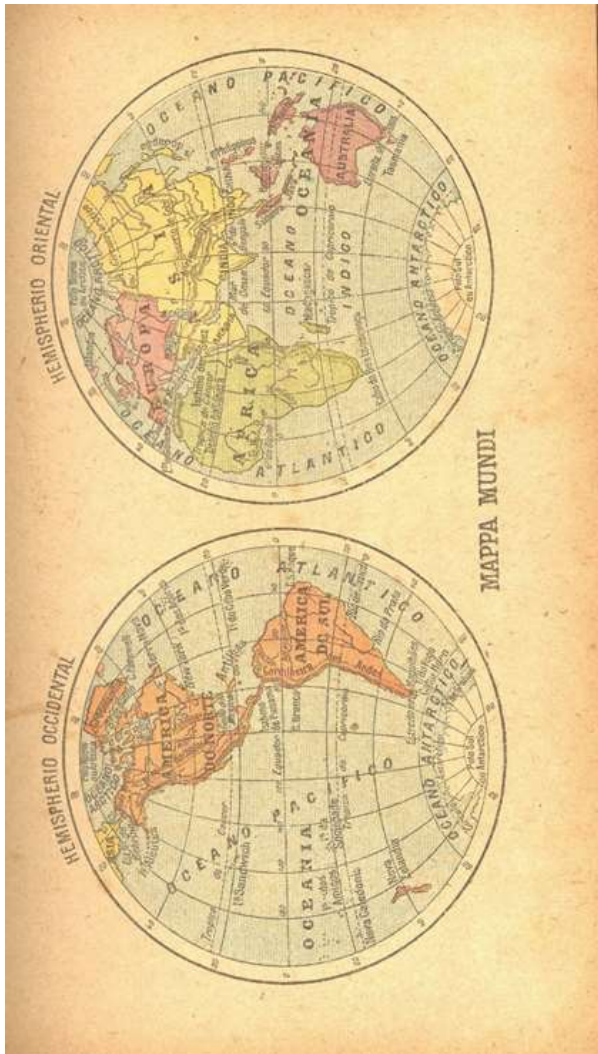


Fig. 5.

Chama-se *angulo* a maior ou menor abertura formada por

Fonte: PINHEIRO, 1915, p.10.

Figura 3 – Conteúdo de Cartografia



Fonte: PINHEIRO, 1915, p.11.

Cercadas por uma série de nomenclaturas e algumas descrições, observamos que nas figuras 2 e 3, as linguagens matemática e cartográfica se sobressaem na configuração do manual escolar de Luiz Leopoldo Pinheiro. Em sua capa, chama atenção o enfoque dado aos mapas coloridos e às figuras explicativas como características de uma “novíssima” e “moderna” edição do manual escolar. Partindo desse conjunto de vestígios, interpretamos que o “moderno” passa, processualmente, a ser uma diferenciação na propaganda mercadológica do manual escolar, e que sua vinculação ao discurso de sistematização de uma Geografia científica – difundida a partir da escola e da cultura escolar materializada –, confere uma nova legitimação à disciplina.

A nosso ver, esse teor propagandístico de “modernização” implica diretamente os discursos que permeiam a cultura profissional docente, em menor ou maior grau, como elementos retóricos que legitimam a disciplina como algo “novo” e “moderno”, mesmo que, na prática dos conteúdos dos livros escolares e dos próprios professores, isso permanecesse mais vinculado aos fundamentos do ensino dito “tradicional”.

Diante desses indícios que sinalizam um emaranhado de discursos que permearam os grupos profissionais, outros vestígios conotam as discontinuidades desse processo discursivo, demonstrando tratar-se de discursos não são totalizantes em todos os manuais pesquisados.

A seguir, observamos um exemplo de manutenção das tradições a partir do manual de Horacio Scrosoppi, organizado em lições (Figura 4). Gómez (1985) aponta que, apesar de haver dentre os princípios renovadores a estruturação de gênero textual dos manuais por meio de lições, temos que realizar a sua

contextualização segundo as finalidades de ensino expressadas naquele conteúdo.

Figura 4 – Conteúdo de População

ESTUDO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO, ETC. 417

TRIGESIMA OITAVA LIÇÃO

Estudo comparativo da população do Brasil com a dos diversos paizes, e da população dos Estados brasileiros entre si.

Não é tão facil, como parece, fazer o Estudo comparativo da população dos paizes entre si. Para ter uma ideia exacta sobre este assumpto seria preciso que a população dos paizes que se compara fosse igualmente espalhada por todos os pontos de seu territorio, o que nunca succede, pois ha localidades num mesmo paiz, e isto acontece sobretudo no nosso, cuja densidade de população é muito maior num lugar que noutro, havendo até alguns completamente desertos.

Comprehende-se portanto que este estudo é meramente approximativo, e sobretudo relativo, e suppondo-se sempre a população disseminada proporcionalmente por toda parte.

População absoluta e relativa do Brasil e de todos os paizes da America:

PAIZES	POPULAÇÃO ABSOLUTA	SUPERFICIE	POP. REL. POR KM ²
Brasil	25.480.000—	8.650.857—	2,95
Rep. Argentina	8.000.000—	2.959.130—	2,71
Paraguay	800.000—	376.571—	2,1
Uruguay	1.400.000—	186.926—	7,5
Chile	3.500.000—	753.000—	4,67
Bolivia	2.350.000—	1.445.334—	1,62
Peru	4.600.000—	1.217.404—	3,78
Equador	1.400.000—	318.096—	4,40
Colombia	5.475.000—	1.217.537—	4,5
Venezuela	2.700.000—	1.093.300—	2,5
Guyana Britannica ..	305.000—	233.709—	1,31
Guyana Hollandeza ...	92.000—	129.044—	0,71
Guyana Franceza	39.000—	78.900—	0,5
Cuba	2.150.000—	118.835—	18,
Rep. Haitiana	2.030.000—	26.407—	77,

Fonte: SCROSOPPI, 1917, p.417.

A partir dos indícios exemplificados pela figura 4, o manual de Horácio Scrosoppi mantém em todas as suas lições um texto descritivo acompanhado de dados e/ou imagens sobre cada conteúdo. No entanto, não busca nenhuma aproximação com a realidade do aluno, e tampouco apresenta exercícios ou roteiros de lições práticas ou ativas, como se espera das lições numa perspectiva do âmbito do Movimento Escola Nova e dos modelos renovadores (GÓMEZ, 1985).

Nesse sentido, para nós é compreensível que a manutenção dos princípios tradicionais de ensino no âmbito da disciplina de Geografia, permearam os manuais escolares em níveis plurais e diversos, entremeando culturas escolares também diversas, que, por sua vez, implicaram grupos profissionais docentes também diversos, o que problematiza a possibilidade e a viabilidade da formação docente e da transformação das práticas escolares por meio apenas de uma mudança curricular ou da sistematização da disciplina em meio acadêmico e dos cursos de formação de professores. Ora, essa cultura sistematizada e estabilizada nos símbolos e práticas da escola não se transformaria apenas com os novos discursos renovadores, currículos, políticas e cursos de formação de professores. Essa transformação só poderia ocorrer de maneira lenta e processual, no âmbito da cultura escolar e da metamorfose dos discursos, espaços, grupos profissionais, símbolos e práticas educativas.

Outro exemplo dessas discontinuidades discursivas está no livro “Chorographia do Brasil”, de Mário da Veiga Cabral (1920). As diversas resenhas jornalísticas disponíveis no livro nos permitem observar o discurso midiático enaltecedor do fato de o autor ser Engenheiro Agrimensor e que, em decorrência disso e de sua experiência em diversas expedições feitas pelo país desde

1890, seu método de observação e descrição dos fenômenos geográficos constitui-se sobressaltado e legitimado pela imprensa como “rígido” e “adequado” à produção de uma bibliografia geográfica.

Entretanto, em diversos momentos a imprensa também apresenta críticas à sua linguagem acadêmica e à pouca preocupação didática do manual, sobretudo por este não seguir estritamente aos programas de ensino. Essa era uma realidade já observada por Bittencourt (2011) e Pontuschka (2009) no âmbito da formação dos professores e dos autores de livros didáticos do Brasil até a primeira metade do século XX. Os autores consagrados e a maioria dos professores não tinham formação específica nas próprias disciplinas escolares e, muitas vezes, tinham pouco contato com renovações, sobretudo as estrangeiras e oriundas dos movimentos modernizadores das próprias disciplinas ou da área pedagógica geral.

Conseqüentemente, pensamos que mesmo com a criação dos primeiros cursos de formação de professores e com a sistematização acadêmica da Geografia no Brasil a partir dos anos de 1930, a significação dos marcos simbólicos e profissionais na história da disciplina em seus níveis escolares e acadêmicos ainda não representaria uma transformação imediata da formação dos professores. Isto se deve ao caráter de geração da própria profissão que demoraria ainda algumas décadas a ser renovada tanto em escala nacional como nas escalas locais – além dos processos de oscilação da cultura escolar com continuidades, permanências, descontinuidades e renovações dos discursos, metodologias e práticas educativas que permeavam tanto os professores mais conservadores, quanto os professores mais progressistas ou modernistas.

Nesse sentido, discordamos de Rocha (1996) no momento em que o autor afirma ser possível dividir os professores/autores a partir dos anos de 1920 em professores/autores filiados à Geografia tradicional e em professores/autores filiados à Geografia Moderna. Os indícios nos levam a refletir que, apesar de haver posicionamentos predominantes entre os diversos autores de manuais escolares, o emaranhado de discursos produziam retóricas conflitantes, contraditórias e ociosas no âmbito das divergências entre a “Geografia Tradicional” e a “Geografia Moderna”, processos que caracterizavam o currículo e a cultura escolar como espaços de poder em disputa permanente no âmbito do grupo profissional docente que pleiteava lugares e se enfrentavam por espaços na disciplina acadêmica que estava sendo configurada no Brasil.

Goodson (1990) aponta para esse caráter de disputa curricular na escola como o meio de os sujeitos se legitimarem como referências e atingirem patamares e status na hierarquia da própria disciplina, sendo a escola um espaço de difusão e disputa para os sujeitos se legitimarem na eminente construção de uma nova ciência em nível acadêmico.

Considerações finais

O presente artigo, resultante de pesquisa doutoral, teve como objetivo analisar que não só a simples presença da Geografia nos currículos, calcificou a criação dos primeiros cursos superiores da disciplina, mas que a autonomia curricular, caracterizada por discursos, linguagens, disputas e interesses profissionais, mesclaram e subsidiaram os processos de gênese, na própria cultura escolar, de uma retórica legitimadora das

cátedras do ensino superior brasileiro baseadas nos ideais de “modernização” dos movimentos renovadores.

O Movimento Escola Nova foi considerado como formado por um conjunto de ideais e propostas que pretendiam uma renovação dos métodos de ensino, fazendo frente à memorização e ao enciclopedismo hegemônicos no período. O Movimento Escola Nova se pautava em ideais filosóficos desenvolvidos por diferentes autores, constituídos por grupos de intelectuais de diferentes matizes e que possuíam propostas de ensino agregadas a ideários da modernidade burguesa.

Nesse sentido, os indícios explorados ao longo do texto bem como as interpretações mobilizadas pela categoria analítica da gênese da disciplina escolar, elucidaram um conjunto de interpretações e narrativas que apontam para o caráter autônomo da Geografia escolar e de sua cultura materializada na escola. Além disso, os vestígios e fontes investigadas apontam para o uso da cultura materializada da escola como meio difusor de um discurso próprio de um grupo que buscava a sistematização e reconhecimento social da Geografia enquanto ciência.

Ressaltamos que não consideramos nossas considerações como finalísticas ou como “verdades”, mas interpretações sócio-históricas abertas à discussão acadêmica e limitadas diante do formato de artigo e dos objetivos propostos a partir do circunstanciamento das fontes e dos dados e análises amplificadas ao longo da pesquisa que deu origem a essas reflexões.

Fontes

ALI, Said. **Compendio de Geographia Elementar**. Rio de Janeiro: Laemert & C. Livreiros, 1905.

CABRAL, Mário da Veiga. **Chorografia do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro, 1920.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Geographia do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

GABAGLIA, Raja. **Práticas de Geographia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.

LEME, Ezequiel de Moraes. **Elementos de Cosmographia e Geographia Geral**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

MILANO, Miguel. **Geographia Physica**. 1ª ed. São Paulo: Gráfica Matano, 1922.

NOVAES, Carlos de. **Geographia Secundária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

PINHEIRO, Luiz Leopoldo Fernandes. **Curso methodico de Geographia physica, política e astronômica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

SCROSOPPI, Horácio. **Chorografia do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Casa Duprat, 1917.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993, 344f.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

CAPEL, Horacio. **El libro de Geografía en España (1800-1939)**. Barcelona, España: Publicacions Universitat de Barcelona, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990. p. 177-229.

GÓMEZ, Alberto Luís; MORANTE, Jesús Romero. **Escuela para todos, conocimiento académico y geografía escolar en España (1830-1953)**. Santander, España: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2007.

GÓMEZ, Alberto Luis. **La Geografía en el bachillerato español (1836-1970)**. Barcelona, España: Ediciones de la Universidad de Barcelona, 1985.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma disciplina acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**, 2, 1990.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Porto, Portugal: EDUCA – Currículo, 1ª ed., 1997.

GOODSON, Ivor. **El cambio en el currículo**. Barcelona, España: Ediciones Octadero, 1ª ed., 2000.

GOODSON, Ivor. **El estudio del currículo: casos y métodos**. 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

GOODSON, Ivor. **As políticas de currículo e escolarização: abordagens históricas**. Tradução de Vera Joscelyne, 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LESTEGÁS, Francisco Rodríguez. Concebir la Geografía Escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina a servicio de la cultura escolar. Madrid, España: **Boletín de la A.G.E.**, n.33, 2002, p.173-186.

LESTEGÁS, Francisco Rodríguez. A construção do conhecimento geográfico escolar: do modelo transpositivo à consideração disciplinar da Geografia. In: CASTELLAR, Sônia; MUNHOZ, Gislaine. (Org.). **Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012. p.13-27.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889**. 2014. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MELO, Bruno Falararo; PEREIRA, Diego Carlos; PEZZATO, João Pedro. Delgado De Carvalho e o movimento de renovação

da Geografia Escolar brasileira: alguns contrapontos.
Giramundo, Rio de Janeiro, v.5, n.9, p.17-28, jan./jun. 2018.

PEREIRA, Diego Carlos. **Movimento Escola Nova e Geografia Moderna Escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)**. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 2019.

PEREIRA, D. C.; PEZZATO, J. P. **A história dos livros escolares de Geografia: panorama das pesquisas**. In: XII Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. Anais do XII Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e pesquisa em Geografia, 2017. p. 5871-5885.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro**. (Dissertação – Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. 298f.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica da História da Educação brasileira; v. 6).

VLACH, Vania. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. São Paulo, 1988, (Dissertação de Mestrado) - FFLCH, Universidade de São Paulo.

CÁCERES (MT): A DIVERSIDADE DE UM ESPAÇO RURAL EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

*Ana Leticia de Oliveira
Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira*

Introdução

Quando se iniciou a elaboração da pesquisa que culminaria na tese de doutorado, se acreditava que o rural do município de Cáceres – MT, consistia em um espaço relativamente homogêneo, com uma presença ínfima de diversidade produtiva e com a hegemonia soberana da pecuária extensiva, com características culturais pantaneiras e de grandes estabelecimentos ligados às famílias tradicionais. Isso porque, o imaginário sobre o pantanal, apresenta um estereótipo vinculado as características acima listadas.

No entanto, ao iniciar as pesquisas sobre o espaço rural em questão, quase que de pronto, começamos a abrir os olhos para uma realidade alternativa ao esperado. A partir da análise de dados dos Censos Agropecuários do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do reconhecimento das feiras de produtores rurais espalhadas pela cidade e dos estudos de campo preliminares realizados, passamos a reconhecer um rural diversificado e dinâmico.

Pouco a pouco emergiu em nossa frente uma agricultura familiar ativa e diversificada. O que parecia ser secundário, com uma pequena mudança de ângulo de observador, mostrou-se protagonista, dinâmico e emergente. Um novo e complexo rural passava a ser compreendido.

O reconhecimento da totalidade constituída no espaço rural em estudo, formada pelas aparentes características e por todas suas intrincadas relações, é reposta ao entendimento de que o espaço geográfico é muito mais complexo. Isso é defendido por Milton Santos (1988, p.12) quando traz que o espaço deve ser entendido como “um conjunto indissociável” constituído do qual “certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e [...] a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento”. Daí a relevância da busca do entendimento da realidade como um todo, do espaço em análise, em sua totalidade.

A partir desse entendimento, esse texto visa apresentar a diversidade presente no espaço rural de Cáceres a partir de suas características naturais, econômicas, sociais e culturais. Para isso, reconstruiremos parte dos processos que auxiliaram na construção e configuração de seu espaço e realizaremos a identificação das principais atividades agrícolas e não agrícolas do município.

Utilizamos nos estudos a amplitude da combinação de variados procedimentos metodológicos, de modo a responder, da melhor maneira possível, aos objetivos elencados. Por isso, percorremos levantamentos bibliográficos, análise documental, observações in loco e entrevistas realizadas com os atores.

Com esses entendimentos, propomos aqui a apresentação de um apanhado geral da tese intitulada “Os múltiplos rurais de Cáceres-MT: em meio à aparente homogeneização, um diverso rural transparece”, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, em 2018.

O espaço rural diversificado sob a ótica da interação de dimensões

Na busca de uma compreensão mais completa sobre o espaço rural em estudo, opta-se por uma abordagem que sistematize todos os elementos, atores e relações relevantes no entendimento da organização do espaço rural. Para isso, construiu-se uma abordagem a partir das dimensões histórica, social, política, econômica e natural, que, no nosso entendimento, permite uma compreensão da totalidade do espaço, conforme demonstrado na Figura 1.

Quando optamos por um entendimento sistêmico do espaço rural buscamos integrar o espaço indissociável de Milton Santos com os princípios da conexidade e da atividade de Jean Brunhes (1962). Ambos, fatores naturais e antrópicos, agem em consonância, com relação íntima e recíproca, e em constante transformação. Isso se desenvolve de maneira constante, independente da velocidade, sendo resultante da atividade de todos os agentes ali instalados e que, por si só, mantém-se em constante movimento.

Figura 1 – Organização do espaço rural a partir de suas dimensões



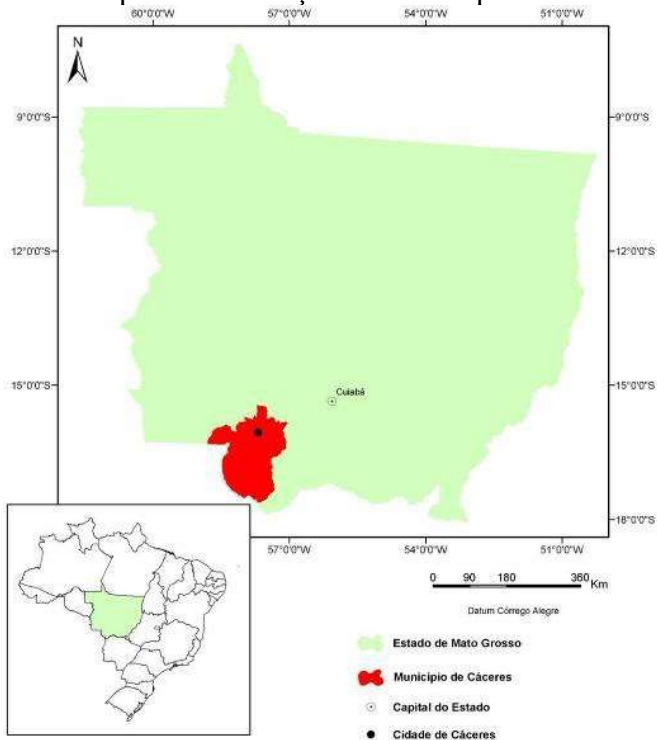
Fonte: Adap. de Oliveira (2018, p.27).

Cada uma das dimensões estabelecidas como norteadoras para o estudo do espaço rural, passaram então a ser reconhecidas individualmente e relacionadas entre si. Isso permitiu o entendimento de que todas convergem e resultam em uma totalidade única identificada como espaço rural de Cáceres.

A convergência das dimensões

Cáceres é um município localizado no Pantanal Mato-grossense, na porção sudoeste do estado (Figura 2). Sua área territorial de 24.538,591 km², distribuições entre porções de depressão, província serrana e planície pantaneira, sendo essa última predominante.

Figura 2 - Mapa de localização do município de Cáceres - MT



Fonte: Neves (2008).

As características do espaço natural da área de estudo são fundamentais para compreender a organização do espaço rural, uma vez que há influência direta sobre ela. Da mesma forma, observou-se com o desenvolvimento da pesquisa que algumas distribuições espaciais são facilmente marcadas acerca dos padrões produtivos e fundiários.

Temos assim que, “áreas pantaneiras com seu relevo plano, alagadiço e recoberto por pastagens naturais permitiram o desenvolvimento da pecuária extensiva em grandes

propriedades” (Figura 3), “enquanto, suas áreas de relevo mais acidentado, com solos mais profundos e ricos, permitiram a instalação de pequenos sítios de produção diversificada” (OLIVEIRA, 2018 p.41) (Figura 4). Pode-se afirmar, a priori, que não há disputa espacial entre essas duas modalidades sociais e produtivas, uma vez que ocupam áreas específicas e de interesses diferentes.

Figura 3 e 4 – Estabelecimentos Planície Pantaneira e na Província Serrana



Fonte: Oliveira (2018, p.139 – 135).

Da mesma forma, observam-se os biomas predominantes, Pantanal e Cerrado, com todas as suas variantes e transições. Assim como os relevos, notam-se as vegetações bastante marcadas na paisagem com as espécies arbóreas e arbustivas do Cerrado presentes nas áreas mais elevadas, principalmente da província serrana, a exemplo do cumbaru, cuja castanha é extraída e processada pelos agricultores locais. Já aqueles típicos do Pantanal, localizados nas áreas planas e baixas da planície pantaneira, como as gramíneas e pastagens naturais, influenciam o desenvolvimento da pecuária.

Por fim, destacamos o clima tropical quente e úmido, com altas temperaturas o ano todo, e duas estações com pluviosidade

bem marcada, uma estação de chuvas e uma estação de seca, conferindo as características traçadas a partir da classificação de Köppen, conforme apontado por Neves; Nunes e Neves (2011). Essas condições influenciam tanto sobre o ambiente natural, a exemplo da periódica inundação do Pantanal nos meses de chuvas, como na organização das atividades agropecuárias que buscam gêneros e técnicas que se adaptem às variações pluviiais anuais.

Observa-se, com esses apontamentos, que é inviável partir para uma discussão do espaço rural de Cáceres sem a compreensão de suas dinâmicas naturais. Isso converge com o entendimento de Moro (1991, p.23) quanto ao estudo da organização do espaço rural, considerando que “envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem”. Ou seja, a dimensão natural com todos os elementos que a compõem, não apenas está presente no espaço, como também é fundamental nas interações que ocorrem sobre o espaço em construção e reconstrução.

Sendo assim, segundo Isnard (1978, p. 10), o espaço pode ser entendido como uma matéria-prima modelada pela ação humana, conforme suas necessidades. Por isso, o autor considera que “cada geração humana corresponde uma geração espacial”. Isso nos reafirma que o espaço não é imutável ou estático. Pelo contrário, está em constante modificação ao longo da história, na mesma proporção que a humanidade evolui e se transforma.

Do ponto de vista da dimensão histórica, podemos considerar que os processos que construíram o espaço em estudo perpassaram por diferentes momentos e situações. Assim como a

construção e ocupação do território brasileiro, o estado de Mato Grosso, e especificamente Cáceres, passaram por processos que se dão do Período Colonial aos dias atuais, perpassando sempre pela produção agropecuária.

Sendo uma região sob domínio histórico de oligarquias agrárias, vivenciou uma realidade de favorecimento da concentração de terras nas mãos daqueles que exerciam influência política e daqueles que possuíam poder econômico. Mesmo com mudanças legais posteriores, por muito tempo, os mesmos grupos permaneceram como beneficiados (MORENO, 2007). O controle “do poder político-econômico pelos mesmos grupos dominantes que historicamente se alternaram no comando do Estado, desde a implantação do regime republicano”, o que “permitiu a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o das classes rural e empresarial” (MORENO, 1999, p.87-88).

A partir de 1950, tem início uma mudança na estrutura fundiária de Mato Grosso e, conseqüentemente, de Cáceres. [...] “o Estado iniciou o processo de colonização assentando colonos, com novos núcleos de produção e comunidades, o que viria resultar em novos municípios que se emancipam da grande região de Cáceres” (DAN, 2010, p.30). Apesar de os novos colonos aproveitarem as características naturais e culturais para manutenção do predomínio das atividades pecuárias, passam a desenvolver de maneira mais significativas atividades ligadas à agricultura de subsistência e com ela, a policultura.

De qualquer forma, é apenas a partir de 1990 que ações mais efetivas de democratização ao acesso à terra passam a ocorrer no município. Isso se dará a partir da criação e execução dos 20 projetos de assentamentos, com capacidade de

atendimento de mais de 1500 famílias, datados entre 1995 a 2012 de acordo com os dados oficiais do INCRA (2017). Além das modificações fundiárias, isso permitiu a dinamização dos processos produtivos, da variação de atividades e de alterações na relação das famílias com a terra.

A partir daí temos uma base mais sólida para passar a analisar as dimensões econômicas e sociais. Como já dito, historicamente, o município, assim como o estado, sempre mantiveram as terras em estabelecimentos não familiares, como grupos empresariais ou famílias tradicionais.

No entanto, contribuindo para o desenho da estrutura fundiária nacional, observa-se na Tabela 1 que agricultura familiar e não familiar do Mato Grosso e de Cáceres apresentam números incongruentes, ou seja, muita gente com pouca terra e muita terra para pouca gente.

Tabela 1 - Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em Mato Grosso e Cáceres, Censo Agropecuários do IBGE, 2006

Unidades da Federação e/ou município	Agricultura familiar*		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Mato Grosso		4		42
		884		921
	86 167	212	26 811	302
Cáceres		83		1
		848		099
	1 999	848	525	088

*Considerando a Lei nº11.326.

Fonte: Oliveira (2018, p.118).

Observa-se que em termos percentuais, Cáceres concentra ainda mais as terras nas mãos de poucos proprietários. A proporção demonstra que 83,5% da área agrícola do município está concentrada em 5,8% dos estabelecimentos (cada um com mais de 1000 hectares), conforme dados disponíveis em IBGE (2006).

Entre os motivos dessa concentração, como já elencados, estão os processos históricos e o predomínio de legislações conservadoras do modelo fundiário. Somado a isso, Oliveira (2018, p.22) traz a influência da economia “centrada intensamente sobre a pecuária bovina que, nos moldes extensivos em que se desenvolve, necessita de grandes porções de terra, principalmente por localizar-se no Pantanal Mato-grossense [...] que inunda parte de seu território nos meses de chuva”, e esse modelo se dá sobre amplas extensões de terras.

No entanto, esse predomínio não representa homogeneização, isso porque, mesmo havendo concentração de terras, os números absolutos de estabelecimentos rurais demonstram uma amplitude de pequenas e médias unidades. Vejamos pela Tabela 2, que discrimina os estabelecimentos rurais do município a partir de classes de tamanho.

Tabela 2 - Número e Área de Estabelecimentos Rurais no Município de Cáceres, 2006

Grupos de Classes (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
< 10	285	11,29	1.372	0,12
>10 e < 50	1.403	55,59	37.112	3,11
>50 e < 100	294	11,65	20.328	1,71
>100 e < 200	151	5,983	20.907	1,75
>200 e < 1000	241	9,548	116.077	9,74
>1000	148	5,864	996.043	83,6
Sem declaração	2	0,079	-	-
Total	2.524	100	1.191.839	100

Fonte dos dados: SILVA (2014) Dados: IBGE (2006).

Fonte: Adap. Oliveira (2018, p. 119).

Reforçando a reflexão anterior, “observa-se uma grande concertação de terras, cerca de 83,6%, são de 148 estabelecimentos que possuem mais de 1000 hectares”. Enquanto isso, “os 241 estabelecimentos, de 200 a 1000 hectares, possuem 9,74% das áreas rurais do município” (OLIVEIRA, 2018, p.118).

No entanto, “é necessário dar relevância aos 2.133 estabelecimentos de até 200 hectares, que possuem apenas 6,69% da área rural total” (OLIVEIRA, 2018, p.1190, mas que representam 84,51% do número total de estabelecimentos. Ou seja, do ponto de vista social do pequeno agricultor familiar, a relevância principal se dá sobre essas muitas e pequenas porções de terras, oriundas muitas vezes dos programas de reforma agrária.

A agricultura familiar como um marcador da diversidade do espaço rural

Ao se observar os números de estabelecimentos rurais, especificamente os menores de 200 hectares e os números de assentamentos rurais recentes no município de Cáceres-MT, se percebe a existência e extensão da agricultura familiar em espaço rural. Os dados nos mostram, que em termos de unidades, o pequeno estabelecimento não é uma exceção, mas sim uma significativa expressão.

A agricultura familiar por si só, já carrega o entendimento da diversidade do espaço rural e do trabalho realizado, essencialmente, no seio da família.

Entre tantos autores que apresentam esse entendimento, temos Abramovay (1998), que utiliza na construção de seu conceito a ideia de que a agricultura familiar é entendida pela produção desenvolvida nas pequenas propriedades rurais sendo realizada, exclusiva ou majoritariamente, por mão de obra da própria família. No entanto, excepcionalmente pode se utilizar também de trabalhadores assalariados ou contratados, ainda assim o trabalho continua majoritariamente sob domínio da família. Isso demonstra que a responsabilidade de organização, execução, produção e comercialização, se dá entre os membros familiares.

Na primeira metade do Século XX, Chayanov (apud, SALAMONI, 1992) já estabelecia que a organização da unidade familiar se dá pautada sobre três pilares principais: a terra, o capital e o trabalho. Esse entendimento não apenas foi reproduzido, como reafirmado por diversos estudos posteriores, uma vez que permitem um entendimento mais completo sobre a

realidade dessas unidades, em nossa pesquisa, os três pilares tiveram sua relevância identificada pelos atores consultados: agricultores familiares, órgãos públicos, associações e outros.

A população entrevistada, indicou que a força de trabalho, predominante em seus estabelecimentos rurais é a familiar. Por vezes, há contratação temporária de trabalhadores para complementar a força de trabalho, no entanto, isso se dá de maneira pontual e aperiódica.

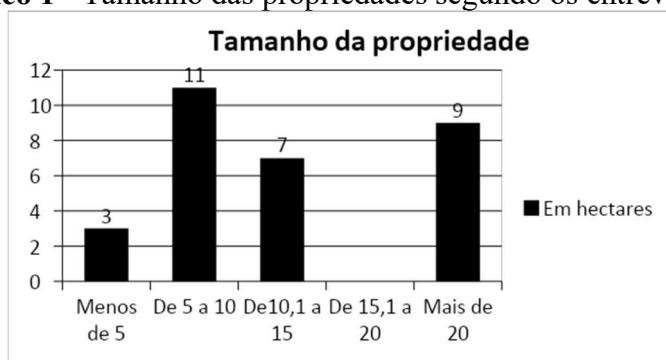
Como no restante do país, o município passa por um processo de rarefação da mão-de-obra nas unidades familiares. Isso, está principalmente associado com a redução do número de filhos ou da saída desses do campo para estudar ou trabalhar na cidade. Muitos ainda relatam a dificuldade de encontrar trabalhadores disponíveis para complementação da força de trabalho.

Quanto ao fator terra, esse também se mostrou um importante instrumento de autonomia para a população entrevistada. Isso porque, muitos tiveram acesso à terra pelos programas de reforma agrária através dos assentamentos criados no município. Se olharmos para esse fato, perceberemos o antagonismo da situação, uma vez que muitos dos entrevistados relataram sempre ter vivido de atividades agrícolas, no entanto, somente tiveram acesso à terra própria através dos programas citados.

No entanto, o mesmo fator que lhes permitiu o acesso à terra, hoje se apresenta como um limitador. São comuns os relatos sobre a dificuldade de expansão das atividades produtivas em decorrência do reduzido tamanho das unidades ou ainda, que a parcela de lhes foi conferida, é insuficiente para o atendimento

de todas as necessidades da família. Podemos observar no Gráfico 1 que a maior parte dos entrevistados indicam que suas propriedades têm menos de 15,1 hectares, ou seja, abaixo do módulo fiscal estabelecido para o município como sendo 80 hectares segundo o INCRA (2013).

Gráfico 1 - Tamanho das propriedades segundo os entrevistados



Fonte: Oliveira (2018, p.142).

Por fim, o pilar de maior polêmica é o capital. Por se tratar de pequenas unidades familiares, há dificuldade de acumulação de capital para investimento ou reinvestimento na propriedade e, em alguns casos, para o sustento familiar. Através da Tabela 3, percebe-se que a maior parte das famílias, recebia em 2017 o equivalente a até 3 salários mínimos.

Tabela 3 - Renda mensal das famílias entrevistadas, 2017

Classes de renda	Famílias
Até 1 salário mínimo	4
De 2 a 3 salários mínimos	15
De 3,1 a 5 salários mínimos	9
Mais de 5 salários mínimos	2
TOTAL	30

Fonte: Oliveira (2018, p.163).

O próprio acesso à financiamentos agrícolas que permitam investimentos ou serviços nas unidades são difíceis. Há assim, uma dependência de serviços prestados pelos órgãos públicos como Prefeitura Municipal de Cáceres, EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso e outros, principalmente naquelas ações que demandariam investimentos como contratação de maquinários agrícolas, assistência técnica, mão-de-obra especializada, inseminação de animais e outros.

A partir de todos esses pontos levantados, percebe-se que há a necessidade de dinamização em vários aspectos, que permitam a manutenção e reprodução econômica e social das famílias. Dentre as estratégias de sobrevivência social e econômica utilizadas está a diversificação produtiva, assim como empregado em outras realidades brasileiras (WANDERLEY, 2004).

No espaço rural de Cáceres, foi observado, que a “diversificação da produção e a realização de trabalhos variados, pela família”, por vezes fora da unidade rural ou mesmo na cidade “garantem não somente a subsistência da família rural como

também possibilitam a comercialização do excedente no mercado consumidor próximo” (OLIVEIRA, 2018, p. 53). Em termos de produção, a diversificação se vê nos muitos gêneros produzidos que podem ser exemplificados pelas Figuras 5 e 6.

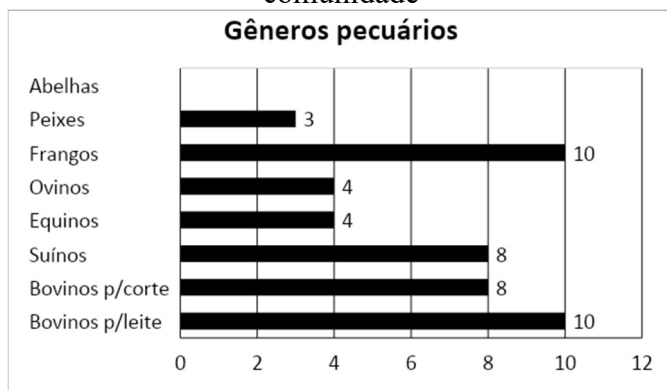
Figuras 5 e 6 – Representação da diversidade agropecuária



Fonte: Oliveira (2018, p. 138 e 137).

Em termos de pecuária, observa-se no Gráfico 2 que foram apontadas pelos entrevistados as criações de bovinos, aves, suínos, equinos e peixes. É válido pontuar que o destaque principal se dá para a criação de bovinos, de corte e leiteiros, sendo que segundo os entrevistados essa atividade está ligada às suas raízes culturais e históricas locais.

Gráfico 2 - Gêneros pecuários produzidos nos assentamentos e comunidade

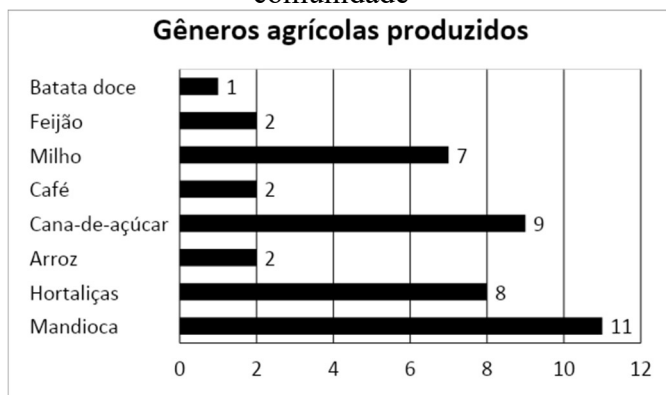


Fonte: Oliveira (2018, p.184).

Já em relação à agricultura, foi relatada produção diversificada de gêneros que aparecem de maneira menos expressivas como a batata doce e o arroz, aos mais incidentes como milho, hortaliças, cana-de-açúcar e mandioca, além de outros, observados no Gráfico 3. Destaque se dá à plantação de mandioca, gênero muito consumido na região e que serve como base alimentar familiar e venda ao mercado local.

Ainda podem ser citadas a produção de frutas como banana, mamão, manga, cítricos e tantas outras, cultivadas e extraídas das matas locais, como a castanha de cumbaru e o pequi. Essa variedade garante atendimento ao mercado consumidor e a segurança alimentar da família.

Gráfico 3 - Gêneros agrícolas produzidos nos assentamentos e comunidade



Fonte: Oliveira (2018, p.183).

Para garantir a produção, nas potencialidades e possibilidades das unidades, utilizam-se variadas técnicas e associações produtivas. Há o desenvolvimento de cultivos intercalados, sistemas consorciados, criação de diferentes animais, divisão dos campos, uso intensivo e extensivo do solo em diferentes períodos e de acordo com as estações do ano e o extrativismo nas matas locais.

Em se tratando da diversidade existente na comercialização da produção podemos citar a participação em feiras, da venda de “porta-em-porta”, bancas espalhadas pela cidade, comercialização realizada na própria unidade produtora ou participando de programas governamentais de aquisição de alimentos como fornecedor de produtos alimentícios.

A Tabela 4 permite observarmos que a atividade agrícola ainda predomina como principal fonte de renda entre a maior parte das famílias, o que demonstra a relevância da agricultura

familiar. Já o trabalho fora do estabelecimento aparece como principal fonte de renda de 4 famílias, e a aposentadoria ou pensão foi indicada por 6 entrevistados.

Tabela 4 - Principal atividade geradora de renda para as famílias entrevistadas, 2017

Principal renda da família	Famílias
Atividade agrícola	20
Atividade não-agrícola	0
Aposentadoria	6
Outro - trabalho fora	4
TOTAL	30

Fonte: Oliveira (2018, p.160).

No entanto, é importante destacar que, como forma de complementação da renda, há a realização de trabalho não-agrícola na propriedade ou fora dela, inclusive entre famílias que apontaram a atividade agrícola como principal. Muitos membros das famílias entrevistadas trabalham em atividades fora do estabelecimento para obtenção de renda complementar, sendo identificados artesãos, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, comerciários e outros. A aposentadoria de um ou mais membros, também é apontada como fonte de renda familiar.

Acerca da resiliência e da adaptação dos produtores à variadas situações, Ferreira, Hespanhol e Salamoni (2016, p.29) apontam que “a capacidade de persistência e de adaptação dos produtores rurais em contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais diferenciados”, leva-os “a adotarem diferentes

estratégias de reprodução econômica e social para garantirem a manutenção da família e da sua cultura”.

Isso representa que, os recursos obtidos com todas as atividades desenvolvidas permitirão a geração de renda, principal ou complementar. Essa por sua vez, “custeará novamente a produção, manterá a propriedade e permitirá à família a aquisição de bens ou produtos que não podem produzir na unidade” (OLIVEIRA, 2018, p.52-53).

A emergência das atividades não-agrícolas

Nos últimos anos, tem se observado no espaço rural de Cáceres a ascensão de atividades não-agrícolas, principalmente relacionadas ao turismo rural, às atividades agroindustriais, às festas religiosas e gastronômicas e aos condomínios residenciais (Figuras 7 e 8). Cada uma delas acaba por incorporar nesse espaço novos elementos, relações e dinamismos.

O movimento da realização das atividades ligadas ao turismo rural que começa a acontecer de forma tímida, mas em expansão, em Cáceres, não é isolado. Mundialmente há a incorporação e crescimento dessa modalidade turística, relacionada a contemplação de belas paisagens, a vivência bucólica, o respeito ao gênero de vida campesino e, agregado a isso, a sobrevivência ou reprodução econômica da família rural (ALMEIDA; RIEDL, 2000).

Figuras 7 e 8 – Estrutura turística e estrutura agroindustrial



Fonte: Oliveira (2018, p. 195 e 202).

Há no espaço em estudo, potenciais elementos que podem, e alguns já o são, ser explorados para visitação e contemplação. As fazendas históricas cujas estruturas datam do Século XVIII ao Século XX trazem consigo elementos simbólicos da passagem do Brasil Imperial ao Republicano, do período escravagista ao abolicionista. As marcas do tempo, encravadas em suas edificações, configuram material riquíssimo para o reconhecimento da história local e nacional, que podem ser visualizados nas Figuras 9 e 10.

Figuras 9 e 10 – Edificações históricas



Fonte: Oliveira (2018, p.193 e 194).

As belezas naturais, também se apresentam como atrativos de valorização das paisagens pantaneiras e do cerrado. Com isso, foram identificados estabelecimentos rurais que associado às atividades agrícolas, realizam o turismo através da visitação de formações únicas como a Dolina Água Milagrosa e trilhas de educativas e de contemplação da natureza.

Complementam essa estrutura em construção, os restaurantes existentes em estabelecimentos rurais, muitos deles familiares. Esses, ganharam notoriedade por servir a chamada comida caseira ou pantaneira, que dispõem de gêneros típicos como pratos à base de peixe, mandioca, banana e carnes, bases alimentares da população local.

Há esforços estaduais e locais para estímulo do Turismo Rural na agricultura familiar, como a Lei Estadual Nº 10.612, sancionada em 2017 que especifica as atividades que podem ser definidas como "Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF (FIGUEIREDO, 2017). Essa lei objetiva o fomento da atividade turística como possibilidade econômica entre os pequenos produtores e famílias rurais do estado e da valorização das atividades rurais, e do patrimônio cultural e natural presentes nesses espaços rurais.

Outra atividade crescente de turismo é aquela relacionada ao turismo ecológico e da pesca esportiva. Essas modalidades, que em um primeiro momento eram realizadas por empresas especializadas, hoje são também realizados por estabelecimentos rurais. Nela são realizadas observações de paisagens e animais do Pantanal, mas também a pesca esportiva, ambas em crescimento e que atraem turistas do Brasil e do mundo.

Festas realizadas no espaço rural, também tem atraído visitantes. Algumas delas com intuito religioso, não estão relacionadas como atividades econômicas das famílias, porém possuem valor cultural e religioso de grande importância. Elas permitem a aproximação das comunidades e estreitamento dos laços entre vizinhos, requisito importante para o bem viver no campo.

No entanto, alguns agricultores observaram que as festas possuem potencial de atração de visitantes e geração de renda complementar. Por isso, passaram a investir em festas temáticas com destaque para atividades de gastronomia, atrações musicais e campeonatos esportivos.

Algumas dessas festas são realizadas com intuito imediato de obtenção de capital, como churrascos ou festas individuais e de comunidade. Porém, há também aquelas realizadas por associações de trabalhadores rurais e grupos de agricultores com o objetivo de chamar atenção para as atividades desenvolvidas, gêneros produzidos e valorização da agricultura familiar local.

Não menos importante, temos a presença das atividades agroindustriais. O processamento de gêneros oriundos do campo local, são importantes fontes de renda e para a ocupação da mão-de-obra disponível.

São observadas três modelos de indústrias funcionais no espaço rural de Cáceres. Primeiramente, temos as agroindústrias familiares, que agregam valor aos produtos locais com a transformação de gêneros que antes eram vendidos *in natura* e com menor preço de mercado. Essas, também possuem ampla relevância na manutenção de determinados elementos tradicionais relacionados à cultura local como a produção de

determinados gêneros alimentícios, tais como: doces, pães e biscoitos, pamonha e outros.

Há também as agroindústrias que chamaremos aqui de empresariais. São indústrias de maior porte e com mais capital disponível para sua estruturação e funcionamento, mas que processam matéria-prima oriundas do campo do município e região, sendo geralmente caracterizada pela produção alimentícia, como o abate de animais.

Por fim, há ainda a presença de indústrias que apesar de não estarem relacionadas diretamente as atividades agropecuárias, localizam-se no espaço rural. Acabam tendo relevância na geração de emprego e ocupação da mão-de-obra do campo, e na atração de recursos em infraestrutura como manutenção de estradas e pontes, energia elétrica e comunicações.

Por último, precisamos citar que, recentemente, têm crescido os investimentos no setor imobiliário, principalmente na criação de condomínios residenciais. Esses acabam por atrair capital de investimentos e interferem diretamente no custo e acesso à terra. Por ser ainda um fenômeno recente, mas de existência inegável, são necessários estudos mais aprofundados para levantamento dos benefícios e malefícios à população local.

Considerações finais

Observa-se que, longe de ser homogêneo, o espaço rural de Cáceres – MT é diversificado e dinâmico. Constituído por atores com múltiplas e variadas realidades sociais, econômicas,

políticas e naturais que garantem uma complexidade de relações e transformações.

O espaço estudado originou-se dos processos de ocupação e apropriação do território semelhantes aqueles que predominaram, ao longo da história, no estado de Mato Grosso e no Brasil. Pautados na acumulação de terras, na exploração de trabalhadores (primeiro escravizados e depois assalariados) e privilégios às oligarquias agrárias, favoreceram a construção de uma estrutura fundiária de concentração e grandes estabelecimentos.

No entanto, sempre resistente, a agricultura familiar e de subsistência ganha um novo protagonismo após intervenções recentes do Estado, com os programas de reforma agrárias executados após a década de 1990. Com isso, os assentamentos implantados no município auxiliaram a desconcentração e deram oportunidade de terra, trabalho e sobrevivência à muitas famílias.

Nesse momento, a agricultura familiar marcada por toda diversidade que permite no espaço rural aparece dando novo dinamismo em um espaço marcado pela pecuária extensiva nas áreas pantaneiras. Dentre variedades de expressões que possui no espaço em estudo, podemos destacar a presença de agricultores “feirantes e não feirantes; atividades agrícolas e não-agrícolas; existência da agricultura, da pecuária” e do extrativismo; “famílias em situação econômica mais confortável e outras de risco; atores comprometidos politicamente com a causa e outros se vendo apenas como empresários rurais” (OLIVEIRA, 2018, p. 208).

As atividades não agrícolas, que emergem cada vez com mais força no espaço rural de Cáceres, também trazem novos

ingredientes para a complexidade de relações e elementos que ali se desenvolvem. O turismo rural, as festas religiosas, as festas temáticas, as agroindústrias e, mais recentemente, condomínios residenciais permitem um dinamismo e a entrada de capital, até então, não vistos nessa realidade. Certamente, em breve as transformações serão sentidas com mais força.

Com tudo isso, temos retratada uma infinidade de situações que constroem e reconstroem o espaço de Cáceres, de maneira infinda. Por sua vez, esse exemplo, como tantos outros, demonstram o dinamismo das relações espaciais existentes no espaço rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ALMEIDA, Joaquin Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

BRASIL. Decreto nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8948.htm>. Acesso em: 26 mai. 2021.

DAN, Vívian Lara Cáceres. **O acesso à cidade**: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon - PR, 2010.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros; SALAMONI, Giancarla. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. **Revista da Anpege**, São Gonçalo-RJ, v.12, n.18, p.25-42, 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6391/3343>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Itimara Souza de. **Governo sanciona lei que define Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/governo-sanciona-lei-que-define-turismo-rural-na-agricultura-familiar/visualizar>>. Cuiabá: 2017. Acesso em: 30 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Cáceres. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. SR-13 Mato Grosso. **Painel dos Assentamentos**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=13&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D>

=1&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Brasília, INCRA, 2013. Disponível em: < https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf >. Acesso em: 26 mai. 2021.

ISNARD, H. O espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 36, nº258/259, p.5-16, 1978.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**. Florianópolis, v.14, n.27, p.67-90, jan./jun.1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

NEVES, Ronaldo José. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais** – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www2.unemat.br/atlascaceres/index.php>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NUNES, Maria Cândida Moitinho; NEVES, Ronaldo José. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídio às atividades agropecuárias e turísticas municipais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/16845>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ana Leticia de. **Os múltiplos rurais de Cáceres-MT: em meio à aparente homogeneização, um diverso rural transparece**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro** – A produção de pêssego no município de Pelotas. 1992. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1992.

SANTOS, Milton. O Espaço como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5, p.9-20, 1988. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/67/0>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e**

Agricultura, Rio de Janeiro, nº 21, p. 42-62, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: jun. 2017.

A CONSOLIDAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO E A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA REGIÃO DE ITURAMA (MG)

Marcelo Alves Teodoro

Introdução

Este capítulo tem como objetivo principal, analisar a relação entre a concentração econômica e a especialização territorial produtiva no setor sucroenergético na consolidação da região de Iturama (MG). Para isso, se propôs analisar a formação de um aglomerado de usinas do Grupo Tércio Wanderley (GTW) como uma estratégia competitiva de uso do território (SANTOS, 1996).

A partir da década de 2000, a conjunção entre as políticas do Estado brasileiro de estímulo às exportações do agronegócio (DELGADO, 2010; FREDERICO, 2012) e de tentativa de condução de uma transição energética (PIRES DO RIO, 2011) promoveu a expansão significativa da área e da produção de cana-de-açúcar. Com relação às políticas de estímulo às exportações, desde a década de 1990, a subordinação do Estado brasileiro as indissociáveis lógicas financeira e liberal (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2011) resulta em políticas de sustentação do superávit comercial via aumento das exportações.

Para isso, houve uma reestruturação da economia do agronegócio (DELGADO, 2012), com a forte atuação do Estado

na reativação do crédito rural para a produção agroexportadora, essencial para o aumento das exportações de produtos primários; no financiamento do BNDES para a implantação e renovação das usinas e áreas produtivas e para a realização de fusões e aquisições entre as empresas do agronegócio; e na articulação das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa com empresas globais. Trata-se, ainda, segundo Delgado (2012), de um “novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola”, estimulado e organizado pela política macroeconômica e financeira do Estado brasileiro que tem beneficiado algumas empresas agroindustriais e proprietários de terra.

Dentro desse contexto, o presente estudo compreende a noção de “região” para além de um enfoque apenas de cunho natural, histórico-cultural e administrativa, mas também, como um compartimento produtivo do espaço geográfico decorrente do aprofundamento da divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2008). Trata-se de uma área definida pela sua coerência produtiva, cujos limites são flexíveis, decorrentes da alteração da extensão do fenômeno analisado.

Para isso, a pesquisa tem como situação geográfica de análise a região de Iturama (MG), formada por quatro municípios na porção Oeste do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais: Carneirinho; Iturama; Limeira do Oeste e União de Minas.

Originário da região Nordeste, mais precisamente do estado de Alagoas, o GTW iniciou suas atividades em Minas Gerais a partir da aquisição da então Destilaria Alexandre Balbo, no município de Iturama (MG), no ano de 1994. A falta de áreas propícias para a expansão da produção de cana-de-açúcar no seu estado de origem, associada às dificuldades enfrentadas pelas

destilarias, com a queda do preço do etanol, decorrente da redução de seu consumo interno, facilitaram a sua aquisição pelo grupo nordestino naquela década.

Após a sua primeira aquisição, o Grupo se expandiu ainda no estado de Minas Gerais com a construção de novas usinas nos municípios de Campo Florido, em 2002, Limeira do Oeste, em 2005, e Carneirinho, em 2008. A localização das unidades foi planejada de forma estratégica para a constituição de polos produtivos, a fim de otimizar os custos e procedimentos administrativos. Segundo o GTW, o polo de Iturama, formado pelo aglomerado das três usinas, foi responsável pela moagem de seis milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, equivalente a 9% da produção total do estado de Minas Gerais, conforme dados da CONAB (2015) para a safra 2014/15.

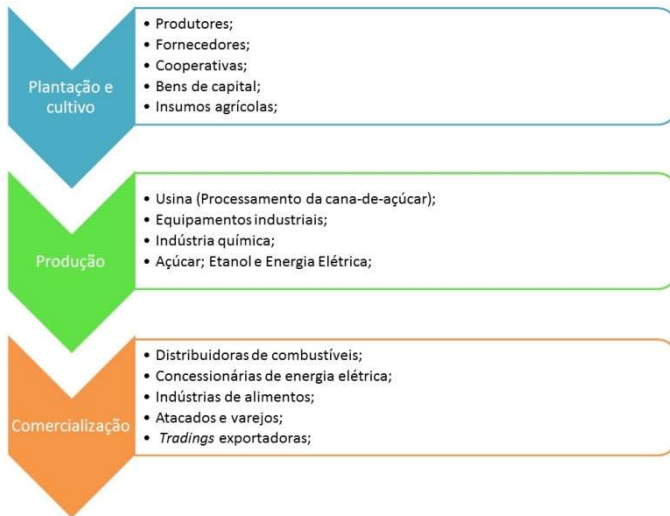
Em relação à estrutura do trabalho, são apresentados três itens além desta introdução e as considerações finais. Inicialmente, é descrito sobre as variáveis que o setor sucroenergético utiliza para a seletividade espacial e escolha do seu desenvolvimento no território. Em seguida, analisam-se as características intrínsecas das usinas Coruripe e a especialização regional produtiva de Iturama. E por fim, examinou-se a divisão territorial do trabalho do grupo Tércio Wanderley e as estratégias de expansão na região de Iturama.

Seletividade espacial do setor sucroenergético

O setor sucroenergético está compartimentado em três estágios principais: plantação e cultivo; produção e comercialização. Cada estágio tem a participação de vários

agentes, na maioria das vezes independentes. A Figura 1 ilustra os estágios e os agentes que compõem o setor sucroenergético brasileiro.

Figura 1 - Estágios e agentes do setor sucroenergético. Citações e referências



Fonte: Elaboração própria.

O Plano Nacional de Agroenergia (PNA) (2006) definiu que o Brasil tem uma série de vantagens que pode qualificar e liderar o mercado de biocombustíveis no mundo, e que a expansão pode-se fundamentar em quatro principais vantagens comparativas:

A primeira é a possibilidade de dedicar novas terras à agricultura de energia, sem necessidade de reduzir a área utilizada na agricultura de alimentos; situa-se,

predominantemente, nas faixas tropical e subtropical, faz com o que o Brasil receba durante todo o ano intensa radiação solar, que é base da produção de bioenergia. Além disso, possui um quarto das reservas de água doce do mundo; liderança mundial na geração e na implantação de moderna tecnologia de agricultura tropical e possui pujante agroindústria; mercado consumidor tem tamanho suficiente para permitir ganhos de escala que reforçam a competitividade do negócio da bioenergia em sua escalada rumo ao biomercado mundial.

Essas foram às estratégias definidas pelo PNA (2006), calcadas, principalmente nas condições econômicas e ambientais com a disponibilidade de recursos naturais para promover a expansão produtiva do setor sucroenergético. Porém, na realidade sabe-se que as escolhas dos lugares que vão atender a agroindústria sucroenergética não restringem apenas às condições ambientais e de disponibilidade de recursos naturais, mas também, a critérios infraestruturais e políticos.

No Quadro 1 têm-se os critérios que pautam a escolha das empresas do setor sucroenergético para os aspectos das categorias físicas, econômicas, infraestruturais e políticas. Esses critérios vão atender a seletividade espacial que as corporações controladoras do setor utilizam para a expansão de suas áreas.

Diante dessas possibilidades, conforme Camellini (2011, p. 48), a região do bioma Cerrado foi o local mais adequado à expansão do setor, já que os recursos técnicos atualmente disponíveis permitem a compensação das deficiências químicas do solo a custos aceitáveis, os terrenos possuem declividades muito baixas, que favorecem a mecanização, e a proximidade

com grandes centros consumidores, em particular o interior paulista, facilita o escoamento da produção.

Quadro 1 - categorias e critérios da seletividade espacial do setor sucroenergético

Categorias	Critérios
Físicos	<ul style="list-style-type: none"> ◆Disponibilidade de terras agricultáveis; ◆Adequação dos solos às necessidades das plantas; ◆Disponibilidade de condições topográficas que viabilizem a colheita mecanizada; ◆Clima e disponibilidade hídricos adequados ao uso das variedades de cana;
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ◆Custos envolvidos na aquisição ou arrendamento de terras; ◆Existência de estrutura mínima voltada ao fornecimento de insumos e serviços; ◆Disponibilidade de força de trabalho para a colheita;
Infraestruturais e Políticos	<ul style="list-style-type: none"> ◆Boa condição logística; ◆Disponibilidade de variedades de cana; ◆Legislação ambiental que não ofereça empecilhos; ◆Iniciativas de restrição das áreas de plantio; ◆Obtenção de vantagens em que os estados e municípios oferecem incentivos em troca de investimentos;

Fonte: CAMELINI (2011, p. 46, 47 e 48).
Org.: Elaboração própria.

O aumento recente da produção de cana-de-açúcar no Brasil ocorreu a partir do estado de São Paulo – maior produtor, com cerca de 60% do total¹ nacional, no qual se constituiu dois

¹ Nas safras da década de 1980, a produção média do estado de São Paulo foi de 93.103,45 milhões de toneladas, a do Brasil foi de 174.328,84 milhões. Na década de 1990, a média de São Paulo foi de 158.219,74 milhões de toneladas

eixos principais de expansão: um no sentido Noroeste adentrando o Triângulo Mineiro e o Sul de Goiás; e outro no sentido Leste, em direção ao estado de Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná.

Esses eixos de expansão são consolidados a partir de incentivos, principalmente, da iniciativa governamental. No início dos anos 2000, o estado de São Paulo apresentava saturação em sua área produtiva com cana-de-açúcar, daí então, áreas com potencial produtivo, que agregavam qualidades técnicas, qualidade de solo, infraestrutura, etc., relativamente próximas ao estado de São Paulo, passaram a atender tal demanda produtiva.

Em períodos de globalização, essa seletividade espacial se torna bem mais comum, a fim de atender as estratégias empresariais (Conforme Santos e Silveira (2001, p. 299) ressaltam,

[...] algumas zonas mais propícias para sediar atividades de nível global se tornam autênticos espaços da globalização. Como as exigências produtivas são diferentes segundo os produtos, a expressão espaço da globalização acaba por ser genérica. Na verdade, essas áreas constituem os espaços de eleição global para certos produtos. É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas, seja no campo, com novos lençóis agrícolas globalizados, mono produtores ou não, seja nas cidades consagradas a certo tipo de produção industrial ou a um conjunto de produções.

e a do Brasil foi de 258.632,42 milhões. E dos anos de 2000 a 2012, a média de produção por safra em São Paulo foi de 260.832,60 milhões de toneladas, e a do Brasil foi 439.501,11 milhões de toneladas. (UNICADATA, 2014).

A produção de cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ao longo das duas últimas décadas obteve forte aumento na área plantada. Entre os anos de 1990 ao de 1999, a área com cana-de-açúcar apresentou crescimento de 6,5%, em números passou de 104 mil hectares para pouco mais de 110 mil. Entre 2000 a 2019, a área plantada com cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro passou de 126 mil para 673 mil hectares, crescimento de mais de 430% (IBGE, 2019). No mesmo período, a quantidade produzida de cana-de-açúcar passou de 10 milhões para mais de 53 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 430% (IBGE, 2019). O aumento vertiginoso do setor foi uma resposta à implantação de novas unidades produtivas. Entre 1999 e 2015, o número de usinas sucroenergéticas aumentou de nove para 25 (UDOP, 2015 e SITE DAS USINAS).

As características intrínsecas das usinas Coruripe e a especialização regional produtiva de Iturama

O trabalho do setor sucroenergético possui certas peculiaridades, decorrentes do que Castillo (2013, p. 77) denomina por características intrínsecas. Essas características condicionam o subsistema de fluxos materiais envolvidos na produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol. Elas podem ser resumidas em quatro distintas: 1) restrições ao armazenamento da matéria-prima; 2) semi perenidade da cana-de-açúcar; 3) flexibilidade para produzir açúcar, etanol anidro ou etanol hidratado e 4) cogeração de energia elétrica nas unidades produtivas.

Em relação à primeira característica, que diz respeito à restrição ao armazenamento da matéria prima, os rígidos limites impostos ao armazenamento da cana-de-açúcar colhida pelas máquinas, são de poucas horas, após seu corte até a moagem. A colheita da cana-de-açúcar das Usinas Coruripe na região de Iturama é totalmente mecanizada. Dois fatores importantes para a fluidez da matéria-prima na região de Iturama são a proximidade entre as unidades processadoras e as estradas pavimentadas que foram construídas através das primeiras Parceria Público Privada (PPP) no Triângulo Mineiro, entre o GTW e o governo estadual de Minas Gerais. A proximidade das três usinas facilita a ampliação da área plantada em diferentes sentidos – atualmente, a distância média dos canaviais às usinas é de 27,5 km. Já as mencionadas PPPs, viabilizaram a construção dos trechos que ligam: 1) Usina Coruripe/Iturama à Usina Coruripe/Limeira do Oeste (antes de chegar à usina passa pela cidade de Limeira do Oeste); 2) Usina Coruripe/Iturama à cidade de União de Minas; 3) Usina Coruripe/Limeira do Oeste à cidade de Carneirinho.

Esse último fator, caracteriza-se um círculo de cooperação no território (SANTOS; SILVEIRA, 2001) em que um determinado grupo econômico implanta um novo objeto técnico em parceria com recursos públicos a fim de favorecer, em grande parte, sua atuação naquele lugar. Esses objetos, ao favorecer a fluidez, transmitem valor às atividades que deles se utilizam. A fluidez é responsável pela capacidade de atrair e incorporar atividades competitivas nos determinados lugares. Como ressalta Santos (2014, p. 274 – 275), “não basta apenas produzir, é indispensável pôr a produção em movimento”.

A segunda característica é a semi perenidade da cana-de-açúcar relacionada ao seu ciclo produtivo. Seu replantio é algo quase obrigatório a cada cinco ou seis anos (CASTILLO, 2013, p. 78), pois a partir do sexto corte a produtividade da cana-de-açúcar diminui consideravelmente. Na região de Iturama, as Usinas Coruripe mantêm uma média de replantio a cada seis cortes da cana-de-açúcar.

Também conforme Castillo (2013, p. 79), essa condição de semi perenidade contribui para uma maior rigidez do uso do território, pois dificulta a rotação e a diversificação de outras culturas na mesma área. Disso decorre, juntamente com a impossibilidade de armazenar a cana por longos períodos, maior especialização regional produtiva, tornando assim, a economia dos municípios muito dependente da produção canavieira.

Além do ciclo de replantio acentuar a especialização regional produtiva, outro fator que agrava esse processo são os contratos de arrendamentos, que podem variar entre 10 e 15 anos. Os arrendamentos de terras ou de fornecimento de cana-de-açúcar podem ocasionar um importante impacto sobre a agricultura familiar. Cercadas pelas plantações, essas famílias acabam migrando para a cidade, provocando o que Castillo (2013, p. 79) chama de “esquema para não voltar”. Esse esquema seria causado pela incapacidade e descapitalização dessas pessoas retornarem às suas propriedades rurais, renovando assim seus contratos com as usinas.

Outra característica intrínseca da cana-de-açúcar é a flexibilidade para produzir açúcar e/ou etanol. Essa característica é bem marcante no período atual, pois a unidade produtora pode destinar sua matéria-prima para a produção que for mais rentável. O açúcar tem vários tipos diferentes, como o refinado, mascavo,

cristal, VHP “*Very High Polarization*” (polarização muito alta), etc. O etanol tem dois tipos mais importantes: o etanol anidro, que pode ser utilizado na adição à gasolina e também como insumo para a indústria de tintas e solventes; e o etanol hidratado utilizado como combustível para veículos e também como insumo para diferentes tipos de indústria (CASTILLO, 2013, p. 79 – 80). Das três Usinas Coruripe do GTW na região de Iturama, de acordo com os dados da safra 2014/15, duas produziram etanol (70% anidro e 30% hidratado) (Unidades Iturama e Limeira do Oeste) e duas produziram açúcar (Unidades Iturama e Carneirinho).

A quarta e última característica intrínseca do setor é a cogeração de energia elétrica nas unidades produtivas, a partir do bagaço da cana-de-açúcar. A autossuficiência em produção de energia elétrica conta como uma vantagem competitiva dessa indústria, por estar situada no campo, além de comercializar o excedente (CASTILLO, 2013, p. 81). Nas Usinas Coruripe na região de Iturama, duas delas produzem cogeração de energia, são elas as unidades de Iturama, com uma geração de 124 mil MWh e a unidade de Carneirinho com a geração de 48 mil MWh (Figura 5). Dos 172 mil MWh produzidos de energia, 111 mil MWh foram exportados para a NC, Energia do Rio de Janeiro e para a Eletrobras.

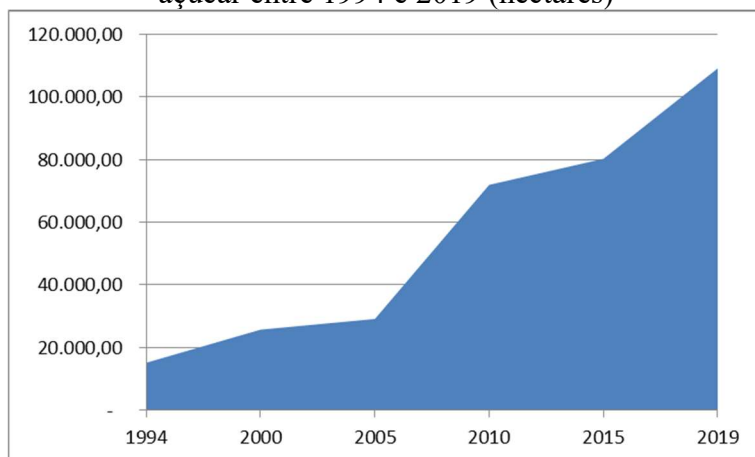
As características intrínsecas do setor estimulam a chamada especialização regional produtiva. Em consequência da globalização dos mercados, algumas políticas econômicas neoliberais são estabelecidas pelos Estados, de modo que algumas áreas, regiões ou países passam a atender as lógicas de mercado, constituindo territórios especializados para atender ao mercado de exportações.

A instalação de atividades e produtos semelhantes a uma mesma cadeia produtiva traz maior rentabilidade ao mercado. É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas, seja ela no campo, com novos circuitos produtivos agrícolas globalizados, mono produtores ou não, seja nas cidades consagradas a certo tipo de produção industrial ou a um conjunto de produções (SILVEIRA, 2011, p. 7).

A expressão territorial decorrente do crescimento das exportações do agronegócio, como é o caso do açúcar e do etanol a partir do ano de 2003, é o aumento e a especialização das áreas destinadas à produção de produtos agrícolas. Há um movimento de expansão de algumas culturas em determinadas regiões e reconversão produtiva de outras (FREDERICO, 2012, p. 8).

Essa especialização produtiva é conduzida por grupos hegemônicos que atuam na dinâmica produtiva do lugar. Na região de Iturama essa reconversão teve como objetivo atender o abastecimento de um grupo agroindustrial que ali se estabeleceu e se fortaleceu ao longo dos anos. Quando o GTW iniciou suas atividades na região de Iturama, a área plantada com cana-de-açúcar era de 15,2 mil hectares (IBGE, 2013). Com o crescimento da atuação do Grupo na região, a área plantada passou para mais de 109 mil hectares em 2019 (Gráfico 1), aumento de 618%.

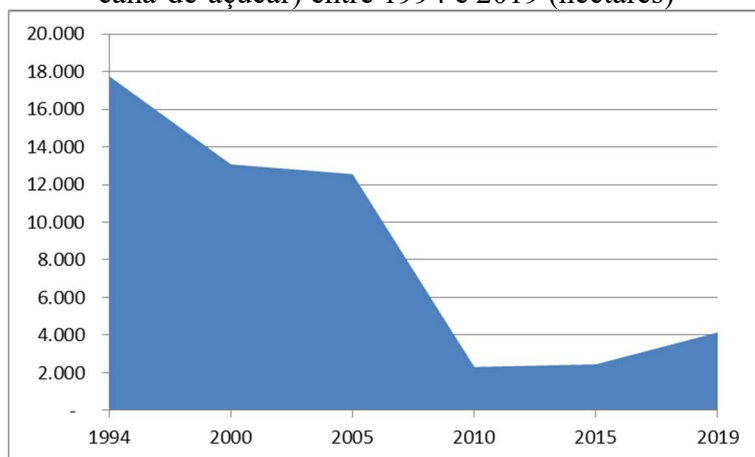
Gráfico 1 - Região de Iturama - área plantada com cana-de-açúcar entre 1994 e 2019 (hectares)



Fonte: IBGE (2020).

Em contrapartida, as demais culturas presentes na região (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, mandioca, melancia, milho, soja, sorgo, tomate) reduziram sua área plantada de 18 mil hectares em 1994, para 4,1 mil hectares em 2019, queda de 76%. (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Região de Iturama - culturas temporárias (exceto cana-de-açúcar) entre 1994 e 2019 (hectares)



Fonte: IBGE (2020).

Na região de Iturama, entre os anos de 1994 a 2019, a cultura de cana-de-açúcar apresentou um crescimento de 94 mil hectares, enquanto no mesmo período as demais culturas temporárias apresentaram uma redução de mais de 13 mil hectares. As culturas permanentes classificadas de acordo com o IBGE não foram inclusas no Gráfico 2, pois as mesmas não ultrapassaram os 500 hectares em toda região durante o período analisado.

A pecuária sempre foi uma das principais atividades presentes na região de Iturama, porém, a mesma apresentou oscilação no somatório produtivo regional. Na seguinte análise foram comparados os dados do Censo Agropecuário do IBGE dos anos de 1995, 2006 e 2017 da categoria de utilização das terras para pastagens. No ano de 1995, a região de Iturama tinha 421 mil hectares em pastagens, já no ano de 2006 o total caiu para 275

mil hectares, queda de 35% e, em 2017, o montante somado de pastagens foi de pouco mais de 300 mil hectares, aumento de 9% em relação à 2006. No Brasil, nesse período a queda da área de pastagens foi de 0,3% e no estado de Minas Gerais houve um acréscimo de 6%.

Na variável “efetivo de rebanhos”, bovinos e galináceos representavam 94,8% no ano de 1995 e 99% no ano de 2019, do total do rebanho da região de Iturama, distribuído em torno de 84 a 89% de bovinos e 11 a 9,5% de galináceos. Entre 1995 e 2019, o número total de bovinos na região de Iturama reduziu em 37%, de 762 mil cabeças para 480 mil. No rebanho de galináceos, no mesmo período, a redução foi de 48,5%, de 98 mil cabeças para 50 mil. No território brasileiro o rebanho bovino obteve um aumento de 33% e o de galináceos aumentou 101%, enquanto no estado de Minas Gerais o rebanho bovino aumentou 9% e o de galináceo 84,5%.

A produção de leite, outra atividade com tradicional presença na região de Iturama, apresentou uma produção de 75 mil de litros de leite no ano de 1995. Já em 2019, essa produção reduziu para 50 mil de litros, diminuição de 33%. No Brasil, nesse mesmo período apresentou um aumento de 111% e no estado de Minas Gerais de 98%.

Com relação ao número de estabelecimentos agropecuários dos censos do IBGE, entre 1995, 2006 e 2017, a região de Iturama passou de 2.698 estabelecimentos para 2.446, e 2.466 respectivamente. De 1995 para 2017 houve uma queda de 8,6%, porém no último período de 2006 para 2017 ocorreu um ligeiro aumento de 0,8% no número de estabelecimentos da região. No Brasil entre o período de 1995 a 2006 houve um aumento no número de estabelecimentos agropecuários de 6,5%

e de 2006 a 2017 uma queda de 2%. Já no estado de Minas Gerais no primeiro intervalo ocorreram acréscimos de 11% e no segundo período de 10%.

Os dados trazem uma conotação marcante do atual período de especialização produtiva da região de Iturama. São dados que reforçam a reconversão produtiva, acentuando a perda da diversidade cultural. “Uma das características mais marcantes do atual período é a ocupação de milhões de hectares de Cerrado pela agricultura moderna globalizada ao mesmo tempo, em que se aprofunda a divisão territorial do trabalho, expressa na forma de especialização regional produtiva” (CASTILLO, 2007, p. 22).

Divisão territorial do trabalho do grupo Tércio Wanderley e as estratégias de expansão na região de Iturama

Este item analisa a lógica de expansão territorial do Grupo Tércio Wanderley na região de Iturama (MG). Para isso, apresenta-se a relação com os produtores e as estratégias de fornecimento da cana-de-açúcar às unidades processadoras. O intuito foi analisar como a formação do aglomerado de usinas do GTW foi utilizado como estratégia de otimização de uso do território na região de Iturama.

Uma divisão territorial do trabalho interno à firma exige uma normatização das tarefas e dos lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 154), isto é, a gestão das firmas na produção agrícola moderna requer modelos de normatização e, sobretudo, informatizado para o comando de sua empresa. O caso da Usina Coruripe pertencente ao Grupo Tércio Wanderley, sua matriz situa-se em Coruripe (AL) e as outras quatro filiais estão

instaladas em Minas Gerais, além de um Terminal de Cargas em Fernandópolis (SP). Nessa empresa, a organização é hierarquicamente comandada pelo escritório central, localizado na cidade de Maceió (AL) e um regional, na cidade de Iturama (MG), além de ‘pontos de apoio’² nas demais unidades industriais (Mapa 1). As decisões finais de comercialização, de venda ou compra, são centralizadas no escritório central. O escritório regional de Iturama é responsável por enviar todas as informações das unidades de Minas Gerais ao escritório central.

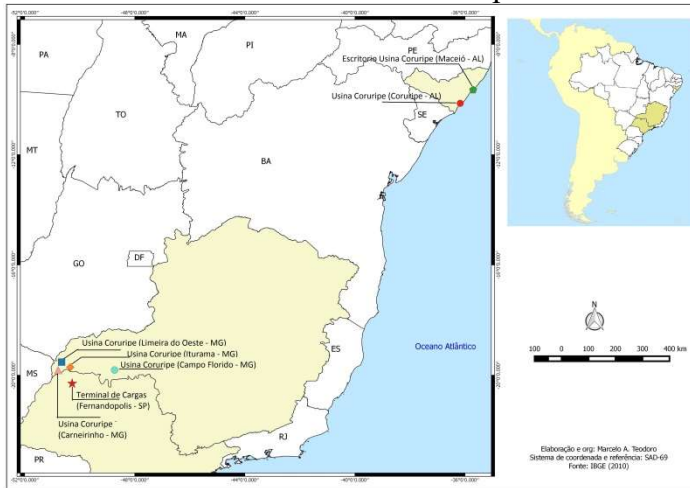
A divisão territorial do trabalho da região de Iturama, além de ser normatizada pelo escritório regional na unidade produtiva de Iturama, conta também, com círculos de cooperação ao nível regional. São eles, uma filial da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA), a Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Iturama (ASFORAMA), e produtores rurais (arrendatários e proprietários de terras).

Em relação à ‘arena de movimentos’ (SANTOS, 2000), isto é, o contínuo fluxo da reprodução de capital em novas áreas agrícolas moderna no período da globalização, Cataia (2008, p. 5) ressaltou que se instala uma agricultura científica no Brasil, que incorpora os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados – amplo emprego de máquinas, atrelando a agricultura à indústria, à pesquisa e ao sistema financeiro globalizado. Tudo isto leva à multiplicação dos compartimentos destinados à produção e à circulação das mercadorias do campo,

² Nome dado pela empresa aos escritórios das unidades de Campo Florido (MG), Carneirinho (MG) e Limeira do Oeste (MG) que servem de apoio às informações do escritório regional de Iturama (MG).

tanto aquelas oriundas das fazendas, quando aquelas provenientes das agroindústrias.

Mapa 1 - Brasil - divisão territorial do Grupo Tércio Wanderley



Fonte: Adaptado IBGE (2010).

E é, neste sentido, que a localização dos compartimentos do agronegócio, não se distribui homogeneamente em todo território brasileiro. Ela se difunde especialmente ao longo dos principais eixos de circulação, pois essa moderna produção, a serviço das grandes empresas de atuação mundial, desenvolve-se sob a égide da fluidez, tanto material quanto informacional (CATAIA, 2008, p. 6).

Essas compartimentações são regidas por modelos de gestão, além, de coordenar e uniformizar os padrões de administração, mas também, para serem eficientes economicamente. No GTW o modelo implantado em suas

unidades produtivas é o de gestão único, como já foi mencionado no capítulo anterior.

Esse modelo de gestão fez parte diretamente das estratégias de expansão do GTW na região do Triângulo Mineiro. É um modelo eficiente economicamente que permitiu ao grupo expandir rapidamente nos anos 2000 na região supracitada. Esse modelo de gestão único é possibilitado pela localização das unidades industriais, próximas umas das outras. De um ponto de vista puramente geométrico, calcula-se que a usina deve estar situada no centro de um círculo, com suas áreas ao redor destinadas exclusivamente, ou em sua grande maioria, para a produção de cana-de-açúcar (CASTILLO, 2015, p. 98).

Nesse sentido, existe segundo Castillo (2015), uma cartografia do alcance potencial de cada usina (em termos de abastecimento de matéria-prima) e seu perímetro de influência. Para isso, a usina deve considerar o rendimento médio regional da cultura (medido em toneladas por hectare) a capacidade de moagem da usina (medida em toneladas de cana-de-açúcar por dia) e a duração da safra em dias.

E as consequências imediatas dessa cartografia das usinas é a rigidez locacional da usina e um maior ‘engessamento’ do uso do território (CASTILLO, 2015), tendo em vista que a partir do momento que se instala uma usina torna-se necessária a produção de cana-de-açúcar em suas proximidades.

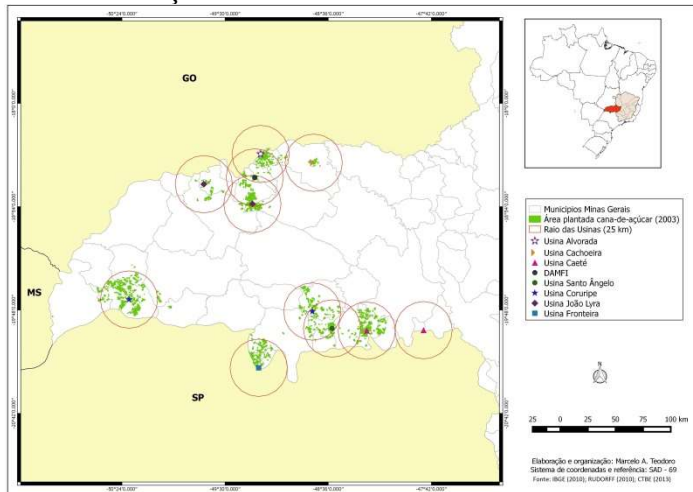
Diante disso, é a luz dessa cartografia das usinas, que analisaremos a expansão dos grupos empresariais do setor sucroenergético na região do Triângulo Mineiro, entre 2003 e 2013. Esta análise será voltada, sobretudo, as estratégias do GTW.

O Mapa 2 destaca a Região do Triângulo Mineiro e sua área plantada com cana-de-açúcar no ano de 2003, representada em verde claro, e as usinas instaladas até aquele ano, representadas por polígonos temáticos. Os círculos em vermelho representam um raio de 25 km³, área média ocupada pelas usinas com o plantio da cana-de-açúcar.

Nota-se que até o ano de 2003 existiam duas unidades das Usinas Coruripe (GTW) na região do Triângulo Mineiro, uma em Iturama e outra em Campo Florido. Vale destacar também que na porção Oeste do Triângulo Mineiro existia apenas a Usina Coruripe de Iturama. De certo modo, a inexistência de outros grupos usineiros na região facilitou a expansão da área plantada de cana-de-açúcar e a instalação de duas novas usinas do grupo.

³ Distância média percorrida do canavial até a agroindústria, para a Região Centro-Sul do Brasil (CONAB, 2013).

Mapa 2 - Região Triângulo Mineiro: área plantada com cana-de-açúcar e usinas instaladas até 2003



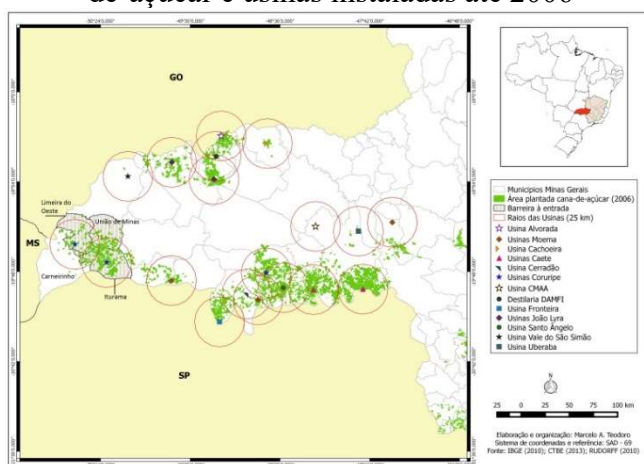
Fonte: Adaptado IBGE (2010); RUDORFF (2010); CTBE (2013).

Dessa maneira, atento ao avanço da área plantada com cana-de-açúcar em todo o Triângulo Mineiro, o GTW começa a operar uma nova unidade da Usina Coruripe na sua porção Oeste, mais especificamente no município de Limeira do Oeste, como pode ser visto no Mapa 3 que demonstra a área plantada com cana-de-açúcar e as usinas instaladas até o ano de 2006. Vale ressaltar que além dessa nova unidade da Coruripe, houve também a instalação de novas usinas no Oeste do Triângulo, o caso da Usina Moema no município de Itapagipe (2006), que em 2009, passou a pertencer a *trading* Bunge.

Outro ponto que merece destaque é a posição estratégica da nova unidade da Usina Coruripe na porção Oeste. A mesma foi instalada no município de Limeira do Oeste, a noroeste da unidade de Iturama. Como a unidade de Iturama foi instalada

próxima ao município de União de Minas, que conta com um dos solos mais férteis daquela região⁴, a usina possui grandes áreas plantadas com cana-de-açúcar nessa delimitação. O GTW achou mais conveniente instalar sua nova agroindústria em uma área que era considerada promissora à expansão e, que serviu também como ‘barreira à entrada’⁵ de novos grupos (Mapa 3).

Mapa 3 - Região Triângulo Mineiro: área plantada com cana-de-açúcar e usinas instaladas até 2006



Fonte: Adaptado IBGE (2010); RUDORFF (2010); CTBE (2013).

‘Barreira’ no sentido, de que, a partir de 2006 o município vizinho, Carneirinho, apresentou-se como área exponencial para expansão da cana-de-açúcar do GTW, ampliando seu escopo

⁴ Informação dada pelo Cosme de Sousa Júnior, coordenador de operações financeiras da Usina Coruripe, em entrevista do trabalho de campo.

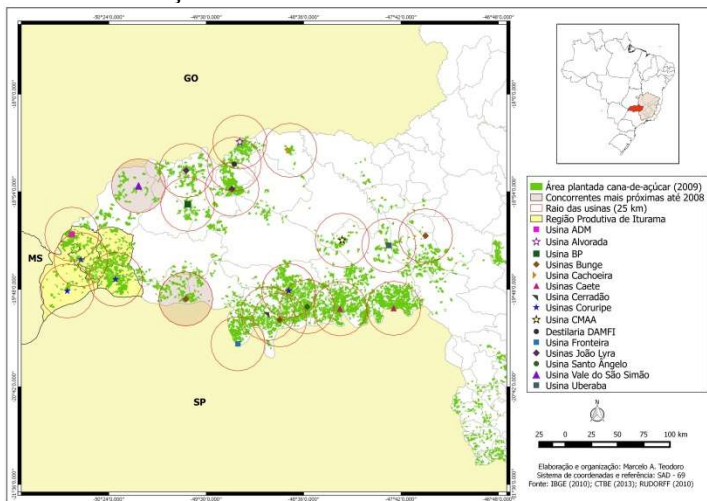
⁵ ‘Barreiras à entrada são aqueles fatores que permitem às empresas já atuantes obterem lucros econômicos positivos, enquanto tornam não rentáveis para os recém-chegados entrarem no negócio. As barreiras à entrada podem ser estruturais ou estratégicas’ (BESANKO et. al, 2006).

produtivo e industrial, sem que, sofra pressão, concorrência ou especulação por outros grupos do setor, tendo em vista, que a partir do ano de 2006 o município de Carneirinho ficou cercado pela própria abrangência das Usinas Coruripe e pelos limites fronteiriços estaduais.

Para Besanko et. al. (2006), a ‘barreira estrutural à entrada’ acontece quando a empresa operante existente tem vantagem natural de custo. Os principais tipos de barreiras estruturais à entrada, são o controle de recursos essenciais e a economia de escala e de escopo. Uma empresa atuante fica protegida de entradas se ela controlar um recurso necessário para a produção e, quando as economias de escala são significantes, empresas estabelecidas operando na, ou além da escala eficiente mínima terão uma considerável vantagem de custo sobre entrantes menores.

Essas características deram condições à ampliação da área plantada e das unidades industriais. Em 2008, outra unidade das Usinas Coruripe foi implantada, desta vez no município de Carneirinho. Estabeleceu-se, a partir de 2008, a consolidação de uma ‘Região Produtiva’ voltada à produção sucroenergética. O Mapa 4 ilustra as usinas implantadas no Triângulo Mineiro até 2009.

Mapa 4 - Região Triângulo Mineiro: área plantada com cana-de-açúcar e usinas instaladas até 2009



Fonte: Adaptado IBGE (2010); RUDORFF (2010); CTBE (2013).

Além da nova unidade da Coruripe na Região de Iturama, no ano seguinte, em 2009 foi implantada uma nova usina em Limeira do Oeste, pertencente ao Grupo ADM (*Archer Daniels Midland*). Até então, as Usinas Coruripe tinham como concorrente mais próxima à Usina Bunge, no município de Itapagipe, com distância aproximada de 70 km da Usina Coruripe de Iturama. Porém, essa distância não apresentava conflito entre as áreas produtivas de ambas as usinas como pôde ser visto no próprio mapa. Entretanto, a partir de 2009 com a instalação da Usina ADM, o GTW passou a ter uma concorrência direta em sua área de abrangência.

A usina da *trading* ADM está instalada apenas a 25 km da Usina Coruripe de Limeira do Oeste, portanto, suas áreas produtivas potenciais entram em conflito. Porém, vale destacar

que a Usina Coruripe começou a funcionar em 2005, ou seja, quatro anos antes da usina da ADM, o que permitiu ao GTW consolidar uma área produtiva para o abastecimento de sua matéria-prima.

Inicialmente, a Usina ADM foi criada como uma *joint venture* entre a multinacional e o grupo brasileiro Canaã Participações, controlado pelo ex-ministro da Agricultura Antônio Cabrera. A ADM possuía uma participação societária de 49%, contra 51% do grupo brasileiro. Porém, devido a desacordos entre as partes, o grupo Canaã abriu um processo de arbitragem para determinar o valor da venda da fatia de 51% a qual lhe pertencia. Dessa forma, a partir de 2011, a ADM passou a controlar 100% da usina de Limeira do Oeste⁶.

No projeto inicial da parceria entre ADM e Canaã, havia a intenção de se expandir para o estado de Goiás, com a construção de mais duas usinas⁷. Porém, devido ao conflito judicial entre as partes, o projeto foi cancelado ficando apenas com a efetivação da usina em Limeira do Oeste.

Quando a usina ADM iniciou suas atividades em 2009, já havia um grupo estabelecido no município de Limeira do Oeste e outro mais ao norte, no município de Santa Vitória (MG). A única saída para o abastecimento com matéria-prima foi o arrendamento de terras no estado de Goiás, aproveitando-se também de sua localização próxima à divisa, cerca de 10 km, dos estados de Minas Gerais e Goiás. Vale destacar que essa

⁶ *TERRA ECONOMIA*, ADM compra fatia de 51% da usina Limeira do Oeste, em Minas. 26/04/2011.

⁷ *COPERCANA*, ADM já planeja 3ª usina de etanol no país. 06/11/2009.

estratégia de coleta de cana-de-açúcar proveniente do estado de Goiás fazia parte de um plano inicial de expansão naquele estado.

Segundo informações disponibilizadas pela Usina ADM em junho de 2015, do total de 1,1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar necessários para o abastecimento da usina, 60% foi proveniente do estado de Goiás e o restante de Minas Gerais, mais especificamente, dos municípios de Limeira do Oeste e Santa Vitória.

A anulação da estratégia de expansão de sua área geográfica acabou frustrando os planos da ADM em investir na produção de biocombustível no Brasil. Segundo informações disponibilizadas pelo Jornal da Cana (2012), a empresa pretende desistir de sua única unidade produtiva no Brasil⁸.

Para que o grupo ADM se consolidasse no setor de biocombustíveis no Brasil, o mesmo deveria ter levado adiante seu plano de expansão em outras áreas, pois naquele momento o GTW apresentava essa racionalização geográfica produtiva de maneira consolidada na região de Iturama. Recentemente, no ano de 2017 a Usina da ADM foi vendida ao Grupo CMAA, proprietários de uma unidade em Uberaba (MG).

Para Harvey (2001, p. 84), “o capital não é nada mais do que o dinheiro reposto na produção e na circulação para render mais dinheiro”. Então, existe essa necessidade de circulação e dinamicidade do dinheiro para poder gerar mais dinheiro. Essa lógica faz os capitalistas buscarem sempre novas áreas e novas

⁸ *PORTAL JORNAL DA CANA*, Líder em etanol nos EUA, ADM coloca à venda usina no Brasil. 24/04/2012; *REUTERS BRASIL*, ADM espera manter paralisada usina de etanol de açúcar no Brasil neste ano. 19/02/2016.

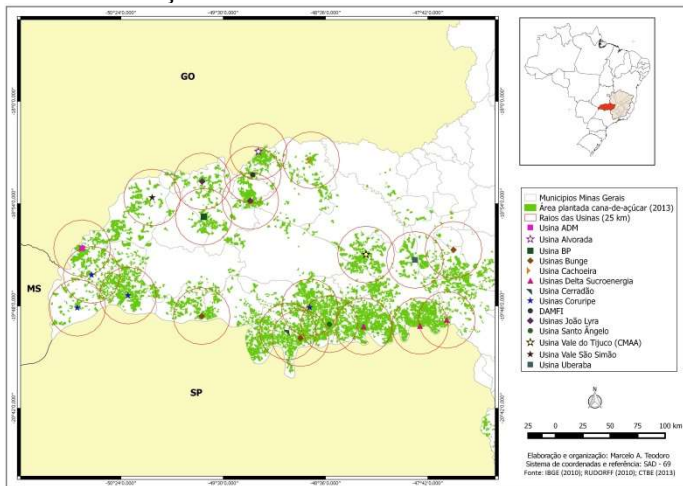
dinâmicas na produção, por índices de produtividade sempre maiores.

Diante disso, as estratégias do GTW a partir de 2009 passaram a ser a consolidação do aglomerado de usinas na região de Iturama, com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar para o abastecimento pleno de suas usinas. O Mapa 5 demonstra o aumento da área plantada com cana-de-açúcar na região de Iturama. Pode-se perceber um aumento significativo ao comparar a área plantada com o mapa anterior.

No caso da agroindústria sucroenergética, a tendência à aglomeração citada por Harvey (2001), se encaixa nessa lógica de reprodução e acumulação de capital, pois o GTW instala usinas em uma região, na qual até então não contava com empresas do agronegócio que exerciam tal influência, nem tampouco empresas do mesmo setor sucroenergético. Desta forma, o mesmo planejou suas usinas em localidades que seus raios de abrangência entrassem em sinergia, possibilitando um uso daquele território de forma planejada e integral⁹.

⁹ Questionado no trabalho de campo, se o GTW enfrentava alguma (s) dificuldade (s) na expansão da área plantada com cana-de-açúcar na região de Iturama, Cosme de Sousa Júnior, coordenador de operações financeiras da Usina Coruripe, respondeu que a única dificuldade era convencer o pecuarista a começar a produzir cana-de-açúcar em sua propriedade.

Mapa 5 - Região Triângulo Mineiro: área plantada com cana-de-açúcar e usinas instaladas até 2013



Segundo dados da Usina Coruripe (2016), na safra 2014/15, as unidades de Minas Gerais tiveram sua capacidade máxima de moagem utilizada: Campo Florido com aproximadamente quatro milhões de toneladas, Iturama em torno de 3,5 milhões, Carneirinho com cerca de 1,75 milhões e Limeira do Oeste em torno de 1,5 milhões. O rendimento médio das unidades produtivas da Coruripe em Minas Gerais está acima dos 80 t/ha, fechando a safra 2014/15 acima da média da região Centro-Sul do Brasil que registrou média de 74 t/ha (UNICA, 2015).

Para o GTW, a organização produtiva da região de Iturama foi planejada para a consolidação de um arranjo organizacional produtivo. Para Santos e Silveira (1996, p. 13), a atual definição de região está longe daquela solidariedade

orgânica que fora o próprio cerne da definição do fenômeno regional, mas o que temos hoje são solidariedades organizacionais. Impõe sobre elas novos arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes e que se tornam o fundamento da sua existência.

Considerações finais

A produção de cana-de-açúcar na Região de Iturama foi marcada pela especialização territorial produtiva. Esse fenômeno ficou nítido, sobretudo a partir dos anos 2000, quando ocorreu forte expansão das usinas sucroenergéticas e da área plantada na região.

A competitividade exigida pelo mercado internacional, sobretudo, em relação à diminuição dos custos administrativos e ao aumento do poder de negociação de preços, insumos e produtos, levou à constituição de compartimentos produtivos especializados e subordinados à produção global. Castillo e Frederico (2010, p. 20) denominam essas porções do território como Regiões Competitivas, compreendidas como um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral, internacionais) de qualidade e custos. Essas regiões, preferencialmente, são as que atraem os investimentos públicos e privados.

A região de Iturama conta com a vantagem, conforme Castillo e Camellini (2012, p. 11), de sua contiguidade com o estado de São Paulo, que por sua vez reúne a sede dos principais

grupos usineiros, as indústrias de bens de capital e serviços associados, os centros de biotecnologia, além de importante infraestrutura para o escoamento da produção destinada à exportação, como é o caso do açúcar produzido pelo GTW, transportado pela linha férrea concedida à Rumo Logística através do terminal de cargas de Fernandópolis/SP.

A estratégia de criação do aglomerado de usinas do GTW na região de Iturama constituiu uma vantagem no uso do território, uma vez que criou uma relação de dependência dos demais agentes com relação ao Grupo, através de longos contratos, incluindo proprietários de terras e associações como a ASFORAMA e a CAMDA. Dessa forma, o grupo empresarial hegemônico na produção de cana-de-açúcar na região impôs seus interesses territoriais e, em grande parte de suas operações contou com o apoio do Estado, seja na expansão de seu escopo produtivo e também nas questões estruturais, como a expansão de suas usinas.

A conformação de uma região competitiva do agronegócio estabeleceu o Grupo GTW e suas unidades agroindustriais em três municípios vizinhos. As usinas estão instaladas no máximo a 70 km umas das outras, o que permite uma economia em custos operacionais, otimizando serviços de máquinas e mão-de-obra, além do controle de boa parte do território.

A consolidação dessa ‘região competitiva’ (CASTILLO; FREDERICO, 2010) do agronegócio teve como consequência uma forte especialização regional produtiva (SILVEIRA, 2011). Entre os anos de 1995 a 2019, a área plantada com cana-de-açúcar passou de 47% para pouco mais de 95% do total de lavouras temporárias e permanentes presentes na região de Iturama. Em

contrapartida, culturas que tinham certa presença regional, como: abacaxi, algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, mandioca, melancia, milho, soja, sorgo e tomate reduziram a somatória de suas áreas plantadas de 18 mil hectares em 1995, para 4,1 mil hectares em 2019.

Esse processo também refletiu na pecuária, outro setor tradicional na região de Iturama. No ano de 1995, a região tinha 421 mil hectares em pastagens, já no ano de 2017 caiu para 300 mil hectares, queda de 28,5%. Em relação ao rebanho regional, entre 1995 e 2019, o número total de bovinos reduziu em 37%, de 762 mil cabeças para 480 mil. No rebanho de galináceos, no mesmo período, a redução foi de 48,5%, de 98 mil para 50 mil cabeças (IBGE, 1996; 2017; 2019).

Com relação ao número de estabelecimentos agropecuários dos censos do IBGE, entre 1995 e 2017, a região de Iturama passou de 2.698 estabelecimentos para 2.466, queda de aproximadamente 8,5%. Os dados demonstrados nessa conclusão trazem a conotação marcante da reconversão produtiva, com perda acentuada da diversidade cultural produtiva na região de Iturama.

Portanto, as políticas para o setor agrícola do Estado brasileiro executadas no início do século XXI e analisadas neste trabalho possibilitaram um maior controle do território pelas corporações privadas que comandam a produção e a circulação dos produtos.

Com o controle da maioria do território, as corporações privadas tendem a ditar e interferir nas decisões econômicas da política nacional, em benefícios próprios. Esse modelo é incompatível com a manutenção do Estado como principal

regulador das políticas em defesa da maioria da população e da soberania nacional. É necessário que o Estado garanta à sua população um uso do território que lhes assegure a coexistência de interesses coletivos, com desenvolvimento integral do território nacional e, que não se eleja apenas algumas ‘compartimentações’ no espaço geográfico para que ocorram avanços.

Referências

BESANKO, D. et. al. Entrada e saída. In: BESANKO, D. et. al. **A economia da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, cap. 9, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p.

_____. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Perfil do setor do açúcar e do álcool no Brasil**. v. 5. Brasília: Conab, p. 1 – 88, 2013.

_____. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. Brasília: Conab, v. 1, nº 2, Safra 2015/16. Primeiro Levantamento, p. 1-28, abr. 2015.

CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil**: o caso emblemático de Quirinópolis, GO. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso

de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____; CASTILLO, R. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator**, v. 11, n. 25, 2012, p. 7 – 18.

CASTILLO, R. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: Expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, 2007, p. 33 – 43.

_____; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 22, p.461-474, dez. 2010.

_____. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. da.; ARRUZO, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. 224 p.

_____; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p.17-26, abr. 2010.

_____. Dinâmicas Recentes do Setor Sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. **Geographia**, Niterói, v. 17, n. 35, p.95-119, dez. 2015.

CATAIA, M. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina, Conflitos, desafios e alternativas. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, n. 27 (99), p.1-14, ago. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COPERCANA. **ADM já planeja 3ª usina de etanol no país**. 06/11/2009. Disponível em: <http://www.copercana.com.br/index.php?xvar=ver-ultimas&id=5216>. Acesso em: março 2016.

DELGADO, G C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.111-125, 2010.

_____. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 144 p.

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010. 260 p.

_____. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Revista Geografia** (Rio Claro. Impresso), v. 37, p. 5-18, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p. Extraído de HARVEY, D. Spaces of capital: Towards a critical geography. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE. **Pesquisas agropecuárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 92 p. (Relatórios metodológicos).

_____. **Serviço de Estatística da Produção** - Ministério da Agricultura. Apud Anuário Estatístico do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: março de 2015.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: março 2015.

LABINI, P. S. **Oligopólio e Progresso Técnico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1988. 185 p. Tradução Vittoria Cerbino Salles.

PIRES DO RIO, G. A. Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel. In: BERNARDES, J. A & ARACRI, L. A. S. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: Limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011. 27 – 46 p.

PORTAL JORNAL DA CANA. **Líder em etanol nos EUA, ADM coloca à venda usina no Brasil**. 24/04/2012. Disponível em: <https://www.jornalcana.com.br/lider-em-etanol-nos-eua-adm-coloca-a-venda-usina-no-brasil/>. Acesso em: março 2016.

_____. **Coruripe faz captações, obtém US\$ 370 milhões e rola a dívida**. 09/09/2014. Disponível em: <https://www.jornalcana.com.br/coruripe-faz-captacoes-obtem-us-370-milhoes-e-rola-dividas/>. Acesso em: março 2016.

REUTERS BRASIL. **ADM espera manter paralisada usina de etanol de açúcar no Brasil neste ano.** 19/02/2016.

Disponível em:

<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKC N0VS2U4>.

Acesso em: março 2016.

Rudorff, B.F.T.; Aguiar, D.A.; Silva, W.F.; Sugawara, L.M.; Adami, M.; Moreira, M.A. Studies on the Rapid Expansion of Sugarcane for Ethanol Production in São Paulo State (Brazil) Using Landsat Data. **Remote Sens.** v. 2, p. 1057-1076. 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Globalização e Geografia: A compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, n. 18, p.5-17, jul. 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Da Totalidade ao lugar.** 1. ed., 1. reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 8. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVEIRA, M. L. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 1, n. 15, p.4-12, dez. 2011.

TERRA ECONOMIA. **ADM compra fatia de 51% da usina Limeira do Oeste, em Minas.** 26/04/2011. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/adm-compra-fatia-de-51-da-usina-limeira-do-oeste-em-minas,6578d0d6796ea310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>. Acesso em: março 2016.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA (UDOP). **Produção Brasileira.** 2015. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=safra>. Acesso em: dez. 2014.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA). 2015. **Acompanhamento safra.** Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/listagem.php?idMn=90>. Acesso em: set. 2015.

ASSIMETRIAS DE PODER ENTRE AS PARTES EM UMA RELAÇÃO CONTRATUAL DE OBTENÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

*Francielly Naves Fagundes
Ana Claudia Giannini Borges*

Introdução

No setor sucroalcooleiro, o plantio da cultura agrícola da cana-de-açúcar ocorre, de maneira geral, em terras próprias das usinas canavieiras ou em terras de terceiros, o que depende do estabelecimento de contratos com proprietários de terras. Os contratos são considerados um mecanismo jurídico para formalizar acordos e minimizar possíveis conflitos entre as partes.

Nas negociações contratuais de obtenção de cana-de-açúcar, há conflitos entre as partes (usinas e os proprietários de terra) por apresentarem poder de barganha e de dominação desiguais, decorrentes da assimetria de informação e de aparatos específicos para as negociações. (PICANÇO FILHO, 2010). Assim, ao firmar os contratos, os agentes são envolvidos em relações contratuais, pelo período de vigência dos contratos, quando se observam diferentes níveis de informação e graus de dependência.

O poder das usinas, por agregarem aparatos da área econômica, jurídica e técnica, prevalece com a celebração dos

contratos, que reafirmam a vantagem delas frente aos proprietários rurais. Essa condição garante às usinas a permissão de delimitar e estabelecer a área de abrangência, atuação e domínio, uma vez que é capaz de selecionar as propriedades rurais as quais considerará para firmar contrato. Ressalta-se que essa seleção tem como base seus interesses produtivos e financeiros, o que lhe garante delinear e determinar seus territórios.

Acerca da categoria de análise território, considera-se a definição teórica de Raffestin (1993), de que o poder se territorializa nos espaços, ou seja, expressa a relação (de poder) que um grupo (Estado, sociedade civil, empresa) mantém sobre uma porção do espaço. Nesse sentido, o território “[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Desse modo, as particularidades do contrato e do território impactam as relações de poder, econômicas, produtivas e sociais entre os agentes nos territórios.

Assim, faz-se relevante adentrar nas características do contrato entre uma usina e proprietários rurais, a fim de identificar e analisar as relações de poder e assimetrias de informações existentes, na relação de obtenção de cana-de-açúcar expresso em contratos.

Para tal, fez-se análise documental de um contrato (“Instrumento Particular de Parceria Agrícola e Compra e Venda de Cana-de-Açúcar”) de uma usina sucroalcooleira localizada no estado de São Paulo, com o intuito de evidenciar as suas particularidades.

Ressalta-se que esse instrumento metodológico é fundamental para cumprir os objetivos, visto que é uma fonte estável, o que permite a consulta dos documentos em diferentes momentos. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

O contrato foi obtido em visita presencial à empresa e que permitiria o uso deste documento para a análise, desde que garantisse a sua identidade em sigilo. Destaca-se que das negociações para obtenção de cana-de-açúcar, 75% dos contratos dessa usina são do tipo de Parceria Agrícola.

Além disso, foi realizada coleta de dados primários, via entrevista semiestruturada, com um Pesquisador da área de Ciências Jurídicas, que também terá sua identidade em sigilo. A entrevista foi gravada mediante concordância e integralmente transcrita.

Esse instrumento garante a obtenção de dados de caráter objetivo, como sustentados em legislação pertinente, e subjetivo, que trata de valores e opiniões. (CRUZ NETO, 1993) Isto posto, essa entrevista teve como objetivo analisar temas que regem os contratos, a partir da legislação brasileira e em particular do contrato coletado.

O terceiro instrumento metodológico para a consecução deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica que garantiu o subsídio de informações sobre temas relevantes a temática, dentre os quais: a) tipos de contratos utilizados no setor sucroalcooleiro, a partir de Pedrosa Junior (2008), Bastos e Moraes (2014), Feltre (2014); e b) assimetrias de poder nos contratos do setor sucroalcooleiro, a partir de Picanço Filho (2010) e Picanço Filho e Marin (2012).

Tipos de negociações e contratos de obtenção da cana-de-açúcar

As usinas sucroalcooleiras, na atualidade, apresentam distintas formas de obtenção de cana-de-açúcar sendo essas:

1) obtenção da cana-de-açúcar via mercado; 2) contratos de recebimento da matéria-prima de produtores especializados, denominados, fornecedores de cana-de-açúcar; 3) contratos agrários de parceria agrícola e arrendamento rural, com os proprietários de terras, em que a empresa controla e gerencia o processo produtivo; 4) produção de matéria-prima em terras de posse da empresa, em que a empresa controla a etapa agrícola e industrial. (FELTRE, 2014).

No entanto, a principal distinção nas formas de obtenção de cana-de-açúcar decorre se o plantio de cana-de-açúcar se dá em terras de propriedade das usinas; ou plantio em terras de posse de terceiros. Nesta segunda modalidade, por sua vez, há a necessidade de se firmar contratos.

Dos tipos de negociação identificados no setor sucroalcooleiro, Pedroso Junior (2008) ratifica a existência dos contratos de: arrendamento, parceria agrícola, fornecimento com CCT (corte, carregamento e transporte), fornecimento sem CCT e negociações à vista (QUADRO 1).

Quadro 1 - Principais tipos de negociação identificadas na etapa de obtenção de cana-de-açúcar, segundo Pedroso Junior (2008)

TIPOS	DESCRIÇÃO
Arrendamento	Contrato de “aluguel”, de uma área, com duração mínima equivalente a 5 anos. Preço pago é fixo pela condição da propriedade (tamanho da propriedade e a qualidade do solo).
Parceria Agrícola	Contrato agrário em que as usinas participam da produção agrícola de uma área. Pagamento, em sua maioria, via modelo Consecana/SP ¹ .
Fornecimento sem CCT	Contrato de entrega de cana pelo fornecedor para a usina, com garantia de compra em data futura. Os serviços das etapas de <i>corte</i> , <i>carregamento</i> e <i>transporte (CCT)</i> são realizados pela usina ou empresa contratada por esta. O pagamento, em sua maioria, é via modelo Consecana/SP, mais os descontos dos custos do serviço <i>CCT</i> que são estipulados a partir da distância (usina/lavoura) considerando as vias (asfalto).
Fornecimento com CCT	Esse contrato é similar ao anterior, com exceção da responsabilidade da realização das etapas de corte, carregamento e transporte (CCT) pelo produtor rural.

¹ No Consecana (2006), o preço é calculado utilizando como parâmetros: qualidade da cana-de-açúcar expressa em quilogramas de ATR (açúcar total recuperável); preço médio dos produtos açúcar e álcool livre de tributos e frete, no mercado externo e interno; participação do custo da cana-de-açúcar (matéria-prima) no custo do açúcar e do álcool no estado de São Paulo; e o mix de produção e comercialização do ano-safra de cada unidade industrial. (CONSECANA, 2006).

À vista	A compra à vista de cana pela usina se realiza com a entrega da cana por produtores autônomos sem nenhum vínculo com a empresa (não incluso a cana destes produtores no cronograma de recebimento da usina). Pagamento na quinzena da entrega da cana e quando se adota o Consecana/SP é feito pela quantidade de ATR.
----------------	---

Fonte: Adaptado de Pedroso Junior (2008).

Nos contratos de Arrendamento e Parceria Agrícola, conforme exposto no Quadro 1, observa-se que as usinas são responsáveis pelo controle e gerenciamento do processo produtivo. Nesses tipos de contratos, em que a realização da produção agrícola é de responsabilidade da empresa, o proprietário rural não realiza as etapas produtivas, afastando-se, assim, das atividades do meio rural. Esse afastamento das atividades do meio rural é um fenômeno denominado por Souza (2008, p. 6) como *absenteísmo rural*, que ocorre quando “[...] proprietários rurais se descaracterizam como produtores sob a lógica de apropriação capitalista da terra, a lógica de mercado, se colocam à parte dos processos de produção.”

Nesse sentido, a nomenclatura de produtor rural não representa o sujeito Arrendador ou Parceiro Agrícola, em decorrência de sua inatividade nas etapas produtivas demandantes da atividade agrícola canavieira, diferentemente do que se observa nos contratos de Fornecimento e À vista, em que o proprietário rural é efetivamente responsável por várias (ou todas) etapas produtivas.

Há outras diferenças observadas nesses tipos de contratos, são elas: contratos de Arrendamento e Parceria

Agrícola são concessões de uso da terra à empresa; e contratos de Fornecimento com CCT, Fornecimento sem CCT e À vista são negociações sobre um produto, visto que a cana-de-açúcar é produzida, parcial ou integralmente, pelo produtor rural. As regulamentações estão presentes no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e Código Civil (BRASIL, 2002).

Assim, quando firmando um contrato de Arrendamento e Parceria Agrícola recai sobre a empresa, a realização das seguintes etapas produtivas: a) fornecimento de insumos agrícolas; b) cuidados e tratos em geral no solo (preparação, amostragem, subsolagem, sulcação, adubação, correção, dentre outros); c) plantio (riscar o terreno, plantar e cobrir); d) CCT (colheita, carregamento, transporte).

Pode-se considerar, com isso, que a opção pela modalidade de contrato de Arrendamento e Parceria Agrícola, pelo proprietário rural, decorre da falta de propensão, disposição, disponibilidade, capacitação, condicionamento e desejo em ser agricultor (produtor rural), ou seja, de ser responsável por essas etapas produtivas. Por conseguinte, o proprietário se ausenta da responsabilidade de lidar com questões sobre maquinários agrícolas (próprios ou contratados de terceiros) e contratação de empregados (direta ou de empresas especializadas de serviço).

É importante considerar, também, o tratamento definido por Bastos e Moraes (2014) que destacam as diferenças nos tipos de contratos a partir das variáveis “propriedade do terreno” (quem é o proprietário das terras onde estão as lavouras de cana-de-açúcar) e “gerências das práticas agrícolas” (quem realiza as etapas produtivas no campo).

De maneira geral, pode-se considerar que os autores

referenciados tratam os contratos e suas distinções a partir da propriedade e uso da terra, bem como da responsabilidade pelas etapas de plantio, trato, corte, carregamento e transporte.

Relações via contratos entre usinas e proprietários rurais

O ato de firmar um contrato estabelece direitos e deveres das partes envolvidas que, no caso deste trabalho, referem-se a usina e proprietários rurais. De acordo com Picanço Filho (2010), a celebração do contrato de obtenção de cana-de-açúcar depende anteriormente de negociações que são permeadas por condições de “poder” e de “dominação” dissonantes, em que sobreleva a usina em detrimento dos proprietários rurais. Essa distinção se dá, sobretudo, pela assimetria de informação no processo de negociação entre as partes contratantes, visto que as informações não estão apresentadas de forma clara, desprovidas de custo e prontamente disponíveis.

Para melhor elucidação de assimetria de informação, apresenta-se a consideração de Farina, Azevedo e Saes (1997, p. 283), que indica a condição de desequilíbrio entre as partes, visto que “[...] uma das partes envolvidas em uma transação possui uma informação relevante que a(s) outra (demais) não possui (possuem)”. Ou seja, observam que há condições que favorecem a adoção de estratégias privilegiando uma das partes, inclusive na elaboração e celebração de um contrato.

Das consequências da assimetria de informação, na negociação de obtenção de cana-de-açúcar no setor sucroalcooleiro, Picanço Filho (2010, p. 149) sublinha que

Côncios de que estão em desvantagens nos negócios, os agricultores sentem-se o lado mais fraco, com carência de informações para discutir ou exigir o cumprimento de cláusulas contratuais descumpridas pelas usinas. Mesmo discordando e ressentidos, eles sentem-se obrigados a se sujeitar às imposições estabelecidas, em prol da continuidade do negócio.

Assim, os proprietários rurais, a partir da assimetria de informação decorrente da ausência de conhecimento de questões jurídicas dos contratos, aceitam de forma quase que completa as imposições das usinas. Sobre isso, Picanço Filho (2010) aponta que os proprietários de terra, por não terem conhecimentos suficientes, são levados a celebrar contratos, apesar da existência de cláusulas prejudiciais a eles, o que também acarreta, na não responsabilização das usinas que se beneficiam de forma econômica e financeira.

Nesse sentido, as usinas são privilegiadas devido a “grande força de poder e barganha decorrentes dos recursos de poder - constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos” (PICANÇO FILHO, 2010, p. 46) e decorrentes da assimetria de informação. Já os proprietários de terras, que em sua maioria, não possuem aparatos jurídicos e técnicos, portanto, capacidade de negociação a seu favor, tornam-se a parte desfavorecida. Desse modo, os contratos por meio seus componentes jurídicos podem ser considerados ilustrações de assimetria de informação e em uma negociação

Indicações iniciais sobre o contrato de Parceria Agrícola

O “Instrumento Particular de Parceria Agrícola e Compra e Venda de Cana-de-Açúcar” é o contrato aqui analisado e em tese deveria ter sua elaboração realizada de forma conjunta entre os agentes contratantes, no intuito de obter acordo com resultado satisfatório para ambas as partes, afinal esse contrato não se enquadra na modalidade do tipo contrato de Adesão².

Observa-se que o contrato para a análise apresenta particularidades que o remetem a uma condição próxima dos contratos de Adesão, visto que é a usina que propõe o contrato e define as cláusulas, como identificado no modelo básico de contrato fornecido por essa. Condição que permite inferir que os proprietários rurais aceitam quase que por completo as cláusulas estabelecidas pela usina.

Sobre isso, o pesquisador da área de ciências jurídicas entrevistado explica que o contrato analisado apresenta como característica ser “[...] unilateral, quase demonstrando que se trata de um contrato por adesão. As condições são totalmente favoráveis a uma das partes.”. Desse modo, apesar do contrato objeto ser em tese aberto para elaboração, discussão e negociação

² Os contratos de adesão são aqueles que previamente já foram escritos, preparados e impressos por uma das partes, sobrando a outra parte o preenchimento dos espaços com as informações referentes a sua identificação e do bem ou serviços objeto do contrato. Scaravaglioni (2000) evidencia que as cláusulas são preestabelecidas pelo parceiro contratual economicamente mais forte, o que resulta na não possibilidade de discutir ou modificar substancialmente o conteúdo do contrato escrito pela outra parte. Têm-se como exemplos de contratos de adesão serviços de: telefonia, energia elétrica, saúde (planos privados) e bancários. Ressalta-se que nestes casos há agências reguladoras do Estado que regulamentam os serviços prestados.

conjunta, este é tendencioso ao favorecimento da parte que os elabora, no caso as usinas.

O pesquisador da área de ciências jurídicas entrevistado complementa que os proprietários rurais que firmam contrato de Parceria Agrícola com uma usina, em sua maioria, não identificam que são corresponsáveis por ações e infrações na vigência do contrato. Nos termos jurídicos, essa situação é definida, mesmo nos casos em que a usina é a única responsável pela execução de todas as etapas produtivas, como um contrato agrário de parceria.

Em contratos de parceria, segundo o pesquisador, existe a corresponsabilidade, assim se for identificado uma infração na área em termos trabalhista (contratação de trabalhadores para adubação das terras, plantio de cana-de-açúcar, operação das máquinas colhedoras e carregadoras, e transporte) ou ambientais (preservação ambiental em áreas de preservação permanente), por exemplo, a resolução da infração é de responsabilidade tanto da usina quanto do proprietário rural, ou seja, pode recair sobre ambas as partes.

Assim, a partir destas indicações iniciais, já se nota a assimetria de informação, uma vez que a não compreensão plena, pelos proprietários rurais, sobre o parâmetro de corresponsabilidade que rege os contratos de Parceria resulta em prejuízos a eles na relação contratual.

Constatações sobre o contrato de Parceria Agrícola analisado

O contrato agrário de parceira (“Instrumento Particular de Parceria Agrícola e Compra e Venda de Cana-de-Açúcar”) da usina é composto pelas seguintes partes: 1) Setor Código; 2) Condições Gerais de Contratação e 3) Código de Responsabilidade Social.

Ao analisar as cláusulas desse contrato, é possível elencar exemplos de assimetria de informação, disputas de poder, por conseguinte, favorecimento da usina sucroalcooleira frente aos proprietários rurais. Isto posto, há algumas passagens do contrato que merecem ser elucidadas.

Na primeira parte do contrato (Setor Código) estão contidas informações da empresa (denominado segundo o documento jurídico, como parceira outorgada) e cláusulas que regulamentam: características dos proprietários rurais (denominado segundo o documento jurídico, como parceiro outorgante) e da propriedade rural.

Há também informações sobre as condições comerciais da parceria e fixação do percentual de partilha entre as partes (destinação de 20% aos proprietários rurais e 80% às usinas); fixação do preço, formas e período de pagamento; condições gerais de contratação; vigência do contrato; decisão do fórum para regularização do contrato e resolução de eventuais litígios, ou seja, controvérsias e conflitos. Essas questões são apresentadas de forma breve, nessa primeira parte do documento, mas há apontamentos das informações detalhadas na segunda parte do contrato, “Condições Gerais de Contratação”.

Nesta parte, ficam estabelecidos os parâmetros da “Parceria Agrícola”, da “Compra e Venda da Cana-de-Açúcar” e “Disposições Aplicáveis à Parceria Agrícola e à Compra e Venda de Cana-de-açúcar”. Por fim, a última parte do contrato (Código de Responsabilidade Social) dispõe do reconhecimento das cláusulas, em confluência às leis do Código Civil (BRASIL, 2002).

Nas “Condições Gerais de Contratação”, primeiramente trata-se do tema “Da Parceria Agrícola”, em que se abordam as informações sobre as concessões (direitos) que a empresa terá nas terras, bem como as suas obrigações (deveres) e as do proprietário rural em termos de aceitações. Nessa parte, destaca-se a cláusula 3 (“Obrigações do Parceiro Outorgante”) e a cláusula 4 (“Direitos e Obrigações da Parceira Outorgada”).

Ao se analisar essa parte, denota-se a assimetria de poder entre as partes, uma vez que é descrito uma lista de deveres (obrigações) do proprietário rural, enquanto para a empresa são apontados, além dos deveres (obrigações), os direitos.

Dos deveres dos proprietários rurais (parceiro outorgante), descritos na cláusula 3, têm-se: a) normalizar os impostos e taxas da propriedade rural (como exemplo o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR) e do documento de escritura, o que evidencia a importância da regularização das terras e da propriedade para o contrato; b) autorizar na área de parceria agrícola, a utilização dos resíduos agroindustriais e de outros subprodutos (vinhaça, torta de filtro, palha da cana-de-açúcar); c) autorizar a construção de canais, dutos, tubulações para escoamento de vinhaça e águas industriais; e d) a depender da combinação (contida em primeira parte do contrato), entregar a terra preparada (adubada e sulcada) para o plantio de cana-de-

açúcar. Esta possibilita, ao proprietário rural, a opção por internalizar parte do processo de produção (etapa de preparo da terra). Escolha que pode proporcionar ao proprietário rural mais informações quanto aos custos, o que possibilita: melhor condição de entendimento da atividade; melhor condição de negociação; e maior apropriação de renda.

Na cláusula 4 estão listados os direitos e deveres da empresa (parceira outorgada). Dos direitos têm-se: a) realizar na área de parceria agrícola as benfeitorias úteis e necessárias; b) construir, destruir e usar canais, dutos, tubulações para escoamento de vinhaça e águas industriais, bem como, se preciso, utilizar estas construções e resíduos, tanto na propriedade do parceiro outorgado quanto nas propriedades rurais vizinhas de contrato, sem haver pagamentos além ou indenizações; c) fazer a rotação de culturas, visando melhorias no solo, como, por exemplo, com o plantio de soja; e d) utilizar a palha da cana-de-açúcar, para os fins de sua escolha, não cabendo participação na utilização dessa pelo proprietário rural, salvo se antes acordado. Dos deveres têm-se: a) efetuar controle de ervas daninhas, realização e despesas de etapas produtivas; e b) adquirir e disponibilizar insumos para a lavoura de cana-de-açúcar.

É importante destacar na cláusula 4 a parte que diz respeito as modificações na estrutura da propriedade rural, dado que essa se configura em semelhança como cláusula autoritária. Essa consideração se deve, pois a empresa tem liberdade para decidir alterações na propriedade rural contratada, inclusive quanto à construção e destruição de suas infraestruturas. No contrato, não estão acordados limites às modificações na estrutura da propriedade rural, essas ficam à disposição do que a usina considera relevante, sem necessidade, no final do contrato, de

indenizações acerca das alterações, uma vez que não há cláusulas que dispõem sobre isso. O pesquisador das ciências jurídicas entrevistado, afirma que a cláusula 4 é abusiva, pois a usina tem total liberdade para dispor da propriedade do outro, visto que o proprietário “deu carta branca”. Além disso, o artigo 4º do Decreto nº 59.566 de 1966 (BRASIL, 1966) considera que no contrato de parceria o proprietário pode tomar a decisão de “ceder” para o contratante, parte ou todo o imóvel rural, “incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades”, o que no contrato objeto não ocorre, visto que aparece apenas nos direitos da usina como algo dado e decidido.

Vale mencionar também que estão expressos no contrato apenas dois deveres (obrigações) da usina sucroalcooleira e esses não se justificam como obrigações, pois já compõem o rol de tarefas de responsabilidade da empresa, nos contratos de Parceria Agrícola, conforme Brasil (1964, 1966). São atividades indispensáveis para atingir a excelência produtiva na lavoura de cana-de-açúcar.

A cláusula 5 (“Partilha”) trata das combinações sobre a divisão do que foi produzido. Como o contrato é de parceria, o proprietário rural recebe o correspondente a uma parte da produção, como definido nos contratos agrários no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e na regulamentação dessa pelo Decreto nº 59.566 (BRASIL, 1966), ressaltando que deve haver a partilha dos riscos e frutos, e que o pagamento deve ser feito em produto (*in natura*). Entretanto, como para o proprietário rural o pagamento nessa espécie é desinteressante, há o repasse total da produção à empresa e o pagamento ao proprietário rural é feito, *a posteriori*, em dinheiro.

Do percentual de partilha entre as partes, no contrato têm-se: “20% ao parceiro outorgante (proprietário rural), e 80% a parceira outorgada (empresa).” Essa divisão, por sua vez, evidencia uma distribuição desigual, demonstrando que há o favorecimento a uma das partes, no caso a empresa. A justificativa dessa distribuição desigual, entretanto, se deve ao fato de que a usina é responsável pela maior parte (ou integralidade) da atividade produtiva, logo deve adquirir o maior percentual na partilha. No entanto, é importante destacar ainda que os custos das atividades produtivas diferem entre as áreas produtivas, visto a distância com a usina (transporte da cana-de-açúcar), a existência de outras propriedades parceiras próximas, entre si, para dividir os custos de locomoção dos maquinários, dentre outros. Destarte, o percentual de partilha não precisaria ser algo fixo, mas sim variável, de acordo com a condição de cada imóvel rural.

Ainda na cláusula 5 está descrito que, a “partilha da produção agrícola” será feita até o 15º dia do mês seguinte a entrega (colheita) da cana-de-açúcar, e que a pesagem da cana-de-açúcar deve ser realizada em balança de responsabilidade ou indicação da usina.

Isso evidencia outra assimetria de informação, visto que o proprietário rural não tem conhecimento efetivo da quantidade produzida de cana-de-açúcar em suas terras e, conseqüentemente, do valor equivalente de 20% da partilha que receberá. Portanto, como é a empresa que domina esta informação, isto pode incorrer na possibilidade de sonegação da informação verdadeira ao proprietário rural.

A cláusula 6 (“Da comercialização da cana-de-açúcar”) diz respeito a “obrigação do proprietário rural em vender toda a

produção de cana-de-açúcar cultivada na área da parceria agrícola”. Nessa cláusula também está fixada que as etapas produtivas de corte, carregamento e transporte (CCT) ficam sob a responsabilidade da empresa. O último ponto da cláusula 6 é o acordo de responsabilidade do proprietário rural, de “vigiar e cuidar” da lavoura e “não obstar a colheita da cana-de-açúcar”, no momento escolhido pela empresa.

Nota-se, nesse item, que o proprietário rural tem a responsabilidade de fiscalizar a produção e não se opor a data (mês) escolhida pela empresa para a colheita a partir de seu *plano/cronograma de moagem. Além disso, é de responsabilidade da usina a decisão do tipo de colheita na lavoura, mecânica ou manual, considerando a inclinação das terras (topografia) na área da parceria.*

No que concerne ao acordo de preços e formas de pagamento, tem-se a cláusula 7 que trata do pagamento que será feito em moeda, para tal consideram-se as seguintes variáveis: a) número de alqueires plantados ano-safra; b) quantidade de toneladas por alqueire; c) prefixação de 121,60 kg/ATR (a depender da safra) por tonelada de cana-de-açúcar; d) preço médio acumulado do quilo de ATR divulgado pelo órgão Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Consecana).

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (2006), as usinas negociam o número de kg/ATR/toneladas de formas diferentes visto que o valor negociado no contrato de Parceria Agrícola depende se a cota-parte do proprietário é “entregue no campo”³ ou “entregue na

³ Índice Cana Campo = 109,19 Kg ATR – valor sugerido.

esteira”, como apresentado em União dos Produtores de Bioenergia - UDOP (2016)⁴. Essa diferenciação revela outra assimetria de informação, uma vez que no contrato não estão fixadas e evidenciadas essas informações.

Ainda referente ao tema Pagamento, têm-se então os “pagamentos provisórios” (mês da primeira colheita) e o “preço final” (fechamento do ano/safra). Segundo descrito no item 7.2.1, se for verificada diferenças com créditos ao proprietário rural esses devem ser efetuados (em até 30 dias) após o fechamento do ano-safra. Entretanto, se a diferença decorrer de pagamento a mais ao proprietário rural, a empresa fica autorizada a descontar esse “valor a mais”, com juros de 1% ao mês, no próximo pagamento efetivo. Ressalta-se que no primeiro caso não há o pagamento de 1% de juros.

Desse modo, a correção no pagamento, expressa, outra assimetria de informação, na medida em que o proprietário rural fica aquém dos parâmetros de retificação de pagamento, que são estabelecidos e controlados pela empresa (além dos procedimentos de pesagem da cana-de-açúcar). Essa forma de compensação em pagamentos futuros é uma facilidade, o que denota favorecimento a uma das partes.

A última parte da cláusula 7 faz referência ao mecanismo de pagamento que será por banco, denominando PPB (pagamento por banco). Sobre esse mecanismo, há uma instituição mediando.

Então, acaba sendo um financiamento, a usina consegue capital de giro, por conta dessa relação que ela mantém

Índice Cana Esteira = 121,97 Kg ATR - valor sugerido.

⁴ Informação não disponibilizada pela Consecana, por ser de acesso restrito.

com o banco, tem uma movimentação, benefícios, e na carteira ela consegue fazer muito com esse dinheiro. (Pesquisador das Ciências Jurídicas entrevistado).

No capítulo III - “Disposições Aplicáveis à Parceria Agrícola e à Compra e Venda de Cana-de-Açúcar”, têm-se as seguintes cláusulas: 8 - “Inadimplemento e rescisão”; 9 - “Subcontratação ou cessão do instrumento” e 10 - “Condições Gerais”.

A cláusula 8 faz referência às implicações quanto ao descumprimento contratual. Assim, nessas situações de descumprimento de obrigações contratuais, e na não resolução em 30 dias (após a providência de notificação por escrito), a parte prejudicada fica autorizada a anular o contrato e é definida multa de 10% sobre o valor total do contrato, sendo a parte inadimplente responsável por arcar financeiramente com outros gastos e custos relacionados.

Da “Subcontratação ou Cessão do Instrumento”, cláusula 9, fica definida a autorização da usina em contratar trabalhadores terceiros (subcontratações⁵), para a realização de funções e etapas produtivas na propriedade rural, sem a necessidade de consentimento do proprietário rural. Nessa parte se evidencia outro problema de assimetria de informação, pois o proprietário rural não identifica o seu papel como corresponsável na subcontratação.

⁵ A análise do contrato e a coleta de dados primários, para este artigo, foram realizadas anteriormente a sanção da Lei da Terceirização, Lei nº 13.429 de 2017 (BRASIL, 2017).

A penúltima cláusula (10) dispõe de condições gerais, ainda não tratadas no contrato, como: a) permissão à empresa utilizar mudas de cana-de-açúcar produzidas na área de parceria, e que o pagamento por essas, será calculado por talhões utilizados; b) concordância da venda, de parte ou totalidade da produção de cana-de-açúcar (na área de parceria), com o comprometimento por parte do proprietário rural em “não obstar quaisquer operações de venda e/ou troca”; c) permissão de acesso na propriedade rural de trabalhadores terceirizados para as tarefas de CCT (corte, carregamento, transporte); e d) reportar (se solicitado) as emissões de gases de efeito estufa, relacionados ao objeto do contrato.

O item 10.2 faz referência a uma autorização que é a utilização de estradas da propriedade rural, bem como alteração dos traços das vias e aberturas de novas estradas e passagens, visando facilidades no escoamento da cana-de-açúcar, o que está em desacordo ao artigo 4º do Decreto nº 59.566 de 1966 (BRASIL, 1966), sobre a disponibilização das benfeitorias ou facilidades, visto que deveria ter anuência do proprietário de forma livre e não imposta. Logo, essa cláusula pode ocasionar o problema de servidão de passagem, que é a passagem dentro de uma propriedade rural alheia. Isso possivelmente gerará conflitos e disputas entre as partes, como identificado pelo pesquisador da área de ciências jurídicas.

O item 10.3 regulamenta que em “casos fortuitos” (imprevisíveis) ou de “força maior” (previsíveis, mas inevitáveis), se houver danos, a empresa não arcará com indenização ou ressarcimento, mas os prejuízos serão “havidos entre as partes”, em concordância com o Decreto nº 59.566 (BRASIL, 1966). Se, por exemplo, a lavoura for totalmente

devastada, há consequências negativas para as duas partes. Sobre essa cláusula tem-se que “esclarecer que os riscos e o grau de responsabilidade de perdas na produção de cana-de-açúcar serão pactuados entre as duas partes”, segundo o Pesquisador das Ciências Jurídicas entrevistado.

Entretanto, apesar de firmado no contrato, essa cláusula não é muito compreendida e esclarecida pelos proprietários rurais, uma vez que, muitos pensam que firmando contratos mais integrados, em que a empresa realiza o maior número de etapas produtivas, esses não identificam a corresponsabilidade na vigência do contrato. Essa crença é um equívoco, pois conforme descrito (de maneira “mascarada”) no contrato, as partes são parceiras e deve haver divisão sobre o quesito responsabilidade entre as partes envolvidas.

Ainda na cláusula 10, observa-se que as notificações relativas ao contrato, por exemplo, do proprietário rural para a empresa são burocráticas, na medida em que essas não podem ser realizadas via comunicação de telefone, e-mail eletrônico ou pessoalmente, mas por “carta protocolada”, “via notarial”, bem como “aviso judicial”, demonstrando que as partes se tornam distantes, sobretudo na resolução de questões gerais ou específicas do contrato.

Por fim, a última cláusula (11) diz respeito à formalização do contrato em cartório e sua fixação no valor de R\$ 1.000,00 (Mil Reais). Entretanto, em registro de cartório é cobrado pelo serviço, o correspondente a uma porcentagem do valor do contrato que será registrado e, se tratando de um contrato agrário de cana-de-açúcar, o valor desse está relacionado às quantias estimadas nas safras agrícolas, o que representa um valor elevado.

Nesse sentido, conforme aponta o pesquisador das ciências jurídicas, essa fixação do valor do documento em cláusula contratual, em R\$ 1.000,00, pode ser considerada “[...] uma forma de sonegação, pois a taxa que pagamos no cartório do tributo tem como causa o valor econômico da questão econômica que está sendo negociada.” Ou seja, denota-se uma estratégia da empresa de redução dos gastos no cartório, já definida na etapa de elaboração dos contratos.

Assim, conforme exposto e analisado, no contrato analisado há passagens (cláusulas) que favorecem a usina sucroalcooleira e que, portanto, desfavorecem o proprietário rural, como sintetizado no Quadro 2. Essas distinções podem ser visualizadas em grande parcela do documento, visto as autorizações e concessões à usina, e as imposições e obrigações aos proprietários rurais, bem como pelo favorecimento mascarado ou não. Além disso, salienta-se que as cláusulas estão escritas com termos linguísticos jurídicos que dificultam a compreensão por parte dos proprietários rurais, quando firmam o contrato. Isso evidencia as assimetrias de informação e de poder entre proprietários rurais e as usinas.

Quadro 2 - Síntese das principais passagens do contrato, que demonstram assimetrias, entre usinas e proprietários rurais

Cláusula 3	<i>“Obrigações do Parceiro Outorgante”</i>	Desfavorecimento do proprietário rural, pois os direitos desses sujeitos não são apresentados nesse item do contrato.
Cláusula 4	<i>“Direitos e Obrigações da Parceira Outorgada”</i>	Favorecimento da usina, pois apresenta além dos deveres, os direitos adquiridos por ela. Similaridade com cláusulas abusivas no item "realizar na área de parceria agrícola as benfeitorias úteis e necessárias".
Cláusula 5	<i>“20% ao parceiro outorgante e 80% a parceira outorgada”</i>	Desigual percentual de partilha entre proprietário rural e a usina. Pesagem em balança da usina.
Cláusula 6	<i>“Não obstar a colheita da cana-de-açúcar”</i>	O proprietário rural não deve se opor a data (mês) escolhida pela empresa para a colheita a partir de seu plano/cronograma de moagem.
Cláusula 7	<i>“Preço final”</i>	O proprietário rural tem clareza de informação dos parâmetros de retificação de pagamento.
Cláusula 8	<i>“Inadimplemento e rescisão”</i>	O descumprimento de obrigações contratuais e não resolvidas têm implicações para ambas as partes.
Cláusula 9	<i>“Subcontratação”</i>	O proprietário rural não identifica o seu papel como responsável caso ocorra infrações na vigência do contrato.
Cláusula 10	<i>“Alterar os traços dessas vias”</i>	A anuência do proprietário rural quanto a essas benfeitorias em sua propriedade deveria ser de forma livre e não imposta, como no contrato. Conflitos decorrentes da "servidão de passagem".
	<i>“Casos fortuitos”</i>	Pouco esclarecimento do proprietário rural, em contratos integrados, quanto a corresponsabilidade em situações problema.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir da pesquisa de campo.

Logo, a amplitude de poder econômico, jurídico e técnico, elevam as usinas frente aos proprietários rurais. Esses últimos

enfrentam o impasse da assimetria de informações (disponíveis a partir do contrato), o que resulta em redução de seu poder de negociação (barganha) nas negociações. Consequentemente, os proprietários rurais, em sua maioria, ficam à disposição dos interesses da usina, mesmo que identificado que ambos são dependentes na negociação. Assim, pode-se afirmar, no caso analisado, que essa relação contratual de obtenção de cana-de-açúcar é assimétrica, em termos de poder entre as partes.

Considerações finais

No contrato de obtenção de cana-de-açúcar objeto, evidencia-se a existência de assimetrias de informações e disputas de poder (dominação e barganha), entre as partes contratantes. Sabendo que a assimetria de informações é identificada em distintas passagens do contrato, como na identificação de cláusulas abusivas, incompletude de informações, desconhecimento efetivo sobre parâmetros reais (corretivos e retificações) de pagamento e de corresponsabilidades entre as partes.

Logo, essa relação contratual se faz conflituosa, pois há o favorecimento da usina frente aos proprietários rurais, visto que a usina apresenta maior poder econômico, jurídico, técnico, além de maior acesso às informações. Essa dissemelhança impacta negativamente os proprietários rurais, que ficam à disposição dos interesses e imposições contratuais das usinas.

Com isso, a usina apresenta maior poder de barganha (negociação) e poder de domínio, pois o contrato elaborado por ela impõe seus interesses (produtivos e financeiros) frente a uma

propriedade rural e seu proprietário, o que lhe garante obter cana-de-açúcar de forma mais rentável. Ressalta-se também que, a partir dos contratos, a usina desenha e designa seu território de atuação e domínio, que se válida a partir da expressão implícita na relação de poder da usina frente aos proprietários rurais. Assim, estabelece-se uma porção do espaço geográfico de uma dada localidade como seu território.

Por fim, vale ressaltar, que as considerações deste artigo são resultantes de um caso específico, mas que fornecem informações e considerações a serem examinadas, em outros estudos sobre o tema, bem como, de outras empresas em outras localidades geográficas.

Referências

AZEVEDO, P. F. Economia dos Custos de transação. In: FARINA, E. M.M. Q.; AZEVEDO, P. F; SAES, M. S. M. **Competitividade:** mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular. 1997 p. 70-109. (1997).

BRASIL. Decreto nº 59.566 de 14 de novembro de 1966. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, **Estatuto da Terra**, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm. Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Lei nº10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. **Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: maio de 2021.

BASTOS, A. C. MORAES, M. A. F. D. (2014). Perfil dos fornecedores de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v. 44, n. 2, mar./abr. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2014/tec1-0414.pdf>. Acesso em: maio de 2021.

CNA. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. (2006). **Considerações sobre contratos de parceria agrícola entre produtores rurais e usina canavieira**. Oficina de Estudos – Cana-de-açúcar. Faeg. Goiás.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, p. 51-66, 1996.

FELTRE, C. (2014). **Coordenação das transações de cana-de-açúcar das usinas sucroalcooleiras no oeste paulista:**

complementos contratuais e pluralidade. 191 f. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/4631.pdf>>. Acesso em: maio de 2021.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, cap. 3, 1986.

PICANÇO FILHO, A. F. (2010). **Contratos agrários na usina canavieira em Goiás: legalidades e conflitos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimento. 2010.

PICANÇO FILHO, A. F.; MARIN, J. O. B. (2012). Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes. **Interações**. Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 191-202. Jul/Dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151870122012000200006&script=sci_arttext. Acesso em: maio de 2021.

PEDROSO JÚNIOR, Roberto. (2008). **Arranjos institucionais na agricultura brasileira: um estudo sobre o uso de contratos no sistema agroindustrial sucroalcooleiro da região Centro-Sul**. 209f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RAFFESTIN, Claude. (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática. 1993.

SCARAVAGLIONI, E. (2000). **O Código de Defesa do Consumidor e os contratos de adesão**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 43, 1 jul. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/706>. Acesso em: maio de 2021.

SOUZA, J. G. (2008). **Questão de método**: uma análise sobre o padrão de homogeneização do território rural paulista. Tese (Livre Docência). UNESP- Jaboticabal. Jaboticabal- SP. 2008.

UDOP. **União dos Produtores de Bioenergia**. Disponível em: <http://www.udop.com.br/>. Acesso em: maio de 2021.

DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

*Elaine Aparecida Ramos
Ana Claudia Giannini Borges*

Introdução

A questão agrária consiste em um objeto de estudo relevante para refletir as contradições existentes no campo brasileiro, esse é discutido pela Geografia e por diversas áreas do conhecimento. E, em um contexto de transformação dos modos e relação de produção, emergem as primeiras lutas e organizações de trabalhadores e camponeses (ANDRADE, 1964, MARTINS, 2015; MEDEIROS, 1989; OLIVEIRA, 1989). Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento adotadas, as leis criadas e implantadas, as condutas do Estado frente às demandas sociais e as ações de agentes e grupos sociais, marcam as formas de apropriação do espaço.

No período do regime militar, a apropriação do espaço é identificada por meio de políticas agrícolas e agrárias, viabilização de créditos à elite agrária, apropriação de terras estatais, via expansão das fronteiras agrícolas, criminalização e repressão à organização camponesa e sindical (MEDEIROS, 1989; OLIVEIRA, 1989, 2007; DELGADO, 2010).

Nessa perspectiva, este texto apresenta um breve histórico da questão agrária brasileira, fomentando o debate da questão

estrutural no qual se mantém a condição de subordinação e expropriação de trabalhadoras e trabalhadores. E, para tal, faz-se um marco temporal para realizar uma reflexão sobre a questão agrária nos anos 1990, período no qual predomina o ideário neoliberal, com mudanças econômicas, políticas, sociais e produtivas.

Ressalva-se que este texto é oriundo de parte da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Espacialização e territorialização dos assentamentos rurais implementados na década de 1990 em Ituiutaba (MG)”, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro. Pesquisa em que foi identificado e analisado a construção e o desenvolvimento do território dos assentamentos rurais implementados em Ituiutaba (MG).

A questão agrária brasileira até o ano de 1964

A estrutura fundiária do país expressa as mesmas contradições existentes na sociedade brasileira, dentre elas pode-se destacar a distribuição desigual de renda que em parte tem origem, não exclusivamente, na concentração de terras. Características que persistem ao longo dos séculos, desde o período colonial e que, portanto, impactam na forma de uso e ocupação do espaço.

O processo de uso e ocupação do Brasil é marcado pela concentração fundiária sustentada pela Coroa portuguesa, que por meio do regime de sesmarias, e posteriormente, substituída pela posse da terra, o que fundamentou a manutenção de latifúndios

por séculos no país (ANDRADE, 1980). Esse processo, também, é marcado pelos conflitos sociais no campo que, conforme aponta Oliveira (1989), são uma das marcas do desenvolvimento e da ocupação do país. Nesse período, a contradição do campo se expressa pela oposição entre os indígenas, a fim de garantir seu espaço de vida, e os colonizadores portugueses em busca da acumulação de capital, ainda que primitiva. Segundo Oliveira (1989, p. 15), “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital [...]”

Ademais, é importante destacar a luta dos escravos negros contra o domínio colonial imposto. De acordo com o mesmo autor, a luta dos negros escravizados inicia-se simultaneamente com a luta dos índios e o surgimento dos Quilombos. Assim, no cerne do território capitalista colonial, tem-se a materialização do “território livre” dos africanos e brasileiros escravizados.

Destarte, é visualizada ao longo da história, a destruição de povos e territórios, em que a terra tem papel importante como espaço para moradia e produção de alimento. Segundo Andrade (1980), a terra não era mercadoria, era instrumento de produção, e adquire valor de troca a partir do momento em que se realizam atividades sob a mesma. E ao pensar sobre a estrutura fundiária, o autor destaca que, essa é “profundamente dependente do sistema de relações existente, como, indiretamente, no nível de absorção de novas técnicas e na qualidade de vida da população tanto rural quanto urbana [...]”. (ANDRADE, 1980, p. 23)

Entende-se, portanto, que a questão agrária brasileira é secular e a história de uso e ocupação da terra revelam as formas da organização do campo brasileiro, com predomínio de

latifúndios que se sustentam sob as formas de desenvolvimento do capitalismo no campo, em suas diferentes fases.

Com isso, a questão agrária é pensada, a partir da segunda metade do século XIX, quando se começa a evidenciar mudanças significativas na sociedade brasileira com a expansão do modo de produção capitalista que coexiste com o sistema escravocrata. Ou seja, a forma de apropriação da renda se dava de forma distinta, em que no segundo caso dependia do monopólio do escravo para se ter a renda capitalizada e extrair o valor trabalho pela extrema exploração, isto é, pela violência explícita. Martins (2015) destaca ainda que, com o surgimento do modo de produção capitalista, a renda capitalizada é decorrente do trabalho livre, obtido através da sujeição do trabalho ao capital.

O autor aponta que a constituição da força de trabalho é regulada pelas regras do mercado e que as transformações, geradas pelo capitalismo, no modo de produção “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente, necessárias a essa reprodução.” (MARTINS, 2015, p. 36)

Oliveira (2007) ressalta que o desenvolvimento do modo de produção capitalista consiste em um processo contraditório, visto que ao se reproduzir, o faz de forma a ampliar as contradições. Portanto, se faz necessário compreender de que maneira as transformações das relações de produção corroboram para as contradições ainda existentes no campo brasileiro. No entanto, essas não alteram o perfil da economia brasileira centrada na exportação.

Nesse cenário de expansão do capitalismo e manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, Andrade (1964) identifica grandes desníveis econômicos da população rural, evidenciando a condição da região Nordeste do Brasil. O autor, ao analisar o nordeste brasileiro aponta que os trabalhadores rurais assalariados, dos grandes e médios proprietários, tinham condições iguais ou semelhantes aos dos “trabalhadores sem terra”. Essa condição estimulou a migração, desses trabalhadores, para as cidades ou para outras regiões. Uma das causas que mais contribuíram para agravar o problema da “massa camponesa”, segundo Andrade (1964), é a estrutura fundiária dominante, desde a colonização, que é caracterizada pela concentração de terras, falta de garantias e de direitos para os trabalhadores.

Naquele período, as principais atividades agrícolas desenvolvidas eram: café no estado de São Paulo e, na região Nordeste, a cana-de-açúcar e o algodão (MARTINS, 2015; ANDRADE, 1964). Revela-se, a partir das mudanças da mão-de-obra utilizada nas grandes lavouras de café e cana-de-açúcar, a subordinação do trabalhador do campo ao capital. No Nordeste, a opção, de alguns senhores de engenho, por utilizar mão-de-obra de moradores em detrimento de escravizados negros se devia ao alto custo para aquisição destes. Assim, os moradores tornam-se substitutos do trabalho escravo e passam a ser denominados “moradores de condição” (ANDRADE, 1964). Esses, mesmo com o avanço do modo capitalista de produção, sofrem com a ampliação de seu empobrecimento e condição de dependência, sem proporcionar mudanças estruturais na sociedade brasileira e para a condição de vida desses povos.

Nas primeiras décadas do século XX, em grande parte pela crise de 1929, observa-se a destruição das lavouras de café,

como instrumento de minimização do problema econômico. Concomitantemente, tem-se o processo de industrialização crescente no país, objetivando diminuir a dependência econômica da atividade agrícola e do mercado externo. Essas mudanças contribuíram para gerar transformações econômicas, políticas e sociais, com destaque para o grande contingente de colonos expulsos das fazendas e convertidos em trabalhadores temporários na agricultura ou mão de obra para as indústrias, o que resulta em considerável migração em direção às cidades. (MARTINS, 1995)

Diante da estrutura fundiária concentrada e excludente, a subordinação, precarização e empobrecimento do trabalhador rural provocam insatisfação e descontentamento popular, o que os estimula a se mobilizarem a fim de melhores condições de vida.

Conforme afirma Martins (1995), a mobilização política na região do café (estado de São Paulo) não teve a mesma eficácia da observada na região Nordeste. Apesar da região do café não ter sido a mais representativa nas mobilizações políticas, é relevante no processo histórico de configuração das lutas no campo, visto que o estado de São Paulo foi um dos primeiros a ter representações dos trabalhadores rurais. Já na década de 1940, há o surgimento, nos estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, das primeiras entidades de representação dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989). O Quadro 1 apresenta as principais mobilizações no campo, nas décadas de 1940 e 1950.

Quadro 1 - Principais mobilizações no campo, entre as décadas de 1940 e 1950

SUJEITOS	MOTIVAÇÃO / REIVINDICAÇÃO	AÇÃO DOS GRUPOS	LOCAL DE OCORRÊNCIA
Trabalhadores das grandes lavouras	Causas trabalhistas	Greve	Fazendas de café (SP), cana-de-açúcar (PE e SP) e cacau (BA)
Arrendatários e meeiros	Redução das taxas de arrendamento e permanência na terra	Enfrentamento / resistência via recusa ao pagamento estipulado pelos fazendeiros	Goiás (GO) e Triângulo Mineiro (MG)
Posseiros	Ocupação de terras	Resistência e enfrentamento	Paraná (PR), São Paulo (SP), Goiás (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES)

Fonte: Adaptado de Medeiros (1989).

Esse período é caracterizado por diversos conflitos no campo, motivado pela insatisfação e expropriação vivenciada pelo trabalhador rural. Segundo Oliveira (2007), desde a década de 1930, nota-se no país a contradição existente na sociedade nacional, que impulsionou o aprofundamento dos conflitos no campo, resultante da articulação de camponeses e trabalhadores assalariados rurais. O período entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960 é marcado pela organização, reivindicação e luta no campo (OLIVEIRA, 2007). Por isso, caracteriza-se esse período como um marco histórico nas lutas por terra no país.

As primeiras Ligas Camponesas, que se desenvolvem com maior intensidade no nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 2007), surgem no ano de 1945. Andrade (1964) aponta que a

ascensão das Ligas e sua influência ocorrem entre foreiros, pequenos proprietários e “moradores de condições”, por terem posse da terra a defender e, com isto, terem melhores condições de resistência. No entanto, sua organização é quase nula nas áreas onde predomina a produção de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas. Isto se deve, segundo o autor, ao fato de nesses locais a proletarianização do homem ser mais completa. Destaca, ainda, que os trabalhadores assalariados são verdadeiros nômades, pois constantemente migram de um lugar para outro, o que dificulta associar esses trabalhadores à organização camponesa.

O marco da década de 1940 até o golpe militar da década de 1960, segundo Medeiros (1989), compreende o período de desenvolvimento das primeiras experiências de organização e articulação camponesa. Onde essas ocorreram por reivindicações desses trabalhadores que questionavam determinadas formas de exercício do poder e revelavam a questão estrutural, em que o latifúndio era símbolo das contradições evidenciadas no campo brasileiro. Desse modo, os conflitos expõem as questões no âmbito político e econômico, no qual a figura do latifúndio simboliza uma forma de exercício de poder.

Andrade (1964) aponta que, nas décadas de 1950 e 1960, as grandes lavouras são beneficiadas pelos órgãos governamentais, o que contribui para a concentração fundiária. Os proprietários de terra, principalmente os grandes, têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, comercialização organizada, dentre outros. Por outro lado, o autor destaca que as pequenas propriedades, à mercê de oscilações entre as safras e do interesse dos intermediários, ficaram em condição de abandono e se sujeitaram a créditos oferecidos por agiotas,

[...] é conveniente salientar que a melhoria das técnicas de produção, o aumento da rentabilidade da terra, sem medidas complementares em defesa do trabalhador do campo, até hoje, no Brasil, apenas tem carreado mais dinheiro para os bolsos dos ricos proprietários, continuando os que mourejam a terra a viver nas condições de vida mais precárias. (ANDRADE, 1964, p. 229).

Diante desse contexto fundiário brasileiro, a necessidade por uma reforma agrária no país passa a ser pensada e demanda por parte da sociedade. É importante demarcar que isso se iniciou a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, com o avanço das reivindicações camponesas, o que coincide com o governo do presidente João Goulart que se inicia em 1961. Nesse período há muitas manifestações em defesa de reformas de base, dentre elas, a reforma agrária.

É, nesse contexto, que há a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), com a Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, com o objetivo de:

Art. 2º Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente. Parágrafo único. Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem estar social são delegados à SUPRA poderes especiais de desapropriação, na forma da legislação em vigor. (BRASIL, 1962)

Isto posto, esclarece-se que a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) tem como obrigação realizar a desapropriação de terras, desde que seja por interesse social e que o uso da propriedade rural culmine em bem-estar social. (CPDOC, 2018)

Mesmo com as limitações legais existentes, o governo se valendo das Leis Delegadas cria as bases legais para a reforma agrária e para a articulação a uma Política Nacional de Reforma Agrária. Assim, em 1964, foi promulgado decreto em que desapropriava terras em torno das rodovias federais e as destinava à reforma agrária, o que expressava o avanço da organização camponesa.

Questão agrária: governo militar e redemocratização nos anos 1980

Esses avanços obtidos foram interrompidos com o Golpe militar de 1964, de acordo com Medeiros (1989) e Oliveira (2007), pois se estabelecem novas prioridades/planos políticos. Somado a isso observa-se, no período, intensa repressão às organizações sociais, com as sedes das Ligas e de sindicatos sendo fechadas e vasculhadas, líderes presos, perseguidos e assassinados, bem como com a perseguição e prisão de trabalhadores. (MEDEIROS, 1989)

Esses diversos conflitos por terra no país, são relevantes para compreender as formas de apropriação do espaço, com todas as suas contradições. Segundo Porto-Gonçalves *et al.* (2016), ao refletir sobre a questão agrária e os conflitos por terra, consideram que esses fenômenos empíricos permitem refletir a questão territorial, o qual demonstra sua centralidade teórico-política. E,

a partir disso, é possível considerar que a organização camponesa e sindical revela, por meio das lutas, a contradição existente entre as classes.

Embora tenha ocorrido um avanço legal sobre a questão agrária no país e da organização de trabalhadores rurais, com o Golpe de 1964, observa-se uma diminuição das ações de luta do campo. Essa consideração se deve ao fato de nesse período ter a promulgação de Emenda Constitucional nº10 de 9 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964).

A Emenda Constitucional detalhou com parágrafos, dentre outros, o art. 147 da Constituição Federal de 1946 em vigor. Este artigo tratava de o uso da propriedade estar atrelado ao bem-estar social.

Artigo 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no Artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (BRASIL, 1946)

A fim de promover a justa distribuição, a União será responsável pela desapropriação de terras, com indenizações prévias, segundo os “novos” parágrafos inseridos pela Emenda Constitucional (BRASIL, 1964). Os parágrafos 5º e 6º do artigo tratam como será o processo de desapropriação.

§ 5º - Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e

idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

§ 6º Nos casos de desapropriação, na forma do § 1º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada. (BRASIL, 1946)

O Estatuto da Terra implementado no mesmo mês de 1964 previa, dentre outros, a desapropriação de terras com o intuito da reforma agrária. Nesse, no art. 16, estabelece-se o objetivo da reforma agrária:

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (BRASIL, 1964)

Nesse mesmo período, o governo militar substituiu a SUPRA pelos seguintes institutos: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) (OLIVEIRA, 2007). Ambos foram criados pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e regulamentados em 31 de março de 1965, respectivamente, pelo Decreto nº 55.889 e o Decreto nº 55.891 (BRASIL, 1965a, 1965b). O Art. 4º do Decreto nº 55.891 estabelece os órgãos competentes para promover a Política Agrícola. Além disso, define que é de responsabilidade do IBRA “contribuir para consecução dos objetos da política agrícola” e “promover e coordenar a execução da Reforma Agrária” (BRASIL, 1965b, art. 3º e 4º). Ao INDA cabe promover “medidas ligadas à colonização, à extensão rural, ao cooperativismo, ao

desenvolvimento de comunidades, à revenda, às obras de infraestrutura inclusive as de eletrificação rural, e à prestação de serviços” (BRASIL, 1965b, art. 4º, inciso I)

O Estatuto da Terra foi um instrumento utilizado basicamente para tratar sobre as políticas agrícolas e, no art. 1º, explicita a reforma agrária: “Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.” (BRASIL, 1964) As políticas voltadas para a realização da reforma agrária indicam o problema da concentração fundiária e do não acesso à terra.

Bombardi (2005) demonstra que a criação do Estatuto da Terra pelos militares é resultado de uma articulação com o intuito de controlar as decisões a respeito da reforma agrária. Observa-se que, mesmo com essas legislações, são mantidas as contradições entre as classes sociais, configurando o Estatuto como instrumento de controle para minimizar às reivindicações existentes a respeito dos anseios da população por uma reforma agrária. A autora afirma que:

[...] O Estatuto da Terra foi planejado não exatamente para realizar um pacto de classe, mas para escamotear e procurar fazer sucumbir a luta de classes que era premente. O próprio golpe militar de 1964 foi também resultado direto da mobilização política no campo. Ele foi articulado para que não houvesse um pacto social, para controlar a luta de classes, para – no que tange à reforma agrária – tirar a possibilidade de decisão dos sujeitos sociais que a reivindicavam, ou, em outros termos, tirar das mãos do campesinato a decisão de classe dos rumos da reforma agrária. (BOMBARDI, 2005, p. 639)

Oliveira (2007), no mesmo sentido, aponta que em nada foi útil o Estatuto da Terra e que diante das leis fornecia elementos legais que sustentam a manutenção de latifúndio e a propriedade privada. Entende-se, portanto, que o Estatuto da Terra não atendeu aos anseios daqueles que lutavam para a realização da reforma agrária, pois serviu como instrumento de controle, considerando apenas as políticas agrícolas, voltadas ao desenvolvimento econômico do país e, à ampliação de privilégios e renda da classe dominante.

Assim, observam-se resultados contrários ao proposto por essa Lei, visto que há: o aumento da grilagem de terras públicas; a não realização da reforma agrária; e a manutenção da concentração fundiária. (OLIVEIRA, 2007; BOMBARDI, 2005)

Oliveira (2007) aponta, também, que os institutos IBRA e INDA, criados no governo militar, contribuíram para o processo de concentração fundiária, em especial pelas vendas irregulares de terras a estrangeiros.

Essas instituições, criadas em 1965, são extintas em 1970 e suas competências, atribuições e responsabilidades passam a ser do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que é instituído pelo Decreto - Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. (BRASIL, 1970) Nesse Decreto-Lei, estabelecem-se as responsabilidades do Instituto, especificamente no art. 2º (BRASIL, 1970), que dispõe o seguinte:

Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo

da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do Instituto.

Segundo Oliveira (2007), as ações do Incra não contribuíram para a diminuição da concentração fundiária e não promoveram a reforma agrária. O instituto foi utilizado pelo Estado brasileiro como instrumento estratégico na geopolítica militar (exploração da Amazônia). O autor também observa que na década de 1970 a questão agrária foi marcada pela militarização.

No mesmo período, identifica-se o crescimento dos conflitos no campo e a consolidação do sindicalismo rural. Esses conflitos, nas décadas de 1970 e 1980, foram neutralizados pela ação do Estado. Medeiros (1989, p.157) aponta que essas ações tratam de “três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da ‘maior reforma agrária do mundo’”. Oliveira (1989) aponta que, nesse contexto, os militares tentam iludir os trabalhadores, como se os projetos de colonização na Amazônia fossem sinônimo de Reforma Agrária. O autor ressalta que:

Junto com o incentivo à colonização, sobretudo particular, vieram os famosos projetos de regularização fundiária igualmente financiados com recursos internacionais. Através destes projetos, o INCRA regularizou a fraude fundiária praticada sobretudo na Amazônia Legal, através dos expedientes da grilagem de terras públicas. (OLIVEIRA, 1989, p. 84)

Contexto que favoreceu a expansão da aquisição de terras públicas pela elite agrária e industrial. Segundo Oliveira (1989),

nesse período, o Estado promoveu leilão das terras públicas o que contribuiu para a articulação entre a burguesia industrial e latifundiária, induzindo ao processo de territorialização da burguesia industrial articulada com a militarização da questão agrária. A partir dessa consideração do autor, entende-se que a militarização se refere à distribuição de terras aos grupos restritos pelo governo militar, no qual essa intervenção favoreceu a apropriação de terras públicas por diferentes grupos econômicos.

Então, o não atendimento das demandas da população do campo acarretou o crescimento dos conflitos e, com isso, o Governo Militar passa a perseguir, aprisionar e “desaparecer” com as lideranças das Ligas Camponesas, aumentando o número de assassinatos no campo (OLIVEIRA, 1989). Período que, segundo Medeiros (1989), ocorre um retrocesso tanto nas lutas do campo quanto nas cidades.

Mesmo diante dessa situação, as organizações não se contiveram, visto a manutenção dos sindicatos (MEDEIROS, 1989). Ao mesmo tempo, verifica-se a intensificação dos problemas agrários no país, em um ambiente que priorizava a implementação da agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, viabilizado pela integração de militares e burguesia. Assim, o modelo de desenvolvimento econômico para o campo adotado contribuiu para a ampliação da concentração fundiária no país, bem como para o “arrocho” do salário dos trabalhadores assalariados, além do aumento da “exploração e expropriação de camponeses”, ou seja, é um período em que se tem a ampliação das contradições. (FERNANDES, 2001)

Segundo Medeiros (1989), durante o período militar, diante do desdobramento da política agrícola e agrária adotada, ainda ocorriam lutas no campo de forma isolada, mas sujeitas à

repressão policial de proprietários de terras e grileiros. Ainda segundo a autora, foi nesse contexto de repressão e violência que o sindicalismo rural se reestruturou, afirmando-se como representante das lutas de trabalhadores rurais, sendo o sindicato importante referência para entender o desenvolvimento de diversas lutas no campo.

No entanto, observa-se a implementação de diversas reformas no país, definindo políticas econômicas e sociais. Segundo Medeiros (1989), esse período foi marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais que proporcionaram um rápido crescimento econômico, ao mesmo tempo que viabilizaram a concentração de capitais e de renda.

Desta forma, tem-se a ampliação de produção de bens de capital, modernização do parque industrial e agrícola, e expansão da ocupação das fronteiras agrícolas (MEDEIROS 1989). Nesse contexto, Delgado (2010) afirma que o setor público por meio de financiamento, viabiliza o desenvolvimento da agricultura capitalista integrada à economia industrial e urbana e, ainda, atrelada ao setor externo. Esse financiamento foi viabilizado, principalmente, a partir de 1967, por meio Sistema Nacional do Crédito Rural que reorienta as políticas agrícolas, objetivando fortalecer as estruturas fomentadoras da produtividade e proporcionar o crescimento capitalista no setor agrícola (DELGADO, 2012).

Para o autor, no período que compreende os anos de 1965 e 1982, a agricultura passa a articular suas relações técnicas com a indústria, subsidiados pelas políticas agrícolas, o que evidencia o papel central do Estado na articulação entre esses setores. A modernização da agricultura consiste das mudanças nas técnicas de produção, no qual se tem a inserção do uso de insumos e

máquinas industriais, bem como a produção de alimentos e matéria-prima para o fornecimento de diversos ramos da indústria. (DELGADO,2010)

Apesar desse aumento da produtividade, o caráter modernizante da política, nesse contexto, ocasionou um intenso êxodo rural e aumento do trabalho volante (MEDEIROS, 1989), ou seja, aumento na expropriação e exploração do trabalhador rural.

Conforme aponta Delgado (2010), nesse processo de modernização da agricultura prevalece a lógica socialmente conservadora das oligarquias rurais detentoras das grandes propriedades rurais. Portanto, tem-se a modernização das técnicas produtivas, ao mesmo tempo, em que há a intensificação das desigualdades sociais no país.

Assim, a modernização da agricultura, como um projeto de desenvolvimento econômico, subsidiado por programas e políticas estatais, garantiu as formas de produção e reprodução do capitalismo no campo e, manteve a concentração fundiária.

A reforma agrária, com isso, constituiu-se em uma necessidade social, visto a questão agrária evidenciada ao longo dos séculos no país. Nesse período, de acordo com Oliveira (1989), 2,6% dos proprietários rurais do país detinham aproximadamente 286 milhões de hectares de terras agricultáveis, o correspondente a 47% do total de terras do país. O autor salienta também que pelo fato de a terra ser apropriada como mercadoria (para fins especulativos), há o aumento da contradição já existente.

Assim, no Brasil, a reforma agrária terá início não pelo Estatuto da Terra, mas sim, devido aos movimentos conjunturais para atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terras. (OLIVEIRA, 2007). Diante disso, o autor aponta que a luta pela terra não deve ser restrita ao direito do acesso à terra, mas sim, uma luta contra o capital e ao entendimento de que a terra deve ser tratada como um bem com valor de uso e não valor de troca.

A reforma agrária, proposta no Governo de João Goulart e interrompida com o Governo Militar, tem início em 1985 com a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente Decreto. (BRASIL, 1985).

Esse Plano foi formulado e decretado com base no Estatuto da Terra, com o intuito de propor mudança na estrutura fundiária do país e minimizar problemas sociais, provocados pela concentração fundiária e de renda, bem como o êxodo rural.

É importante considerar que nesse Plano é identificado o potencial de terras agricultáveis no país, bem como a diferença de custo na geração de trabalho produtivo na agricultura e no setor urbano. Aponta também, que no Brasil há terras agricultáveis que estão inativas, por motivo especulativo, inaptidão do proprietário, dentre outros, impedindo o acesso de trabalhadores do campo à terra, como meio de vida e trabalho (BRASIL, 1985).

Ao analisar os resultados I PNRA, Oliveira (2007) destaca que esse cumpriu apenas 6% das metas previstas, não conseguindo proporcionar, efetivamente, a redução das contradições existentes.

Oliveira (2007) destaca que a reforma agrária é um paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista como um todo do que da agricultura em particular. Segundo o mesmo autor, os dois pilares da reforma agrária são: a política fundiária e a política agrícola. Para a primeira tem-se um conjunto de legislações, tais como as que: estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e propõem programas de financiamento para a aquisição de terra. E para a política agrícola o Estado propõe ações que visam o apoio técnico (produtivo, de beneficiamento, industrialização e comercialização) e a assistência social, nos assentamentos de reforma agrária.

De acordo com Oliveira (2007), ao mesmo tempo, em que há a aprovação do I PNRA, observa-se forte luta dos ruralistas, por meio da UDR (União Democrática Ruralista), contra o movimento dos sem-terra e com o intuito de inviabilizar a implantação desse Plano.

É nesse contexto que se formaliza no país um dos mais importantes movimentos sociais de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Seu surgimento, porém, advém do interior das lutas travadas contra a expropriação e exploração do trabalhador rural, no final da década de 1970. Essas lutas se iniciam a partir do Rio Grande do Sul quando o movimento promove a ocupação de terras, expandindo para outras unidades federativas da região Centro-Sul. (FERNANDES, 2001)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi importante para o surgimento do MST, pois articulava lutas e espaços de socialização entre trabalhadores de diversas partes do país, principalmente, a partir da organização do Primeiro Encontro Nacional, realizado em Cascavel – PR, no ano de 1984, que objetivava discutir o crescimento da luta pelo país, integrando os “sem-terra” de diversos estados. Com o encontro, os agricultores concluíram que o modelo de desenvolvimento econômico vigente é o maior inimigo dos trabalhadores, pois prioriza o interesse dos latifundiários, posseiros e grileiros (FERNANDES, 2001). Diante desse contexto, os “sem-terra” evidenciaram a importância de se ampliar as lutas e articulação de diversos movimentos.

O MST corresponde ao movimento social de maior dimensão política no país. Além disso, para se construir o MST em cada estado brasileiro, foi necessário adotar uma estrutura básica para a organização do movimento, sendo que a adoção dessa estrutura ocorre em todas as etapas da luta, a iniciar-se nas ocupações e, posteriormente, na formação dos acampamentos até os assentamentos (consolidação e organização) (FERNANDES, 2001).

Da Política Agrícola para a reforma agrária proposta pelo Estado, observam-se ações insuficientes para fortalecer a produção dos assentados e, com isso, diminuir as contradições do campo brasileiro. Nesse sentido, Fernandes (2001) destaca que a transformação da realidade depende da iniciativa dos próprios camponeses.

Questão agrária: uma análise dos anos 1990

No período de reestruturação político-econômica, no final do século XX, a agricultura brasileira passa a ser influenciada, sobremaneira, pelas demandas internacionais e pelo capital financeiro, o que impacta diretamente no modelo de produção. O Estado é um agente relevante para esse processo, haja visto que atuou como regulador das políticas de expansão desse modelo de produção, denominado agronegócio. Assim, faz-se necessário compreender como esse ambiente, marcado por novas variáveis econômicas, políticas, sociais, impactam o território agrário.

No tocante às políticas de Estado ao campo brasileiro nesse período, cabe ressaltar como base a promulgação da Constituição de 1988. Esse dispositivo trouxe mudanças legais que garantiram ações na questão agrária, bem como o ordenamento econômico do país. Segundo Delgado (2005, p. 10),

O jogo político que se dará no país a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década dos 1990 até o presente.

A década de 1990 é marcada pela reestruturação econômica que impacta a questão agrária e que perpassam até os dias atuais. Esse período torna-se relevante para a compreensão da apropriação do espaço, de como as políticas estatais se articulam com os demais agentes econômicos e como ocorrem as relações entre esses agentes.

Dentre as leis promulgadas na década de 1990 para a política agrária e agrícola, destaca-se a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, implementada no governo do Fernando Collor de Mello e que regulamenta os dispositivos da reforma agrária.

Segundo Hoffman (1990), a política agrícola implementada no governo Collor é norteada pelas Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura, pautada de forma que o desenvolvimento econômico seja regulado pelo mercado. É importante destacar que, nesse governo, é adotada a política neoliberal, em que o Estado reduz o seu poder sobre o desenvolvimento econômico em detrimento do mercado, que passa a ter maior responsabilidade/liberdade para a tomada de decisões.

Conforme o autor, essas políticas induzem a produção de médios e grandes produtores, onde o caráter especulativo predomina na forma de organização da produção, sustentado na lógica de ganhos a partir do mercado financeiro. Aponta ainda que nessa política, em que o crédito rural foi importante para a produção no setor agrícola, há o benefício, principalmente, dos médios e grandes proprietários.

Segundo Pereira (2015), o governo Collor tratou com repressão e criminalização os movimentos sociais, além de não realizar avanços no que se referem aos problemas agrários. A política agrícola implementada demonstra que a prioridade estava centrada no crescimento econômico, tendo o mercado como regulador da organização produtiva.

Conforme esse autor, a Lei Agrária de 1993 instituída no governo do presidente Itamar Franco, retoma a reforma agrária na agenda governamental, que por meio das disposições constitucionais e sua regulamentação, viabilizam a realização de

desapropriações. Porém, as ações foram limitadas, sem avanços significativos no que se refere a reforma agrária no país.

Delgado (2005) aponta que o mercado econômico internacional e a política econômica (monetária, cambial comercial) interna, no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), contribuem para a desvalorização do preço da terra, o que facilitou a política de Reforma Agrária, porém, não garantiu a democratização da terra e o bem estar social. O autor justifica que:

Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária. Ainda observando por esta ótica – desvalorizar o preço da terra pode ser visto como uma desvalorização do poder econômico dos latifúndios. Por outro lado, a recessão e o absenteísmo do estado na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, onde o papel do estado teria que ser protagônico. (DELGADO, 2005, p. 12).

Pereira (2015) destaca que a política de reforma agrária do governo FHC serviu como uma medida de caráter paliativo a pobreza rural. No entanto, diante do crescimento das ocupações e conflitos no campo, com a atuação do MST no país, há a necessidade de retomar a reforma agrária como uma das pautas da política nacional.

No entanto, o Governo FHC edita a Medida Provisória nº 2027 de 1998, proibindo realizar vistorias nas áreas ocupadas pelos “sem terra”. (DELGADO, 2005) Medida que explicita, portanto, quais interesses eram defendidos por esse Governo.

É importante esclarecer, segundo Pinheiro (2009), que o Poder Executivo mesmo com a Constituição não consegue implementar a reforma agrária, devido à atuação do Poder Judiciário que limita a atuação do INCRA. Com isso, Pinheiro (2009) destaca que há uma relação entre judicialização da política e as práticas jurídicas referentes a Reforma Agrária. A autora aponta o conservadorismo do Poder Judiciário brasileiro, visto que esse apresenta deliberações contrárias as reformas políticas, o que inviabiliza os avanços sociais. Ainda conforme a autora:

[...] a ampliação da conquista e ampliação de direitos se dá no âmbito da sociedade civil e da esfera pública em sociedades democráticas. A fragilidade dessas estruturas pode impor um destaque ao Poder Judiciário, todavia, gerando distorções políticas no seio da sociedade, que passa a aguardar que o “direito” seja ditado por este Órgão de Poder. (PINHEIRO, 2009, p. 122).

Pereira (2015) aponta que três fatores foram importantes para as mudanças na conjuntura agrária brasileira: a) a repercussão nacional e internacional da violência contra trabalhadores em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA); b) o aumento dos conflitos e ocupações; e, por fim, c) a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST. Esta propiciou visibilidade e notoriedade às questões levantadas pelo movimento. Oliveira (2007, p. 141-142) destaca que:

Este governo entrou para a História, marcado por um tipo de violência que não havia acontecido de forma explícita no Brasil [democrático]: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais do Estado. O massacre de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são os exemplos ocorridos no governo FHC. Estes dois massacres representavam a posição das elites

latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC, tem tido como contrapartida duas práticas políticas pelo governo: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais e a segunda, no plano econômico, prorrogando não se sabe até quando, as dívidas destes latifundiários que não as pagam.

Conforme aponta Delgado (2005), ampliaram-se as desapropriações de terras após os massacres mencionados. Mas, para Oliveira (2007), a reforma agrária no governo FHC consistiu de momentos e estratégias diferentes ao lidar com a luta pela terra no país, em especial com a atuação do MST. Dentre essas estratégias destaca-se a criminalização dos movimentos (Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996) e outras mudanças legais, tais como a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Nessa Lei, segundo o autor, institui-se o Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo. Pereira (2015) afirma que a iniciativa de alterações no ITR não avançou e que a evasão fiscal continuou elevada, correspondendo a mais de 90% no ano de 1997.

Outra lei que deve ser destacada é a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, que contava com recursos do Banco Mundial e objetiva “financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural”. (BRASIL, 1998)

Segundo Pereira (2015), o modelo de Reforma Agrária adotado, com essa Lei, consistia em financiar a compra de terras por trabalhadores rurais “pobres”, no qual a negociação ocorria diretamente com os proprietários. Assim, com a criação do Banco

da Terra, a reforma agrária fica prejudicada nos moldes até então estabelecidos, passando a ser caracterizada como uma reforma agrária de mercado.

Assim, a tentativa em solucionar a questão agrária nesse período, está pautada em instrumentos legais, que dispõem, sobre meios a serem utilizados para sanar a pobreza no campo e reduzir os conflitos agrários, por meio de leis que visam o reordenamento fundiário e o assentamento rural. Por outro lado, o que se nota é a ampliação dos conflitos no campo, um modelo de política agrária que não soluciona as questões sociais e a adoção de políticas econômicas que viabilizam, quase que exclusivamente, as demandas do mercado.

Considerações finais

O campo brasileiro passa por diversas transformações ao longo das décadas, marcado por diferentes formas de uso e ocupação do território, o que está explicitado na questão agrária brasileira. O histórico dessa questão é evidenciado por meio de lutas e conflitos travados pelas primeiras organizações camponesas e de trabalhadores rurais, em busca de acesso à terra e de políticas e leis que garantam as suas demandas, ancoradas na justa distribuição de terras e no bem estar social.

Na segunda metade do século XX, tem-se a ampliação das lutas e organizações, ao mesmo tempo, em que se avançam as políticas agrárias, com a elaboração do I PNRA. Essas mobilizações são reduzidas com o Golpe de 1964, quando o governo adota ações repressivas. Em contrapartida, esse governo adota políticas que priorizam o crescimento econômico, por meio

de incentivos, subsídios fiscais e expansão de fronteiras, privilegiando a indústria e o agronegócio em detrimento de avanços na reforma agrária.

Diante disso, a atuação do Estado sobre as políticas agrárias e agrícolas, reorienta a integração da produção agrícola à economia urbana industrial, que denota mudanças na base técnica de produção, revelando aspectos modernizantes na produção agrícola e atendendo as demandas do mercado externo. Essa articulação garantiu as formas de produção e reprodução do capitalismo no campo, bem como a manutenção da concentração fundiária.

Frente a essa situação, na década de 1980, há a resposta do movimento camponês e dos trabalhadores sem-terra se organizando a fim de conquistar a minimização das contradições no campo. Nesse período, tem-se a formação do principal movimento social dos sem-terra (MST) como resistência e luta pela terra.

A constituição de 1988 que garantiu respaldo legal para minimizar essas contradições e pelas quais esses movimentos lutavam, teve seu impacto minimizado na década de 1990, com a adoção do ideário neoliberal que propiciou a reestruturação econômica do país. A articulação do Estado com os agentes econômicos revela as formas de apropriação do espaço que geram crescimento econômico e ampliação das desigualdades, sem solucionar os problemas agrários. As políticas agrárias, para o período, demarcam a regulação do desenvolvimento econômico pelo mercado, sustentado na lógica que beneficia a produção agrícola do grande produtor.

Com isso, observa-se nesse período que, ao mesmo tempo, em que os instrumentos legais apresentam formas de garantir a viabilização do reordenamento fundiário e o assentamento rural, as ações do Estado não demonstram a intencionalidade em solucionar a questão agrária do país. Nesse sentido, pode-se considerar que a atuação do Estado, direcionadas à reforma agrária, tinha como objetivo conter os conflitos crescentes no período e não suplantar as contradições estruturais da questão agrária.

Referências

ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correa de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980. (Coleção história e sociedade).

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP. 2005.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de Setembro de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: ago/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 55.889, de 31 de março de 1965a. **Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de**

Reforma Agrária. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55889-31-marco-1965-396177-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Acesso em: ago/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 55.891, DE 31 DE MARÇO DE 1965b. **Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm. Acesso em: ago/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 91.766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. **Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acesso em: jul/2017.

BRASIL. Estatuto da Terra. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: jul/2017.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998. **Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.** 1998a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp93.htm. Acesso em: ago/ 2017.

BRASIL. LEI DELEGADA Nº 11, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962. **Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA)**

e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl11.htm.
Acesso em: ago/2017.

CPDOC. Regulamentação dos Decretos nº 55.889 e nº 55.890 do Estatuto da Terra em 1964. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: ago/2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** JACCOUD, L. (ed.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. In: **Desenvolvimento em Debate.** v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012),** UFRGS, 2012. 142p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2001. ISBN 85.326.2345-X.

HOFFMANN, José Hermeto. A política agrícola do governo Collor. **Revista Eletrônica FEE – SEGLA,** v.8, n.3, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra.** 9. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989. 216p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 2ªed. São Paulo. Contexto, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf. Acesso em: mai/2017

PEREIRA, João Márcio Mendes. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 385-404, julho-dezembro 2015.

PINHEIRO, Francine Damasceno. **Poder Judiciário e Reforma Agrária: uma reflexão a partir dos conflitos no norte fluminense**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

PORTO-GONÇALVES et al. Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. In: (Coord.) Canuto, Antônio; Luz, Cássia Regina da Silva; Andrade, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia. CPT Nacional. p. 74-86. 2016.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado (Processo: 133351/2016-5.) que contribuiu para a realização da pesquisa sendo este capítulo parte resultante do trabalho desenvolvido.

TERRAS E RESERVAS INDÍGENAS NO BRASIL: DIALETIZAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIA

Renan Andreosi Salles de Oliveira

Introdução

As Terras e Reservas Indígenas⁶ surgiram ao longo do processo de colonização das terras interiores no Brasil com o objetivo de abrir caminho às atividades produtivas. Nesse sentido, o Estado, pressionado por diferentes atores econômicos, ficou responsável pela redução desses povos e pelo estabelecimento de seus “novos” limites territoriais. Isto quer dizer que as Terras e Reservas Indígenas foram e são implementadas pelos Estados

⁶ A distinção entre Reservas Indígenas e Terras Indígenas resulta do processo histórico de reconhecimento desses territórios. Enquanto as Reservas Indígenas são áreas que, na maior parte das vezes, resultam de doações ou desapropriações imobiliárias realizadas pela União em favor dos indígenas, as Terras Indígenas são áreas reconhecidas de ocupação tradicional, por isso, só se faz o estabelecimento dos limites, ainda que estes sejam muito aquém de seus territórios originais e sejam descartadas significativamente as suas territorialidades.

Note que, há processos histórico-espaciais distintos subjacentes à essas duas modalidades de ocupação territorial: a primeira envolve uma expropriação total do território de determinada etnia num dado momento de sua história, fato que acaba sendo “reparado” através da criação de um novo território, seja este sobre suas terras originais ou não; a segunda modalidade, envolve o reconhecimento de territórios tradicionais que ainda estão em via de expropriação e que, por isso, precisam ser resguardados, mesmo que invariavelmente isso produza perdas.

para atender prioritariamente as necessidades de expansão econômica não propriamente para resguardar a reprodução sociocultural desses povos (HARVEY, 2005).

As frentes de expansão econômica capitalista são, assim, as principais responsáveis por estimular e moldar o caráter dessa redução indígena de acordo com as necessidades das suas atividades econômicas propulsoras (extrativismos mineral e vegetal, agropecuária, geração de energia...). Isto permite afirmar que as Terras e Reservas Indígenas surgem em meio a seguidos processos de mercantilização dos territórios tradicionais.

A mercantilização destes territórios consolida a expansão capitalista, quando, contraditoriamente, força a criação das Terras e Reservas Indígenas e, ao mesmo tempo, as nega, à medida que relativizam sua perenidade considerando-as apenas como reservas futuras de recursos e de mão de obra a serem utilizados num outro momento de crise e de expansão do capitalismo (MORAES, 2005; HARVEY, 2005).

As legislações que regem a criação e manutenção das Terras e Reservas Indígenas no Brasil, por sua vez, robustecem esta mercantilização quando, apesar de permitirem uma classificação destas como inalienáveis⁷, ainda deixam

⁷ CF 1988, Título VII, Capítulo VIII, Art. 231:

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Porém, no parágrafo anterior isso é atenuado quando:

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

transparecer os reais motivos para criação desses territórios. Isso porque, no Brasil, além dessas terras terem sido transformadas em “propriedades”, há ainda uma cisão entre posse e usufruto: a posse é da União, enquanto aos indígenas cabe apenas o usufruto.

A destituição da posse tem forçado, inclusive, esses povos a desenvolver geoestratégias para garantir esse usufruto, os obrigando a lidar com relações de poder assimétricas que frequentemente fragilizam sua reprodução sociocultural e a própria manutenção desses territórios. O curioso é que mesmo aqueles grupos bem-sucedidos na criação dessas geoestratégias, acabam ficando cada vez mais imersos nos emaranhados das relações capitalistas.

Compreender e atuar segundo as “regras do jogo” faz com que os grupos indígenas reservados possam, por um lado, fortalecer sua representação face ao Estado e às frentes econômicas; mas por outro, essa maior imersão aprofunda a dependência e alienação destes, fazendo com que eles não ofereçam “resistência” a circulação de capital, mas sim, busquem a manutenção de sua reprodução sociocultural e espacial através dessa circulação⁸.

⁸ Doravante adota-se aqui a ideia e o termo *(re)existência* ao invés de *resistência*, pois a manutenção sociocultural de povos indígenas reservados, necessariamente, passa por uma relação (quase sempre de sujeição) com as dinâmicas capitalistas que, como citado anteriormente, de certa forma condicionaram o estabelecimento das Terras e Reservas Indígenas. Talvez a ideia de *(re)existência* não se aplique a outras situações, como no caso de *povos isolados*, que mesmo tendo parte de seus territórios expropriados continuam se negando ao contato com não-indígenas, conseqüentemente, continuam *resistindo* a adoção de um novo modo de produção.

Agora perceba: as Terras e Reservas Indígenas foram concebidas em meio a seguidos processos de mercantilização, foram juridicamente classificadas como propriedades (com o agravante, de no Brasil, ainda de ter a posse e o usufruto cindidos) e contribuíram para maior sujeição dos povos às dinâmicas capitalistas. A partir disso, não é demais afirmar que essas Terras e Reservas Indígenas são *mercadoria*, pois mesmo que se diga (no texto da lei) que elas são inalienáveis, elas possuem *valor de uso e valor de troca*.

A inexorabilidade das crises de sobreacumulação, a queda nas taxas de lucro e a conseqüente necessidade de expansão do capitalismo sobre novas áreas, contudo, não deve impor uma interpretação unilateral sobre o surgimento das Terras e Reservas Indígenas, pois isso desconsideraria qualquer protagonismo dos povos indígenas em meio a essas dinâmicas.

A constatação da imersão e da reprodução indígena através do capitalismo deve ser feita com reservas, pois como afirma Moraes:

“... a entrada na Geografia de uma leitura do marxismo (...) acaba por banir a figura do sujeito do processo real de que trata essa disciplina: a valorização do espaço. Uma visão que coloca as questões da consciência, da individualidade e da subjetividade como ‘esfera sobredeterminada da superestrutura’, isto é, como um universo reativo, explicável externamente por ‘causas’ econômicas” (2005, p. 21).

Isto quer dizer, que a atuação dos indígenas durante esses processos não pode ser considerada apenas como reativa, já que

isso atribuiria uma passividade irreal desses povos frente às desterritorializações e reterritorializações propostas pelo capital, e descartaria qualquer possibilidade de valorização do cotidiano cultural-simbólico por parte desses indígenas.

A cultura, nesse contexto, assume papel-chave na (re)existência dos povos indígenas, quando não tem a função de apartá-los das dinâmicas socioeconômicas predominantes, mas sim de evidenciá-los como parte ativa e constitutiva dessas dinâmicas. Isso, dito em outras palavras, deve permitir a esses povos contribuir para a concepção e participação num projeto *decolonizatório*⁹ e *pluriétnico* através do qual os indígenas podem assumir maior protagonismo sobre o seu próprio desenvolvimento e mesmo sobre o da sociedade nacional que os envolve.

O protagonismo indígena e a atuação decolonizatória, devem estar alicerçados, assim, sobre um processo desalienante através do qual os conceitos de Terras e Reservas Indígenas precisam ser ressignificados ou, segundo o que propõe Damiani (2005), precisam se metamorfosear criticamente através de uma *dialetização*.

Para isso se faz necessário a criação de um contraponto à essência colonial que ainda permeia as frentes de expansão econômica e que ainda se espelha na legislação que rege esses territórios, não os tomando como reservas de recursos que podem

⁹ A ideia de “decolonização” não deve ser entendida aqui apenas como um afã pós-modernista onde há uma valorização da “história dos conquistados”, mas sim como um processo gradual de tomada de consciência e retomada de protagonismo dos povos indígenas em seu próprio desenvolvimento socioespacial.

ser acessados pelo mercado através do Estado (Congresso Nacional) por meio de “exceções jurídicas”¹⁰.

O primeiro passo no sentido dessa dialetização pode ser então a compreensão da questão das escalas presentes nas relações entre os centros e periferias no capitalismo, pois isso implica em perceber que os centros decisórios estão distantes das áreas de expansão.

Antônio Carlos Robert Moraes (2005) ao refletir sobre a geografia histórica do capitalismo ilustra esse mecanismo distinguindo a *valorização capitalista do espaço*, de *formas capitalistas de valorização do espaço*. Enquanto a primeira se refere ao mecanismo geral de expansão do capitalismo (macroescala), a segunda seria a manifestação local (microescala) dessa expansão, realizada a partir da adaptação do mecanismo geral às organizações espaciais (natureza e sociedade) locais. A compreensão da singularidade, portanto, se circunscrevendo à compreensão da universalidade.

A dinâmica de circulação do capital e as atividades econômicas, assim, são distintas entre os centros difusores e as áreas de difusão fazendo com que nas escalas local e regional ocorram formas particulares de expansão. Aprender essas formas de valorização do espaço permite entender o processo histórico por trás da criação de cada Reserva e Terra Indígena e fornece pistas, diretas e indiretas, sobre a atuação (cultural) indígena durante essas dinâmicas.

¹⁰ Atualmente o Congresso Nacional já aprecia o PL 191/2020 que desobriga a anuência do próprio Congresso nessas decisões, o que torna muito mais factível a exploração dessas Terras e Reservas Indígenas.

O segundo passo da dialetização dos conceitos de Reservas e Terras Indígenas, diante disso, perpassa pela identificação de ações culturais que foram decisivas na manutenção território-cultural durante os embates entre indígenas e não indígenas. Mais que isso, nessa etapa, é necessária uma análise de como elas atuaram sobre a ininterrupta evolução cultural que particulariza os povos indígenas e colaboram para a sustentação dos seus territórios nas áreas marginais do capitalismo.

Os elementos culturais centrais de valorização do espaço cotidiano devem ser aqueles capazes de contrapor a heterogeneidade realizada pela reprodução de lugares e paisagens culturais específicas à homogeneidade imposta pelos mecanismos gerais e específicos da circulação de capital. Em outras palavras, a produção cultural do espaço materializada através de paisagens simbolicamente construídas, deve ser entendida, senão, como a *fonte* desses elementos culturais centrais *anti-homegenizantes* (COSGROVE, 1984).

Os elementos culturais que passam a ser considerados centrais no processo de dialetização e (re)existência, então, são aqueles que permitem uma particularização dos lugares vivenciados através de paisagens simbólicas que permitem, simultaneamente, que a singularidade coexista com a lógica capitalista, fazendo com que a heterogeneidade não se dissolva no interior da homogeneidade imposta.

Em síntese, a tomada de consciência subjacente a dialetização dos conceitos de Terras e Reservas Indígenas começa no reconhecimento da superestrutura ideológica que envolve histórico-espacialmente a criação de tais limites territoriais, passa pela percepção ativa dos povos, do que isso impôs à sua cultura e

se consolida na constituição de uma *nova* territorialidade consciente e repleta de escolhas.

A dialetização pode assim se realizar a partir de uma valorização do espaço, estando culturalmente materializada e territorializada, permitindo, em certa medida, alguma inversão nas relações centro-periferia do capitalismo, fazendo com que esses territórios passem a ser constituídos segundo a intencionalidade heterogênea desses povos (re)estabelecendo suas paisagens culturais.

Os itens seguintes procuram desenvolver e exemplificar esse modelo metodológico por meio da identificação do caráter das frentes de expansão que atuaram sobre o nordeste do estado do Mato Grosso, identificando quais as formas de valorização encontradas pelo capitalismo para a intensificação da circulação de capital nessa região que acabaram por resultar numa perda territorial e, conseqüentemente, na criação das Terras Indígenas da etnia Xavante.

Posteriormente, procura-se identificar quais os principais aspectos culturais têm permitido aos Xavante reinventar sua cultura e, através disso, consolidar os limites territoriais de suas Terras Indígenas.

As terras indígenas Xavante e as formas de valorização do espaço capitalista no nordeste do Mato Grosso, Brasil

As frentes de expansão podem ser caracterizadas como movimentos que instauram a lógica do modo de produção capitalista nas áreas marginais aos centros difusores de decisão e

que promovem a versatilidade das formas capitalistas de valorização do espaço.

A investigação sobre essa versatilidade/ adaptabilidade, como proposto anteriormente, é central e deve ser feita antes de tudo por meio da percepção de *apropriações ideológicas* que o capitalismo realiza previamente sobre espaços que, até então, por sua marginalidade, não participaram com grande intensidade das dinâmicas nesse modo de produção.

Essas apropriações ideológicas começam no momento que os vetores de expansão identificam prováveis direções para seu deslocamento¹¹. O reconhecimento de novas áreas inicia um processo de *ideologização geográfica* através do qual ocorre a criação de realidades simbólicas, como, por exemplo, a de *sertão*¹².

A construção da identidade simbólica implícita a ideia de *sertão* se dá mediante a atribuição de valores e juízos negativos a determinada porção do espaço, de modo a esvaziar sua importância e denunciar seus “defeitos”. Simultaneamente a isso, projeta-se uma outra realidade, mais promissora, distinta da atual, ligada mais à ideia de progresso.

¹¹ Essas direções são reconhecidas quando, determinadas áreas passam a apresentar fatores de atração aos excedentes de capitais e de mão de obra que não encontram mais aplicação rentável em antigas áreas onde o modo de produção já encontrou certa “exaustão” (HARVEY, 2005).

¹² Moraes (2005) em seu texto “O Sertão: um outro geográfico” faz uma reflexão eloquente sobre a ideia de “Sertão” e os contextos em que ela se aplica, revelando o papel ideológico que tem esse conceito na sustentação das frentes de expansão econômica.

Em poucas palavras, o *sertão* é uma construção simbólica que permite uma apropriação cultural de uma porção do espaço que é desprovida de qualidades específicas, qualidades estas que seriam encontradas diametralmente na ideia de *civilização*. Cria-se, assim, um misto de alteridade e complementaridade entre essas ideias, pois para *civilizar* é preciso antes *sertanizar*. E não há, conseqüentemente, *sertanização* sem uma busca pela *civilização*. Seja sertanizando ou civilizando, o fato é que o espaço vai sendo apropriado ideologicamente.

A ideologia geográfica por trás dessa apropriação fundamenta, sob um discurso pretensamente civilizatório, as frentes de expansão que, ao negar territorialidades e modos de produção prévios, cria uma conjuntura ideal para o desenvolvimento dos diálogos espaço-temporais que vão se suceder entre os recursos naturais, os capitais disponíveis, a mão de obra e as infraestruturas.

Os movimentos de realocação de excedentes de capitais e mão de obra promovidos pela interiorização das atividades econômicas, encetados pela ideologia geográfica capitalista de apropriação do espaço, não são, assim, lineares no espaço-tempo. Eles se fazem através de avanços e recuos, com diferentes intensidades, influenciados por conjunturas econômicas – ora favoráveis ora desfavoráveis – mas sempre mediados pelas técnicas disponíveis.

Esses movimentos, sejam eles efêmeros ou não, intensos ou não, deixam “marcas”: caminhos, estradas, rodovias, portos, assentamentos, campos de cultivo, entre outras infraestruturas. Isso pode variar com o caráter das atividades econômicas desenvolvidas e sua sinergia, independente de ascensões ou declínios.

Agora o importante é notar que as frentes de expansão surgem a partir dos fatores de repulsão derivados das crises de sobreacumulação e se colocam em movimento com a ideologização simbólica do espaço, preparando terreno para a instauração do modo de produção. Mas aparentemente o que dá versatilidade a essa expansão é a não-linearidade das progressões e regressões que, através da instalação gradual de infraestruturas, atribui tenacidade e heterogeneidade às frentes.

As Terras e Reservas Indígenas que surgem em meio a esses processos figuram muito mais como exemplos de adaptabilidade das formas de valorização do que propriamente um obstáculo a ser vencido, pois, em algum momento serão absorvidas. Mas aí retoma-se a pergunta: e as (re)existências?

Para refletir sobre isso propõe-se o seguinte cenário e roteiro: 08 de setembro de 1975. Em Brasília é promulgado o Decreto 6.715 que homologa a Terra Indígena São Marcos, localizada no município de Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. Habitada por indígenas da etnia Xavante, pertencentes ao tronco linguístico Jê que, com os Xerente e Xacriabá, formam os povos *Akwen*.

Os povos *Akwen*, outrora numerosos, eram tapuias, bárbaros que viviam nos sertões, com uma territorialidade vasta construída através de um seminomadismo caçador-coletor que se estendia pelo Oeste da Bahia, Sul do Piauí, Norte de Goiás e Sul do Tocantins, sempre nos cerrados (DANTAS, SAMPAIO & CARVALHO, 1992). Sua existência é conhecida por não-indígenas desde o longínquo século XVII, mas é no XVIII que são efetivamente contactados através da mineração. Aqui inicia-se a *ideologização capitalista do espaço*.

Os paulistas descobrem os aluviões auríferos nas Gerais, perdem seus privilégios para os *emboabas*, se embrenham novamente nos sertões, encontram outras jazidas de ouro e diamante, primeiro em Goiás, depois no Mato Grosso (TAUNAY, 1975). Tudo é feito com cautela, para não despertar a ganância dos castelhanos das áreas de fronteira: tira-se menos por mais tempo¹³. Os territórios *Akwen* são devassados, evidenciam-se *avanços*.

Exauridas as jazidas em Goiás e Mato Grosso, processasse o êxodo, a primeira onda passa, ficam alguns poucos, agora plantando ou criando boi. Ainda assim, os conflitos e disputas se intensificam entre indígenas e não-indígenas, proporcionalmente à navegação no Tocantins e no Araguaia. Nesse momento constata-se *recuos e infraestruturas*.

O declínio econômico demanda refuncionalizações espaciais e inserção de novos recursos, o sertão precisa ser “aberto” para a retomada das atividades produtivas. Surgem os primeiros aldeamentos¹⁴ para as etnias *Akwen*, que foram uma espécie de protótipos das Terras e Reservas Indígenas. A maioria dos indígenas morre, os poucos que sobram fogem, a política de aldeamentos fracassa. Aqui as formas de valorização mostram *adaptabilidade* para novos *avanços*.

Mesmo com o fracasso da política de aldeamentos a necessidade de expansão econômica permanece, muda-se a

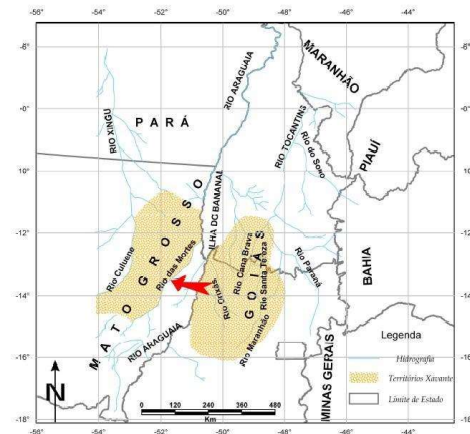
¹³ Hipótese interessantíssima levantada por GARCIA, Romyr Conde – Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do Projeto Colonial. Tese (Doutorado) Departamento de História, FFLCH, USP - São Paulo, 2003.

¹⁴ Para compreender a política de aldeamentos no estado de Goiás ver CHAIM, Marivone Matos – Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811, 2ª edição – São Paulo: Ed. Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional pró-Memória, 1983.

abordagem: surgem os presídios militares (ALENCASTRE, 1979). Estes serviriam para abrigar prisioneiros feitos em combate, uma versão goiana da “guerra justa”. E houve guerra: surge uma coligação entre xavantes, carajás e xerentes para destruir presídio Santa Maria do Araguaia! E o presídio é destruído! Primeiro capítulo de cultura *versus* frentes de expansão econômica. Sinais de *resistência*.

Mercantilização das terras, avanço do desmatamento, da agropecuária e ocupação das vias hídricas, por todo o final do século XIX e primeira metade do século XX, os Xavante (agora apartados dos outros *Akwen*) buscam alternativas ao contato com os não-indígenas indo cada vez mais para o oeste. Assim, primeiro cruzaram o rio Tocantins, depois o Araguaia e, por fim, o rio das Mortes (DE PAULA, 2007). Permanece a ideia de *resistência*.

Figura 1 – Fluxos migratórios Xavante entre os séculos XIX e XX



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

Um grupo segue para noroeste outro para sudoeste, os Xavante se espalham pelo Nordeste do Mato Grosso, subjugando Carajás e Bororos. A essa medida já figura o Estado Novo e seu paradigma integrador desenvolvimentista: primeiro conquistar o Cerrado e depois, enfim, a Amazônia!¹⁵ Criação de novas *infraestruturas* para novos *avanços*.

Figura 2 – Dispersão Xavante no território mato-grossense



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

Vem a Fundação Brasil Central, acontece a Expedição Roncador-Xingu e, de repente, é fundada Nova Xavantina. Pois, não há Cerrado em que o *waradzu* (homem branco) não chegue.

¹⁵ Relatos impressionantes sobre os governos ditatoriais no Brasil podem ser encontrados em DAVIS, Shelton – Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Não há mais como se negar ao contato, por isso os Xavante decidem “pacificar os brancos” através das aproximações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Nesse momento se inicia a *(re)existência* Xavante (GIACCARIA E HEIDE, 1972).

Começa a ditadura militar, são vultuosos os empréstimos e investimentos de capital estrangeiro na integração territorial, criam-se Superintendências para o Desenvolvimento, multiplica-se a inserção definitiva de áreas até então marginalizadas, prontíssimas para absorver excedentes de capital e de mão de obra provenientes do Sul, Sudeste e além-mar, tudo certo, exceto pelo caos fundiário que se instala no Centro-Oeste (MARTINS, 1981). Surto de *infraestruturas*, *avanços* e *(re)existências*.

Os Xavante, com o auxílio eclesiástico ou não, por fim, conseguem manter sua coesão e conquistam a homologação de algumas de suas Terras Indígenas, dentre elas a Terra Indígena São Marcos. Seria esta uma concessão temporária do capitalismo ou um ato de *(re)existência* cultural?

A *(re)existência* da cultura indígena

A cosmogonia xavante é produto do cerrado. O próprio índio xavante se considera parte do cerrado. Não existe xavante sem cerrado e, desde tempos imemoriais, não existe cerrado sem o povo xavante. A ciência ocidental, por razões óbvias, afirma que a paisagem xavante nasce da apropriação cultural que esse povo realiza sobre o cerrado. Já o Xavante, cosmologicamente, não se considera apropriador, pelo menos não mais do que o buriti, o tamanduá ou o próprio fogo, que renova o cerrado sazonalmente (OLIVEIRA, 2017, p. 10 e 11).

A pergunta feita no item anterior, para alguns, pode soar como uma falsa pergunta, pois diante da ideologização do espaço e da consequente hegemonização do modo de produção (também) nas áreas periféricas e semiperiféricas do capitalismo, a única resposta possível é: as Terras e Reservas Indígenas são objetos espaciais constituídos por e para o estabelecimento, manutenção e expansão do modo de produção capitalista, principalmente durante crises de sobreacumulação.

O poder, porém, segundo Claval (2007), só se torna estável quando aceito. A imposição coercitiva deste, no entanto, acaba por gerar (re)existência, já que, mesmo após séculos de espoliação, os territórios e as culturas indígenas continuam (re)existindo e sendo um contraponto.

O surgimento das Terras e Reservas Indígenas pode ser explicado parcialmente por essa ideologização do espaço e pela hegemonização do modo de produção, porém a perpétua evolução cultural continua desafiando a inexorabilidade da homogeneização. Dito de outra forma, o processo de formação desses objetos espaciais pode ser apreendido e interpretado à luz da circulação do capital, porém seu futuro, no máximo, pode ser projetado ou especulado.

A dialetização dessa forma ganha relevância na fractalidade do futuro, na oportunidade do fazer diferente, mesmo diante da assimetria das relações socioeconômicas contemporâneas. Dialetizar os conceitos de Terras e Reservas Indígenas não consiste, portanto, apenas na tomada de uma posição político-ideológica, mas sim de mostrar que as causalidades podem ser múltiplas do presente ao futuro.

A breve e intricada historiografia Xavante apresentada anteriormente tem muito mais de conquistador do que de conquistado, por isso consegue levemente ilustrar as formas capitalistas de valorização do espaço e o processo que levou à constituição da Terra Indígena São Marcos. Não obstante, com um olhar mais apurado é possível apreender os períodos de resistência e de (re)existência desse povo, mas é realmente o presente desses índios reservados que apresenta maior contundência.

Alguns grupos indígenas, dentre estes os Xavante, têm apresentado sinais de consciência adotando algumas dinâmicas socioculturais desalienantes através da valorização de importantes aspectos culturais, como, por exemplo, a *língua*. O idioma de cada grupo é uma construção temporal e socioespacial que engendra signos plenos de significados e que, por consequência, estabelecem uma relação simbólica com as realidades histórico-espaciais vivenciadas por cada grupo.

A valorização dessas relações simbólicas engendradas pela língua corresponde a uma valorização do espaço cotidiano o que, em última instância, estimula uma inversão – ainda que não uma reversão – das relações centro-periferia. A manutenção de simbolismos culturais anteriores à difusão da lógica capitalista, impõe um desafio à adaptabilidade das formas capitalistas de valorização do espaço, ao passo que revitaliza a identidade territorial e atenua a caracterização dessas áreas como reservas de recursos e mão de obra.

Algumas etnias têm se valido disso através, por exemplo, da instalação de escolas públicas no interior de seus territórios, nas quais obrigatoriamente: o ensino é bilíngue, o corpo docente é formado por professores indígenas da própria etnia e os

componentes curriculares mesclam conteúdos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN's) e pelos próprios indígenas. O que leva a crer que há uma compreensão, ainda que superficial, das dinâmicas explicitadas anteriormente e, simultaneamente, há um reconhecimento da importância das construções socioculturais, históricas e espaciais endógenas.

Contar a história a partir do ponto de vista dos “conquistados”, e mais importante, utilizando o próprio idioma, permite que simbolismos culturais sejam conservados e qualquer alteração cultural seja impressa pelos próprios povos que contam essa história.

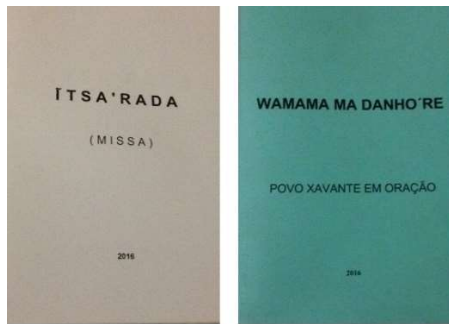
A compreensão das relações ecossistêmicas do bioma Cerrado lecionado no ambiente escolar é um exemplo no caso dos Xavante, pois nesse contexto a língua permite a coexistência e complementaridade entre as relações de causalidade identificados pela ciência ocidental e os mitos de criação.

A língua, assim, permite a adoção de neologismos e de outras estruturas simbólicas sem necessariamente desconstruir suas próprias estruturas simbólicas prévias, sendo inclusive um fator atenuante de prováveis conflitos entre estruturas simbólicas distintas, tornando-se assim um meio de coesão, não de divisão.

Outro exemplo nesse sentido é a tradução de materiais religiosos. Se de um lado, a tradução de cânticos e orações facilitaram a inserção do cristianismo por parte dos Salesianos, por outro, houve uma sincretização de estruturas simbólicas através da qual ocorreu concessões de ambos os lados. Isso afetou

sem dúvidas os mitos de criação e a organização clânica, mas não implicou no seu desaparecimento¹⁶.

Figura 3 – Materiais religiosos traduzidos para a língua xavante



Fonte: Acervo do autor.

Diversos rituais, cerimônias e estruturas tradicionais¹⁷ continuaram a coexistir, atestando a (re)existência e adaptabilidade cultural xavante, exemplificando que, embora a religião seja um fator de reestruturação simbólica que facilita uma nova ideologização do espaço (ainda que esta tenha seus próprios

¹⁶ A adoção do cristianismo (bilíngue) não pode ser reduzida apenas a um traço de aculturação, precisa ser simultaneamente contextualizada historicamente, pois ela simbolizou uma geoestratégia no momento em que a aproximação aos padres garantiu salvaguarda da vida dos indígenas que se abrigaram na Missão São Marcos criada pelos Salesianos. Ver Giaccaria & Heide (1972)

¹⁷ No caso da TI São Marcos, por exemplo, os *wapté* (jovens) continuam frequentando e sendo aconselhados por seus padrinhos no *Hö* (casa dos jovens) presente nas aldeias da TI, sofrendo, portanto, influência direta do *warã* (centro socioespacial das aldeias e da vida xavante) através das decisões ou rituais que são realizados nesse espaço dos quais eles fazem parte.

propósitos na sua expansão, em certo sentido), ela não foi capaz de silenciar expressões culturais xavante e, mais que isso, ela também foi utilizada e ressignificada por esse povo através de geoestratégias e da língua.

A perpetuação e transformação dos simbolismos não se restringe a língua e suas nuances, mas também se faz presente na geograficidade das aldeias Xavante. Só a TI São Marcos abriga 43 aldeias¹⁸, das quais a maioria guarda a disposição tradicional, o que, conseqüentemente, colabora para a perenização de diversos rituais e coesão entre os indivíduos da aldeia.

O curioso é que mesmo as aldeias fundadas mais recentemente e que acabaram por não manter a disposição tradicional, esboçam geoestratégias político-econômicas na sua concepção. As aldeias em formato não tradicional, apesar de simbolizar cisões internas de poder, promovem novas conquistas aos Xavante, já que elas ao serem reconhecidas, tanto pelos Xavante, quanto pela FUNAI, passam a receber recursos para sua manutenção o que, sob determinado ponto de vista, fortalece o poderio político da etnia na captação de recursos (OLIVEIRA).

¹⁸ É importante ressaltar que 4 das 43 aldeias xavante localizam-se fora dos limites da TI São Marcos, são elas: Nova Esperança, Jundiaí, Jesus de Nazaré e Namukurá. As três primeiras localizam-se no interior da Terra Indígena Meruri, ocupada pela etnia Boróro; enquanto a última – Namukurá – localiza-se fora dos limites de qualquer reserva indígena. Essas aldeias, apesar de excederem os limites da TI São Marcos, são consideradas parte dessa reserva, pois, da mesma forma, estão sob a supervisão da regional da FUNAI de Barra do Garças e contam com o auxílio da Missão Salesiana São Marcos. Por isso, convencionou-se dizer que a TI São Marcos é composta por 43 aldeias: 39 dentro dos limites da TI e 4 além dessas fronteiras.

A transmutação dos simbolismos forjados através da língua e da paisagem das aldeias demonstram não só um contínuo processo de transformação e revitalização cultural, como também operacionalizam uma valorização sociocultural do espaço, evidenciando, portanto, uma postura mais ativa que reativa por parte dos Xavante.

Figura 4 - Visão orbital da aldeia São Marcos (esquerda) apresentando uma disposição tradicional e das aldeias com disposição não tradicional Divina Providência (acima) e Rainha da Paz (abaixo)



Fonte: Digital Globe, 2017 / Google Earth.

Agora, o elemento socioespacial que sintetiza a ação cultural por parte dos Xavante frente às formas de valorização capitalista do espaço é, incontestavelmente, a conservação do cerrado nos limites das Terras Indígenas xavante, em especial da TI São Marcos¹⁹.

¹⁹ Para tomar ciência da profundidade dessa afirmação ver os mapas de uso do solo no município de Barra do Garças proposto por Machado & Cedro (2009)

O Cerrado ou *Ró*, cosmogonicamente, representa o território-mundo do povo Xavante, guarda todo o seu simbolismo histórico-cultural e espacial, logo conservá-lo é vital. Mais que isso, conservá-lo nos limites da TI se transforma num ato de (re)existência, pois mantêm vivo não só aspectos essenciais à cultura, mas também *aquilo* que levou milhões de anos para se constituir e que, quando se perde, não volta mais. *Aquilo* que antecedeu, e muito, qualquer ideologização do espaço.

Figura 5 - O *Ró* na Terra Indígena São Marcos em 2016



Fonte: Acervo do autor.

Contudo, a maior expressão cultural dos Xavante continua sendo o Cerrado (*Ró*) e é, a partir dos segredos deste que o Xavante continua (re)existindo. Enquanto houver Cerrado vai haver Xavante e, seguramente, enquanto houver Xavante vai haver Cerrado.

Considerações finais

A reflexão nesse breve artigo se propôs a demonstrar que as Terras e Reservas Indígenas são objetos espaciais que resultam

não só da expansão do modo de produção capitalista, mas também da (re)existência cultural dos povos indígenas em todo o globo. Para tanto propôs metodologicamente uma dialetização das ideias de Terras e Reservas Indígenas.

Essa dialetização, por sua vez, consiste numa reflexão crítica sobre o processo de formação das Reservas, realçando o papel ativo das populações durante os seguidos movimentos de espoliação de suas terras. Propõe-se, portanto, não só uma busca pela história não contada, mas também por demonstrar que o futuro não pode ser definido por modelos lógicos, ainda que estes se apoiem em análises histórico-espaciais sólidas, pois se assim fosse qualquer militância política seria irrelevante, dada a sua sobre-determinação.

A força da (re)existência cultural está, por isso, na capacidade de diálogo com o hegemônico. A cultura faz concessões no presente em troca de incertezas para o futuro. Para isso, se fazem necessárias pesquisas historiográficas profundas e concisas que produzam as informações necessárias para sustentar modelos igualmente sólidos.

Assim, espoliações podem e devem ser seguidas de reconstruções, ressignificações e, principalmente, de luta. Nas palavras do compositor Vital Farias em sua canção “Saga da Amazônia”: “Só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de sua terra, a marca de sangue de seus mortos e a certeza de luta de seus vivos”.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás** – Brasília: SUDECO/Governo de Goiás, 1979 (1863).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811**, 2ª edição – São Paulo: Ed. Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional pró-Memória, 1983.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A Geografia que desejamos**. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, n. 83, p. 57-90, dez. 2005.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. *In: História dos índios no Brasil* / Org. Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE PAULA, Luís Roberto. **Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante**. Tese (Doutorado) Departamento de Antropologia, FFLCH, USP. São Paulo, 2007.

GARCIA, Romyr Conde. **Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do Projeto Colonial**. Tese (Doutorado) Departamento de História, FFLCH, USP - São Paulo, 2003.

GIACCARIA, Bartolomeo; HEIDE, Adalberto. **Xavante (Auwe Uptabi: povo autêntico):** pesquisa histórico-etnográfica. São Paulo: Ed. Dom Bosco, 1972.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

MACHADO, Luiz Eduardo G.; CEDRO, Diego B. **Evolução do uso agropecuário no período de 1975 a 2008 no município de Barra do Garças – MT.** Goiânia: UFG, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1981.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade Xavante** (Akwe shavante society, 1967). Tradução: Aracy Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas.** 5ª edição. São Paulo: Ed. Anablume, 2005.

MORAES, Antônio C. R. O Sertão: um “outro” Geográfico. Terra Brasilis. **Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**, anos III/IV, no. 4/5, 2002/2003, Rio de Janeiro, pp. 11-23.

OLIVEIRA, Renan A. S. de. **Paisagem e resistência:** as frentes de expansão econômica e a cultura Xavante. Dissertação (Mestrado) PPGG, IGCE, UNESP – Rio Claro, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Índios e a civilização da integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1977.

TAUNAY, Afonso D'Escrangolle. **História das Bandeiras Paulista**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Melhoramentos; Brasília, INL, 1975 – TOMO I.

O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO VIRTUAL NO SETOR SUPERMERCADISTA NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

Juliana Giolo Zancheta

Introdução

Este trabalho é resultado de uma revisão e atualização da Dissertação de Mestrado, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Rio Claro e publicada em 2016 sob o título “Os supermercados virtuais e a produção do espaço urbano da metrópole de São Paulo”. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2014 e 2016, desde então, essa forma comercial digital no setor supermercadista se transformou, cresceu e se tornou ainda mais exponencial no contexto da pandemia do Sars-Cov-2.

As atividades comerciais e de serviços, historicamente sempre fizeram parte da natureza da cidade, e, como atividades constitutivas do modo de vida urbano, destacam-se entre os vários processos socioespaciais que contribuem para produção e reprodução do espaço das cidades. Tendo isso em consideração, para a Geografia Crítica torna-se fundamental analisar o comércio e suas formas para compreender a dinâmica da sociedade e o processo de reprodução do espaço urbano e suas complexidades.

Na intenção de avançar nas reflexões a respeito das relações entre cidade e comércio, direcionamos nosso olhar para as contradições que surgem e reproduzem-se no espaço urbano da cidade de São Paulo no desenvolvimento do processo de globalização, iluminando, nesse contexto, os supermercados virtuais – websites, aplicativos móveis e vitrines virtuais – enquanto forma do comércio varejista de gêneros alimentícios para a reprodução do capital no espaço.

O propósito geral desta pesquisa é, então, investigar de que modo as relações próprias do mundo da internet realizam-se para além da virtualidade e materializam-se no espaço da metrópole e desvendar em que medida o uso dessas novas tecnologias tende a acelerar e a tornar fluidos o tempo e o espaço de seus usuários e das mercadorias por eles desejadas, transformando o modo de vida urbano. Para tanto, trabalhamos com a hipótese de que essas formas comerciais se constituem em mais uma transformação da atividade comercial para atender aos novos padrões e modos de consumo de uma parcela específica da sociedade. E sua condição de ubiquidade possibilita a reprodução das relações de produção, a partir, tanto das transformações no âmbito do trabalho como no ritmo da vida urbana. Esse tipo de atividade comercial encontra-se no cerne das transformações do modo de vida urbano, e, conseqüentemente, nas transformações no espaço que esse modo de vida produz.

O desafio que este trabalho apresenta é o de refletir sobre uma forma extremamente atual do comércio varejista, entretanto consideramos fundamental desvendar a natureza, as possibilidades e as limitações dos Supermercados Virtuais enquanto formas comerciais que produzem novas relações

espaço-tempo na metrópole, procurando contribuir para um melhor entendimento do espaço urbano na atualidade.

Como caminho teórico, a análise da dialética do espaço a partir da crítica da vida cotidiana e da crítica da economia política do espaço urbano conduz nosso pensamento para o entendimento dos Supermercados Virtuais na cidade de São Paulo. O trabalho da crítica é evidenciar o caráter alienante do cotidiano na vida moderna tendo em vista a possibilidade de irromper uma luta e um desejo por rupturas radicais.

Diante disso, e a partir da leitura de alguns textos de Henri Lefebvre, estabelece-se uma questão central para a reflexão sobre a vida cotidiana na cidade de São Paulo: a noção de que a urbanização concentra e potencializa o avanço das forças produtivas, da alienação e da racionalização da vida social de acordo com a racionalidade econômica capitalista. Os Supermercados Virtuais encontram-se no bojo desse processo de avanço das forças produtivas, de alienação e de racionalização da vida social, portanto, seu entendimento torna-se indissociável da compreensão do processo de urbanização da cidade de São Paulo e da racionalidade econômica vigente.

A metrópole enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento dos supermercados virtuais

Na cidade de São Paulo, quase 12 milhões de habitantes concentram-se em seus mil e quinhentos quilômetros quadrados de extensão, cerca de 7,5 milhões de veículos circulam diariamente por suas vias, suas instituições financeiras movimentam anualmente mais de 1,5 trilhão de reais, dos quais

75% são operações de crédito, seu governo municipal recolhe em torno de 6 bilhões de reais em Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e 11 bilhões de reais de Imposto Sobre Serviços (ISS).

Esses são alguns dos números que indicam os gigantismos enunciados por Vieira (2002):

A vida se revela na cidade em seus menores detalhes no meio de tantos gigantismos. Os contrastes e as minúcias chamam tanto a atenção quanto a aparente monumentalidade permanente, a grandiosidade e a abrangência da metrópole. São Paulo é assim: gigante e minúscula. Torna verdadeira a impressão de que uma metrópole é feita de milhares de localidades pequenas, numa teia muito bem tramada de relações que se diferenciam, mas que, no fundo, guardam a essência do urbano (VIEIRA, 2002, p. V-VI).

São Paulo é propriamente a cidade da circulação, de pessoas e de capital. Ela não é só a maior do país, mas também é lugar primordial dos investimentos, com a maior diversificação e concentração de estabelecimentos comerciais, de sedes ou filiais de multinacionais, de instituições financeiras do mundo inteiro, de bolsas de valores. Assim, é considerada um centro de comando e um vetor de difusão de todas as inovações no plano econômico e social.

Isso porque, no último quartel do século XX, o processo de urbanização da metrópole de São Paulo foi fortemente marcado pela crescente substituição do papel das indústrias, na geração de riqueza e de empregos, pelas atividades terciárias de

comércio e serviços ligados em grande parte ao capital financeiro e a modernas tecnologias de informação e comunicação.

A condição de cidade global e centro financeiro e informacional do país permite abrigar uma diversidade de formas comerciais e serviços que tem uma tendência à concentração e centralização do capital. As diferentes formas do comércio em São Paulo, sobretudo do setor supermercadista, podem revelar os diferentes momentos e tempos vivenciados na metrópole.

A introdução dos supermercados no Brasil deu-se a partir de 1953, logo após a introdução do autosserviço nos comércios de produtos alimentícios. As primeiras lojas na cidade de São Paulo instalaram-se inicialmente nas áreas centrais, privilegiando consumidores de maiores rendimentos. Entre as décadas de 1960 e 1970 as atividades supermercadistas registraram uma rápida expansão do número de unidades, com uma maior organização interna das empresas, o que permitiu a concentração de capital. Esse momento é marcado também pela diversificação dos formatos; é o caso do primeiro hipermercado do Brasil em 1971, que com características próprias relacionadas à localização, contribuiu para gerar novas centralidades distantes das áreas centrais de São Paulo, como as unidades instaladas em Santo André, Guarulhos e São Caetano. Outros modelos que tiveram grande aceitação foram os chamados atacadões e atacarejos, que realizam a circulação de grandes volumes de mercadorias a valores baixos, sendo agora destinados não somente às famílias, mas também ao abastecimento dos mercadinhos de vizinhança. Impulsionados pelo processo de explosão das cidades e pelas dinâmicas imobiliárias houve ainda uma expansão das formas comerciais, na qual os mercados de vizinhança, comuns nas

periferias da cidade nos anos 2000 foram, aos poucos, sendo substituídos pelos minimercados das grandes redes globais.

Pintaudi (1981), Silva (2003) e Silva Júnior (2020) em seus estudos desvelam os processos de concentração, centralização e expansão do capital do setor supermercadista no contexto da expansão da metrópole paulista. Em um primeiro momento a concentração e a centralização do capital se dão em eixos centrais da cidade seguindo uma tendência à localização nas áreas de maiores rendimentos; em outros momentos elas se expandem, no limite último, até as periferias para realizar a necessidade de acumulação constante.

Esse processo de concentração e centralização das atividades do setor supermercadista que pode ter relação, em um primeiro momento, com os processos de reestruturação urbano industrial, mas que, num segundo momento, possui ligação com níveis e dimensões de acumulação global do capital, sobretudo no momento atual de intensa financeirização da metrópole.

Com a entrada de capitais e grupos estrangeiros intensificou-se a expansão do mercado nacional dos grandes centros urbanos que, depois, se expandiu para centros não metropolitanos. A concentração territorial e financeira estava em curso por meio desses grandes grupos, para dar resposta ao aumento do lucro dessas empresas e programar, por meio dos formatos de comércio, a vida cotidiana.

A compreensão dos fatores que propiciaram a expansão intensa das formas atuais de comércio de alimentos é inteligível a partir da sua relação com as transformações na vida urbana. Para Cachinho & Barata-Salgueiro (2016) “o comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza sua existência, explica sua

organização interna e justifica muita da animação que nesta acontece” (p.91).

Assim a troca e o comércio, como nos lembra Lefebvre (2004), tornam-se, em um dado momento da passagem da cidade política para a cidade mercantil, indispensáveis à sobrevivência, pois suscitam a riqueza e o movimento. O comércio intensifica assim a troca na cidade, ampliando os momentos de acumulação de riquezas nos quais as mercadorias passam a dominar as práticas sociais.

Do ponto de vista do comércio de alimentos na atualidade, é preciso considerar a tendência do modo de produção, mais flexível e fragmentada no contexto global, com consequências econômicas e sociais também realizadas no plano da vida cotidiana.

Segundo David Harvey (1989), compreender as contradições do fenômeno urbano é importante por duas razões: a primeira delas é a de que o capitalismo sobreviveu no século XX graças à produção do espaço cada vez mais urbanizado. Sendo assim, o estudo da urbanização revela muito sobre os mecanismos de autorreprodução do capitalismo. A segunda razão, é porque o processo de urbanização é o nível mais imediato em que as pessoas experimentam, vivenciam e reagem às mudanças ao seu redor. Conforme o autor, “dissecar o processo urbano em toda sua completude significa revelar as raízes da formação da consciência nas realidades materiais da vida cotidiana” (HARVEY, 1989, p. 230).

Simultaneamente, o conhecimento crítico da vida cotidiana na cidade significa dotar a análise e a própria vida de um sentido que só se revela na realidade cotidiana, a partir da qual

se destacam os aspectos contraditórios da evolução humana e do processo histórico.

Paulo Bonfim (2000), em um trecho de seu poema “Minha Metrópole Insólita”, sobre a cidade de São Paulo, afirma: “Os domingos são quadrados. Cabem dentro da tela de cinema, do aparelho de televisão, da página do jornal, do campo de futebol”. É possível dizer que, 16 anos depois da publicação desse poema, não apenas os domingos são quadrados, diariamente e cada vez mais as telas povoam a vida, tornando o nosso dia a dia quadrado. A crescente utilização da internet e a explosão do consumo de computadores pessoais e smartphones, importantes meios de comunicação de massa, extremamente ágeis, possibilitam a transmissão de informações de forma sincronizada e integrada, permitindo que a vida cotidiana se estabeleça cada vez mais por meio de um mundo virtual.

A informação, a velocidade e a competitividade surgem como os elementos que direcionam a vida humana (SILVA, 2011). O ritmo acelerado da vida cotidiana na cidade acompanha o modo *just in time* de se produzir, a relação entre espaço e tempo revela-se em termos de fluidez, considerando que a tecnologia e os sistemas de comunicação possibilitaram a circulação de informações, mercadorias, pessoas e capital em uma velocidade cada vez maior.

São Paulo é conhecida como a cidade que não para e que não dorme nunca, e Silva (2011) argumenta que:

Entender o funcionamento das metrópoles em uma duração de tempo ininterrupto, ou seja, 24 horas, se torna um elemento importante para se estudar o processo de mundialização em seu estágio atual, pois revelam a

dinâmica contemporânea onde o discurso da velocidade, rapidez, fluidez, personalização, transformam-se em grandes emblemas da competitividade e da lucratividade no meio empresarial e social. Neste sentido, produção de imagens, modos de vida, ritmos de consumo são levados para o centro da vida cotidiana, e consumir apresenta-se como um dos grandes imperativos do período atual. [...]. Entender a cidade no seu ritmo 24 horas nos permite assim, sinalizar em direção ao ritmo incessante do capital que está cada vez mais impregnado no cotidiano das pessoas [...] (SILVA, 2011).

A programação da vida cotidiana dos cidadãos na cidade é algo que fez parte dos estudos durante a dissertação, a cotidianidade programada no espaço urbano planejado e racionalizado da metrópole, a torna *locus* privilegiado de (re)produção da Sociedade de Consumo Burocrático Dirigido (LEFEBRE, 1991).

Sobre a relação entre o modo de vida urbano em grandes metrópoles me remeteu a uma obra chamada Medianeras: Buenos Aires da Era do Amor Virtual (2011)¹ e que ilustra de modo bem didático o que Lefebvre nos diz sobre a vida cotidiana no mundo moderno, a narrativa do filme se inicia com a seguinte fala:

Buenos Aires cresce descontrolada e imperfeita. É uma cidade superpovoada num país deserto. Uma cidade onde crescem milhares e milhares de prédios sem nenhum

¹ Medianeras: Buenos Aires da Era do Amor Virtual. Direção e roteiro: Gustavo Taretto. Produção: Natacha Cervi e Hernán Musaluppi. Interpretes: Javier Drolas, Pilar López de Ayala, Inés Efron, Carla Peterson, Rafael Ferro, Alan Pauls e Romina Paula. Música: Gabriel Chwojnik. 2011. DVD (95 minutos). Color.Son. Distribuidor e Tradutor IMOVISION.

critério. Ao lado de um muito alto, tem um muito baixo. Ao lado de um racionalista, tem um irracional. Ao lado de um em estilo francês, tem um sem estilo. Provavelmente essas irregularidades nos refletem perfeitamente. Irregularidades estéticas e éticas. Esses prédios que se sucedem sem lógica demonstram a total falta de planejamento. Exatamente assim é a nossa vida, que construímos sem saber como queremos que fique. Vivemos como quem está de passagem por Buenos Aires. Somos criadores da cultura do inquilino. Prédios pequenos para dar lugar a outros prédios, ainda menores. Os apartamentos se medem por cômodos, vão daqueles excepcionais, com sacada, sala de recreação, quarto de empregada e depósito, até a quitinete, ou ‘caixa de sapato’. Os prédios, como muitas coisas pensadas pelos homens servem para diferenciar uns dos outros. Existe a frente e existe o fundo. Andares altos e andares baixos. Os privilegiados são identificados pela letra A, às vezes B. Quanto mais à frente no alfabeto, pior o apartamento. Vista e clareza são promessas que poucas vezes se concretizam. O que esperar de uma cidade que dá as costas ao seu rio? É certeza que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais à cabo, a falta de comunicação, a falta de desejo, a apatia, a depressão, os suicídios, as neuroses, os ataques de pânico, a obesidade, a tensão muscular, a insegurança, a hipocondria, o estresse e o sedentarismo são culpa dos arquitetos e incorporadores (Tradução IMOVISION, 2011).

São Paulo, assim como Buenos Aires, é também uma grande cidade global, que tem seus espaços planejados e racionalizados pelos arquitetos, incorporadores e outros agentes da economia financeira, cujos cidadãos que a habitam têm suas vidas atomizadas, manipuladas, direcionadas burocraticamente ao consumo. Sobre isso, Carlos (2007) afirma que

[...] a manipulação da vida cotidiana é o convite à passividade onde o sujeito se esfuma, pois, a sociedade empobrecida tende a reduzir-se a signos. O cotidiano passa a ser programado pela mídia que inaugura a tendência em direção ao idêntico tornando-se agressiva. Os jornais e revistas explicam às pessoas como devem se vestir, como agir em determinadas situações, onde passar as férias, que lugares frequentar, como se relacionar com os outros, como educar os filhos, onde comprar, com empregar o tempo, etc. e etc. A queda dos referenciais, o desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade (que ocorre com a destruição dos bairros, com a construção das vias de trânsito rápido, produção de novos edifícios), empobrecem a vida, esvaziando o uso e suas possibilidades. A vida atomizada é também super organizada, com isso acentuam-se os sentimentos de angústia e solidão presentes na grande cidade. Por outro lado, a vida social se prende cada vez mais ao “mundo da imagem” e da mobilização exacerbada do olhar reduzindo os elementos dispersos a equivalentes gerais, que são dispositivos essenciais para as estratégias de poder (CARLOS, 2007, p. 50-51).

No seio dessa sociedade, novas carências manifestam-se, o espaço e o tempo tornam-se raros. Faz-se necessário, portanto, pensar os empregos do tempo, “o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o tempo dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como o transporte, idas e vindas, formalidades, etc.) ” (LEFEBVRE, 1991, p. 61). Verifica-se que o tempo dos lazeres está capturado completamente pelo espetáculo, a soma de todos esses tempos, na cotidianidade, impõe ideias, valores, comportamentos repetitivos e mecânicos, alienantes aos indivíduos da sociedade.

É justamente nesta programação da cotidianidade e no direito de consumir que se instauram os Supermercados Virtuais. Sob o discurso do ritmo incessante da vida e a busca constante de bem-estar, algumas empresas em São Paulo estão criando essas novas formas de comércio que vendem alimentos pela internet.

É nesse contexto de metrópole, onde: 1) as mudanças nas relações de trabalho (em especial a flexibilização e a especialização); 2) a proliferação do número de solteiros e o redimensionamento dos papéis em casa e da estrutura familiar, com a diminuição progressiva no tamanho médio das famílias; 3) a diminuição do tamanho médio das casas; simultaneamente à valorização do tempo do lazer (capturado pela esfera do consumo); 4) a generalização do consumo; 5) a crescente utilização da internet e do ritmo incessante da vida cotidiana, estão dadas as condições para o estabelecimento de Supermercados Virtuais.

Os supermercados virtuais enquanto estratégias comerciais

Supermercados virtuais constituem-se em dispositivos que tornam possível o comércio eletrônico por meio de websites, aplicativos móveis e vitrines virtuais que, assim como os supermercados e hipermercados convencionais, reúnem uma enorme variedade de segmentos especializados, tais como: a padaria; o açougue; a peixaria, o bazar; a quitanda (frutas, verduras e legumes); a mercearia (produtos de limpeza e gêneros alimentícios não perecíveis); além do varejo de alimentos, alguns deles, em semelhança ao modelo de hipermercado, oferecem ainda uma enorme gama de mercadorias, como artigos de esporte e saúde; eletroeletrônicos; artigos de papelaria; móveis;

brinquedos; roupas e acessórios; livros e artigos de entretenimento.

Os supermercados virtuais são exemplos do modelo de vendas chamado *self checkout*, por meio do qual os consumidores devem selecionar os produtos (autosserviço) e realizar o pagamento via internet mediante sistema bancário. Existem duas formas de distribuição das compras feitas por meio da internet: a entrega dos produtos ao consumidor pode ser feita em domicílio por meio do serviço de *delivery* ou, então, retirados nos estabelecimentos que possuem lojas físicas por meio do *drive-thru* de compras (*click and collect*).

Em nossos estudos eles foram classificados em duas categorias de supermercados, aqueles que possuíam lojas e galpões de distribuições próprios e aqueles que não possuíam lojas próprias e funcionavam apenas como plataformas online de compras e que se utilizavam de espaços comerciais terceirizados.

Desde o início da década de 1990, há uma incorporação de tecnologias de informação nos equipamentos de automação comercial, como as balanças eletrônicas, o preenchimento de cheques nos próprios caixas, o código de barras, a instalação de um sistema de comunicação online, que interliga a central de distribuição, o centro administrativo e as lojas, esses dispositivos visam acelerar e otimizar o processo de compra e venda, redefinindo desse modo o autosserviço.

As tecnologias da informação e comunicação permitiram também a existência da Venda Eletrônica à Distância, descrita por Barata Salgueiro (1996):

“Corresponde ao teleshopping. Os artigos são apresentados no televisor e a encomenda é feita por telefone. Alguns autores incluem nesta modalidade o supermercado a domicílio, que de fato, pelo menos entre nós, é uma forma de catálogo ou correspondência” (BARATA SALGUEIRO, 1996, p. 10).

À época a mídia em que se expunham os produtos eram os catálogos ou a televisão e a encomenda das compras eram feitas pelo telefone no caso dos supermercados à domicílio. Hoje as tecnologias da informação tais como computadores e smartphones, através do uso da rede de internet, não apenas cumprem o papel de expor os produtos, mas de fato funcionam como dispositivos de compras, seja através de websites, aplicativos móveis ou vitrines virtuais.

Um estudo realizado por Kivilahti (2013) sobre as transformações tecnológicas no varejo de alimentos no Reino Unido aponta três fases de desenvolvimento do mercado: a primeira delas é de 1994 a 2000, em que indica a emergência do modelo de vendas online, as experimentações tecnológicas e a proliferação de modelos de negócios. Ele cita o caso de algumas redes tais como a Sainsbury, Food Ferry e ASDA.

A segunda fase mencionada por Kivilahti (2013) vai de 2000 a 2004, quando ocorre o boom das tecnologias da informação e os seus problemas subsequentes, acompanhados de algumas tentativas para solucioná-los.

O autor revela que os problemas das vendas de alimentos pela internet basicamente se relacionavam ao modelo de negócios, à área de cobertura dos serviços e ao tipo de distribuição mais economicamente viável. Os principais

varejistas dividiam-se entre a separação de produtos na loja, que atingia uma maior área de cobertura, mas deveria manter um número maior de funcionários para a realização do serviço e a separação de produtos em centros de distribuição que tinham uma maior automação e rapidez dos serviços, porém demandavam um grande número de pedidos, que o mercado não tinha. E cita como exemplo dessa fase, a empresa Webvan, que faliu poucos anos após sua abertura, justamente pelas dificuldades que se apresentavam no processo.

Kivilahti (2013) indica ainda que a segunda fase também é marcada pelas inovações tecnológicas para diversificar os canais de interação com o público e destaca a atuação de empresas como a Sunburry, a Ocado e a Tesco.

A terceira fase destacada por Kivilahti (2013) vai de 2005 a 2011. Nessa fase, os eventos mais importantes estão relacionados a mudanças nos modelos de negócios das empresas, que passaram a ser híbridos (entre a separação e no centro de distribuição) e nos sortimentos de produtos oferecidos, em especial dos não alimentos.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico permitiu que os varejistas integrassem os diferentes canais de varejo em um atendimento multicanal e oferecessem novos serviços aos clientes, especialmente por meio do canal móvel.

O desenvolvimento de serviços de telefonia móvel, em especial a partir do lançamento do primeiro smartphone da Apple, o Iphone, permitiu que os varejistas amadurecessem as estratégias

desenvolvidas sob a forma dos primeiros sites móveis e WAP². A Ocado foi a primeira a lançar o aplicativo de celular em julho de 2009, duas semanas depois a Tesco também lançava seu próprio aplicativo, e, em 2010, essa mesma empresa adicionou um scanner de código de barras para o aplicativo iPhone, que permite aos clientes digitalizar os produtos e adicioná-los à cesta de compras.

Durante a elaboração da dissertação de mestrado realizamos um levantamento histórico dos Supermercados Virtuais na cidade de São Paulo e nele observamos que esse processo na metrópole acompanha um movimento histórico que é mundial.

Quadro 1 - Principais fatos do desenvolvimento do comércio virtual de alimentos em São Paulo

ANO	PRINCIPAIS FATOS
1995	A EMBRATEL lança o marco comercial da internet no Brasil
1995	Pão de Açúcar Delivery lança o CD-ROM
1996	É criada a página na internet do Pão de Açúcar Delivery.
1996	A página do Pão de Açúcar Delivery ganha um novo domínio sobre o nome da nova empresa do Grupo Pão de Açúcar: o Amélia.com
2000	A página do Extra.com entra no ar para a venda de artigos eletrônicos

² WAP é a sigla inglesa de Wireless Application Protocol, que em português significa “Protocolo para Aplicações Sem Fio”, em tradução livre. O protocolo WAP foi criado na década de 1990 para que fosse possível a visualização de dados da Internet nos aparelhos móveis (telefones celulares, PDAs e outros). A versão WAP 2.0 foi recriada em 2002 utilizando a linguagem XHTML Mobile Profile para proporcionar ao usuário uma melhor experiência na visualização dos conteúdos web.

2001	O Amélia.com, empresa do Grupo Pão de Açúcar, decreta falência.
2001	A página do Pão de Açúcar Delivery entra novamente no ar para a venda de alimentos do Grupo Pão de Açúcar
2001	A página do Extra.com substitui o setor de não alimentos do antigo Amélia.com do grupo Pão de Açúcar.
2005	O Sonda lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2006	O Emporium São Paulo lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2008	O Extra.com passa a operar o setor de alimentos e não alimentos.
2010	O Carrefour lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2012	O Carrefour encerra suas atividades na página de comércio de alimentos na internet.
2012	O Pão de Açúcar Delivery lança sua Vitrine Virtual no Shopping Cidade Jardim em São Paulo.
2012	O Pão de Açúcar Delivery lança o aplicativo móvel.
2012	O supermercado VIP lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2013	O Pão de Açúcar lança o modelo de distribuição <i>Click and Collect</i> em São Paulo.
2013	A Mercode inaugura sua página na internet para o varejo puramente online de alimentos.
2013	O Extra lança o modelo de distribuição <i>Click and Collect</i> em São Paulo.
2013	A Casa Santa Luzia lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2014	A Mercode inaugura quatro Vitrines Virtuais na Linha 4-Amarela do metrô e no shopping Light em São Paulo.
2014	A Organomix expande sua operação de vendas de alimentos orgânicos puramente online para São Paulo.

2015	O Mambo lança sua página de comércio de alimentos na internet.
2015	A Mercode muda sua estratégia de negócios para marketplace
2015	A Mercode inaugura duas novas Vitruines Virtuais na Linha 4-Amarela do metrô em São Paulo.
2015	O Grupo Pão de Açúcar inaugura o Centro de Distribuição na Rodovia Anhanguera.

Fonte: ZANCHETA, 2016.

Entre 2016 e 2021 outras redes supermercadistas adotaram estratégias de vendas online, com aplicativos e sites próprios, como é o caso do Clube Extra, do Carrefour Brasil e da rede Atacadista Tenda ou terceirizados, como no caso de aplicativos como Shopper, Supermercado Now, Rappi, IFood, CornerShop by Uber, James Delivery.

A pandemia de Sars-Cov-2 acelerou o crescimento do supermercado online a partir do ano de 2020, mesmo com a crise econômica. A pandemia mudou a cara do *e-commerce* brasileiro. A transformação ocorreu não só por conta da aceleração nas vendas, mas também nos tipos de produtos mais vendidos e até no jeito de operar, agora bem mais descentralizado. Se em 2019 os eletroeletrônicos foram os itens mais vendidos, com a pandemia os itens de supermercados ganharam a dianteira e viraram a grande aposta dos gigantes do varejo online em 2020.

Não foi por acaso que grandes empresas do varejo online decidiram investir no segmento de supermercados. Ele representa ainda cerca de 1% do total das vendas do *e-commerce* como um todo, mas tem potencial para alavancar os negócios.

Como a compra de alimentos e bebidas é recorrente, isto é, se repete de duas a três vezes por mês e com frequência muito

maior do que em eletroeletrônicos e vestuário, ela acaba sendo um caminho para o varejista online oferecer produtos de maior valor.

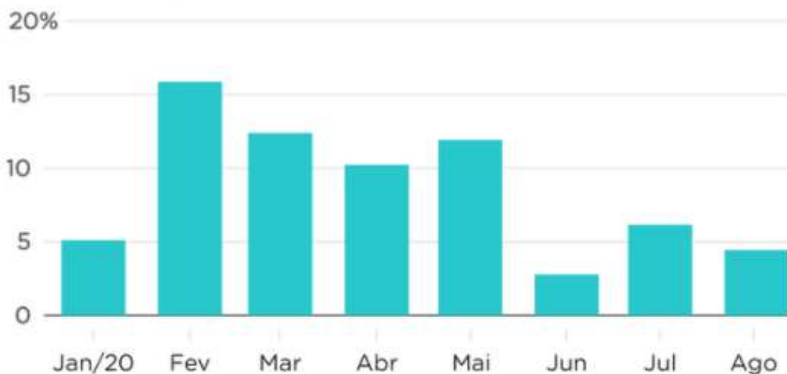
Em janeiro de 2020, a B2W comprou o Supermercado Now, uma empresa online do setor. Em abril, já na pandemia, lançou o Americanas Mercado e fechou parcerias com as redes Carrefour e Big para ter cobertura nacional nas vendas de alimentos. Com isso, a categoria supermercado foi o grande destaque do terceiro trimestre nos resultados da empresa.

O Magazine Luiza, gigante do varejo que teve no terceiro trimestre mais da metade do faturamento vindo do *e-commerce*, em março de 2020 ingressou no segmento de supermercados, operando nessa categoria com estoque de terceiros e também próprio, comprando diretamente da Unilever, P&G, Coca-Cola e Ambev, por exemplo. Essa categoria está entre os itens mais vendidos com cerca de 5 milhões de pedidos só no terceiro trimestre de 2020.

Com a pandemia e as medidas de restrição para conter a disseminação do coronavírus, a comida por delivery e as compras de supermercado pela internet foram as categorias com maior crescimento no número de consumidores no comércio eletrônico.

Segundo dados da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), a expansão das vendas foi de 3,94% no acumulado dos oito primeiros meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2019. O dado já é corrigido pela inflação, portanto, não é afetado pela inflação de alimentos de 2020.

Figura 1 - Desempenho mensal em 2020 comparado ao mesmo mês de 2019



Fonte: ABRAS, 2020.

Alguns dos períodos em que os supermercados obtiveram os melhores resultados de vendas no ano, coincidem com o momento de mais forte retração da economia brasileira. Março e abril – intervalo visto por muitos economistas como “o fundo do poço” – foram os meses em que a restrição da circulação de pessoas nas cidades brasileiras ganhou força. Já a partir de junho, quando começou o processo de reabertura econômica, os resultados dos supermercados seguiram superando 2019, mas a uma taxa menor que em outros meses.

Dados da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmam o bom desempenho do setor em 2020 sob a ótica do volume de vendas. Janeiro foi o único mês até setembro em que o volume comercializado nesses estabelecimentos foi menor que em 2019.

Figura 2 - Volume de vendas mensal em 2020 comparado ao mesmo mês de 2019



Fonte: IBGE, 2020.

Os dados do IBGE também mostram que em todos os meses de março a julho o volume de vendas do setor superou o desempenho médio do varejo brasileiro. Em especial, nos meses de março, abril e maio, períodos em que o restante do comércio varejista registrou quedas históricas.

Considerados estabelecimentos essenciais durante a pandemia, supermercados e hipermercados continuaram funcionando nos períodos em que bares, lojas de roupas e serviços não essenciais fecharam as portas devido às regras de quarentena.

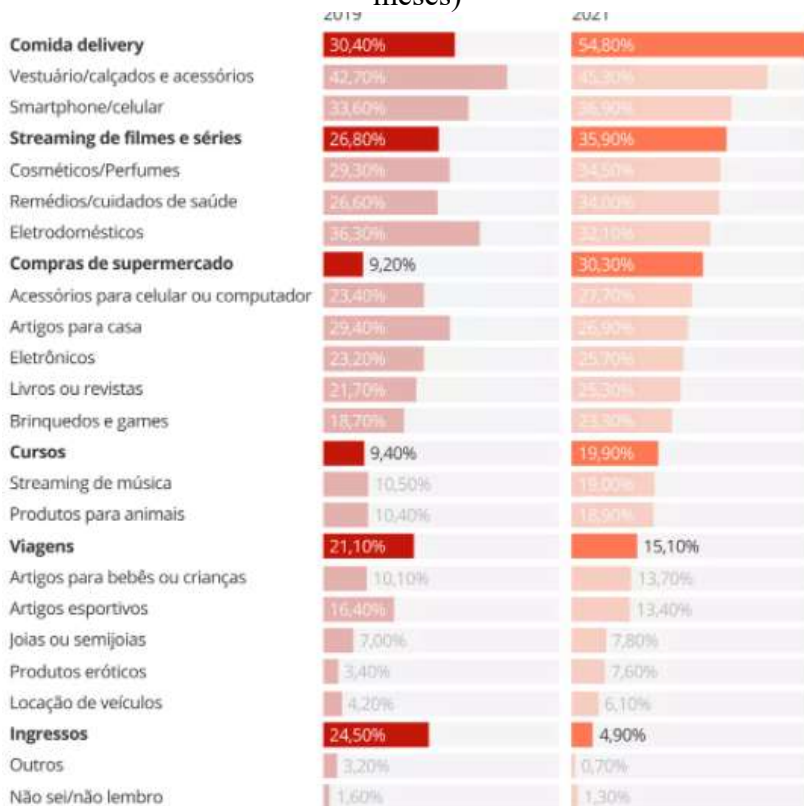
Com o isolamento social em prática em muitas cidades brasileiras, pessoas ficaram mais tempo em casa, e passaram a fazer mais refeições em seus lares. Dessa forma, os produtos encontrados em supermercados substituíram parcialmente o consumo que era feito fora do domicílio, em restaurantes e bares.

Além disso, as associações de supermercados afirmam que o auxílio emergencial articulado pelo Congresso Nacional e pago pelo governo federal ajudou a impulsionar as vendas do setor. Isso porque o benefício garantiu um nível mínimo de poder de compra mesmo a quem foi mais afetado pela crise.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

De acordo com o levantamento da pesquisa, diversos produtos e serviços passaram a ser adquiridos com mais frequência pela internet no Brasil, sendo que em algumas categorias o número de consumidores online explodiu. (Figura 3)

Figura 3 – Produtos e serviços com mais compras pela internet
(Em % de internautas que realizaram pedidos nos últimos 12 meses)



Fonte: CNDL/SPC, 2021.

Com a maior permanência das pessoas em casa e as restrições de funcionamento de bares e restaurantes, a “comida por delivery” foi a categoria que mais cresceu no país. Segundo a pesquisa da CNDL, o número de internautas que realizaram ao

menos uma compra nos últimos 12 meses praticamente dobrou na comparação com 2019 (de 30% para 55%).

Nas compras de supermercado, o percentual saltou de 9% para 30%. Vale destacar que a categoria é a que possui maior peso no varejo brasileiro. O estudo revela ainda que:

- O dispositivo mais utilizado para compras on-line é o celular (87%), seguido por notebook (40%) e desktop (28%);
- Eletrônicos/informática (71%), livros (71%) e eletrodomésticos (62%) são os produtos mais comprados pelos internautas. Já alimentos de supermercado (71%) e medicamentos (57%) são os destaques de maior consumo em lojas físicas;
- Em média, os consumidores fizeram 8 compras online nos últimos 12 meses, com gasto médio de R\$ 266 no último pedido
- As formas de pagamento mais utilizadas são: cartão de crédito (62%), boleto bancário (33%), cartão de débito (27%) e o PIX (24%);
- 71% fizeram compras parceladas pela internet nos últimos 12 meses, com uma média de 6 prestações, e 26% fizeram todos os pagamentos à vista;
- A forma mais comum de receber o produto é em casa ou no local combinado (92%). Apenas 8% retiram nas lojas;
- 38% costumam pagar um maior valor de frete para receber as compras mais rápido;
- Fatores que mais contribuem para o estímulo às compras on-line são: frete grátis (61%), preços mais atrativos que nas lojas físicas (50%) e reduzir o risco de pegar Covid (36%);

- As principais vantagens do *e-commerce* apontadas são a comodidade de comprar sem sair de casa (41%), preço mais baixo (39%) e flexibilidade de horário (33%). Já as principais desvantagens são o pagamento de frete (54%), não poder ver/experimentar o produto (52%) e não poder levar o produto na hora da compra (41%).

Desde o último trimestre de 2020, esses setores vêm perdendo fôlego, por fatores como a retirada de estímulos econômicos, como o auxílio emergencial, e o recrudescimento da pandemia, que em março resultou em restrições às atividades e colapso do sistema de saúde em vários estados.

A perspectiva de redução do auxílio emergencial a partir de 2021 é um fator de preocupação para as empresas do setor. Combinado à fragilidade do mercado de trabalho no Brasil – 12 milhões de pessoas perderam o emprego entre março e agosto – pode levar a uma queda nas vendas dos grandes mercados. Sem garantia de renda, a tendência é de redução do consumo.

Considerações finais

Assim como afirmam Lipovetsky e Charles (2004) longe de decretar-se o fim da modernidade, assiste-se a seu remate, a hipermodernidade é a modernidade elevada à potência superlativa, concretizando-se no liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada dos modos de vida. “Eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria

modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo (LIPOVETSKY E CHARLES, 2004, p. 54).

Os Supermercados Virtuais são, nesse contexto, um perfeito exemplo desses três axiomas superlativados, pois são símbolos da hiper circulação de mercadorias, da eficiência técnica que amplia a exploração dos trabalhadores, que trabalham no limite da flexibilidade, além de permitirem, principalmente aos varejistas mais novos, racionalizar ao máximo seus espaços de funcionamento, aproveitando-se das redes já estabelecidas no território.

A eficiência técnica produz ainda o discurso que diz aos consumidores que o tempo dispendido para as atividades corriqueiras, como fazer compras de supermercado, podem ser aproveitados para outras atividades, tais como o lazer (também ligado ao consumo) ou o próprio trabalho. Ditas de forma não tão radical, essas tais facilidades oferecidas pelas empresas de varejo nada mais são do que formas de dizer ao trabalhador que ele pode passar mais horas do dia dele trabalhando ou então consumindo (em suas horas de lazer) do que indo ao supermercado. Além disso, o fato de já não ser necessário sair de casa para se realizar qualquer tipo de compra e nem se preocupar com o horário de funcionamento dos estabelecimentos, tampouco com a distância a ser percorrida até chegar nele – é possível consumir em qualquer lugar a qualquer momento, e a entrega pode ser realizada na hora e no lugar escolhido pelo consumidor, sem o caos do trânsito, sem o medo da violência urbana e com a segurança do pagamento online.

Esse discurso produzido pela técnica reforça a noção de hedonismo e individualismo dos sujeitos hipermodernos, ampliando o distanciamento desses sujeitos dos espaços públicos

da cidade, erguendo grandes muros que os isolam em espaços ainda mais abstratos e virtuais, com uma capacidade paradoxalmente mais ampla de cerrar esses indivíduos em seus “próprios mundos”, protegidos dos males do lado de fora das comunidades fechadas.

A hipermodernidade caracteriza-se, dessa forma, pela hiper circulação de capital, de informações, as grandes e numerosas mudanças tecnológicas, o dilúvio de números da internet: “milhões de sites, bilhões de páginas, trilhões de caracteres, que dobram a cada ano” (op. cit., p. 55). As multidões atulhadas em cidades, as multidões nas viagens de férias, as multidões nos shows, as multidões que consomem um mesmo produto; a hipervigilância que substituiu a disciplina totalitária; o hiperindividualismo.

A ubiquidade da linguagem da mercadoria, a invasão dos signos e dos símbolos do consumo, o discurso da falta de tempo (justificado pela exploração massiva do trabalhador, que, ao invés de realizar suas atividades diárias, utiliza seu tempo para trabalhar ainda mais; ou pelo ímpeto hedonista do indivíduo – a própria ideia de lazer), a explosão da cidade, a imobilidade do tráfego são os mecanismos e conteúdo do discurso dos Supermercados Virtuais. Essas formas comerciais, próprias de uma organização social capitalista hipermoderna, espetacular e de consumo burocrático dirigido contemporânea, tornam, nesse sentido, o espaço urbano da cidade de São Paulo um espaço por meio do qual o capital realiza-se, de forma ainda mais fluida e veloz.

A velocidade, a simultaneidade e a instantaneidade da internet enunciam ainda mais a aceleração do tempo e intensificam o processo de fetichização da mercadoria; no caso dos Supermercados Virtuais, o consumo geral de mercadorias é

principalmente da imagem, ou do simulacro da mercadoria. Desse modo, o sujeito consumidor está ainda mais alienado do processo de produção como um todo.

Foi esse olhar para o cotidiano da cidade, os sujeitos que vivem nela e para o modo de ação dos Supermercados Virtuais na cidade, que nos auxiliaram a confirmar a hipótese levantada de que eles se constituem em mais uma transformação da atividade comercial para atender aos novos padrões e modos de consumo da sociedade. E sua condição de ubiquidade possibilita a reprodução das relações de produção a partir tanto das transformações no âmbito do trabalho como no ritmo da vida urbana.

É preciso reiterar também que, apesar de o comércio eletrônico crescer em ritmo acelerado, para muitos ainda não se trata de uma atividade corriqueira. Além da desconfiança que essas inovações tecnológicas geram, o acesso a esse tipo de comércio está claramente vinculado ao cotidiano das classes de rendimento mais alto, mesmo que não seja exclusividade delas, visto que, cada vez mais, essa tecnologia torna-se economicamente acessível às classes de menor rendimento. Não é possível desconsiderar, ainda, que a infraestrutura da rede que disponibiliza a internet (fixa e móvel) é limitada no território nacional (ainda existem muitos municípios que não são abarcados nessa rede) e mesmo em alguns pontos da metrópole, o que pode explicar as suas dificuldades de expansão. As condições de acesso à infraestrutura da rede também se colocam como umas das razões pelas quais essas formas comerciais desenvolvem-se com maior consistência nos grandes centros urbanos, justamente pela intensidade e velocidade nas transformações ali encontradas.

Eis alguns desafios que se impuseram a este trabalho: o primeiro deles é justamente o fato de que o objeto de estudo escolhido é muito recente, e que está em constantes transformações – o que requer a continuidade dos estudos a seu respeito – e que não tem a mesma dimensão do varejo convencional, pela restrição de acesso, pela desconfiança, pela novidade. Mas é possível dizer que essa forma de comércio tende a crescer e a adquirir maior projeção a partir do momento em que as tecnologias de comunicação passem a fazer parte do cotidiano da sociedade.

A pandemia de Sars-Cov-2 veio para mostrar que estas formas comerciais serão ainda mais presentes no cotidiano das pessoas nas cidades, seja pela precaução, pela necessidade ou pelo hábito adquirido durante esse período que reforçam o discurso de comodidade e reforçam a noção de isolamento social, seja ele forçado pelas questões pandêmicas, seja aquele já praticado anteriormente pela falta de contato entre os sujeitos nas cidades, encerrados em suas casas e apartamentos murados e hipervigiados.

Estamos caminhando para um modo de vida no qual as telas serão (ainda mais) onipresentes, móveis, baratas, sempre ligadas, interativas e intuitivas. Haverá uma interface para tudo e qualquer coisa que estiver além da tela (por meio da internet móvel). As possibilidades de interação dos consumidores com os espaços de compra, troca e venda são imensas, e adentrar a esse universo de possibilidades é também tentar compreender a dinâmica organizacional da sociedade capitalista moderna e pensar sobre cenas cotidianas que acontecem em especial no meio urbano, em que o fluxo de pessoas, informações e mercadorias é maior.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS (ABRAS). **Vendas dos supermercados acumulam alta de 3,94%**. Publicado em 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/71797/vendas-dos-supermercados-acumulam-alta-de-3-94>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

BARATA-SALGUEIRO, Teresa. **Do comércio a distribuição: roteiro de uma mudança**. Lisboa, Portugal: Ed. Celta. 1996.

BOMFIM, Paulo; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **Insólita Metrópole**. São Paulo nas crônicas de Paulo Bomfim. Editora Ateliê Editorial. São Paulo, 2000.

CACHINHO, Herculano & BARATA-SALGUEIRO, Teresa. **Sistemas comerciais urbanos em tempos de turbulência: vulnerabilidades e níveis de resiliência**. Finisterra, 2016 LI(101), 89-109. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/fin/n101/n101a06.pdf>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Dezembro, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estud. av. São Paulo**,

v. 23, n.66, p.303-314, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011, 157 p.

CHARLES, Sebastián; LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 129 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC Brasil). **91% dos internautas realizaram compras pela internet nos últimos 12 meses, aponta pesquisa CNDL/SPC Brasil**. Publicada em 26 de maio de 2021. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/91-dos-internautas-realizaram-compras-pela-internet-nos-ultimos-12-meses-aponta-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Comércio - Setembro 2020**. Publicado em 11 de novembro de 2020.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2020_set.pdf. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

HARVEY, David. **The urban experience**. Baltimore The Johns Hopkins University, 1989.

KIVILAHTI, Arhi. **Industry Transformation Initiated by a Technological Innovation - Case of UK Grocery Retailing**. A

doctoral dissertation of the Aalto University School of Engineering, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os supermercados na grande São Paulo**: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PINTAUDI, Silvana Maria. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Geografia**, 9 (17-18):37-54, outubro de 1984.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.p. 143-159.

PINTAUDI, Silvana Maria. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: CARRERAS, C; PACHECO, S. M. M. P. (Orgs.) **Cidade e comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, p. 55-61.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O tempo e o espaço do comércio 24 horas na metrópole paulista**. 2003. xi, 229f. Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2003.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. A simultaneidade como elemento da urbanidade: aproximações ao tema a partir das

imagens e representações da metrópole contemporânea. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 2, p. 39-50. 2011.

SILVA JÚNIOR, Otoniel Fernandes da. O lugar do mercado de vizinhança no contexto da acumulação ampliada do capital na metrópole paulista. In: SILVEIRA, Maria Laura; BERTONCELLO, Rodolfo; DI NUCCI, Josefina (Orgs.). **Ciudad, comercio y consumo: temas y problemas desde la Geografía**. 1ª ed. bilingüe- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020.

VIEIRA, Sidiney G. **O centro vive - O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: Sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço**. Vol. 1. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2002.

ZANCHETA, Juliana Giolo. **Os supermercados virtuais e a produção do espaço urbano da metrópole paulista**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil. 2016.

O COMÉRCIO ELETRÔNICO NOS SITES DE REDES SOCIAIS¹

Patrícia da Cruz Oliveira

Introdução

Nas últimas décadas presenciamos a formação de redes cada vez mais complexas e interligadas, protagonizadas pelo componente eletrônico e suas tecnologias, especialmente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (CASTELLS, 1999). O espaço virtual, ou ciberespaço (LÉVY, 1999, 2011), tem hoje a potencialidade de conectar pessoas do mundo todo, possibilitando ações em diferentes tempos, espaços e em diversas escalas (local, regional, nacional, internacional).

Há, nesse sentido, uma ressignificação do tempo e do espaço, na medida em que com a internet cada vez mais acessível (sobretudo nos territórios que dispõem dos aparatos tecnológicos mais desenvolvidos), as ações podem ser tomadas a qualquer momento do dia e 7 dias por semana em qualquer lugar que disponha de tais tecnologias. Essa ressignificação, assim, nos remete à lógica 24/7 (CRARY, 2016), e são nos grandes centros

¹ Este capítulo é parte da Dissertação de Mestrado defendida pela autora no ano de 2016, cujo título é “Transformações Recentes no Comércio e no Consumo: as trocas de mercadorias a partir do Facebook na cidade de Pelotas-RS”, que foi orientado pela Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Campus de Rio Claro (SP).

urbanos que as TICs e suas dinâmicas apresentam-se com maior intensidade.

As cidades, como nos diz Mitchell (2002) e Ascher (2010), passaram ao longo do tempo por grandes transformações e chegam ao século XXI marcadas pela presença das TICs, sinalizando para a necessidade de repensar as suas dinâmicas a partir desse novo elemento. O modo de vida urbano, da mesma maneira, desenvolve novas formas de relações com o tempo e o espaço e também entre as pessoas, o que, inevitavelmente, acaba refletindo em novas práticas de comércio e consumo.

Pensar o contexto atual, nesse sentido, é também considerar o espaço virtual em suas múltiplas relações. Vivemos hoje um tempo marcado pela velocidade e fluidez nas mais diversas relações que constituem a vida cotidiana, possibilitadas, em grande medida, pela ascensão e popularização das TICs.

As inovações tecnológicas ligadas à informática e aprofundadas, especialmente, a partir da última década do século XX trazem novas possibilidades à sociedade, que se estendem às relações espaciais. A partir do momento em que o computador passa a ser de uso pessoal, não mais restrito apenas ao uso dos Estados e das empresas, estabelece-se um novo meio de comunicação e interação social, o virtual. Temos, assim, o “ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32).

Presenciamos o desenvolvimento de dispositivos eletrônicos cada vez mais eficientes relacionados ao acesso à rede, que não se restringem aos computadores. Recentemente outros aparelhos se destacam, como os *smartphones*, que dispõem

de acesso à internet e de outros recursos encontrados nos computadores, com o benefício da portabilidade e das chamadas telefônicas.

O crescente acesso à internet, possibilitado pelo aprimoramento da infraestrutura técnica e pela proliferação dos *smartphones*, presentes massivamente na sociedade, garante a extensão das mais variadas práticas sociais ao espaço virtual. Dentre elas, o estabelecimento de redes sociais, agora virtuais.

Nas primeiras décadas deste século vimos surgir experiências diversas intermediadas pelas TICs e pela internet. Os indivíduos passaram a interagir no ciberespaço e, dentre as novas experiências de redes sociais possibilitadas através do ciberespaço, destacamos o surgimento dos Sites de Redes Sociais (SRSs) que, segundo Recuero (2009, p. 102), dizem respeito aos

[...] espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet. Sites de redes sociais foram definidos por Boyd & Ellison (2007) como aqueles sistemas que permitem i) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; ii) a interação através de comentários; e iii) a exposição pública da rede social de cada ator. Os sites de redes sociais seriam uma categoria do grupo de *softwares sociais*, que seriam *softwares* com aplicação direta para a comunicação mediada por computador.

Atualmente, existem vários SRSs, como o Twitter e o Facebook, por exemplo, sendo este último com o maior número de usuários ativos². Esses SRSs, nos últimos anos, foram

² 2 bilhões de usuários mensais, conforme divulgou Mark Zuckerberg, criador do *Facebook*, no dia 26 de julho de 2017 em seu perfil pessoal deste SRS.

protagonistas, enquanto técnica ou ferramenta de apropriação popular, na organização de movimentos sociais presentes em vários pontos do mundo: os movimentos que culminaram na queda de ditaduras (que derrubaram os governos na Tunísia e no Egito, por exemplo) que ficou conhecida como Primavera Árabe, o Movimento dos Indignados na Espanha, o movimento Geração à Rasca em Portugal, o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos, e as próprias manifestações organizadas no Brasil todo que ficaram conhecidas como as Jornadas de junho em 2013, constituem apenas alguns dos exemplos.

É claro que não podemos inferir aos SRSs a centralidade de tais movimentos sociais, visto que estes ocorreram em virtude da grande insatisfação popular singular a cada um dos casos citados. Porém, também não podemos deixar de destacar a importância desses SRSs como ferramentas para a organização dos movimentos sociais, bem como a possibilidade de agrupar indivíduos solidários à mesma causa. Alves (2012, p. 32), assim, destaca que “em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, na organização das manifestações foi importante”.

Ao apontar algumas das características em comum desses novos movimentos sociais, Alves (2012, p. 33) diz que estes “utilizam redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social”. Nesse sentido, considerando o papel de destaque dos SRSs no contexto atual, verificamos no Facebook outro aspecto que vem ganhando força na sociedade: a participação deste, nas relações de comércio e consumo, direta ou indiretamente.

Assim como no caso dos movimentos sociais, a inserção de relações comerciais nesse SRS está mais relacionada com o

momento histórico que vivemos, em que a ferramenta (nesse caso o SRS) é um importante componente da comunicação do nosso tempo. Além disso, insere-se nas novas formas e estratégias comerciais ligadas ao ciberespaço: desde o final do século XX, com a criação da Amazon, verificamos o surgimento e o crescimento de experiências ligadas ao comércio eletrônico (ou *e-commerce*).

O momento atual permitiu, assim como a outras formas em outros tempos, a partir das técnicas e tecnologias disponíveis, atualizações nas estratégias comerciais. Ou seja, ao longo do tempo presenciamos uma série de atualizações nas formas comerciais das empresas e em suas estratégias comerciais: desde o super e o hipermercado, passando pelos grandes magazines e pelo *shopping center*, até mais recentemente as franquias e o comércio eletrônico.

Mudanças e permanências no comércio e no consumo

Há uma categoria de homens e mulheres jovens e fortes que querem dar a própria vida por algo. A propaganda faz essas pessoas irem atrás de carros e roupas de que elas não precisam. Gerações têm trabalhado em empregos que odeiam para poder comprar coisas de que realmente não precisam. – Não temos uma grande guerra em nossa geração ou uma grande depressão, mas, na verdade, temos sim, é uma grande guerra de espírito. Temos uma grande revolução contra a cultura. A grande depressão é a nossa vida. Temos uma depressão espiritual (PALAHNIUK, 2012. p. 186).

“Clube da Luta” (PALAHNIUK, 2012) narra a história de um jovem funcionário que, ao perceber que sua frustração e ira já não podiam mais ser acalmadas através do consumo desenfreado que a mídia oferece, busca alívio em lutas clandestinas em pequenos porões de bares da cidade, formando assim o Clube da Luta.

Há muito tempo que a felicidade tem sido associada ao consumo: consumir para ser feliz, ou ao menos ter momentos de felicidade é uma das ideias mais disseminadas pela mídia ao longo do século XX e do início do XXI, implícita ou explicitamente. Consumir mercadorias, sensações, espaços, experiências, qualquer coisa que o dinheiro possa comprar. Infelizmente, como bem defende Lipovetsky (2007, 2009) ao analisar a sociedade de hiperconsumo, a tão almejada felicidade pode até estar associada às relações de consumo, no entanto, constituem-se relações de uma felicidade paradoxal, as quais acabam sendo permeadas pelo frívolo e pelo efêmero.

Segundo Lipovetsky (2007), atualmente nossa sociedade atingiu o estágio mais avançado do consumo - o hiperconsumo, em que este, se entranha em todas as atividades e relações sociais em tempo integral. O autor destaca a existência de três eras do capitalismo do consumo, ou seja, uma evolução histórica da civilização consumidora. A primeira fase é marcada pelo consumo de massa que surge nos anos de 1880 e vai até à Segunda Guerra Mundial. Nesse período, “vê constituir-se, no lugar dos pequenos mercados locais, os grandes mercados nacionais tornados possíveis pelas infraestruturas modernas de transporte e de comunicação”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 26-27).

Também nessa fase surge o modelo fordista de produção em massa que, apoiado na lógica econômica de venda em grandes

quantidades a baixo preço, obtendo o lucro pelo grande volume de vendas, proporciona maior acesso ao consumo – embora nessa primeira fase ainda seja considerado de predominância burguesa, os bens ainda são os duráveis, sólidos. É nessa fase que entram em cena a presença da marca, da publicidade e do acondicionamento dos produtos – o que causa uma mudança no status do “comprador”: de “cliente tradicional em consumidor moderno” (LIPOVETSKY, 2007).

A partir da segunda fase, que começa no pós Segunda Guerra Mundial, por volta dos anos de 1950, e vai até os anos de 1970, a produção em massa se consolida, como também a publicidade – assim a quantidade toma o lugar da qualidade. Em síntese, essa fase é

marcada por um excepcional crescimento econômico, pela elevação do nível de produtividade do trabalho e pela extensão da regulação fordista da economia, a fase II identifica-se com o que se chamou de “sociedade da abundância”. Multiplicando por três ou quatro o poder de compra dos salários, democratizando os sonhos do Eldorado consumista, a fase II apresenta-se como o modelo puro da “sociedade do consumo de massa” (LIPOVETSKY, 2007, p. 32).

Também essa fase se distingue da anterior porque

sob o dilúvio de signos leves, frívolos, hedonistas, a fase II se empenhou em deslegitimar as normas vitorianas, os ideais sacrificiais, os imperativos rigoristas em benefício dos gozos privados. Assim, ela provocou uma oscilação do tempo, fazendo passar da orientação futurista para a “vida do presente” e suas satisfações imediatas (LIPOVETSKY, 2007, p. 36).

Por fim, surge a terceira fase do capitalismo do consumo, que começa pelos anos de 1970 e vai até os dias de hoje – essa nova fase constitui-se a era do hiperconsumo. Nessa fase, o culto ao “aqui e agora” é aprofundado (o imediatismo), o consumidor busca nas experiências, nas sensações e na satisfação dos desejos os seus objetivos de consumo, mais do que a simples aquisição material – a subjetividade assume um papel de destaque. Em suma, o consumidor hipermoderno busca a felicidade através dos mecanismos de consumo, não necessariamente de acumulação de objetos, mas de sensações e experiências proporcionadas por esses objetos, ou pela oportunidade de novas experiências – a busca pelo prazer imediato (LIPOVETSKY, 2007).

Se agora a busca pelo prazer através do consumo é alcançada, cada vez mais, a partir de experiências, antes havia a consagração dos objetos enquanto demonstração ou signo de status (BAUDRILLARD, 2007). Não que tal perspectiva tenha deixado de existir, ela não só existe como se mostra verdadeira, porém, não se faz mais única: agora não é somente o carro ou a casa que se possui, mas os restaurantes que se frequenta, as viagens que se realiza, as experiências que se pode comprar, entre outros, que trazem a satisfação dos desejos e revelam seu status social.

Santos (2012), nesse sentido, ao analisar a importância que o consumo assume na sociedade, fazendo uma analogia do consumo ao ópio, em que este, segundo o autor, passou a substituir o papel das religiões, outrora fundamental na sociedade e na organização desta, confere aos objetos um papel de destaque, de modo que

o consumo instala sua fé por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de

trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os shopping centers e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual (SANTOS, 2012, p. 48).

Tais objetos, observados por Santos (2012) em seu sentido onipresente, apresentam-se como signo de status e abundância, redefinindo inclusive os laços sociais, de modo que “os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objetos” (BAUDRILLARD, 2007, p. 13). No mesmo sentido, percebemos que nossas relações com os objetos, alteraram-se significativamente desde a segunda metade do século XX. Desde então preocupamo-nos permanentemente com eles, tornando-se parte do arsenal individual da vida cotidiana, pois, diferente de outras épocas, os objetos deixaram de ser o legado de gerações, símbolos da família, e passaram a representar o status individual.

Vivemos o tempo dos objetos: quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente. Atualmente, somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas (BAUDRILLARD, 2007, p. 14).

E esses objetos, segundo Baudrillard (2007), apresentam-se conjuntamente. Para além do amontoamento, surgem em forma de coleções, combinando esteticamente ou ideologicamente entre si, numa sintonia perfeita orquestrada pela lógica do consumo: “Raros são os objetos que hoje se oferecem isolados, sem o contexto de objetos que os exprimam” (BAUDRILLARD, 2007, p. 15). Dessa forma, consumimos em cadeia: a compra de um objeto nos leva a compra de outro e assim sucessivamente. Com isso, há uma busca que sempre se apresenta incompleta, sempre falta algo para que exista uma ordem perfeita.

Você compra móveis. E pensa, este é o último sofá que vou precisar na vida. Você compra o sofá e fica satisfeito durante uns dois anos porque, aconteça o que acontecer, ao menos a parte de ter um sofá já foi resolvida. Depois precisa do aparelho de jantar certo. Depois da cama perfeita. De cortinas. E do tapete. Então você fica preso no seu belo ninho e as coisas que costumavam ser suas agora mandam em você (PALAHNIUK, 2012. p. 50).

No entanto, para além dos objetos e suas coleções, temos também as experiências transformadas em mercadorias (LIPOVETSKY, 2007). E essas experiências voltadas ao consumo são agora apresentadas ao mundo a partir do principal componente do início do século XXI: as redes virtuais, e mais especificamente os SRSs. Se não pela materialidade imediata de um objeto, temos as imagens publicadas e compartilhadas nos perfis e páginas pessoais nos SRSs. Com hashtags, referências geográficas, filtros e demais marcações disponíveis é possível exibir toda felicidade e satisfação ao frequentar um lugar que está na moda, provar um prato em um restaurante exclusivo, um hotel dos sonhos, aquela viagem perfeita. Tudo pode ser fotografado e compartilhado. Tudo que foi consumido no momento,

materialmente, continuará sendo consumido na rede, na forma de imagens e suas representações sociais.

Aqui percebemos os SRSs enquanto importantes ferramentas da atual sociedade hipermoderna, e do hiperconsumo, descrita por Lipovetsky (2007). Primeiro como reprodutores das relações de consumo, e depois voltadas a outras estratégias comerciais propriamente ditas, ao passo que podem envolver o comércio e o consumo de forma mais ou menos direta, através de estratégias de marketing e da criação de grupos e páginas ligadas às trocas de mercadorias, como no caso do Facebook, por exemplo. Tais relações de comércio e de consumo nos SRSs se juntam àquelas do comércio eletrônico, alicerçadas no uso das TICs como mediadoras.

Nesse sentido, observamos que as relações de consumo recentemente passaram por mudanças significativas, ancoradas no contexto hipermoderno em que nos encontramos e intermediadas pelas TICs a partir do ciberespaço. Essas mudanças traduzem-se em atualizações nas práticas de comércio e consumo na era das redes, e podem ser encontradas em toda a parte, como em sites e aplicativos específicos desenvolvidos por empresas com o intuito de reproduzir virtualmente a sua loja física e divulgadas nos SRSs, por exemplo.

Tais relações podem ser observadas e analisadas de diversas maneiras, uma delas refere-se à praticidade proporcionada aos consumidores, visto que ocorre uma flexibilidade em relação ao tempo e ao espaço: desde que haja o suporte necessário pode-se consumir onde quer que se esteja e a qualquer momento, sem a implicação de nenhuma barreira espaço-temporal.

Além disso, o comércio eletrônico também é capaz de diminuir custos referentes ao espaço físico, visto que já não mais exige necessariamente o seu estabelecimento nas melhores porções do espaço. Também pode representar a ampliação do seu poder de alcance referente ao público consumidor, de modo que este não terá a necessidade de se locomover até o estabelecimento comercial e terá a praticidade de comprar e receber suas mercadorias na sua própria casa.

Por outro lado, é preciso destacar, que essa estratégia de comércio potencializa outras dinâmicas espaciais, como é o caso do sistema de entrega das mercadorias, pois se o consumidor já não necessita se locomover até a mercadoria, é a mercadoria em si que precisa se locomover até o consumidor, e nesse processo as estratégias espaciais adquirem especial atenção para que o lucro não seja comprometido. Mesmo que esteja relacionado diretamente ao ciberespaço, o comércio eletrônico também envolve diretamente o espaço concreto, de modo que há uma inter-relação, uma indissociabilidade entre ambos.

A existência de uma infraestrutura moderna de telecomunicações é um dos fatores que permite a conexão de todo o processo comercial, desde o produtor até o consumidor. Esta importância torna-se clara quando avaliamos os investimentos em rotas de fibra ótica (interna e intercontinentais). No contexto do *e-commerce*, o espaço é valorizado em todas as etapas; desde a criação de uma rede de telecomunicações mais eficiente, até a logística e entregas rápidas e eficazes (ORTIGOZA e RAMOS, 2003, p. 64).

Essa importante relação que se estabelece entre as formas e estratégias comerciais com o espaço é algo que se mantém ao

longo do tempo. A história do comércio remonta grande parte da história da humanidade. Ao procurar sua origem nos deparamos com sua importância frente a grandes mudanças mundiais. É impossível, por exemplo, esquecer as antigas rotas da seda ou as grandes navegações e suas relações comerciais, e o impacto que estas trouxeram à humanidade, bem apresentadas na obra de Bernstein (2009), por exemplo, que demonstra a importância da história das relações comerciais, desde a pré-história até a contemporaneidade, para a constituição do mundo que temos hoje.

As relações de trocas influenciaram e, em muitas vezes, tiveram papel fundamental em transformações sociais, culturais e espaciais, para além das econômicas, e foram, assim, marcantes na constituição das sociedades modernas, bem como tiveram importância ímpar na formação e consolidação das cidades, como bem aponta Ortigoza (2009, p. 34) “A história do comércio se confunde com a história das cidades. Isto porque, os novos formatos de lojas, traduzidos em métodos inovadores de atrair consumidores, mudam a dinâmica das localizações”. Os mercados públicos, por exemplo, podem representar a importância e a presença marcante que o comércio, e suas formas, tiveram e ainda tem nas cidades.

Hoje, ainda é possível encontrar ao lado dos hipermercados e outras formas comerciais mais modernas a presença do mercado público, no entanto, estes assumiram novas configurações. Mesmo que sua forma arquitetônica e sua função das trocas ainda permaneçam, muitas foram as modificações e ressignificações ocorridas e atreladas aos processos de modernização desencadeados nas últimas décadas. Os mercados públicos mudaram, destaca Pintaudi (2012, p. 172), “o que vemos

é apenas o invólucro do original em alguns casos; em outros, a permanência se dá apenas por falta de opção comercial no lugar que ainda não despertou o interesse do grande capital”.

Assim, é notável que, ao longo do tempo, inúmeras foram as inovações no comércio varejista, concebidas através das estratégias por parte das empresas para a conquista do público consumidor, objetivando sempre a obtenção e ampliação do lucro. Dentre essas inovações, podemos destacar algumas que tiveram um maior impacto na sociedade e no espaço, levando também à mudança de hábitos do consumidor: as lojas de departamento, os supermercados e hipermercados, os shoppings centers, as franquias e, mais recentemente, o comércio eletrônico (ORTIGOZA e RAMOS, 2003).

A inserção das relações comerciais na internet representa novas possibilidades de comércio e consumo, em que as variáveis tempo e espaço se relativizam mediante o mecanismo 24/7. Ademais, três pontos destacam-se: a) corresponde a uma nova relação entre o consumidor e a loja; b) resulta na eliminação da necessidade do consumidor se deslocar para realizar suas compras; e c) reflete em uma maior comodidade e segurança, no sentido de evitar uma maior exposição aos transtornos urbanos (ORTIGOZA e RAMOS, 2003).

O comércio eletrônico

O comércio eletrônico é hoje uma das mais eficazes estratégias que levam os consumidores a comprarem sem saírem de casa. Utilizando as TICs, em especial a internet, o comércio eletrônico apresenta-se atualmente como um dos maiores

potenciais na esfera dos negócios, considerando a rápida expansão do acesso à internet e das tecnologias necessárias ao seu uso nos últimos anos. Em linhas gerais, pode envolver diferentes intermediadores e atores dos mais diversos, como “consumidores, vendedores, comparadores, buscadores, provedores, prestadores de serviço, gestoras de pagamento, compras coletivas, bancos e administradoras de cartão de crédito” (TEIXEIRA, 2015, p. 15).

Sobre o surgimento do comércio eletrônico, no que se refere à venda varejista, verificamos que este se deu nos Estados Unidos, destacando-se a criação da Amazon.com em 1994, e o lançamento do seu site em 1995, fundada por Jeff Bezos. A principal vantagem da loja virtual em relação à loja física era “a eliminação de estoques, na medida em que repassa os pedidos de compra diretamente às editoras, reduzindo substancialmente os custos em relação às lojas físicas” (PARAISO, 2011, p. 04).

A história da Amazon, segundo Catalani et al. (2004), ilustra a evolução do comércio eletrônico, de modo que a empresa se tornou um “marco do varejo online, tanto pelas características da condução do negócio, quanto pela sua evolução” (CATALANI et al., 2004, p. 42). No Brasil, no entanto, o setor apresenta maior desenvolvimento por volta dos anos 2000, de modo que há, desde então, um crescimento contínuo. Tal crescimento é atribuído a diversos fatores, dentre os quais se destacam a

variedade dos produtos, comodidade e facilidade na comparação de preços em diversas lojas em curto período, possibilidade de parcelamento sem juros e condições de pagamento facilitadas, além do aumento do número de internautas consumidores (PARAISO, 2011, p. 05).

É preciso destacar que mesmo aquelas empresas que não fazem “vendas diretas na internet, praticamente todas as empresas do mundo estão utilizando a rede de alguma forma: para divulgação, para contato com clientes, para compras e interação com fornecedores, entre outras aplicações” (CATALANI et al., 2004, p. 18). Nesse sentido, constatamos a existência de variações nas estratégias de comércio eletrônico.

Conforme apresentam Catalani et al. (2004, p. 35-36), tratam-se de modelos de negócios online, dos quais destacam-se: a) o B2C (*business-to-consumer*), que são os negócios partindo de empresas para consumidores finais; b) o B2B (*business-to-business*), referente aos negócios entre empresas; c) o C2C (*consumer-to-consumer*), negócios entre consumidores finais; d) B2E (*business-to-employee*), negócios em empresas voltados para os empregados; e, e) G2B/B2G ou G2C/C2G (*government-to-business, business-to-government, government-to-consumer, consumer-to-government*), que “lembram as interações eletrônicas entre o governo e as empresas (e vice-versa) e também com os consumidores finais” (CATALANI et al., 2004, p. 37-38).

Além dos sites criados por empresas como estratégia de vendas que se somam às suas lojas físicas, na última década presenciamos o surgimento de diferentes estratégias, ou inovações, encontradas especialmente nos modelos de negócios do tipo B2C e C2C, que demonstram a diversidade de ações e opções proporcionadas pelo ciberespaço relacionadas ao comércio. Uma delas refere-se ao modelo B2C, e corresponde aos sites de compras coletivas³. Estratégia surgida nos Estados

³ “Funcionam comercializando em seus sites cupons que dão direito a serem trocados por produtos ou serviços a serem oferecidos por outrem (quase sempre empresas) por preços que possuem descontos de aproximadamente

Unidos em 2008 com a empresa Groupon, chega ao Brasil em 2010 inspirando a criação de vários sites do tipo, como o Peixe Urbano e o Vergamota, por exemplo.

Neste sistema de compra, anunciantes oferecem seus produtos ou serviços com grandes descontos a fim de atrair mais clientes. Este tipo de negócio envolve três partes: a empresa titular do site de compras coletivas (fornecedor intermediário e imediato), o fornecedor ofertante do produto ou serviço que vai entregá-lo ou prestá-lo (fornecedor primário e mediato) e o consumidor (destinatário final do produto ou serviço) (TEIXEIRA, 2015, p. 38-39).

No que se refere ao modelo C2C, podemos destacar as relações de trocas estabelecidas nos SRSs, especialmente nos grupos presentes no Facebook, criados por seus usuários, com o objetivo de trocas de mercadorias. São grupos como “classificados”, “compra, vende e troca”, “brick” e “brechó”, por exemplo. O caso dos SRSs, no entanto, diferencia-se dos demais, pois além de consumidores finais, empresas ingressam nos SRSs, divulgam e comercializam suas mercadorias ou seus serviços, seja através dos grupos criados e organizados pelos usuários do SRS, ou de páginas próprias, aplicativos, etc., a depender do SRS.

Nesse sentido, pesquisas realizadas e publicadas pelo e-bit (WEBSHOPPERS, 2016) na última década apontavam os SRSs como uma nova tendência de se fazer negócios pela internet. Com dados referentes ao público que realiza esse tipo de relação comercial, o gênero predominante de acordo com a

50%, mas podem variar entre 40% a 90%, sobre o valor original do produto ou serviço ofertado” (TEIXEIRA, 2015, p. 38).

categoria de mercadorias, e sobre esse canal de relacionamentos tornar-se uma ferramenta eficaz no que concerne ao marketing das empresas.

Uma das maiores febres e tendências do mundo web nos últimos anos são as redes sociais. Inicialmente usadas para encontrar pessoas, entrar em contato com amigos e estar conectado em uma grande rede de relacionamento, estes pontos de encontro virtuais começam a ser vistos também como uma grande oportunidade de se fazer negócios pela internet. De acordo com um estudo realizado pela e-bit no primeiro semestre de 2010, através de dados de pesquisas coletadas no processo de finalização de compra das lojas virtuais, 55% dos e-consumidores que fizeram uma compra pela internet influenciados por uma rede social são mulheres, o que pode indicar maior propensão do público feminino em ser seduzido pelas ofertas ou recomendações nesse canal. No comércio eletrônico, em geral, a divisão é exatamente pela metade: 50% são homens, 50% mulheres. (WEBSHOPPERS, 2016, p. 153).

Desse modo, observamos que desde o ano de 2010 os SRSs têm demonstrado especial potencial no setor de comércio eletrônico – com crescimento tanto entre as empresas tradicionais quanto no surgimento de novos negócios. Quando a relação comercial não se dá diretamente no SRS, ele serve como um caminho até a loja. Conforme a edição 43 do relatório Webshoppers, que traz dados do comércio eletrônico do ano de 2020, divulgado em março de 2021, “sites de busca e redes sociais são os principais caminhos para as lojas” (E-BIT, 2021, p. 18).

Muitos são os exemplos de empresas que passaram a adotar a estratégia nos últimos anos. Existem, inclusive, plataformas com o objetivo de auxiliar os empreendimentos a

lançarem sua loja virtual na web e no Facebook, como é o caso da Fácilme, com números que ultrapassam a marca de setenta mil lojas cadastradas no Facebook (FACÍLEME, 2021).

Com a diversidade de estratégias ligadas ao comércio eletrônico, vimos surgir diferentes termos, alguns deles relacionados aos SRSs, que buscam uma diferenciação de acordo com as especificidades de cada caso. Por exemplo, a Fácilme identifica-se como *Social Commerce*, ou Comércio Social, que pode ser entendido como

a integração do *e-commerce* com as mídias sociais. As empresas imersas no *Social Commerce* devem incorporar em suas filosofias determinadas características inerentes sociais, tais como a disponibilização de classificações e comentários sobre os produtos compartilhados pelos consumidores (E-COMMERCE NEWS, 2016a).

Outro caso está diretamente ligado ao Facebook: trata-se do *Facebook-Commerce*, ou *F-Commerce*, que consiste no comércio eletrônico realizado no ambiente do Facebook.

A ideia principal do *Facebook-Commerce* é envolver as pessoas com os produtos e com a empresa estimulando a compra e a propagação da informação entre os amigos. A loja virtual no facebook é similar a loja virtual que já conhecemos e embora possua um menor espaço visual e uma quantidade menor de recursos, utiliza as principais funções de uma loja como a vitrine de produtos, o carrinho de compras, a seção ajuda, entre outras (FELIPINI, 2015).

Felipini (2015) aponta três abordagens de utilização do *F-Commerce*: a) *Facebook-Commerce* como estimulador de

vendas; b) Pré-venda no *facebook-commerce*; e, c) Venda completa no *facebook-commerce*. Assim, de acordo com Felipini (2015), as três abordagens se dão da seguinte maneira:

Facebook-Commerce como estimulador de vendas. A empresa utiliza o ambiente facebook e seus recursos para espalhar conhecimento sobre o produto e estimular vendas. A plataforma facebook disponibiliza aplicativos conhecidos como Social Plugins que facilitam ao usuário divulgar informações sem nenhum esforço. O exemplo mais comum de plugin é o “curtir”. Quando um usuário curte um conteúdo, que pode ser a apresentação de um produto, todos os seus amigos são expostos a esse conteúdo e podem acessá-lo com um simples clique.

Pré-venda no facebook-commerce. A empresa instala na página do facebook uma vitrine com imagens, descrição e preço dos produtos, similar à da loja virtual. Além de poder divulgar o produto para seus amigos, ao clicar em qualquer link “comprar”, o usuário é direcionado à loja virtual normal, justamente na página daquele produto. A maioria das empresas utiliza essa abordagem.

Venda completa no facebook-commerce. Aqui a empresa tem uma loja completa instalada no Facebook. Isso significa que o usuário pode avaliar, escolher, divulgar, comprar e pagar seus produtos sem sair do ambiente Facebook-Commerce. A tendência é as empresas utilizarem cada vez mais essa abordagem, à medida que a plataforma Facebook se aperfeiçoa.

Além do *Social Commerce* e do *Facebook-Commerce*, encontramos o *T-Commerce*, ou comércio televisivo, ligado ao advento das TVs digitais, que trouxeram novos recursos interativos aos seus usuários. O *T-Commerce*

envolve o uso da televisão para a apresentação de anúncios publicitários aos telespectadores, contando com recursos modernos propiciados pelo advento da televisão digital. Entre as estratégias de sua utilização estão os comerciais apresentados durante os intervalos da programação, apresentação de produtos de patrocinadores durante os programas ou até mesmo a utilização de um banner que passa ao longo da parte inferior da televisão, proporcionando um método de marketing contínuo. [...] Há também aplicações de T-Commerce que permitem aos espectadores encomendarem produtos clicando em ícones exibidos na tela da televisão, ou usando um controle remoto para destacar e selecionar ícones específicos que utilizem as informações do assinante para processar uma ordem de compra (E-COMMERCE NEWS, 2016b).

Ainda, de uso cada vez mais comum, é o caso do *Mobile Commerce*, ou *M-Commerce*, que se refere a utilização de telefone celulares com tecnologias correspondentes ao acesso à internet para as relações de comércio e consumo, *os smartphones*.

O Mobile Commerce (m-commerce) é um fenômeno que tem se destacado já há algum tempo em grande parte da Europa e da Ásia, mas só recentemente começou a ganhar terreno nos Estados Unidos e Canadá, com o Brasil liderando o uso na América Latina. Com o surgimento das redes 3G, smartphones e outros dispositivos portáteis de tecnologia avançada, é cada vez mais popular o uso de dispositivos móveis para compras na web. Há milhares de pessoas que utilizam seus telefones com dispositivos de conexão à internet e estão aprendendo a fazer suas atividades cotidianas se utilizando de tal aparelho. O número de pessoas que estão substituindo as tradicionais compras on-line pela alternativa móvel vem aumentando a

cada dia. É possível que se chegue a um ponto no qual quase todas as transações sejam concluídas a partir de dispositivos móveis (E-COMMERCE NEWS, 2016c).

O acesso à internet, possibilitado não somente pelo aumento da estrutura técnica necessária, mas também pela proliferação dos *smartphones*, presentes massivamente atualmente na sociedade, tem garantido a extensão das mais variadas práticas sociais ao espaço virtual e, também comerciais. O uso de aplicativos para o comércio eletrônico é cada vez mais presente e os SRSs se tornaram uma grande vitrine e plataforma para que as relações comerciais se estabeleçam. Dentre eles, o grupo Facebook têm se destacado, ao proporcionar diferentes situações voltadas ao comércio e ao consumo, além do marketing envolvido.

As relações e estratégias comerciais nos sites de redes sociais: o Facebook

Recentemente os SRSs se tornaram uma das ferramentas mais populares para a comunicação entre os indivíduos. O que começou como um meio informal de contatar amigos e conhecer pessoas, acabou por ganhar outras funcionalidades, alguns inclusive foram criados com um caráter ligado especialmente ao trabalho, como o LinkedIn, por exemplo. Outros são utilizados sistematicamente como meio de comunicação, de marketing, de coleta de dados, de vendas, etc., por empresas de setores variados. Mesmo que tais funcionalidades não tenham sido pensadas primeiramente pelos criadores dos SRSs, elas vêm sendo aprimoradas e introduzidas gradualmente, o que nos sugere haver uma tendência de crescimento nesse setor, que vincula as relações

comerciais ao ambiente virtual e aposta na conexão mais rápida e direta com seu público alvo.

Dentre as várias funcionalidades encontradas nos SRSs, aquelas ligadas ao comércio e ao consumo têm chamado especial atenção. É possível identificar as funções comerciais em grande parte dos SRSs mais populares no momento, como o YouTube, o Instagram e o Facebook, por exemplo. Muitas empresas passam a utilizar os SRSs para fins de marketing, como mais um meio de alcançar seu público consumidor, bem como para promover um canal ligado ao comércio eletrônico da sua empresa. Além disso, muitos indivíduos também utilizam os SRSs com o objetivo de comprar, vender e/ou trocar mercadorias, novas ou usadas.

É possível identificar pelo menos duas maneiras de se estabelecerem estratégias de marketing nos SRSs: através da vinculação de anúncios pagos, promovidos e direcionados pelo SRS, atingindo determinado público alvo; e quando a empresa ou indivíduo passa a ser um usuário do SRS, criando seu próprio perfil ou página e vinculando ele mesmo o seu anúncio no espaço que ele próprio conseguir alcançar.

No caso do Instagram, até recentemente as estratégias ligadas ao comércio e consumo ficavam basicamente restritas às publicações de seus usuários, que geralmente divulgavam seu próprio negócio através de imagens de suas mercadorias ou seus serviços, endereço físico e virtual para contato, etc., no entanto, a partir de 2015 foi possível vincular anúncios pagos ao Instagram. Os anúncios são publicados para todos os seus usuários, de acordo com o público alvo selecionado, o que torna uma maneira eficaz de publicidade, porém não são vinculados de forma gratuita (como na maioria dos casos de SRS).

Além dos anúncios, outras funcionalidades relacionadas ao comércio eletrônico foram inseridas nos últimos anos, como a “loja” do Instagram, que consiste em uma área de compras no aplicativo. Ainda, seus usuários podem transformar a sua página em uma página comercial, e inserir etiquetas de preço nas fotos de suas mercadorias, que direcionam os consumidores à sua loja no próprio Instagram e, também, ao seu site de vendas.

É possível observar que um dos grandes méritos desse tipo de marketing e da inserção de tais recursos é a interação que pode ser estabelecida entre a empresa e o seu público alvo, através das opções “curtir” e “comentar”, além da possibilidade do envio de mensagens em área específica da página da empresa. Consistindo em um canal de comunicação entre consumidor e empresa, um espaço para a livre expressão do consumidor e de possibilidade de análise do nível de satisfação dos seus clientes para as empresas, bem como para a troca de informações entre ambos.

Nesse sentido, antes mesmo do Instagram, o Facebook tem se destacado no que se refere ao marketing e ao comércio eletrônico. Nos últimos anos, esse SRS vem apresentando plenas condições de se tornar uma das empresas com maior número de dados dos usuários ativos do espaço virtual, mediante seu alcance ao nível mundial e ao seu grande número de usuários, o que garante uma visibilidade cada vez maior, e que fica fácil de perceber quando observamos a dinâmica presente nos SRSs, como o Facebook, referente a apropriação e utilização dos dados dos seus usuários.

Na página “Facebook para empresas”, são destacadas histórias de empresas que utilizam o Facebook como estratégia em seus negócios. Algumas delas utilizam tanto o Facebook como o Instagram “como mídia principal para aumentar o

reconhecimento da marca entre consumidores e potenciais clientes e, assim, o crescimento da empresa” (FACEBOOK, 2016). Segundo dados do Facebook (2016), “hoje, três milhões de empresas ao redor do mundo anunciam ativamente no Facebook e 70% delas são fora dos Estados Unidos”. Em relação ao Instagram, em seis meses (de setembro de 2015 a fevereiro de 2016) em que abriu sua plataforma para negócios (a venda de anúncios, disponível no Brasil desde abril de 2015) ao redor do mundo, alcançou a marca de 200 mil anunciantes (FACEBOOK, 2016a).

Ao se cadastrar no Facebook, o usuário fornece seus dados pessoais, acrescentados ao seu perfil particular, e ao interagir com outros usuários ou com a própria plataforma ele continua fornecendo seus dados: quando faz um “check-in” em algum local ou quando marca a localização de alguma foto publicada, por exemplo, o usuário automaticamente fornece os seus locais de alcance. Da mesma forma quando o usuário “curte”, “compartilha”, “comenta” ou simplesmente clica em algum link, ele fornece ao Facebook informações quanto a sua preferência – seja por pessoas, marcas, serviços, mercadorias, etc. Dessa forma, o Facebook possui um imenso banco de dados que são fornecidos pelos próprios usuários constantemente.

E o que é feito com esses dados? Quem possui uma conta no Facebook certamente já observou que cada vez que entra na rede, a partir de seu perfil pessoal, surgem inúmeros pequenos anúncios – na própria “timeline” ou na janela em si. Nesse sentido, surgem também outras questões: como é possível que apareçam anúncios justamente das mercadorias ou serviços que estive procurando na internet? Como esses anúncios continuam a aparecer em diversos outros sites que visitamos? As respostas a

essas duas questões estão conectadas. Notadamente, todos os nossos acessos e buscas realizadas na internet são monitorados de alguma forma. Um exemplo disso é a companhia norte americana que desenvolve *softwares* Adobe Systems, que utiliza ferramentas com o propósito da publicidade online, a partir de dados fornecidos pelo próprio usuário.

Às vezes, a Adobe realiza campanhas de publicidade online que exibem anúncios com base em seus prováveis interesses. Podemos aprender seus prováveis interesses quando você usa nossos websites e aplicativos. Ocasionalmente, também adquirimos informações de outras empresas, que nos dão mais conhecimento sobre seus prováveis interesses. Esses tipos de anúncios são frequentemente conhecidos como “anúncios baseados em interesse” ou “publicidade comportamental online”. Contratamos “redes de anúncios” para exibir anúncios da Adobe em páginas e aplicativos de outras empresas (ADOBE, 2015).

Como se vê, a Adobe não é a única empresa a elaborar e buscar essa estratégia nos seus negócios. Há uma rede de empresas adaptadas a essas práticas, que formam parcerias entre si, trocando ou vendendo informações dos seus usuários.

As redes de anúncios que contratamos para exibir esses anúncios colocam seus próprios cookies, web beacons e outros identificadores para medir a eficácia desses anúncios e para entender seus prováveis interesses. Nós e nossas redes de anúncios sabemos quais anúncios da Adobe são exibidos para você, quais anúncios são clicados e em que página da web ou em que aplicativo eles foram exibidos (ADOBE, 2015).

Dessa forma, percebemos que existem redes entre empresas no espaço virtual dedicadas a coletar dados e informações que serão fornecidas ou vendidas com o intuito de favorecer o marketing de empresas, com o propósito de chegar mais eficazmente ao seu público alvo e bem direcionado. Nesse contexto, os SRSs não ficam de fora: “a Adobe também veicula outros tipos de campanhas de anúncios online em sites de redes sociais e outros sites, e aplicativos que não são da Adobe” (ADOBE, 2015).

É importante destacar que o Facebook tem grande potencial para obter dados de seus usuários, o que favorece diversas transações comerciais e que se convertem em grande parte do seu faturamento. Se observarmos atentamente o Facebook, suas páginas, aplicativos, *plug-in*, etc., veremos que é um espaço altamente voltado não só ao marketing, mas também ao comércio eletrônico. Vale ressaltar que quando Zuckerberg criou o Facebook não havia o interesse imediato de faturamento através desse SRS, seu objetivo primeiro era proporcionar às pessoas uma forma de interação social. No entanto, ele já vislumbrava essa possibilidade em um futuro próximo (KIRKPATRICK, 2011).

Atualmente os anúncios vinculados a esses SRS são pagos, mas também existem outras funções no Facebook voltadas ao comércio de mercadorias e de serviços de empresas. Nas observações realizadas nesse SRS pelo menos dois pontos se destacaram: a) as ferramentas inseridas para facilitar as relações comerciais presentes em grupos no Facebook, especialmente voltados às trocas de mercadorias e/ou serviços: os *plug-in* de compra e venda; e, b) Os espaços oferecidos para fins de

marketing e o comércio eletrônico: páginas comerciais e o Marketplace.

O Marketplace é espaço específico voltado para busca, compra e venda de mercadorias e/ou serviços entre os usuários e também para as empresas. Nele são apresentados anúncios a partir de categorias de mercadorias e/ou serviços, de acordo com os interesses do usuário e sua localização geográfica. No Marketplace pessoas físicas podem fazer o seu próprio anúncio, assim como as empresas podem anunciar os seus itens ou a sua própria loja. Inclusive, essa é outra possibilidade encontrada no Facebook: transformar a sua página nesse SRS em uma loja virtual. De acordo com o Facebook (2021),

As lojas são uma maneira fácil de criar uma vitrine digital personalizada na nossa família de aplicativos. Com a sua loja, você pode inspirar os clientes e ajudá-los a encontrar os produtos certos para eles. As lojas são simples de configurar, fáceis de usar, podem ser carregadas mais rapidamente em comparação a sites para dispositivos móveis e funcionam em escala global.

No caso dos *plug-in*, que podemos encontrar nos grupos de trocas de mercadorias presentes no Facebook, destaca-se o “Vender um item”. Essa ferramenta contribui para que haja uma padronização nos anúncios, em que constem dados essenciais como o preço, a descrição e a imagem da mercadoria, indispensáveis para minimizar os equívocos antes da relação de troca. Vale ressaltar que nestes tipos de grupos o anúncio de mercadorias, serviços, empreendimentos não é pago, e o Facebook não recebe nenhum valor diretamente.

Nesse sentido, observamos que além das estratégias desenvolvidas por e para empresas, existem outras relações de comércio e consumo encontradas em SRSs como o Facebook: as trocas de mercadorias entre os usuários. Diversos indivíduos e grupos de indivíduos têm encontrado espaço para os seus negócios nos SRSs. No Facebook esses indivíduos têm criado grupos que são facilmente encontrados, conforme a sua nomenclatura e descrição, como os grupos de “compra, venda e troca”, de “classificados”, de “desapego”, “brechó”, “brick”, etc.

Os membros desses grupos compram, vendem e/ou trocam suas mercadorias, com ou sem o uso do dinheiro – muitos trocam uma mercadoria por outra mercadoria. Tais mercadorias podem ser desde simples brinquedos, roupas e livros até mesmo automóveis, casas e apartamentos. Além disso, também é possível oferecer ou procurar serviços específicos e divulgar os seus empreendimentos.

Esses grupos geralmente são de uma mesma cidade ou região (onde os membros do grupo residem), o que acontece porque os indivíduos anunciam e negociam suas mercadorias no espaço virtual, porém estas negociações somente se efetivam em um espaço concreto pelos próprios indivíduos – os atores envolvidos na negociação marcam um local em comum (geralmente público, no centro das cidades, ou até mesmo em suas próprias casas – caso mais comum quando as mercadorias compradas, vendidas e/ou trocadas se referem a móveis, por exemplo) para efetivá-la, sem intermediários. Assim, as trocas são feitas diretamente entre os indivíduos em um espaço físico, ou seja, em uma cidade e um local pré-determinado e combinado entre eles. O que, muitas vezes, tem refletido na apropriação de lugares das cidades.

Existem situações em que essas pessoas organizam encontros grupais em locais pré-determinados para realizarem as trocas, tornando-se algo como feiras de trocas, onde cada membro leva as suas mercadorias e expõe para negociá-las com os demais. Os locais escolhidos são, geralmente, praças públicas ou algum outro espaço público no centro da cidade ou em seu entorno.

Dessa forma, observamos que tais práticas iniciadas no ambiente virtual têm, cada vez mais, refletido no espaço urbano: encontros em locais pré-determinados para realizarem as trocas, realizando algo como feiras de trocas; alguns grupos são verdadeiros brick's, brechós e sebos virtuais; além de desempenhar o papel de anunciantes – tradicionalmente delimitado aos jornais, rádios e emissoras de televisão.

Considerações finais

Com o aumento da utilização da internet e a crescente acessibilidade aos dispositivos eletrônicos, verificamos que o comércio tem cada vez mais se inserido no ciberespaço. Muitas formas comerciais tradicionais têm adaptado ou estendido as suas relações de trocas para o espaço virtual, através de sites e aplicativos, por exemplo. Algumas mantêm um site como uma estratégia comercial, para além de sua loja física, ampliando o alcance de sua marca e atividades. Outras, no entanto, têm no virtual a sua única forma de comércio, pois não dispõem de loja física, como é o caso da Netshoes e do Submarino.

É comum encontrarmos sites das grandes redes de varejo com preços e condições tanto ou mais atrativos que em sua forma física. Para o consumidor, a inserção das relações comerciais na

internet representa novas possibilidades de consumo, incluindo o conhecimento e o contato com empresas, mercadorias e serviços que talvez sem a internet não fossem possíveis. Nesse sentido, o papel dos SRSs tem cada vez mais se destacado, visto que surgem como possibilidade tanto para venda direta de mercadorias, através de páginas ou grupos de trocas, como para o marketing e propaganda de empresas, por exemplo. Entretanto, é preciso destacar que mesmo nesta era das redes virtuais o espaço concreto mantém a sua importância.

Assim, as possibilidades técnicas desse novo momento vêm trazendo mudanças significativas na sociedade, com o cotidiano cada vez mais marcado pela presença das TICs, seja nas formas comerciais ou nas próprias relações sociais, com os SRSs. Com o comércio eletrônico, as “vitrines” chegam a nossa casa: do rádio e da televisão à internet (mídia interativa, possibilitando ações e não somente a recepção de informações). E estas vitrines adentram ainda mais no nosso cotidiano a partir dos SRSs, que junto da comunicação, entretenimento e mesmo informação, potencializam os mecanismos de comércio e consumo 24/7.

Referências

ADOBE. **Práticas de marketing e publicidade da Adobe.** Disponível em: <http://www.adobe.com/br/privacy/marketing.html>. Publicado em 07 de abril de 2015. Acesso em 05 de junho de 2015.

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

ASCHER, F. **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BERNSTEIN, W. J. **Uma Mudança Extraordinária**: como o comércio revolucionou o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura – Vol. 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATALANI, L.; KISCHINEVSKY, A.; RAMOS, E.; SIMÃO, H. **E-commerce**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CRARY, J. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

E-BIT. **43ª ed. Webshoppers**. Disponível em <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>. Acesso em 15 jun. 2021.

E-COMMERCE NEWS. **O que é Social Commerce?** Disponível em: <http://ecommercenews.com.br/glossario/social-commerce>. Acesso em 10 ago. 2016a.

_____. **O que é T-Commerce?** Disponível em <http://ecommercenews.com.br/glossario/o-que-e-t-commerce>. Acesso em 10 ago. 2016b.

_____. **O que é Mobile Commerce?** Disponível em: <http://ecommercenews.com.br/glossario/o-que-e-mobile-commerce>. Acesso em 10 ago. 2016 c.

FACEBOOK. 3 milhões de anunciantes no Facebook. Conte sua história para o mundo e comemore com a gente! Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/3-milhes-de-anunciantes-no-Facebook-Conte-sua-histria-para-o-mundo-e-comemore-com-a-gente>. Publicado em: 02 mar. 2016. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **Instagram: 200 mil anunciantes em seis meses.** Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/Instagram-200-mil-anunciantes-em-seis-meses>. Publicado em: 24 fev. 2016. Acesso em: 09 mar. 2016a.

_____. **Sobre as Lojas do Facebook.** Disponível em <https://www.facebook.com/business/help/2343035149322466?id=1077620002609475>. Acesso em 15 jun. 2021.

FACÍLEME. Tenha sua loja virtual no Facebook e na web. Disponível em <https://www.facileme.com.br/>. Acesso em 15 jun. 2021.

FELIPINI, D. **Facebook-Commerce.** Publicado em 14 dez. 2015. Disponível em <<http://www.e-commerce.org.br/facebook-commerce>> Acesso em 10 ago. 2016.

KIRKPATRICK, D. **O Efeito Facebook:** os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MITCHELL, W. J. **E-topia**: a vida urbana, mas não como a conhecemos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

ORTIGOZA, S. A. G. **Geografia e Consumo**: dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano. Rio Claro: Unesp, 2009. 283p. Tese (Livre Docência em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

ORTIGOZA, S. A. G.; RAMOS, C. da S. A Geografia do Comércio Eletrônico (e-commerce) no Brasil: O Exemplo do Varejo. **Geografia**. Rio Claro, SP, v. 28, n. 1, p. 63-81, 2003.

PALAHNIUK, C. **Clube da Luta**. São Paulo: Leya, 2012.

PARAISO, G. J. B. **O e-commerce nas redes sociais**: estudo sobre os desdobramentos do comércio eletrônico na atualidade. Bocc: Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/paraiso-gustavo-o-e-commerce-nas-redes-sociais.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2015.

PINTAUDI, S. M. Mercados Públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO,

Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. 1ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2012.

TEIXEIRA, T. **Comércio eletrônico**: conforme o Marco Civil da Internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.

WEBSHOPPERS. **Todas as Edições 2001 - 2013**. Disponível em: http://img.ebit.com.br/webshoppers/pdf/WebShoppersBrasil_TodasEdicoes.pdf. Acesso em 21 jul. 2016.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado (Processo: 130416/2014-2) que possibilitou a realização da pesquisa da qual este capítulo é um dos resultados.

SOBRE OS AUTORES

Alessandra Fagundes

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
(SEDUC-MT)

fagundes_alessandra@hotmail.com

Ana Claudia Giannini Borges

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
- Araraquara - SP

Professora no Departamento de Economia, Administração e Educação
da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Jaboticabal - SP, e no
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual
Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

ana.giannini@unesp.br

Ana Leticia de Oliveira

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha (IFFAR) - Santo Augusto - RS

analeticia_geo@yahoo.com.br

Andréia Medinilha Pancher

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora no Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental
da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

am.pancher@unesp.br

Cenira Maria Lupinacci

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora no Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental
da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

cenira.lupinacci@unesp.br

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora aposentada do Departamento de Geografia e do Programa
de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista
(UNESP) - Rio Claro - SP

darlene-ferreira@uol.com.br

Diego Carlos Pereira

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) -
Campus Rio Claro - SP

Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal
Fluminense (UFF) - Niterói/RJ

diegocarlos@id.uff.br

Elaine Aparecida Ramos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

elaine.ramos@unesp.br

Felipe Augusto Scudeller Zanatta

Professor de Ensino Básico da Prefeitura Municipal de São Paulo
(SP). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) -
Campus Rio Claro - SP

felipe.zanatta@colegiofriburgo.com.br

Francielly Naves Fagundes

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

fran_xadrez@hotmail.com

Juliana Giolo Zancheta

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP
Professora de Ensino Básico da Prefeitura Municipal de São Paulo
(SP)

ju_giolo@hotmail.com

Marcelo Alves Teodoro

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

marceloalteo@yahoo.com.br

Marcos Norberto Boin

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio
Ambiente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro -
SP

Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia na
Universidade Federal da Grande Dourado (UFGD)

marnorboin@gmail.com

Marcos Paulo Almeida Fornazieiro

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

marcos.fornazieiro@gmail.com

Patrícia da Cruz Oliveira

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

Professora de Ensino Básico da Prefeitura Municipal de Ribeirão
Preto - SP

patricia_ufpel@hotmail.com

Renan Andreosi Salles de Oliveira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

renan.andreosi@gmail.com

Rogério Borges

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Rio Claro - SP

r263180@dac.unicamp.br

